DECIS – Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas
PGHIS – Programa de Pós-Graduação em História

As representações da mão-de-obra: escravos, imigrantes e trabalhadores nacionais nos discursos dos políticos sanjoanenses (1871-1889)

Flávio Raimundo Giarola

São João del-Rei
2011

DECIS – Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas
PGHIS – Programa de Pós-Graduação em História

As representações da mão-de-obra: escravos, imigrantes e trabalhadores nacionais nos discursos dos políticos sanjoanenses (1871-1889)

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Danilo José Zioni Ferretti

Flávio Raimundo Giarola

São João del-Rei
2011

As representações da mão-de-obra: escravos, imigrantes e trabalhadores nacionais nos discursos dos políticos sanjoanenses (1871-1889)

Flávio Raimundo Giarola

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas, da Universidade Federal de São João del-Rei, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em ____ de ____________________ de _________

Comissão Examinadora:

____
Prof. Dr. Danilo José Zioni Ferretti (orientador)

____
Profa. Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira

____
Prof. Dr. João Paulo Coelho de Souza Rodrigues

São João del-Rei
2011

G435r

Giarola, Flávio Raimundo

As representações da mão-de-obra: escravos, imigrantes e trabalhadores nacionais nos discursos dos políticos sanjoanenses (1871-1889) [manuscrito] / Flávio Raimundo Giarola .– 2011.

182f.; il.

Orientador: Danilo José Zioni Ferretti.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João del-Rei, Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas.

Referências: f. 175-182.

1. Trabalhadores – Teses. 2. Representações – Teses. 3. Imprensa – Teses. 4. São João Del Rei (MG) – História – 1871-1889 – Teses. I.Universidade Federal de São João del Rei. Departamento de Ciências Sociais Política e Jurídicas. II. Título.

CDU: 316.343.63(815.51) “18”

À Ângela e Diomedes, meus pais!

Agradecimentos:

Esta pesquisa jamais seria concluída se não fosse a ajuda, atenção e colaboração de diversas pessoas, algumas das quais, por falta de espaço, não estarão citadas nominalmente. Fica expresso, no entanto, o meu agradecimento a todos que, de uma forma ou de outra contribuíram para a realização desta dissertação.

Agradeço ao professor, amigo e orientador Dr. Danilo José Zioni Ferretti, pelos diversos conselhos, correções, infinitos livros que me foram indicados ou emprestados e pelas diversas horas em que discutimos esta e outras pesquisas. Obrigado, acima de tudo, por me mostrar que entre professor e aluno não deve existir um abismo, aprendizado que levarei pelo resto de minha vida como profissional.

Obrigado aos membros da banca, Prof. Dr. João Paulo Coelho de Souza Rodrigues e Profa. Dra. Mônica Ribeiro de Oliveira, por todas as sugestões e apontamentos que foram, sem dúvida, fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Em especial a esta última, pelo pronto deslocamento de Juiz de Fora para atender a um aluno do qual nem se quer conhecia.

Agradeço também ao programa de bolsa da CAPES/REUNI, que financiou esta pesquisa e permitiu que a dedicação fosse exclusiva.

A todos os professores da graduação e pós-graduação em História, que me transmitiram o conhecimento necessário para a realização desta dissertação e me ajudaram a crescer intelectualmente.

Também devo agradecimentos especiais a Alex Lombello Amaral, quem me forneceu quase todas as fontes utilizadas neste trabalho, em forma digital. Essa ajuda me economizou um tempo precioso que seria gastado com a procura das mesmas. Igualmente agradeço à Mariana Eliane Teixeira, quem leu as primeiras versões de diversas partes desta dissertação e deu valiosas sugestões para que fossem melhoradas. A Geovani Németh Torres pela revisão do resumo em inglês e por tantos outros resumos de artigos que, gentilmente, foram lidos e corrigidos.

Obrigado a todos os amigos e companheiros, com os quais me diverti e relaxei nas horas de descanso.

Por fim, devo agradecer aos meus pais, que acreditaram em mim e que, sem dúvida, se não fosse sua ajuda, eu não chegaria até aqui.

Resumo:

Esta dissertação investiga as representações em torno da mão-de-obra na cidade de São João del-Rei, no período final do escravismo no Brasil. Nossa intenção é mostrar que, ao mesmo tempo em que se formaram representações que excluíam negros e nacionais enquanto elementos a serem integrados à sociedade, uma série de discursos favoráveis à inserção dos imigrantes tomou corpo na imprensa da cidade. Entretanto, a má gerência da colônia, vinculada a conflitos políticos diversos, levou à insatisfação dos imigrantes na cidade, afetando as representações diante dos mesmos.

Utilizamos como fontes principais a imprensa da cidade entre os anos de 1871 e 1889. Nossa metodologia baseia-se na noção de representação de Roger Chartier, segundo a qual mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm existência a partir do momento em que comandam atos e práticas que tem por objetivo a construção do mundo social.

Palavras-chaves: Mão-de-obra, representações, imprensa

Abstract:

This dissertation investigates the manpower representations in São João del-Rei city, at the slavery final period in Brazil. Our intention is to show that, while representations that excluded blacks and nationals peoples as elements to be integrated into society were formed, a series of speeches for the immigrant's introduction emerged on the city's press. However, the colony mismanagement, attached to various political conflicts, led to dissatisfaction among city's immigrants, affecting the representations about them.

We use the city's press as the main sources from 1871 to 1889. Our methodology is based on Roger Chartier's notion of representation. According to it, even the highest collective representations have existence only from the moment when the ruling acts and practices aim to build the social world.

Key Works: Manpower, representations, press

Sumário:

Introdução:

Durante a segunda metade do século XIX, surge em Minas Gerais, ao lado da lavoura de subsistência e da agricultura voltada para o mercado interno, a cafeicultura que penetra na Zona da Mata e no Sul da então província. Os sucessivos melhoramentos nas comunicações e transportes[1] fizeram com que a produção crescesse consideravelmente. No entanto, é o surto ferroviário a partir de 1870 que deu maior impulso ao café mineiro. "*Valorização das terras próximas às ferrovias, decadência de cidades e regiões mais afastadas, imposição da monocultura, favorecimento da urbanização, foram alguns dos aspectos marcantes do processo*" [2].

Nesse momento, Minas Gerais contava com um enorme plantel de escravos, o que possibilitou que o problema da mão-de-obra no século XIX não tivesse as mesmas proporções das demais províncias do Império. Segundo Afonso de Alencastro Graça Filho e Douglas Cole Libby, a produção de artigos para o mercado interno, que se impôs na província após a crise da exploração aurífera, foi a grande responsável por esse fenômeno. Através dos registros de movimentos de tropas na fronteira com o Rio de Janeiro pode-se constatar que nos anos de 1825 a 1833, Minas Gerais absorveu uma quantidade de cativos equiparável a 48,5% dos escravos aportados no Rio de Janeiro naquele período, porcentagem superior à soma do fluxo para as áreas agro-exportadoras do Vale do Paraíba e do norte fluminense, calculada em 36,5%[3].

Diante do chamado *"enigma mineiro"* da permanência em Minas Gerais do maior plantel de escravos do país [4], a introdução do trabalho livre esteve, por muito

---

[1]A inauguração em 1861 da Estrada União e Indústria, ligando Juiz de Fora a Petrópolis, e seus ramais foi de extrema importância nesse sentido. Possuindo um total de 144 km (pouco mais de 40 em território mineiro), constituiu o que de mais significativo construiu o Império em matéria de rodovia (MONTEIRO, Norma de Goés. *Imigração e Colonização em Minas (1889-1906)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994, p. 14).

[2] Idem, ibidem.

[3] GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. *A economia do Império brasileiro*. São Paulo: Atual, 2004, pp. 18-19.

[4] Segundo dados de LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.367, Minas Gerais possuía 246643 escravos entre os anos de 1854/57 e 370459 em 1872. A população livre, composta de homens livres e alforriados, foi estimada em 714939, subindo para 1669276 nos mesmos anos referidos, respectivamente. De acordo com os dados apontados por MARCONDES, Renato Leite. *Diverso e Desigual: O Brasil escravista na década de 1870*. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2009, p. 172, utilizando números de Robert Slenes, a população escrava brasileira entre 1872 e 1877, de acordo com a matrícula dos escravos, era de 1546561, sendo que Minas Gerais possia 333436, perfazendo 21,6 % do total. Atrás de Minas, encontrava-se o Rio de Janeiro, com 304744 (19,7%); a Bahia com 173639 (11,2%); e São Paulo, com 169964 (11%). Ana Lúcia Duarte Lanna, por seu turno, nos apresenta os seguintes dados de Roberto Martins sobre a população escrava em Minas: 1808, 148772; 1819, 168543; e 1872, 381893. Esses números apontam que a quantidade de escravos na província sofreu um crescimento significativo durante todo o século XIX, apesar da não dominância das atividades voltadas para exportação internacional na região, em geral

tempo, fora da pauta de debates dos políticos da província. Neste sentido, a imigração que se dirigiu para Minas até o início da década de 1880 objetivava principalmente, resolver o problema da baixa densidade demográfica de algumas regiões.

Ana Lúcia Duarte Lanna[5] mostra que foi a partir da década de 1870 que os debates referentes à questão da mão-de-obra em Minas se acaloraram entre os políticos mineiros e entre os grandes cafeicultores, devido, em boa parte, à Lei do Ventre Livre, que impossibilitava a reprodução interna dos escravos. De acordo com a autora, nos Anais da Assembléia Legislativa, do ano de 1887, ainda se discutia o que fazer face ao iminente fim da escravidão.

O debate em torno da substituição da mão-de-obra, no entanto, envolvia questões que estavam além do caráter puramente econômico, abarcando também um ideal de construção de uma nação que fosse branca e civilizada, o que desqualificava negros e nacionais[6] ao mesmo tempo em que enaltecia os imigrantes. Nesse sentido, os discursos deixavam transparecer uma mentalidade daquele período que passava a definir os negros e os trabalhadores nacionais enquanto raças atrasadas que impediam o progresso da nação. Ao mesmo tempo, os europeus passavam a ser representados como elementos que poderiam levar à modernização pretendida.

Assim, em um contexto de crise do escravismo e de expectativa diante de uma possível modernização, da qual os imigrantes seriam portadores, formavam-se representações em torno da mão-de-obra disponível, que transpareciam nos discursos da elite política.

Neste sentido, a presente dissertação pretende entender como se deram esses debates na cidade de São João del-Rei. Nossa *questão central* pode ser resumida da seguinte forma: de que maneira e com quais objetivos a elite de São João del-Rei formou ou se apropriou de representações em torno dos escravos, imigrantes e nacionais

---

associadas a existência de grandes plánteis de escravos, LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira (1870-1920)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988, p. 24-25.

[5] LANNA, Ana Lúcia Duarte. Op. Cit..

[6] Segundo NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: Representações do brasileiro (1870-1920)*. São Paulo: Annablume, 1998, p. 15, nos documentos do século XIX e início do XX usou-se o termo nacional quando se pretendeu falar da população pobre, (mal) nascida do Brasil, em geral mestiça, pertencente ou egressa da escravidão. Tratava-se, quase sempre dos homens livres desprovidos de recursos, frequentemente agregados e camaradas, que, diante do regime escravista, foram postos à margem dos processos essenciais da vida social e econômica (FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/ USP, 1969, p. 104). Por outro lado, o termo negro será usado por nós, na maioria das vezes, para definir um “grupo racial”, segundo as classificações do século XIX, podendo ser usado para definir tanto escravos quanto libertos.

livres? Para responder a essa pergunta, é necessária a reconstrução das discussões sobre o assunto na imprensa do período. Nossa *hipótese* é que estas representações obedeciam, ao mesmo tempo, a tendências externas, na medida em que o grupo dominante refletia pensamentos característicos do Brasil e da província de Minas Gerais, e a uma lógica interna específica, visto a adequação destas às discussões políticas da cidade e a criação de modos de visão próprios, quando as primeiras não satisfaziam às exigências de determinada facção.

Nosso recorte cronológico vai de 1871, ano da Lei do Ventre Livre, que impediu a reprodução interna da mão-de-obra escrava; a 1889, ano em que os imigrantes da cidade de São João del-Rei ameaçaram se sublevarem contra as autoridades, o que atingiu diretamente as representações que a elite tinha, até então, diante dos mesmos.

****

De acordo com Ciro Flamarion Cardoso[7], duas obras publicadas em 1987 inauguram, nos estudos brasileiros sobre a escravidão e a abolição no século XIX um tipo de análise que, em parte sobre a influência da chamada *"Nova História"*, preocupa-se de forma prioritária com a dimensão do imaginário e das representações: Lillia Moritz Schwarcz, *"Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX"*[8], e Célia Maria Marinho de Azevedo, *"Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX"*[9].

Schwarcz preocupa-se com o estudo de representações que condizem com a emergência da temática racial no final do século XIX. A autora percebe *"um leque de representações sobre negros que vai configurando, desdobrando e constituindo (...) postulados sociais assumidos coletivamente"* [10]. Fica claro que seu objetivo não é caracterizar de forma precisa a abolição ou a escravidão nos seus últimos momentos, mas sim apreender como *"se falou"* a respeito da escravidão, ou seja, como elites brancas da época representaram essa questão.

---

[7] CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Escravidão e Abolição no Brasil: Novas Perspectivas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
[8] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.
[9] AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
[10] SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., 1987, p.247.

O negro, ainda segundo Schwarcz, é considerado um *"estrangeiro indesejável"* a partir do momento em que se dá a introdução em larga escala do imigrante europeu. Dentro da academia e da *"Sciência"*, com base em teses racistas e evolucionistas em alta naquele momento, o negro traz danos para a nação, enquanto o imigrante europeu, principalmente de origem germânica, é apresentado como fator de progresso e civilização.

Azevedo, por sua vez, norteia seu trabalho pela teoria do medo existente em relação aos negros. Segundo a autora, a oposição, a partir dos anos 1860, entre *"negro incapaz"* e *"imigrante capaz"* teria surgido nos discursos dos políticos paulistas, não como simples importação de um ideário racista europeu, mas como conseqüência do medo provocado pela exacerbação dos conflitos entre senhores e escravos.

Para Azevedo, a preocupação com o aumento *"avassalador"* dos crimes e revoltas de escravos em São Paulo constitui um dos grandes temas de debates dos deputados provinciais que nos anos 1870 confrontaram-se com o problema da próxima extinção da escravatura. Muitos relacionavam os eventos sangrentos à chegada maciça de negros do norte do país à província - a *"onda negra"*-, a maioria *"maus"* e *"criminosos"* e, por isso mesmo, vendidos por seus proprietários. Ao terem de tomar uma posição diante desta situação de grande instabilidade social, acabaram assumindo uma postura imigrantista, barrando a entrada de mais negros, através de pesadas barreiras pecuniárias no tráfico interprovincial, e acenando-se com vários privilégios para a entrada dos valorizados imigrantes.

Thomas E. Skidmore[11] preocupa-se com a produção da imagem nacional no século XIX. Segundo sua análise, no fim da década de 1880, o ideal de branqueamento aglutinara-se ao liberalismo político e econômico para produzir uma imagem nacional mais definida. Nesse sentido, as representações que se fazem dos imigrantes, dos negros ou dos nacionais estão ligadas a esse projeto de nação a que se propõe.

Para Skidmore, depois de 1870, os imigrantes passaram a ser vistos como substitutos ideais para os escravos negros, *"os fazendeiros julgavam os imigrantes mais habilitados e mais dignos de confiança"* [12]. Aos brasileiros natos ficaria o trabalho pesado – como desbravar florestas virgens, pois não seriam capazes de praticar o trabalho altamente organizado de cultivar e colher o café.

---

[11] SKIDMORE, Thomas E.. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

[12] Ibidem, p. 156.

O autor também ressalta a popularidade do ideal de branqueamento na sociedade brasileira. Segundo ele, a miscigenação seria, para os intelectuais do período, de extrema importância para que houvesse a predominância do elemento branco no país. De acordo com algumas teorias racistas do século XIX, o fator genético branco sempre se sobrepõe ao negro. Assim, os europeus são vistos como agentes desse branqueamento pretendido.

As representações do trabalhador nacional livre foram analisadas por Márcia Regina Capelari Naxara. Segundo a autora, os anos entre 1870 e 1920 foram de construção do enunciado do brasileiro incapaz e indolente, cristalizado pela figura do Jeca Tatu. No período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, essa desqualificação do brasileiro pobre serviu:

> "para a valorização do imigrante e para a justificação de uma determinada política de imigração impregnada de preconceitos, definida ou resultante de uma tensão permanente, provocada não só pelo processo que levou à escolha do branco europeu, mas também pela preocupação de como controlar e submeter a um trabalho árduo, contínuo e disciplinado, amplas parcelas da população, fosse ela imigrante, nacional, branca, mestiça ou negra"[13].

Portanto, o encaminhamento da questão do trabalho no século XIX se fez pela marginalização do elemento nacional do mundo do trabalho, através de sua completa desclassificação, em oposição ao elogio do imigrante de origem européia[14].

Jeffrey Lesser[15], por outro lado, mostra que os imigrantes não-europeus não tiveram a mesma sorte daqueles que vieram do *"velho continente"*, considerado berço da civilização e da modernidade. Dentro do complexo pensamento racial brasileiro, judeus, árabes e asiáticos, considerados nem brancos e nem pretos, puseram em xeque as idéias da elite sobre a identidade nacional e a constituição do povo brasileiro. Segundo o autor, os debates sobre a mão-de-obra chinesa, ainda no século XIX, criaram o paradigma racista abrangente contra o qual teriam que lutar todos os demais grupos não-europeus.

Apesar destes trabalhos no âmbito da historiografia recente do Brasil, Minas ainda se encontra carente de obras nesse sentido. Em *Imigração e Colonização em Minas (1889-1906)* [16], de Norma de Góes Monteiro, podemos ver uma pesquisa

---

[13] NAXARA, Márcia Regina Capelari. Op. Cit., p. 49.
[14] Idem, p. 63.
[15] LESSER, Jeffrey. *A negociação da Identidade Nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2001.
[16] MONTEIRO, Norma de Góes. Op. Cit.

sistemática sobre o processo de imigração no Estado, sendo o principal trabalho nesse sentido. No entanto, a autora centra-se nos aspectos políticos da imigração para a província, investigando o papel do governo na imigração. O imigrante é visto, no trabalho de Monteiro, como substituto da mão-de-obra escrava e como meio de povoar as áreas de baixa densidade demográfica. Os ideais de branqueamento, de construção de uma nação civilizada e moderna através da imigração não são postos em discussão.

Ana Lúcia Duarte Lanna, em seu livro *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira (1870-1920)* [17], examina as condições de organização do trabalho livre em Minas Gerais, atentando para as propostas dos políticos e fazendeiros para manter a continuidade do trabalho nos moldes da economia colonial. O interessante desta obra é a atenção dada ao trabalhador nacional que, mesmo tendo recebido características ligadas à vadiagem e ao ócio, apareceu como alternativa para ser introduzido ao mercado de trabalho. De acordo com a autora, a província concebeu um projeto de substituição de mão-de-obra que entrevia a possibilidade de aproveitar a força de trabalho nacional através da educação. Desta maneira, pretendeu-se resolver o problema do fim do escravismo através da criação de instituições destinadas ao ensino técnico, principalmente nas regiões voltadas para a agricultura cafeeira, como o Sul e a Zona da Mata mineira.

Na cidade de São João del-Rei, três obras são importantes: José da Paz Lopes, *Imigrantes Italianos em São João del-Rei: Passeata, polícia e dispersão (1888-1889)*[18]; Maria Margarete R. Pinheiros, *A Transição para o trabalho Livre em São João del-Rei*[19]; e Maria Cristina Teixeira, *Imigração em São João del-Rei: A Visão do Fracasso*[20].

Lopes usa os principais jornais da cidade entre 1888 e 1889 para mostrar que os discursos não foram homogêneos em sua forma de representar os imigrantes, apresentando transformações de acordo com os anseios dos principais partidos políticos daquele momento, Conservador e Liberal. Todavia, o autor se prende a um período cronológico pequeno (dois anos), não se preocupando com os anos anteriores à chegada

---

[17] LANNA, Ana Lúcia Duarte. Op. Cit.

[18] LOPES, José da Paz. *Imigrantes Italianos em São João Del-Rei: Passeata, polícia e dispersão: 1888-1889*. In: BONI, Luiz A. de (org.). A presença Italiana no Brasil – vol. II. Porto Alegre: Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

[19] PINHEIRO, Maria Margarete Rodrigues. *A Transição para o Trabalho Livre em São João Del-Rei: Aspectos econômicos, políticos e ideológicos.* São João Del-Rei: Monografia de Pós-Graduação, FUNREI, 1998.

[20] TEIXEIRA, Maria Cristina. *Imigração em São João del-Rei: A Visão do Fracasso*. Monografia de pós-graduação latu sensus, São João Del Rei: 1994.

dos imigrantes e nem com os meses posteriores à chamada por ele, *"revolta de 1889"*[21]. Lopes também não relaciona as representações dos imigrantes com a das outras possibilidades de mão-de-obra disponíveis na cidade, o que é feito por Pinheiro.

A autora busca fazer um resgate de algumas representações criadas em torno do trabalho na cidade. Fala-se da construção de uma ideologia do trabalho, através da difusão de representações referentes a um *"trabalhador ideal"*, usados como instrumento da burguesia emergente brasileira, no sentido de dar continuidade a expropriação do excedente gerado pelo produtor direto[22]. Apesar de não negar a questão da formação da nacionalidade, presente nos discursos, a autora se empenha muito mais em sua idéia de *"ideologia do trabalho"* em São João del-Rei. Se for certo que idéias como a do branqueamento serviam a essa concepção de *"trabalhador ideal"*, é certo também que estas idéias traziam consigo aspirações maiores dos políticos quanto à construção de uma Nação, ou mesmo de uma cidade, moderna, civilizada e branca.

Teixeira, por sua vez, afirma que a imigração para São João del-Rei não apresentava razões econômicas evidentes seja para colonização ou para suprimento de mão-de-obra para a lavoura[23]. Com isso, o processo de implantação do núcleo colonial de São João del-Rei teria tido mais um caráter político do que qualquer outra coisa. A autora afirma que os políticos envolvidos usaram a imigração para se promoverem a nível local, pois haviam sido eleitos pelo distrito de São João del-Rei. Deste modo, a inserção dos imigrantes no município tratava-se de uma estratégia para se ter acesso aos benefícios provenientes do programa de imigração, tais como as verbas do Império[24].

Acreditamos, no entanto, que a visão de Teixeira é demasiadamente reducionista, visto que, a autora foca-se apenas nos aspectos políticos do processo, deixando de lado o âmbito do imaginário e das mentalidades. Não negamos, de forma alguma, que houvesse diversos interesses políticos envolvidos na introdução de imigrantes em São João del-Rei. Todavia, o estudo das representações que permeavam os discursos em defesa da imigração nos mostra que havia realmente uma crença nos atributos positivos dos imigrantes, o que não pode ser explicado simplesmente por ambições políticas ou pela formação de uma ideologia da burguesia emergente, como

---

[21] De acordo com Lopes, em maio de 1889, teria ocorrido um princípio de revolta dos imigrantes em protesto às condições recebidas na colônia e na hospedaria da cidade. No entanto, como discutiremos com mais detalhes no capítulo 4 deste trabalho, não há nenhuma evidência nas fontes que comprove ter havido uma revolta por parte dos imigrantes. Os jornais falam de ameaças que estes faziam às autoridades, porém, em nenhum momento se diz que houve uma concretização das mesmas.

[22] PINHEIRO, Maria Margarete Rodrigues. Op. Cit., p. 59.

[23] TEIXEIRA, Maria Cristina. Op. Cit, p. 32.

[24] Idem, ibidem.

afirma Pinheiro. A elite, não apenas de São João del-Rei, mas de todo o Império, acreditava verdadeiramente que haveria uma crise após a libertação dos escravos e que algo deveria ser feito nesse sentido, principalmente através da imigração de estrangeiros. O fato de que alguns políticos hiper-valorizavam essa crença em seus discursos, para defenderem determinadas posições, não quer dizer que ela era inexistente ou apenas inventada para dar credibilidade aos seus argumentos.

A historiografia de Minas Gerais e de São João del-Rei também pouco avançou no que diz respeito à relação entre os debates abolicionistas e o medo existente diante de *"um bando"* de negros, lançados à própria sorte, após a abolição imediata. Tal tema, apenas aparece citado em obras cujos objetivos centrais são outros, como no trabalho de Alex Lombello Amaral[25], que faz referência ao assunto sem, no entanto, se ater a ele.

Deste modo, a presente dissertação pretende, por um lado, enriquecer a historiografia sobre as representações da força de trabalho, não apenas em São João del-Rei, mas no Brasil como um todo. Defendemos que a análise deste município pode revelar aspectos esclarecedores com relação às imagens existentes em torno dos trabalhadores no país, visto que, apesar das especificidades locais, podemos perceber diversas características condizentes com um nível mais amplo de análise.

Por outro, queremos, não negando o trabalho de Pinheiro, mostrar que dentro do jogo político apresentado pela autora para a formação de uma *"ideologia do trabalho"*, através das representações, outras questões se impunham como, por exemplo, um projeto nacional formulado pelos partidos e a questão da modernidade.

****

Utilizaremos como fontes principais os periódicos da cidade, pois estes atuavam como divulgadores do pensamento da elite daquele momento, além de formadores de opinião eficazes entre os grupos letrados. Divulgavam, igualmente, os debates políticos do período. Assim, o *corpus* documental de nossa pesquisa são os jornais: *"O Arauto de Minas"*, *"A Verdade Política"*, *"Gazeta Mineira"* e *"A Pátria Mineira"*, órgãos que, em algum momento, se interessaram pela questão da mão-de-obra. No entanto, outros periódicos, com um menor número de edições conservadas ou que deram pouca atenção

[25] AMARAL, Alex Lombello. *Cascudos e Chimangos: Imprensa e política pelas páginas dos periódicos de São João del-Rei (1876-1884).* Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2008, p. 53.

ao nosso tema, foram utilizados. Referimos-nos ao *“São-Joanense”*, ao *“5 de janeiro”*, ao *“Tribuna do Povo”*, ao *“São João D’el-Rei”* e ao *“Opinião Liberal”*.

O primeiro impresso de São João del-Rei surgiu em 1827 com o título de *O Astro de Minas*. Foi criado por Baptista Caetano d'Almeida (1798-1839) e buscava, através de suas páginas, levar a discussão política ao domínio público. Dava-se início a uma tradição de periodismo na cidade, no século XIX, que de perto rivalizou com a produção da capital Ouro Preto[26].

Apesar disto, quando se deu a implantação da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, que trouxe consigo a intensificação da crise de mão-de-obra, colocando em vista, mesmo que em longo prazo, o fim da escravidão, São João del-Rei infelizmente não contava com nenhum órgão de imprensa para registrar os debates em torno do acontecimento. Somente em 1876, com a publicação do *São-Joanense*, começaria um novo período de crescimento da produção jornalística da cidade. A partir daí, a maioria dos jornais que iam surgindo se dedicaram em algum momento ao problema da mão-de-obra. Nosso objetivo aqui é apresentar, em linhas gerais, o perfil dos periódicos dos partidos conservador, liberal e republicano, mostrando, além de seu alinhamento político, algumas características que os distinguiam dentro do contexto do periodismo político do município.

Dentre todos os periódicos de São João del-Rei do período estudado, *O Arauto de Minas* foi o que teve maior longevidade (1877-1889). Segundo Alex Lombello Amaral, o surgimento deste impresso marcava uma mudança na tática do partido conservador da cidade, que aderiu ao periodismo para não abandona-lo mais até seu próprio desaparecimento[27]. Isto porque a imprensa conservadora havia passado por um longo período de reclusão, apesar do aparecimento, hora ou outra, de órgãos liberais.

O Arauto de Minas tinha como seu redator e proprietário Severiano Nunes Cardozo de Rezende, professor, advogado provisionado, escritor e importante político da região. Alex Lombello Amaral nos fala do significado de ser redator d’*O Arauto de*

---

[26] Segundo AMARAL, Alex Lombello. Op. Cit., pp. 6-37, a imprensa de São João del-Rei passou no século XIX por três fases principais: a *“primeira montanha”* (1827-1844), marcada pela constância da imprensa periódica na cidade, só perdendo em importância para Ouro Preto; o *“vale de amenidades”* (1844-1876), período de retração da imprensa política; e a *“segunda montanha”* (1876 em diante) com novo aumento de jornais na cidade, chegando no auge entre 1889, quando o município chegou ao seu maior número de periódicos no século. Deve-se destacar que para o autor supracitado essa tendência não se restringiu apenas à São João del-Rei, podendo ser percebida em todo o Império. Ainda segundo Amaral, a existência das duas montanhas está relacionada com dois períodos de intenso debate político (p.37), ou seja, é provável que a flexibilidade da produção de periódicos no Império esteja ligada a oscilação política no mesmo.

[27] AMARAL, Alex Lombello, Op. Cit., p. 22.

Minas, o posto de maior destaque na direção do partido, já que os conservadores de São João del-Rei não tinham um presidente, ou mesmo um secretário, o que ampliava o poder das folhas partidárias de apontar os chefes, repetindo seus nomes e títulos em todos os números[28]. Os únicos postos que ombreavam com o de redator de jornal, em termos de visibilidade pública, eram os de deputado provincial e geral, e somente os de senadores podemos dizer com certeza, que eram mais reconhecidos como direção que os redatores[29].

Algumas características se destacavam no *O Arauto de Minas* como, por exemplo, o catolicismo fervoroso com o qual o jornal enchia suas páginas. Além das notícias referentes às ordens, aos ritos, festas e cerimônias religiosas da cidade; o órgão conservador escrevia séries de artigos que iam em defesa do Vaticano, mesmo que, às vezes, estes fossem contrários ao cientificismo característico da segunda metade do século XIX. Ao mesmo tempo, Severiano de Rezende utilizava da religião para atacar seus adversários políticos. O casamento civil, a secularização do Estado e dos cemitérios, a cremação dos mortos, entre outros, eram alguns dos argumentos utilizados pelo impresso para imputar aos liberais designações como *"ateus"*, *"arautos do diabo"*, *"materialistas"* entre outras. O Socialismo também chegou a ser levantado para hostilizar os liberais no tocante à questão religiosa:

> "Separação da Igreja e do Estado; liberdade de consciência e de cultos; casamento civil; abolição dos juramentos católicos, aliás já abolidos por um decreto do jovem ministro do Império; magistratura eletiva; e finalmente lendo S. Exc. pelo alcorão do radicalismo, teremos a sociedade agitada dia e noite pelo socialismo, pelo comunismo e niilismo, armando como por toda a Europa, o braço do regicida."[30]

Em 26 de maio de 1877, o jornal dizia o seguinte:

> "Ninguém há que não confesse e não reconheça que a maioria dos brasileiros é católica, apostólica romana, e que zelosos pretendem guardar o cofre sagrado da fé que lhes transmitiram seus maiores; mas os inovadores não se confessam vencidos diante desta verdade.
>
> Tudo invidam a fim de que novas e extravagantes idéias sejam abraçadas e que projetos infensos ou contrários às regras do catolicismo

[28] Idem, p.51.
[29] Idem, p. 39.
[30] *O Arauto de Minas*, 01 de janeiro de 1879. Adequaremos, em todas as citações extraídas de fontes, a escrita para o português atual. Entretanto, não faremos nenhuma alteração na pontuação das mesmas, visto que, tal atitude pode modificar a interpretação do texto. As *"palavras mortas"* e expressões de época também não serão tocadas.

> sejam adotados tais como: casamento civil, secularização dos cemitérios, separação da igreja do Estado, &, &."[31]

Para *O Arauto de Minas*, tais idéias, opostas à Igreja Católica, eram estrangeiras e, por isso, inaplicáveis à realidade nacional. Ameaçavam a paz e a ordem nacional, visto que, os bons costumes e a moralidade eram garantidos pelos princípios cristãos de Roma.

Outra particularidade que nos chama a atenção no impresso conservador é a freqüência de artigos sobre a língua portuguesa. Isto pode ser explicado pela formação de seu redator, que lecionava a disciplina no externato da cidade. Escritos sobre gramática, pronúncia e etimologia apareciam em quase todas as edições, sem contar os populares folhetins, comuns a vários jornais do período.

Segundo Amaral, Severiano de Rezende dava notícia de tudo, proseando, tratando as palavras, não só em português, mas também em latim, de que também era professor. *"A quantidade de informações em uma só folha do Arauto de Minas confirma esse apego ao papel e à pena"*[32]. Ainda segundo o autor, as opiniões da folha eram de autoria do redator, o que pode ser notado pelo aviso de que *"Não damos hoje artigo de fundo por ter estado incomodado o Redator desta folha"*[33].

Se é certo que a riqueza da linguagem d'*O Arauto de Minas* era inegável, é certo também que essa linguagem tornava-se mais ácida quando o assunto era os liberais. Como afirma Amaral, o impresso sabia ser um terrível adversário do partido liberal atacando sua história, suas táticas, suas bandeiras e seus integrantes[34]. As mais variadas denominações pejorativas eram dadas aos liberais que iam desde a acusação de negros à de comunistas e anarquistas.

O Arauto de Minas também pode ser definido como um periódico escravista, posição que ficava evidente, não apenas em seus artigos, mas também em seus anúncios, sendo o órgão da cidade que mais publicou anúncios de fugas de escravos no período estudado. Apesar disso, tal posição mostrava-se incômoda diante de um momento de mudança do regime de trabalho, o que levava o jornal a se auto-identificar como emancipacionista. No entanto, e como demonstraremos ao longo desta pesquisa, a insistência em valorizar a Lei do Ventre Livre e negar qualquer forma de abolição imediata da escravidão deixa evidente a mentalidade pró-escravista do mesmo.

---

[31] *O Arauto de Minas*, 26 de maio de 1877.
[32] AMARAL, Alex Lombello, Op. Cit., Anexo, p. 25.
[33] *O Arauto de Minas*, 24 de outubro de 1878, apud AMARAL, Alex Lombello, Op. Cit., Anexo, p. 26.
[34] AMARAL, Alex Lombello, Op. Cit., p. 60.

Contrastando com a longevidade do órgão de imprensa conservador temos as diversas folhas liberais que tiveram, em sua maioria, duração efêmera. Entre os anos de 1876 e 1889, a cidade de São João del-Rei contou com 8 periódicos que reivindicavam o título de Liberais: *São-Joanense, 5 de Janeiro, Situação, Tribuna do Povo, Luzeiro, São João D'El-Rei, Opinião Liberal* e *A Verdade Política*. Destes, somente a *Tribuna do Povo* e *A Verdade Política* possuem um número razoável de edições conservadas para análise.

Entre as folhas liberais a divergência de idéias era constante. Podemos perceber, por exemplo, folhas escravistas, como o *São-Joanense*, e folhas com idéias que às vezes se aproximavam do abolicionismo, como o *São João Del-Rei*. Também era visível essa falta de homogeneidade no tocante à Monarquia. O ápice dessas divergências intra-partidárias ocorreu no final da década de 1880, quando a cidade contou com dois órgãos da imprensa liberal ao mesmo tempo: a *Opinião Liberal* e *A Verdade Política*.

Apesar de existir poucos exemplares da *Opinião Liberal* disponíveis nos arquivos de São João del-Rei, podemos perceber a intensidade das disputas entre os dois periódicos através d'*A Verdade Política*, que dedicava artigos criticando e respondendo à críticas do adversário de tal maneira que mais pareciam dois partidos opositores. Em 16 de novembro de 1888, por exemplo, *A Verdade Política* negava as acusações do jornal rival de que suas condições materiais eram precárias afirmando o seguinte:

> "Eis a superioridade material d'*A Verdade Política* sobre a *Opinião Liberal*; quanto à moral, por não nos competir ajuíza-la, deixamos a critério de nossos colegas e do público
>
> Deste modo, iremos pouco a pouco estabelecendo paralelo entre nós".[35]

A citação acima é auto-explicativa, existia um abismo, ou um *"paralelo"* entre as duas folhas liberais, reflexo de uma falta de coesão dentro do partido.

Por outro lado, Amaral nos mostra que existiam pontos em comum entre as folhas liberais que transpunham as rivalidades. Um exemplo apontado pelo autor era que os *"chimangos"* (liberais) não costumavam gastar muitas páginas com os ataques pessoais aos *"cascudos"* (conservadores), ao contrário do que ocorria no *O Arauto de Minas*[36]. Os liberais preferiam atacar o partido conservador propriamente dito, os postos ocupados pelos conservadores ou a administração dos mesmos.

---

[35] *A Verdade Política*, 16 de novembro de 1888.
[36] AMARAL, Alex Lombello, Op. Cit., p. 119.

Deste modo, percebe-se que apesar de haver diferenças internas entre os liberais, *"em comum eram diferentes dos* "conservadores" *até nas formas de organização e nos espaços em que interagiam"*[37]. Ao contrário da adesão e preferência pelas Irmandades religiosas por parte d'*O Arauto de Minas*, por exemplo, os periódicos liberais *"foram espaço para diferentes tipos de organizações ou práticas 'mal-vistas'"*[38]. É o caso da Maçonaria e do Espiritismo, que tiveram ampla divulgação pela *Tribuna do Povo*.

A Pátria Mineira, por sua vez, fundada em 1889 foi a folha representante do partido republicano na cidade. Tendo à sua frente Altivo e Sebastião Sette constituiu importante instrumento de divulgação de tais idéias na cidade, estendendo suas edições até 1894, quando considerou a República consolidada e, por isso, chegando ao fim a sua missão.

Durante o ano de 1889, o jornal esforçou-se por atacar a monarquia no país e utilizando de uma tática interessante: enquanto *O Arauto de Minas* usou por algum tempo as notícias do exterior para demonstrar a desorganização das repúblicas latino-americanas, *A Pátria Mineira* fez o contrário, elogiando países como Argentina e Estados Unidos, ao mesmo tempo em que criticava os países onde persistia o regime monárquico.

> "Maria Pia, rainha de Portugal, em um passeio que por desenfado deu pela Europa em menos de um mês gastou mais de mil contos dos cofres daquele reino"[39].
>
> "Nos Estados Unidos, a propriedade do cidadão é plenamente garantida. Alguns socialistas da Europa que pretenderam formar ali as suas perniciosas associações, foram severamente punidos. É por isso, que esse povo tem ânimo para o trabalho e cresce em prosperidade mais do que outro qualquer no mundo"[40].

Além dessa estratégia, séries de artigos que falavam sobre os benefícios do regime republicano apareciam em quase todas as edições.

O periódico, em 25 de julho de 1889, dizia ser o partido republicano nem escravista nem abolicionista, no entanto, dedicou várias linhas exigindo indenização aos ex-senhores de escravos pelo fim da escravidão, o que considerava um ataque ao direito à propriedade.

[37] Idem, p. 124.
[38] Idem, p. 131.
[39] *A Pátria Mineira*, 16 de maio de 1889.
[40] Idem, ibidem.

De acordo com Amaral, *A Pátria Mineira* também se destacou por buscar como um de seus alvos o público feminino[41]. Além de defender o voto feminino, publicou, em 10 de outubro de 1889, um artigo sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho. Tal atitude torna-se mais interessante se levarmos em conta um período histórico onde a mulher era entendida como submissa ao lar e ao marido, o que transparecia nos demais periódicos da cidade, com artigos que falavam sobre a mulher ideal, versada nos afazeres domésticos.

Outra particularidade d'*A Pátria Mineira* era a exacerbação de sua linguagem política, principalmente em 1889, ano em que as tensões desta ordem estavam intensificadas. Esta atitude era tamanha que *"Até os folhetins d'*A Pátria *eram políticos"*[42].

Por fim, não podemos deixar de tecer comentários sobre outro importante periódico da cidade no período estudado, a *Gazeta Mineira*. Publicado entre 1884 e 1889, teve como seus redatores João Salustiano Moreira Mourão e Francisco de Paula Moreira Mourão e se identificava como órgão isento dos conflitos partidários, apesar da afiliação de seus redatores ao partido conservador. Em sua primeira edição declarava: *"A* Gazeta Mineira *tem por programa ocupar-se de questões práticas, alheias às lutas partidárias"*[43].

Infelizmente, apesar de ter tido uma relativa longevidade e de ser publicado seis vezes ao mês, os arquivos da cidade apenas possuem as edições do ano de 1884, um número de 1887 e edições do período republicano.

A *Gazeta Mineira* mostrou ao longo de seu primeiro ano de publicação interesse real por questões de caráter econômico e prático, noticiando desde artigos sobre como lidar com o solo e ervas daninhas até escritos em defesa da imigração de colonos europeus, assunto pelo qual o periódico denotou intensa afeição.

Temos, portanto, um traçado geral sobre as principais fontes utilizadas para esta pesquisa. Foi nossa intenção mostrar as posições políticas dos periódicos, bem como algumas de suas características fundamentais.

***

---

[41] AMARAL, Alex Lombello, Op. Cit., p. 32.
[42] Idem, ibidem.
[43] *Gazeta Mineira*, 01 de janeiro de 1884.

Nossa abordagem metodológica vai de acordo com Roger Chartier que considera que as representações do mundo social, *"embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam"*[44]. Assim, segundo o autor, para cada caso estudado, é necessário o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. Nesse sentido, as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros:

> "produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas" [45].

Deste modo, as representações estão sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação.

As lutas de representações são, portanto, tão importantes quanto as lutas econômicas para se compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.

> "Trabalhando sobre as lutas de representações, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil ao social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um "ser-percebido" constitutivo de sua identidade" [46].

O que Chartier propõe é uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse.

Deste modo, pretendemos, em nossa pesquisa, fazer a análise das fontes supracitadas segundo esta visão de Chartier de uma história cultural que concilie novos domínios de investigação com a fidelidade aos postulados da história social. Dito de outro modo, nossa abordagem pretende inquirir a respeito das representações formadas

---

[44] CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p17.
[45] Idem, ibidem.
[46] CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: A História entre certezas e inquietudes.* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 73.

em torno da força de trabalho em São João del-Rei tendo em mente as devidas relações com o mundo social da cidade e com as relações de poder que aí se observam.

Ainda fazendo uso de Chartier, outro importante conceito para suas reflexões são *as apropriações*, sempre múltiplas Segundo o autor, a eficácia do processo de dominação simbólica não é automática, depende da percepção e do julgamento de seus destinatários, da adesão ou da distância ante mecanismos de apresentação e de persuasão postos em ação. Assim, na articulação entre o texto e o sujeito deve-se colocar-se uma teoria da leitura que seja capaz de compreender a apropriação dos discursos, ou seja, a maneira como estes afetam o leitor e os conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo[47]. Para esta formulação, Chartier busca apoio em outro autor, Paul Ricoeur, quem procurou construir uma teoria da leitura apoiando-se na fenomenologia do ato de ler e na estética de recepção.

Roger Chartier afirma que:

> "todo o trabalho que se propõe identificar o modo como as configurações inscritas nos textos, que dão lugar a séries, construíram representações aceitas ou impostas do mundo social, não pode deixar de subscrever o projeto e colocar a questão, essencial, das modalidades da sua recepção"[48].

Assim sendo, um trabalho historiográfico que vise o estudo das representações coletivas de determinada sociedade deve estar atento para as maneiras pelas quais um discurso é apropriado e recebido pelo leitor, tendo em mente a individualidade dos sujeitos.

O conceito de apropriação em Chartier, portanto, nos permite compreender como os grupos envolvidos com a imprensa periódica de São João del-Rei se apropriaram de representações características do Brasil e da província de Minas Gerais daquele período e as adequavam às questões políticas locais e aos interesses próprios da Comarca do Rio das Mortes. Do mesmo modo, podemos perceber como teóricos e intelectuais importantes para a constituição do pensamento daquela época foram apropriados pelos periódicos em seus discursos.

A utilização da imprensa como fonte principal de nossa pesquisa se justifica pelo fato de se constituir um aparato documental completo e complexo, já que nela convergiam posições e opiniões diversas e representativas[49]. De acordo com Schwarcz, os jornais eram grandes e estáveis empresas constituídas e mantidas através da verba de

---

[47] CHARTIER, Roger, Op. Cit., 1990, p. 24.
[48] Ibidem, p.24.
[49] SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., 1987, p. 16.

grupos, sem dúvida envolvidos em debates enquanto seguimentos da sociedade que se organizavam, veiculando, refletindo e produzindo novas representações[50]. Nossa proposta segue de acordo com essa idéia de Schwarcz, visando uma análise dos periódicos que não os encare como *"expressão verdadeira"* de uma época, ou como veículo imparcial de *"transmissão de informações",* mas antes como uma das maneiras segundo as quais segmentos localizados e relevantes da sociedade produziam, refletiam e representavam percepções e valores da época.

A imprensa, segundo Tânia Regina de Luca, passou a ter um significativo reconhecimento como fonte de pesquisa através da Escola dos Annales, na década de 1930. Entretanto, o reconhecimento de fato só ocorreria com a Nova História, ou terceira geração dos Annales, quando novas perspectivas para as análises históricas foram lançadas, incluindo temas como o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens, as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, entre outros[51]. Por outro lado, Lúcia Maria Bastos P. Neves, Marco Morel e Tânia Maria Bessone da C. Ferreira, afirmam que o redimensionamento da imprensa como fonte documental – na medida em que expressa discursos e expressões de protagonistas – possibilitou a busca de novas perspectivas para a análise dos processos históricos. *"Dessa forma, superou-se a perspectiva limitada de identificar a imprensa como portadora dos "fatos" e da "verdade""*[52]. Deixaram-se igualmente para trás posturas preconcebidas, que a interpretavam como mero veículo de idéias ou forças sociais, que, por sua vez, eram subordinadas estritamente por uma infra-estrutura sócio-econômica. Deste modo, os autores afirmam que os estudos históricos recentes admitem que a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais, apresentando visões distintas de uma mesmo fato, servem como fundamentos para pensar e repensar a História; quanto desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios, *"e não mais como ingrediente do acontecimento, no dizer de Robert Darnton e Daniel Roche"*[53].

Assim, usando de uma comparação meticulosa entre os discursos de cada periódico, poderemos entender a forma como cada periódico, em particular, e a elite, no

---

[50] Ibidem, p. 16.
[51] DE LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 113.
[52]FERREIRA, Tania Maria Bessone da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos P.. *Apresentação.* IN: FERREIRA, Tania Maria Bessone da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos P.. (Orgs.). História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: Faperj/DP&A Editora, 2006, p. 10.
[53] Idem, ibidem.

geral, representavam imigrantes, negros e trabalhadores nacionais; depois, entender como se procedia a formação dessas representações nos discursos; e, por último, perceber quais os interesses políticos aí envolvidos. Assim, nossa pesquisa visa, através da reconstrução dos debates na imprensa, relacionar a imagem formada em torno da mão-de-obra com a luta política na cidade, sempre levando em consideração suas relações com o quadro maior das mentalidades em Minas e no Brasil.

***

No *primeiro capítulo*, buscaremos identificar os discursos dos principais periódicos com relação ao momento de crise do escravismo, em grande parte decorrente da Lei do Ventre Livre de 1871. Assim, distinguiremos quais jornais adotaram uma postura escravista, quais se aproximaram do abolicionismo e quais preferiram o emancipacionismo. Faremos isto, relacionando a posição de cada um com a situação política da época e com os grupos envolvidos com cada partido. Analisaremos também as propostas de cada periódico diante da crise, mostrando como, apesar da existência de vários projetos diferentes, prevaleceu a idéia de substituição do trabalho escravo pela introdução de imigrantes.

No *capítulo 2* centralizamos nossa análise nas representações que permeavam os discursos com relação à mão-de-obra na cidade. Em vista disto, fazemos, inicialmente, um breve exame das teorias raciais que tomaram força na Europa no século XIX e da maneira como se deu a introdução das mesmas no Brasil. Buscaremos demonstrar, ao longo deste capítulo, que, ainda que tivessem que conviver com uma forte presença do discurso religioso, as idéias raciais, ligadas ao cientificismo, estiveram amplamente presentes nos discursos dos periódicos. Por um lado, inferiorizavam negros, nacionais e "amarelos" e, por outro, supervalorizavam os europeus, que deveriam ser inseridos na população nacional por meio da imigração. Deste modo, a imigração servia não apenas como uma simples forma de substituir os trabalhadores negros, mas também como uma maneira de fortalecer a raça nacional através da introdução de "elementos superiores".

No *capítulo 3*, buscamos entender como, a partir de uma nova visão diante do trabalho, os discursos tenderam a valorizar os imigrantes europeus como trabalhadores natos, vindos de países favorecidos pela Revolução Industrial, ao mesmo tempo em que reduziam as qualidades neste sentido das demais possibilidades de trabalho. Assim, o nacional, sobretudo o caboclo, é representado como vadio, necessitando ser educado

para que fosse aproveitado. O mesmo pode-se dizer dos libertos. Deste modo, o combate à vadiagem deveria ser política prioritária dos governos provincial e imperial.

No *último capítulo*, analisamos as representações dos periódicos nos primeiros anos após a abolição da escravidão. Neste período, temos a chegada dos imigrantes na cidade, o que altera as imagens que se faziam dos mesmos. O momento também é marcado pelos constantes problemas com a formação do núcleo colonial e pelos protestos dos imigrantes. A imigração se torna assunto de debate político levando os partidos a representarem de modos diferentes os italianos.

Capítulo 1:
A crise do escravismo na perspectiva da imprensa sanjoanense

1-A lei de 1871 e os emancipacionistas

Em 28 de setembro de 1871, o projeto apresentado pelo visconde do Rio Branco (1819-1880) ao congresso nacional foi convertido em lei e, a partir daí, seria conhecido na história sob o nome de Lei do Ventre Livre. O então presidente do Conselho de Ministros buscara apresentar uma medida que se mostrasse conciliatória e moderada diante das constantes exigências, por parte de um grupo radical do Partido Liberal, de reformas políticas e sociais no Império, entre elas, a emancipação dos escravos[54]. De acordo com Emília Viotti da Costa,

> "o projeto oferecia grandes vantagens aos proprietários: condenava a escravidão a desaparecer à longo prazo, sem abalo para a economia, dando aos proprietários bastante tempo para se acomodarem sem dificuldades à nova situação. E o que era ainda mais importante: respeitava o direito de propriedade." [55]

Neste sentido, a Lei dos Nascituros aparecia como uma alternativa de conciliação dos interesses dos proprietários com a pressão dos abolicionistas. Entre suas resoluções, constava a possibilidade do senhor manter o trabalho do liberto até os 21 anos, como retribuição ao sustento a ele conferido:

> "§1o: Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de

---

[54] Em uma análise econômica do momento de aprovação da Lei do Ventre Livre, BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Pioneira, 1977, p. 22 mostra que com o fim do comércio negreiro e o conseqüente encerramento da especulação para a qual ele fornecia a matéria, gera-se um desinteresse pelo investimento supérfluo no braço escravo encarecido. A lavoura que inicia sua expansão depois da extinção do tráfico passa a desenvolver uma tendência a reservar o braço escravo para as funções essenciais, empregando o trabalho nacional livre nas supletivas. Igualmente multiplicam-se as tentativas para introduzir colonos europeus, o pagamento de cujas passagens era adiantado pelos fazendeiros. Neste sentido, a nova lavoura passa a insistir numa solução que lhe permitisse ao mesmo tempo poupar o investimento em escravos e garantir-lhe um braço barato: a entrada em massa do trabalho semi-servil, à custa dos cofres públicos. Por outro lado, depois de encerrada a especulação em escravos, a nova lavoura tende a empregar excedentes disponíveis na valorização da terra, cedida em parte para estabelecer colônias voltadas também para agricultura de alimentação. Mais adiante, retomaremos alguns aspectos dessa discussão, dando ênfase ao debate na cidade de São João del-Rei.

[55] COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 54.

> 600$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos."[56]

Com isto, como afirma Emília V. da Costa, o regime servil poderia ser perpetuado por pelo menos mais duas ou três gerações.[57] O projeto também determinava a criação do Fundo de Emancipação, destinado à libertação de um certo número de escravos por ano em cada província e cujos recursos seriam arrecadados mediante uma taxa sobre os escravos, impostos gerais sobre transmissão de propriedade escrava, loterias, multas impostas em virtude da lei, cotas eventualmente criadas no orçamento geral, provincial e municipal, legados e doações. Além disso, dava aos escravos o direito de acumular pecúlio para a compra de sua liberdade, desde que com o consentimento do senhor, e declarava livres os escravos pertencentes ao governo, os dados em usufruto à Coroa, aqueles cujos donos morressem sem herdeiros e os abandonados por seus senhores.[58]

Ângela Alonso chama a atenção para o fato de que a Lei do Ventre Livre seguia um exemplo bem sucedido noutros países, não afetaria a propriedade presente e estipulava essa marcação de décadas, tão cara às reformas imperiais.

> "Iria solucionar o problema gradualmente, dando à escravidão uma sobrevida de vinte anos, ao estabelecer o protetorado do senhor sobre o ingênuo. Mas suprimia por completo a perspectiva de reprodução do sistema escravista."[59]

A lei de 1871 estava de acordo com uma série de projetos anteriores que apresentavam o emancipacionismo como meio de acabar com o trabalho servil. Estes propunham um lento caminhar do africano rumo à liberdade, sempre sobre as rédeas curtas do branco redentor.[60]

Em 1823, José Bonifácio (1763-1838) já havia proposto a extinção lenta e gradual da escravidão, o que pressupunha a imposição de empecilhos ao tráfico de africanos para o país. Buscando justificar suas idéias, o autor tentava demonstrar em sua *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura* que os lucros provenientes da escravidão eram ilusórios, afirmando

---

[56] Lei do Ventre Livre (lei n o 2040), de 28 de setembro de 1871, disponível em: http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/biblioteca/brasil/hb_imperio/hb_imperio.htm, acessado em 03 de setembro de 2009.
[57] COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit., p. 54.
[58] Idem, p. 54.
[59] ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento: A geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 81.
[60] AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Op. Cit.. 1987, p. 54.

que *"A lavoura do Brasil, feita por escravos boçais e preguiçosos, não dá os lucros, com que homens ignorantes e fantásticos se iludem"*.[61] Interessante era a preocupação com a integração dos negros ao mundo livre, mostrando interesse com a melhoria da sorte dos escravos existentes no Brasil. Assim, o autor concluía:

> "Torno a dizer, porém, que eu não desejo ver abolida de repente a escravidão; tal acontecimento traria consigo grandes males. Para emancipar escravos sem prejuízo da sociedade, cumpre faze-los primeiramente dignos da liberdade: cumpre que sejamos forçados pela razão e pela lei a convertê-los gradualmente de vis escravos em homens livres e ativos."[62]

Célia Maria Marinho de Azevedo mostra que, até a década de 1870, propostas deste tipo foram constantes entre os intelectuais do Império. José Eloy Pessoa da Silva (1826), Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque (1830), Francisco Antônio Brandão Jr. (1865), Domingos Alves Branco Moniz Barreto (1817) e Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire- Rohan (1878) são alguns nomes apresentados pela autora que, não obstante a diversidade de posições e idéias destes homens[63], tendiam a pensar em uma abolição gradual do trabalho escravo. No entanto, outro lugar comum era a constatação da inferioridade do africano, o que levava ao desejo implícito de *"preparar a própria subjetividade dos futuros trabalhadores livres, os quais deveriam continuar a considerar o branco como seu superior."*[64]

No entanto, apesar do caráter moderado da Lei do Ventre Livre, não devemos subestimar a sua importância para o término da escravidão no Brasil, afinal, mesmo que em longo prazo, ela estabelecia um fim para o sistema, evitando sua reprodução. Assim, segundo Lilia Schwarcz, o problema da desmontagem do regime escravocrata, com seus avanços e recuos, a partir da década de 1870, tornava-se um fato irrevogável, sendo que a lei de 1871 punha um ponto final neste modo de trabalho condenado pelas demais nações.[65]

---

[61] SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000, p. 29.
[62] Idem, p. 31-32.
[63] Azevedo deixa claro que entre estes autores não havia homogeneidade no pensar devido, inclusive, ao espaço temporal que os separavam. Alguns tinham posições mais radicais diante da inferioridade dos negros, enquanto outros se preocupavam com o combate ao ócio decorrente da liberdade dos mesmos. Havia os que viam no escravo um inimigo interno a ser domesticado, e os que apontavam o aprendizado moral e profissional como caminhos para essa domesticação. Enfim, o que interessa para a autora é a tendência de todos eles encontrarem em um processo lento a melhor saída para a extinção do trabalho escravo no Brasil.
[64] AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Op. Cit., 1987, p. 55.
[65] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870- 1930)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993, p. 27.

2-*"Uma lei de inspiração divina":* os conservadores e a Lei do Ventre Livre em São João del-Rei

Em São João del- Rei, a Lei do Ventre Livre vai colocar em questão a inevitabilidade do fim da escravidão. Os conservadores da cidade, defensores do regime escravista[66], tinham agora que conviver com uma lei que, além de atingir as bases da escravidão no Brasil, tinha sido aprovada pelos próprios conservadores do Império.[67]

Diante disto, *O Arauto de Minas* seguiu a tendência dos escravistas do Império de se apegar à lei que tantos tinham se oposto. Como afirma Emília Viotti, para eles, a Lei do Ventre Livre encerrara a questão. A emancipação dos escravos seria sua conseqüência inevitável, mesmo que para isso os escravos tivessem que esperar por mais de meio século. Portanto, na opinião deles, nada mais havia a fazer do que esperar os efeitos da mesma.[68]

Deste modo, *O Arauto de Minas* soube usar a Lei de 1871 como forma de combater o abolicionismo e perpetuar o sistema escravista, preocupando-se, porém, em se mostrar defensor da reforma servil, afirmando ser esta lei a maneira mais prudente de se extinguir o trabalho escravo.

> "Não há necessidade de uma nova lei que trate do assunto; não há urgência de vozes que se ergam em prol dos entes sem autonomia; não há mister de revoluções sociais para que se opere a mudança completa."[69]

A proposta defendida pelo periódico é a de uma passagem gradual para o trabalho livre, o que a *"lei de 28 de setembro"* fazia bem. *"Os escravos pouco a pouco se libertarão e vão procurando trabalho; os senhores também pensadamente substituem o braço servil pelo mercenário".*[70]

Para o periódico a Lei do Ventre Livre representava a resolução do difícil problema da mão-de-obra no Brasil, *"resolução pacífica, moderada e que não trará o*

---

[66] Destacamos que não é nossa intenção fazer uma generalização dos conservadores como sendo todos escravistas. Temos consciência que dentro do partido existiam, por exemplo, abolicionistas como Xavier da Veiga (1846-1900), assim como havia também um bom número de escravistas entre os liberais. No entanto, era entre os conservadores que se encontravam o maior número de defensores do regime escravista.

[67] Devemos chamar a atenção para o fato contraditório de que os conservadores, em cujo bojo se encontrava a maioria dos escravistas do Império, foram os responsáveis pelas principais leis que puseram fim à escravidão: a abolição do tráfico (1850), a Lei do Ventre Livre (1871) e, finalmente, a abolição (1888).

[68] COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit., p. 59.

[69]*O Arauto de Minas*, 17 de dezembro de 1880.

[70]Idem, Ibidem.

desânimo e o terror no seio da lavoura".[71] Deste modo, o ano de 1871 se tornava o marco do fim do regime escravista no país: *"Até 1871, o Brasil teve o opróbrio da escravidão, daí pra cá começou a ter melhor apresentação e dentre em poucos anos, sem perturbações, sem correr sangue, não mais terá escravos.".* [72]

O impresso apresentava em seus discursos uma representação da escravidão em que reinava uma perfeita harmonia, resultado direto da lei dos nascituros:

> "O que queremos mais? Todos os dias nascem homens livres de mulheres escravas, e a par destes o fundo de emancipação trabalha incessantemente.
>
> As manumissões se multiplicam e cada festim de família é selado com a carta de liberdade dada aos servos dedicados.
>
> O azorrague dos feitores desapareceu quase, e no lar doméstico caminha o escravo sem o temor, o assombro dos tempos passados.
>
> As leis em geral amparam os desgraçados sem autonomia, e quando algum pleito se trava entre o senhor e o escravo, quase sempre a justiça pende para este: protege o fraco."[73]

A estratégia discursiva do jornal é bem simples: 1871 havia acabado com os conflitos entre senhor e escravo, reinava agora a paz entre "casa-grande" e "senzala", então porque haveria de se fazer qualquer alteração na legislação sobre o assunto? Ao mostrar que *"se respira um outro ambiente"*[74] no Brasil, encontrava-se uma argumentação para a defesa do *status quo* da escravidão no país.

Em 09 de novembro de 1880, em artigo extraído do *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro) sobre a morte do Visconde do Rio Branco, a lei era referida como um *"grande ato legislativo que estancou a fonte da escravidão no Brasil".*[75] Essa afirmação não fugia do ponto de vista do periódico sanjoanense: 28 de setembro de 1871 havia colocado um fim no escravismo e, por isso, nada mais havia que ser feito para mudar essa "*lei de inspiração divina".*[76]

Por outro lado se, como demonstra Paula Beiguelman, no âmbito nacional a lei dos nascituros transformou-se em título de honra para o partido conservador, acrescentado ao da extinção do tráfico[77], em São João del-Rei não foi diferente. *O Arauto de Minas* não apenas a vangloriava, mas também a utilizava como forma de atacar o partido liberal. Em 19 de outubro de 1880, em longo artigo criticando o

---

[71] *O Arauto de Minas*, 09 de dezembro de 1880.
[72] Idem, ibidem.
[73] Idem, ibidem.
[74] Idem, ibidem.
[75] *O Arauto de Minas*, 09 de novembro de 1880.
[76].*O Arauto de Minas*, 09 de dezembro de 1880.
[77] BEIGUELMAN, Paula. Op. Cit., p. 33.

ministério liberal, lia-se o seguinte: *"O ministério Rio Branco fez passar a lei de 28 de setembro: os liberais gritaram contra ela, mas hoje reconhece o conselheiro Saraiva que é impossível melhor reforma"*.[78] O texto prosseguia dizendo que tudo o que os liberais faziam no governo era *"corromper e destruir"*[79] os feitos dos conservadores.

De acordo com Alex L. Amaral[80], o impresso considerava-se *"emancipacionista"* por que *"Esclavagistas, seriam homens que gritassem contra a Lei de 28 de Setembro; que a quisessem derrocar; mas destes não há nenhum"*.[81] Percebe-se, portanto, um esforço do periódico em tentar mostrar-se em seus discursos como adepto de uma posição moderada. Em outras palavras, os abolicionistas, que defendiam a abolição imediata, seriam radicais, no entanto, deixar transparecer uma postura escravista, contrária à reforma servil, seria agarrar-se a uma posição considerada por muitos como "atrasada"[82].

Ao comentar a Lei dos Sexagenários, o periódico voltava a afirmar a sua auto-intitulada posição de emancipacionista:

> "Já o temos dito e repetiremos até a saciedade, que não somos escravistas e nem cremos que os aja no solo americano, onde nunca poderão medrar as instituições contrárias à liberdade, civil e política.
> Somos emancipacionistas e fervorosos, (...).
> Nós, os emancipadores, que queremos a libertação moderada e gradualmente, como está se operando, sob o benefício influxo da lei de 28 de setembro de 1871, sem perturbação do trabalho e da paz pública(...)."[83]

Entretanto, como também demonstra Amaral, ao mesmo tempo em que se dizia emancipacionista, o jornal publicava "*Pensamentos"* do tipo: *"Não acordeis o escravo, porque talvez ele sonhe que é livre"*.[84] Assim, em seu discurso, o impresso conservador de São João del-Rei buscava na emancipação a legitimidade de sua posição, sendo que, no entanto, frequentemente apresentava-se contrário ao fim da escravidão e ao

---

[78] *O Arauto de Minas*, 19 de outubro de 1880.
[79] Idem, ibidem.
[80] AMARAL, Alex Lombello. Op. Cit., p.51.
[81] *O Arauto de Minas,* 17 de dezembro de 1880, apud AMARAL, Alex Lombello. Op. Cit., p.51.
[82] Cabe ressaltar, em linhas gerais, que os emancipacionistas defendiam uma passagem gradual rumo ao fim da escravidão, sendo contrários, portanto, a uma abolição imediata, com base em temores como a crise da agricultura, a não inserção adequada dos negros ao mundo do livres e a desorganização social. Por outro lado, os abolicionistas lutavam pelo imediato fim do trabalho escravo, creditando à escravidão o motivo dos vários males sofridos pelo país. Ao contrário do que ocorria no Estados Unidos, no Brasil não existiu uma posição escravista declarada. Aqueles que defendiam a permanência do regime servil, quase sempre se escondiam sobre as sombras do emancipacionismo, como fazia *O Arauto de Minas* em São João del-Rei.
[83] *O Arauto de Minas*, 05 de dezembro de 1884.
[84] *O Arauto de Minas*, 30 de julho de 1877, apud AMARAL, Alex Lombello. Op. Cit., p. 51.

movimento abolicionista. Qualquer passo adiante que pudesse ameaçar a ordem escravocrata, ou que pelo menos facilitasse a abolição gradual, era duramente criticado pelo periódico, utilizando de argumentos como a crise da lavoura e o desrespeito ao direito à propriedade escrava.

3- Crise da lavoura, direito à propriedade servil e abolicionismo nas páginas d'*O Arauto de Minas*.

A crise da lavoura que, dizia-se, seria inerente ao fim do regime escravista e a violação ao direito à propriedade escrava eram dois importantes argumentos utilizados pelo *O Arauto de Minas* para opor-se a projetos que visassem à abolição imediata. Ao defender a Lei do Ventre Livre, o jornal constantemente legitimava sua escolha com o argumento de que esta seria a única maneira de se evitar a crise da agricultura no Brasil e o desrespeito à Constituição.

Segundo Hebe M. Mattos[85], os cidadãos ativos que estavam envolvidos no processo de abolição no século XIX, seja como agentes econômicos (fazendeiros escravistas), seja como atores políticos, concentraram seus esforços na busca de controlar a transformação, no sentido de evitar a desorganização da produção. A autora dá a esse sentimento o nome de *"fantasma da desordem"*, que se prolongara pelos anos imediatamente posteriores à abolição.

Em artigo de 08 de fevereiro de 1880, *O Arauto de Minas* apresentava a situação da lavoura da seguinte maneira:

> "A lavoura, a base quase única da felicidade individual e geral, sendo aquela, quando todos a sentem, a desta, está oscilando em dúvidas e incertezas que mais a definham e prostram. O lavrador está perplexo, não sabe o que se dará amanhã."[86]

A grande lavoura, portanto, corria o risco de perecer diante das incessantes incertezas que a cercavam naquele momento. A maior causa dessa insegurança era a ameaça da abolição, vista como *"uma medida inconveniente, que há de necessariamente abalar o país pela base, se ela não for adotada com todas as precauções, com toda prudência (...)"*[87].

---

[85] MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: Os significadas da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 210.
[86] *O Arauto de Minas*, 08 de fevereiro de 1880.
[87] Idem, ibidem.

O *"fantasma da desordem"* encontrava-se diretamente relacionado com a questão do direito à propriedade. Extinguir de uma vez a escravidão significava submeter os proprietários a prejuízos incalculáveis através da violação de um direito garantido pela Constituição. Em 27 de dezembro de 1884, *O Arauto de Minas* publicava o discurso do Sr. Manoel Fulgêncio, proferido na sessão de 20 de agosto de 1884 da Assembléia Legislativa Provincial, sobre o elemento servil no qual se lia o seguinte:

> "A idéia altamente humanitária da abolição do elemento servil em nosso país, Sr. Presidente, acha-se felizmente implantada em todos os corações (apoiados), acho que os brasileiros desejam que ela seja traduzida em realidade no mais breve prazo possível...
>
> *O Sr. Albergarias*: Mas sem perturbação social.
>
> *O Sr. M. Fulgêncio*: ... mas sem ataque ao direito positivo da propriedade, sem postergação do trabalho, sem desastrosas paralisia da indústria agrícola e comercial, sem abalar os alicerces do crédito público e particular, sem destruir as fortes colunas da fortuna pública e privada, como se acha constituída entre nós; sem, finalmente afrouxarem-se os laços da união nacional, (...).
>
> Todos nós sabemos o que infelizmente se tem dado no Império a respeito desta magna questão; numerosos escravos tem sido alforriados contra a vontade de seus senhores, ora mediante indenizações ilusórias, ora sem indenização alguma, a pretexto de que foram importados depois da lei de 7 de novembro de 1831, que proibiu o tráfico, quando, a mais de meio século, essas transações se tem feito na melhor boa fé e, portanto, deviam ser respeitadas."[88]

Essa transcrição, que abarcou grande espaço da primeira e da segunda página do jornal, pretendia alertar para o desrespeito ao *"direito à propriedade servil"* que, segundo a fala do deputado, "*tem sido negado, apesar de achar-se consagrado em nossa legislação"*[89].

Em edição anterior, o jornal dizia que a escravidão é:

> "entre nós uma propriedade tão legítima como outra qualquer, e que, portanto está sobre garantia e proteção da Constituição do Império, que no art. 170, parágrafo 22, assim se exprime:
>
> 'É garantido o direito à propriedade em toda a sua *plenitude*.
>
> Se o bem público, legalmente verificado exigir o uso e emprego da propriedade do cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela (...)'.
>
> A lei fundamental não faz exceção de propriedade alguma e, portanto compreende a territorial como a servil e todas as outras".[90]

O artigo estava questionando o projeto Dantas de 1884, que não resguardava o direito de propriedade, ao desrespeitar o princípio da indenização.

[88] *O Arauto de Minas*, 27 de dezembro de 1884.
[89] Idem, ibidem.
[90] *O Arauto de Minas*, 05 de dezembro de 1884.

O projeto do gabinete liberal de Manuel de Souza Dantas (1831-1894) era, de acordo com Ângela Alonso, inspirado no programa de abolição gradual da escravidão. *"Previa libertação aos 60 anos, impostos altos sobre heranças, venda e transmissão de posse de escravos, libertação dos africanos com registro irregular"*.[91] Também considerava a criação de colônias agrícolas para os libertos, que teriam que permanecer por cinco anos no município em que estavam. Mesmo o projeto tendo sido apresentado por um gabinete liberal, nove deputados pertencentes a esse partido uniram-se aos conservadores votando contra. Diante da oposição na Câmara, Dantas requereu do Imperador sua dissolução e a convocação de novas eleições.[92] No entanto, o gabinete foi esmagado nas urnas. Também os abolicionistas, que se lançaram com ímpeto à campanha, tiveram um resultado desapontador. *"Assim, o* status quo *saquarema mais uma vez bloqueou as reformas: derrubou Dantas e, três meses depois, a situação liberal"*.[93]

Nesse contexto, *O Arauto de Minas* foi importante opositor de Dantas na cidade de São João del-Rei. Para o impresso, a libertação gratuita dos sexagenários representava o fim da escravidão, escondia *"um artificioso processo de abolição instantânea"*.[94] Deste modo, concluía: *"desmoralizada e sem valor algum, estará acabada a propriedade escrava no dia em que for lei a libertação gratuita dos sexagenários"*.[95]

Novamente, a solução para uma transição pacífica do trabalho escravo para o livre, que não causasse abalos à propriedade e paralisação e crise na lavoura, estava na *"Lei de 28 de Setembro"*. Apenas uma libertação lenta e gradual, proporcionada pela Lei do Ventre-Livre, poderia fazer com que a grande lavoura e os proprietários não fossem prejudicados. Assim, os defensores de uma abolição imediata, os abolicionistas, foram alvos constantes das críticas do periódico.

O Arauto de Minas dispunha de todo um repertório de xingamentos quando se tratava dos abolicionistas: *"falsos filantropos"*, *"antipatriotas"*, e até *"socialistas"*

---

[91] ALONSO, Ângela. Op. Cit., p. 307.
[92] COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit., pp. 85-86.
[93] ALONSO, Ângela. Op. Cit., p. 314. O projeto posterior aprovado pelo Ministério conservador de Cotegipe, além de garantir a indenização aos proprietários, impunha severas penas a quem protegesse escravo fugido, estipulava que os escravos emancipados aos sessenta anos ficavam obrigados a trabalhar mais três anos gratuitamente (ou até a idade de sessenta e cinco anos), a título de compensação a seus senhores e oferecia vantagens aos senhores que se decidissem espontaneamente a emancipar seus escravos, concedendo-lhes indenização (COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit., p. 87).
[94] *O Arauto de Minas*, 05 de dezembro de 1884.
[95]Idem, ibidem.

compunham o amplo arsenal de ofensas utilizadas. Para a folha conservadora, o ideal do abolicionismo era, antes de qualquer coisa, uma série de idéias estrangeiras, que, apesar de terem tido sucesso na Europa, seriam incompatíveis com a realidade nacional. Visando explicar tal opinião, o periódico publicava, em 09 de dezembro de 1880, a transcrição de um discurso do representante da província de Minas Gerais na Assembléia dos Deputados, Sr. Martinho Campos (1816-1887)[96], afirmando estar, o periódico, "*Partilhando os mesmos sentimentos do honrado parlamentar e prestando todo o apoio às suas idéias*" [97]:

> "Esta casa é casa de debate; todos os assuntos estão sujeitos à discussão, dados para a ordem do dia.
>
> Bem sei que não é esta escola de um grupo, felizmente pequeno, que não é esta a escola dos socialistas, dos reformadores modernos, dos reformadores do mundo, que não admitem réplicas, que querem subverter o mundo, transtornar toda a ordem das coisas, sem que fique as vítimas o direito de se fazerem ouvir. *(Apoiados)* Isto que se tem dado em toda a parte do mundo em nossos dias não se há de dar no Brasil, mas a tentativa é evidente, felizmente, porém por parte de um grupo embora audaz, muito pequeno. *(Apoiados)*". [98]

O discurso em questão era uma resposta de Martinho Campos a um discurso proferido anteriormente pelo deputado pelo Maranhão Joaquim Serra (1838-1888) que, tudo leva a crer, possuía um forte teor abolicionista. Interessante notar que, na citação acima, o grupo pequeno mencionado pelo parlamentar, os abolicionistas, não se diferencia dos reformadores da Europa, entre eles os socialistas.

Ainda na mesma edição lia-se, em outro artigo, que:

> "Alguns filantropos da Corte, mocinhos que do Brasil apenas conhecem a Rua do Ouvidor e as delícias da palestra nos cafés e nos teatros, em falta de diversão (...) apresentam-se chefes da propaganda abolicionista; e liberais da fazenda alheia, procuram por todos os meios dar incrementos a idéias que põe em perigo os mais vitais interesses do país". [99]

Fica clara a visão que tinha o periódico dos abolicionistas: um grupo de jovens que, tendo estudado na Europa e ficando restritos aos círculos elegantes da Corte, se afastaram dos interesses do Brasil, buscando aplicar suas idéias em um país que conhecem apenas por intermédio de palestras. De fato, alguns dos abolicionistas, como

---

[96] Deve-se ressaltar que Martinho Campos foi um dos mais notórios escravistas da Província de Minas Gerais, o que deixa ainda mais evidente a posição pró-escravismo d'*O Arauto de Minas*.
[97] *O Arauto de Minas*, 09 de dezembro de 1880.
[98] Idem, ibidem.
[99] Idem, ibidem.

Joaquim Nabuco, por exemplo, tiveram passagens pela Europa e comungavam de idéias estrangeiras como o positivismo, no entanto, o discurso exposto n'*O Arauto de Minas* era pejorativo no sentido de apresentá-los como jovens que perderam o vínculo com a nação. A referência à Rua do Ouvidor também é significativa, visto que o local era ponto de encontro da boemia carioca e de vários intelectuais no final do século XIX, neste caso, sendo apresentado como espaço de associação de uma geração urbana que, em suas diversões, punha em risco as *"fazendas alheias"*, sustentáculo do poderio econômico do Império.

Os abolicionistas também eram considerados *"falsos filantropos"*, que propagavam idéias antipatrióticas, que poderiam ser *"quando muito bonita, bela mesmo, diante da filosofia, e das outras nações, mas nunca perante os interesses pátrios"*.[100]

Assim, o abolicionismo, além de subversivo, era antipatriótico porque:

> "os verdadeiros patriotas são os que olham para o futuro e procuram por todos os meios conjurar os perigos que lá divisam; não são aqueles que se deixam seduzir pelo brilho, muitas vezes enganador, de uma idéia, sem indagarem se ela é apta para ser moldada a uma forma prática".[101]

Ao tomarem para si idéias estrangeiras, não pensando nas conseqüências para o Brasil da aplicação das mesmas, os abolicionistas, na ótica da folha conservadora, eram tidos como inimigos da pátria, sopradores do *"vento da anarquia"*[102] que ameaça toda a face do país.

Os adeptos da abolição imediata também eram criticados por não respeitarem o direito constitucional da propriedade escrava, nos termos citados anteriormente:

> "Em conseqüência, toda violência feita a essa propriedade pelas associações abolicionistas do Ceará e outros pontos, que estão subtraindo escravos ao domínio de seus senhores, e que sem audiência destes os vão alforriando por preços ridículos, constitui um verdadeiro atentado puníveis pelas nossas leis criminais".[103]

Importante a menção do periódico ao abolicionismo no Ceará, primeira província do Brasil a pôr término ao regime escravista. Nas palavras de Paula

---

[100] *O Arauto de Minas*, 9 de dezembro de 1880.
[101] *O Arauto de Minas*, 24 de dezembro de 1880.
[102] *O Arauto de Minas*, 23 de fevereiro de 1884.
[103] Idem, ibidem.

Beiguelman: *"A abolição cearense, aumentando o risco que o escravismo nacional passava a correr, estimula, por sua vez, o movimento libertador nas províncias de menos escravos"*.[104] Lusirene C. F. Ferreira, igualmente ressalta a importância da abolição no Ceará, que esquentou os embates sobre o fim da escravidão nos periódicos da Corte e nos debates parlamentares: *"Em todo o território do Brasil não se falava sobre outro assunto"*.[105] A autora destaca a importância do dia 25 de março de 1884 para o abolicionismo na Corte, ocasionando várias festas de comemoração pelas ruas do Rio de Janeiro, o que instaurou um clima de insegurança entre os senhores de escravos.[106] Em vista disto, *O Arauto de Minas* mostrou-se temeroso diante da possibilidade de que o Ceará impulsionasse, por seu exemplo, um movimento maior rumo à extinção do regime servil.[107]

O periódico pedia punições mais severas contra os indivíduos envolvidos com o abolicionismo. Segundo o jornal, medidas deveriam ser tomadas para que se sufocasse o *"fanatismo abolicionista"*[108], que ameaçava a propriedade escrava, um dos pilares da grande lavoura cafeeira.

Deste modo, *O Arauto de Minas* via diante do Brasil um período de crise, onde a lavoura tornava-se a grande vítima. A ameaça de abolição imediata seria a principal causa desta crise, um ataque direto à Constituição do Império, que garantia o direito à propriedade escrava. Assim, o principal inimigo a ser combatido era o abolicionismo, que, de acordo com os discursos do periódico, seria tão ameaçador quanto as idéias socialistas e anarquistas.

Por isso, o jornal se apegou tanto à lei de 28 de setembro, obra de um *"ilustre estadista"*, Rio-Branco, e que permitiria a manutenção do regime escravista ainda por algumas décadas. Apesar de se dizer emancipacionista e clamar pela abolição gradual, percebe-se nas entrelinhas dos discursos d'*O Arauto* que sua verdadeira intenção era

---

[104] BEIGUELMAN, Paula. Op. Cit., p. 36.

[105] FERREIRA. Lusirene Celestino França. *Nas Asas da Imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885).* Dissertação (Mestrado). São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), 2010, p. 44.

[106] Idem, 50-51.

[107] Curiosamente, apesar de sua posição contrária ao abolicionismo e temerosa quanto a abolição no Ceará, o redator d'*O Arauto de Minas*, Severiano Nunes Cardoso de Rezende, é citado como um dos doadores de prendas para as comemorações do abolicionismo no Ceará. Segundo FERREIRA. Lusirene Celestino França. Op. Cit., p. 57, Severiano teria doado para a ocasião 15 brochuras do drama "A Virgem Martyr de Santarém". Infelizmente, não encontramos referência a este ato nos impressos de São João del-Rei, o que não nos permiti fazer nenhuma conclusão segura sobre o motivo da doação. Deste modo, não podemos saber se Severiano tinha conhecimento do destino de suas prendas, ou se o propósito inicial do donativo era outro qualquer.

[108] Idem, ibidem.

fazer com que a escravidão perdurasse pelo maior tempo possível, já que 1871 impossibilitava sua eterna preservação. Portanto, o apoio ao emancipacionismo inseria-se na estratégia discursiva d'*O Arauto de Minas* para encobrir sua posição escravista, já que era contrário a qualquer medida que facilitasse o processo de emancipação, como o projeto Dantas ou a abolição no Ceará.

Contraditoriamente, com a abolição, em 1888, o editorial d'*O Arauto de Minas* considerou o episódio dentro do modelo de emancipação gradual e, por isso, tal fato em nada alteraria a economia e os costumes do Império. Como afirma Afonso de Campos Maia, a notícia foi publicada com solenidade, dando por encerrado um período cruel e violento da história do Brasil.[109]

> "Afinal caiu por terra a maldita árvore da escravidão que, herança de centenas de anos, estava de tal sorte arraigadas ao nosso solo, parecendo impossível extirpá-la sem um grande abalo, sem lutas internas, guerras fratricidas e comoção de conseqüências medonhas e terríveis."[110]

4- Os liberais e o escravismo

Segundo Emília Viotti da Costa, a partir da década de 1860, o espírito progressista parecia ter empolgado a muitos liberais que pretendiam levar seu partido a posições mais radicais.[111] Deste modo, surgiria dentro do partido liberal uma ala favorável à emancipação dos escravos. Este grupo encontraria grande resistência tanto do partido conservador, quanto dos escravistas do próprio partido liberal.

Ângela Alonso, no entanto, mostra que as dissidências pró-reformas partiram inicialmente do partido conservador, em 1862. Segundo a autora, chefes como Nabuco de Araújo (1813-1878), Zacarias de Góes (1815-1877), Sinimbu (1810-1906), Saraiva (1823-1895) e Paranaguá (1821-1912), persuadidos pela necessidade de mudança e desacreditados da boa vontade saquarema em fazê-las, se uniram à ala mais moderada dos liberais para formar a Liga Progressista. Constituiu-se em uma espécie de partido de centro que alcançou a presidência do gabinete com um programa moderado de reformas incorporando parte significativa da pauta liberal: divisão de poderes, responsabilidade

---

[109] MAIA, Afonso de Campos. *O Silêncio Abolicionista e a resistência negra em São João del-Rei (1871-1888).* Monografia de Pós-Graduação apresentada ao Curso de Especialização em História de Minas no Século de XIX da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI): São João del-Rei, 2001, p.28.

[110] *Arauto de Minas*, 20 de maio de 1888, citado por MAIA, Afonso de Campos. Op. Cit., p. 28.

[111] COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit., p. 42.

dos ministros pelo Poder Moderador, liberdade individual, descentralização administrativa, representação de minorias, reforma judiciária, código civil, revisão do código comercial, reforma da guarda nacional, "regeneração do clero", execução do Ato Adicional. No entanto, bombardeada pelos velhos saquaremas e pelos liberais radicais, a efêmera Liga Progressista – prejudicada também pela guerra no Prata – não auferiu senão resultados muito tímidos. Deste modo, o executivo retornou ao controle conservador em 1868.[112]

Com a queda do Gabinete Zacarias (1866-1868) os liberais iniciariam uma intensa campanha de oposição cujo ponto alto seria o lançamento do manifesto redigido por Nabuco de Araújo e outros importantes nomes do partido, em 1869, com uma série de reformas que atingiam o Estado, a Igreja e a escravidão. O manifesto propunha descentralização, autonomia do judiciário, criação de um sistema de educação independente do Estado, transformação do Conselho de Estado em órgão exclusivamente administrativo, abolição da vitalicidade do Senado, eleições diretas, criação de registro civil, secularização dos cemitérios, liberdade religiosa, extensão do direito de voto aos não católicos e gradual emancipação dos escravos.[113] Ainda assim, os mais radicais dentro do partido não se sentiram satisfeitos e lançaram um manifesto próprio exigindo a abolição do Poder Moderador, da Guarda Nacional, do Conselho de Estado e da escravidão.

Ao reassumir o poder em 1878, no entanto, no que tange à escravidão, pouco foi feito por parte dos liberais. Com a reforma eleitoral em 1881, o governo teve que conviver com uma considerável representação oposicionista, cuja presença estimulou a dissidência no seio da maioria. Assim, os deputados pertencentes ao partido no poder tenderam a unir-se, conforme as circunstâncias, à minoria adversária, criando um regime de permanente instabilidade parlamentar.[114] Nesta situação, o escravismo aparecia como grande elemento de discórdias e colocava em questão a ameaça de dissidência intrapartidária, o que tornava inviável qualquer tentativa de legalização das mudanças.

No contexto do fim do Império, portanto, as dissidências liberais foram importantes na medida em que radicalizaram o protesto liberal. Como afirma Ângela Alonso,

---

[112] ALONSO, Ângela. Op. Cit., p. 72.
[113] COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit., p 46.
[114] BEIGUELMAN, Paula. Op. Cit., p. 40-41.

> "As dissidências liberais distinguem-se entre si por acentuar gêneros de mudanças: os liberais republicanos exacerbaram a bandeira dos liberais radicais por reformas políticas, clamando por um sistema representativo federalizado; já os novos liberais eram precipuamente abolicionistas, em linha direta de continuidade com as reformas econômicas e sociais, de reorganização do regime de trabalho, iniciadas pelos conservadores moderados." [115]

Em São João del-Rei, a característica nacional dos liberais de congregarem em seu seio uma diversidade de posições muito grande pode ser evidenciada pela imprensa periódica, um verdadeiro *"mosaico liberal"*, parafraseando Amaral. O autor percebe uma diversidade de referências políticas dentro do partido liberal, que contrasta com a unidade do partido conservador.[116]

Para Amaral, os periódicos liberais redigidos na gráfica do Capitão José Antônio Rodrigues (*O São-Joanense*, *Cinco de Janeiro* e *A Situação*), entre 1876 e 1880, apresentavam uma tendência pró-escravidão, publicando anúncios de fugas de escravos e notícias da chegada de escravos do Rio de Janeiro. O autor ainda faz referência a uma frase d'*O São-joanense*, de 21 de julho de 1877 em defesa do *status quo* da escravidão, onde se lia que *"é mais imprudente do que oportuno provocar debate e deliberação legislativa sobre o assunto"*.[117] Além do mais, o Capitão Rodrigues era proprietário de escravos, os quais não alforriou nem ao morrer.[118] Entretanto, apesar das evidências apontadas por Amaral, acreditamos que os números disponíveis destas folhas são insuficientes para que tiremos quaisquer conclusões que não sejam mais do que superficiais. Talvez *O São-Joanense* tenha sido realmente escravista, mas sobre o *Cinco de Janeiro*, do qual dispomos de apenas um número, e *A Situação*, da qual não há números conservados, não podemos afirmar com certeza se eram escravistas de fato.

A *Tribuna do Povo*, por outro lado, com um número maior de edições conservadas, nos permite uma melhor avaliação de sua postura. A folha tinha uma visão generosa sobre o abolicionismo e anunciava alforrias concedidas nos testamentos e pelo fundo de emancipação. Em 31 de dezembro de 1881, acusava a falta de patriotismo da cidade pela escassa presença nos atos públicos de libertação de cativos pelo fundo de emancipação. Sobre a Lei do Ventre Livre, dizia que era ineficiente em seu objetivo de colocar um ponto final na escravidão no país. Apesar disto, o periódico chegou a

---

[115] ALONSO, Ângela. Op. Cit., p. 104.
[116] AMARAL, Alex Lombello, Op. Cit, p. 100.
[117] *O São-Joanense*, 21 de julho de 1877, citado por AMARAL, Alex Lombello, Op. Cit, p. 106.
[118] AMARAL, Alex Lombello, Op. Cit., p. 106.

publicar um anúncio de fuga de escravos além de apoiar um candidato defensor da lei de 28 de setembro, José de Rezende Teixeira Guimarães.

O *São João Del-Rei*, por sua vez, considerava a libertação dos escravos sexagenários um atitude de interesses humanitários, mas acusava o partido conservador por ter usado da lei referente ao assunto para alcançar o poder no ministério. Em 17 de fevereiro de 1886, a folha criticava os rivais por serem incoerentes na questão, já que haviam feito fervorosa oposição ao gabinete Dantas, quando este colocou o tema entre suas propostas, e, no entanto, após ascenderem ao poder, aprovaram a Lei dos Sexagenários.

> "Ainda ontem, por assim dizer, esses mesmos homens, que hoje são governo, fizeram a mais desbragada oposição ao patriótico e glorioso gabinete Dantas, porque este, consultando a maioria do país e os interesses econômicos e políticos, teve a glória de apresentar ao parlamento a mais luminosa idéia do século atual". [119]

Nota-se que a folha liberal reivindica a autoria da libertação dos escravos maiores de 60 anos ao Partido Liberal, exaltando-a como a mais luminosa idéia do século atual, tendo sido furtada pelos conservadores.

O periódico foi o que mais se aproximou ao grupo abolicionista do partido liberal. Amaral nos apresenta vários argumentos que podem classificar o *São João Del-Rei* como um órgão abolicionista na cidade: seu redator, Francisco de Paula Pinheiro, era o mais notório adepto do abolicionismo no município[120]; publicava poemas de Castro Alves; considerava Joaquim Nabuco um *"batalhador"*; noticiava alforrias concedidas por diferentes cidadãos e manifestações artísticas de cunho abolicionista.[121]

Entretanto, se considerarmos o *São João Del-Rei* como abolicionista, devemos ter em mente que sua posição não escapava do conservadorismo moral e social do período. Isso porque, ao noticiar um casamento entre uma viúva e um negro, que esta acabara de alforriar, intitulou o acontecimento como o *"Cúmulo do abolicionismo"* e terminava o artigo dizendo: *"Pobre Xavier, onde andaste metido!"*[122], referência ao marido falecido da mulher, Manoel Xavier. O periódico, portanto, defendia o fim do

---

[119] *São João Del-Rei*, 17 de fevereiro de 1886.

[120] Francisco de Paula Pinheiro convocou, em 1884, uma reunião cujo objetivo seria a formação de uma clube abolicionista na cidade de São João del-Rei, onde contou com a presença de 60 pessoas, incluindo os redatores da *Gazeta Mineira*, João Mourão, e d'*O Luzeiro*, Carlos Preda. A idéia, no entanto, não conseguiu atrair a atenção dos participantes, sendo que muitos destes se julgaram emancipacionistas e, por isso, não compartilhavam das aspirações propostas.

[121] AMARAL, Alex Lombello, Op. Cit., p. 227-232.

[122] *São João Del-Rei*, 30 de setembro de 1886.

regime escravista, mas daí a aceitar casamentos inter-raciais iria além de suas pretensões.[123]

No período pós-abolição, temos a *Opinião Liberal* e *A Verdade Política.* O primeiro não possui um número suficiente de edições para que se tire alguma conclusão, já o segundo nos revela uma posição interessante. Ao acompanharmos os periódicos liberais até aqui, percebemos que as folhas do Capitão Rodrigues apresentavam uma tendência favorável ao escravismo, enquanto a *Tribuna do Povo* de 1881 e 1882 não defendia a escravidão, mas também não se sentia incomodado com ela. Com a passagem do partido liberal para a oposição, o *São João Del-Rei* fez do fim da escravidão uma arma política contra os conservadores no poder, lançando mão de um discurso com características abolicionistas contra seus rivais. Com a abolição, entretanto, *A Verdade Política* vai criticar a extinção do regime escravista, que havia ocorrido sem o aporte necessário para a substituição da mão-de-obra.

O impresso em questão não se julgava contra a abolição do elemento servil, mas lamentava que essa tivesse sido realizada, *"pois que não o fez para o bem do país e sim para a glória própria, ou satisfação de princípios que não eram de suas crenças".*[124] Os conservadores, antes criticados por serem escravistas e nada fazerem contra o trabalho escravo, eram agora atacados por terem concedido a alforria aos cativos apenas por interesses políticos. Em 20 de outubro de 1888, dizia que os abolicionistas de hoje eram os escravocratas de ontem e tudo o que fizeram foram paralisar a agricultura e a indústria. A crítica do periódico dizia respeito ao não facilitamento, por parte dos

---

[123] Fato que não é estranho aos grupos abolicionistas. O racismo do século XIX, o qual trataremos no capítulo seguinte, marcou presença constante na visão daqueles que defendiam o fim do regime servil. Como afirma MACHADO, Humberto Fernandes. *Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição.* IN: MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: Faperj/DP&A Editora, 2006, p. 147, percebe-se no discurso de Joaquim Nabuco, por exemplo, a preocupação com a harmonia racial e o receio de convulsão social. O ingresso de imigrantes europeus serviria, conforme seu ponto de vista, para eliminar o estigma racial e as origens africanas pelo processo de integração do negro no mundo dos brancos. O negro tinha características que não eram condizentes com os comportamentos e interesses que levariam os povos ao caminho do "progresso" e da "civilização". AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Quem Precisa de São Nabuco?:* IN: Idem. Anti-Racismo e seus paradoxos: Reflexões sobre cota racial, raça e racismo. São Paulo: Annablume, 2004, p. 101, por seu turno, afirma que em vários momentos Nabuco relacionava os escravos do Brasil a uma raça específica, a africana. Os africanos teriam seus vícios de sangue, corrompem a língua, a religião, os costumes, a família, a sociedade em geral. Para Nabuco, portanto, segundo Azevedo, a "africanização" do Brasil só tinha deixado à mostra os efeitos nefastos da raça negra, com seus "desenvolvimento mental atrasado", seus "instintos bárbaros", suas "superstições grosseiras". No capítulo seguinte aprofundaremos essa questão.

[124] *A Verdade Política*, 04 de outubro de 1888.

conservadores, da transição de mão-de-obra, tendo pensado apenas na manutenção de seu poder político:

> "Se sua Ex. mirasse um fim mais justificado, entraria em grande ação logo depois de votada a lei, criando incontinentes auxílios para as classes prejudicadas, abrindo crédito aos fazendeiros, não com seis mil contos dados de presente ao Banco do Brasil para (ilegível) aos agricultores, salvar com eles os seus próprios capitais que perigavam, mas a todos os bancos ou a outros que se criassem para isso e que seriam os melhores, porque não teriam interesses antigos a salvaguardar por não ter dívidas a garantir".[125]

A Verdade Política, entretanto, sabia da importância política da Lei de 13 de Maio, pois, em 01 de novembro de 1888, chama a atenção dos liberais para o apoio à respectiva lei, já que perdiam terreno no cenário publico devido a insistente resistência: *"Fazendo coro com os descontentes da lei de 13 de Maio, sem refletir na importância dessa adesão, serviu e esta servindo de instrumento contra si próprio"*.[126] O periódico fazia referência a perda dos liberais na eleição senatorial para ocupação da vaga deixada pelo Barão de Leopoldina (1810-1888) naquele ano, o que representaria uma mudança em seus discursos, passando a representar a abolição como o *"mais belo episódio de nossa história"*.[127] A partir daí, a folha liberal direcionará suas críticas sobre os projetos imperiais e provinciais para substituição da mão-de-obra, sobretudo as tentativas de imigração na cidade de São João del-Rei, como veremos ao longo deste trabalho.

Temos, assim, um panorama da imprensa liberal diante da transformação do trabalho em São João del-Rei. Percebe-se que a diversidade de posições condizia com a postura do partido a nível nacional, onde conviviam escravistas, emancipacionistas e abolicionistas. Nota-se que os discursos estavam carregados de pretensões políticas, visto que, os periódicos liberais da cidade adequavam sua fala à posição ocupada na política nacional. Quando representavam a situação, não atacavam o regime escravista, já que, ao faze-lo, estariam atacando também aos liberais no poder. No momento em que o partido foi jogado para a oposição, permitiu que a imprensa liberal da cidade ganhasse ares abolicionistas, em combate à posição escravista dos conservadores. Por fim, após a consumação da abolição, vemos uma folha que buscou apoiar-se na crítica a Lei de 13 de Maio, mas que, no entanto, percebeu ser uma forma inviável de oposição,

---

[125] Idem, ibidem.
[126] *A Verdade Política*, 01 de novembro de 1888.
[127] Idem, ibidem.

mudando de tática ao direcionar sua censura aos projetos de substituição da força de trabalho.

5- O emancipacionismo da *Gazeta Mineira*

A *Gazeta Mineira* que se dizia neutro na arena política[128], também se dizia emancipacionista no tocante à escravidão. De fato, o periódico em questão foi o que mais se aproximou dos discursos emancipacionistas apresentados no início deste capítulo. Isto porque, não apenas falava em uma passagem gradual do trabalho escravo para o livre, mas buscava soluções para o problema da mão-de-obra, apontando alternativas como a imigração e a educação do nacional visando o combate à vadiagem. Pode-se falar de uma espécie de "emancipacionismo contingente", por parte d'*O Arauto de Minas*, e de um "emancipacionismo sincero", por parte da *Gazeta Mineira*.

Como *O Arauto de Minas*, o periódico também falava no abatimento em que se encontrava a lavoura no país, no entanto, esperava *"providências sábias para a substituição de nosso atual sistema de trabalho"*[129], para que esta situação fosse invertida. Para a *Gazeta Mineira*, o fim da escravidão era tido como irreversível, como afirmava ao noticiar a abolição na província do Ceará:

> "Ninguém deixará de congratular-se com o Ceará pelo notabilíssimo ato, que acaba de realizar, e já esta província não tem de arreceiar-se de coisa alguma, quando vier a resolução definitiva deste importante problema, resolução fatal, e que pela marcha dos acontecimentos, não se fará esperar muito".[130]

Ao contrário do periódico conservador, a *Gazeta Mineira* felicitava a província cearense pelo ato, apresentando-a como exemplo de emancipacionismo bem sucedido, que se antecipou a um acontecimento inadiável. No entanto, a consciência da inevitabilidade do término do trabalho escravo não quer dizer que o jornal não temia as conseqüências para a lavoura que poderiam vir de tal ato.

Assim, a grande preocupação da *Gazeta Mineira* dizia respeito à inércia dos parlamentares no tocante ao assunto. Em 06 de maio de 1888, expunha a situação da seguinte forma:

---

[128] Segundo AMARAL, Alex Lombello, Op. Cit., p. 139, nascida no fatídico ano de 1884, exatamente em 1º de janeiro, essa folha umbilicalmente ligada aos Mourão (João Salustiano Moreira Mourão e Francisco de Paula Moreira Mourão) apresentou-se neutra entre os partidos, de fato tendo sócios, colaboradores, tipógrafos, assinantes e anunciantes de ambos os partidos.
[129] *Gazeta Mineira*, 17 de março de 1884.
[130] *Gazeta Mineira,* 27 de março de 1884.

> "De um lado os mais fogosos abolicionistas atiraram-se ao campo com um denodo admirável, conseguiram a liberdade de uma importante província e, cada vez mais animados, seguem seu caminho, sem atenderem a outra consideração além de atirar por terra, o mais cedo possível, a negra instituição, sobre cuja hediondez estão todos de acordo, sem discrepância de uma só opinião.
>
> De outro lado, aqueles cuja fortuna e futuro estão diretamente empenhados na lavoura e, portanto, dependentes do braço escravo, aterrados ante a atitude decidida dos do primeiro grupo, deixaram-se ficar quietos, à espera de que o governo viessem em seu auxílio.
>
> De outro lado ainda a grande massa dos que, não tendo compromissos diretos na lavoura, conservam-se na expectativa, vendo em que param as coisas.
>
> E diante de tudo isso governos e parlamentos, de braços cruzados, como se si tratasse de uma questiúncula, que em nada afeta os grandes interesses nacionais!"[131]

A longa citação acima é de extrema importância na medida em que deixa em evidência a posição do periódico. As desaprovações do jornal não são lançadas contra apenas um grupo, mas sobre vários. Os abolicionistas, apesar de não serem veementemente desaprovados, são representados como impetuosos que se atiraram em seu ideal sem maiores considerações. Já os senhores de escravos são vistos como passivos que diante da situação não tomam maiores providências, esperando que o governo resolva seus problemas. A massa da população, por outro lado, espera a resolução do problema, enquanto *"os governos"* e o parlamento nada fazem para que se solucione a questão. Note que o uso da palavra *governos* no plural leva a crer que o periódico refere-se tanto a liberais como a conservadores, destacando mais uma vez a sua posição de neutralidade. A negligência do poder público diante da situação é vista pela folha como anti-patriotismo "*nos corações dos que nos governam e nos daqueles em quem seguros confiamos, fazendo-os nossos representantes no Congresso Nacional"*.[132]

O impresso também se preocupava com uma abolição imediata da escravidão. Por isso, em 19 de maio de 1884 dizia que apenas os espíritos cegos acreditavam que após a lei de 28 de setembro *"não despertaria em muitos o desejo de precipitar rapidamente os acontecimentos"*.[133] A preocupação dizia respeito ao *"impetuosismo"* da propaganda abolicionista que *"Não olham muito os meios e pouco lhes importam as*

---

[131] *Gazeta Mineira*, 06 de maio de 1884.
[132] Idem, ibidem.
[133] *Gazeta Mineira*, 19 de maio de 1884.

conseqüências mais ou menos funestas que possam provir de sua propaganda".[134] Por isso, o impresso clamava ao poder público para que este interviesse e, estudando calmamente o pensamento nacional, dirigisse a corrente de opinião, impedindo o seu transvio. O periódico chegou inclusive a falar em uma espécie de guerra civil entre abolicionistas e lavradores, que poderia derivar da falta de atitude do parlamento, como veremos com mais detalhes no capítulo seguinte.

Diante do agitamento na câmara devido ao projeto do Ministério Dantas relativo à questão servil, o periódico mostrou-se favorável ao governo:

> "Relativamente à questão do elemento servil entendemos que o governo, em um ponto, tornou-se credor dos aplausos da nação inteira: foi em vir agitá-lo perante o parlamento.
>
> Não queremos discutir as bases do projeto do governo: simplesmente entendemos que numa coisa devem estar de acordo, abolicionistas, emancipadores, esclavagistas e indiferentes: no estado atual deste negócio ao governo e ao parlamento compete encarar de frente o problema e dar-lhe uma solução, que venha restituir a precisa calma à nossa sociedade, profundamente abalada pelos acontecimentos dos últimos tempos".[135]

Deste modo, o jornal tinha em vista a importância de se discutir a questão dentro das instituições governamentais.

Uma curiosidade do impresso era que, apesar de dizer-se imparcial e se preocupar com as questões práticas da lavoura, os indivíduos envolvidos em sua publicação, João Salustiano Moreira Mourão e Francisco de Paula Moreira Mourão, eram membros do partido conservador. Por isso, em 21 de agosto de 1884, o periódico publicava um discurso de João Salustiano Moreira Mourão, então deputado provincial, onde se questionava o título de escravocratas atribuído aos conservadores. *"Tão injusta acusação não há de medrar, porque sabe o país que foi esse partido que levou por diante a abolição do tráfico e que promulgou a lei de 28 de setembro".*[136] O deputado, portanto, reproduzia o discurso de valorização da legislação conservadora contra a escravidão para negar a alcunha que lhes eram imposta. Quando convidado por Francisco de Paula Pinheiro para a formação de um clube abolicionista na cidade, João Mourão declarou-se *"*emancipador *e não* abolicionista*"*[137].

Se em muitos aspectos o discurso da *Gazeta Mineira* se aproximava ao d'*O Arauto de Minas* (recusa à abolição imediata, valorização das leis de 1850 e 1871,

---

[134] Idem, ibidem.
[135] *Gazeta Mineira*, 16 de junho de 1884.
[136] *Gazeta Mineira*, 21 de agosto de 1884.
[137] *Gazeta Mineira*, 07 de outubro de 1884.

intitular-se emancipacionista, criticar os abolicionistas), entendemos que a grande diferença entre os dois periódicos estava na forma em que os discursos eram elaborados. *O Arauto de Minas*, por um lado, apesar de dizer-se emancipacionista, era contrário a qualquer mudança na lei dos nascituros, julgando que nada mais deveria ser feito e defendendo o escravismo como necessário para a prosperidade da lavoura. A *Gazeta Mineira*, por outro lado, tinha consciência da inevitabilidade do fim do trabalho escravo e por isso apresentava várias propostas para que houvesse a transição de forma segura para a lavoura. A abolição deveria ser gradual, por isso combatia os abolicionistas, mas o periódico clamava, ao governo, meios para que a transição fosse facilitada, como a imigração, o combate à vadiagem e até uma proposta de educação dos ingênuos favorecidos pela lei de 1871. Deste modo, julgamos que a *Gazeta Mineira*, apesar de às vezes nos parecer um periódico conservador moderado (mesmo que não admita), esteve muito mais próxima dos discursos emancipacionistas apresentados no início deste capítulo do que *O Arauto de Minas* e, por isso, poderíamos dizer que ela expressou um emancipacionismo sincero e ativo na cidade.

6- *A Pátria Mineira*: escravidão, indenização e tirania.

Em 1870, era publicado no Rio de Janeiro o primeiro número do periódico *A República*, aonde vinha ao público o Manifesto do Partido Republicano do Brasil. O novo partido surgia do desencanto da ala mais radical dos liberais diante da conciliação liberal em torno do Clube da Reforma, que congregava liberais e progressistas, nascido após a queda do Gabinete Zacarias. Essa dissidência era liderada por Quintino Bocaiúva (1836-1912) e Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895) e, segundo José Ênio Casalecchi, diferenciava dos demais partidos do Império na medida em que pretendia pôr fim ao regime monárquico, mas acabava contemporanizando-os na forma de atingir seus objetivos.[138]

Isto porque, como os liberais, escolheram a reforma e não a revolução para atingir seus objetivos, ou seja, queriam atingir a República pela evolução, através da via eleitoral. *"A maioria republicana no Parlamento proclamaria, pacífica e legalmente, a República, possibilidade aberta pela Constituição de 1824"*.[139]

---

[138] CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 39.
[139] Idem, ibidem.

Os republicanos passaram a lutar pela organização do partido, buscando fazê-lo mais representativo nas províncias, lutando pela sua maior e mais ativa participação na vida política imperial. Buscavam formar um sólido partido nacional, tarefa que, no entanto, fora dificultada pela importância que os republicanos davam ao federalismo, o que estimulou a autonomia partidária nas províncias. Ainda de acordo com Casalecchi, apesar das tentativas dos republicanos do Rio de Janeiro para o fortalecimento do Partido Nacional, o Congresso Republicano só aconteceu em junho de 1887 tendo como resultado a constituição do Partido – documento composto de nove pequenos artigos que dá a organização básica da agremiação; instituição do Congresso Nacional com dois representantes por província e o Conselho Federal composto por Saldanha Marinho, presidente; Quintino Bocaiúva, vice-presidente; Aristides Lobo (1838-1896), secretário; Campos Salles (1841-1913) e Ubaldino do Amaral (1842-1920). Tornaram público um modesto Manifesto que nada somava ao de 1870.[140]

Em São João del-Rei, de acordo com Amaral, já no *Astro de Minas*, sobretudo na década de 1830, é possível encontrar propaganda republicana, e até a explicação da estratégia para se conquistar a república a longo prazo. Ainda segundo o autor, um dos redatores do *Astro*, o padre Marinho, participara da revolução republicana que conhecemos como Confederação do Equador, e os *"regressistas"* de Barbacena chegaram a denunciar que funcionava em São João del-Rei, dentro das cavernas da Casa da Pedra, a sociedade secreta chamada Gruta, que seria republicana.

> "O que percebemos não é inexistência de ideais republicanos, mas que os republicanos abrigavam-se, sobretudo no 'partido liberal', onde lado a lado com 'liberais' monarquistas pugnavam por diferentes bandeiras (...)".[141]

Já no nosso período de estudo, o autor em questão faz referência à *Tribuna do Povo* como também sendo um periódico *"liberal-republicano"*, visto que, em suas páginas eram publicados diversos artigos de cunho republicano como ataques diretos à monarquia; apologia a repúblicas, como Estados Unidos e França; e exaltação de figuras como Garibaldi.

A Pátria Mineira, entretanto, nascida em 1889 e redigida por Sebastião Sette, foi o primeiro periódico assumidamente republicano da cidade. Em seus artigos, a crítica ao regime monárquico era ácida, ao lado de diversos escritos explicativos com relação aos

---

[140] Idem, p. 43-44.
[141] AMARAL, Alex Lombello, Op. Cit., p. 112.

ideais do partido, como o de 23 de maio de 1889, intitulado *"Religião e República"*, onde falava da relação do partido com a igreja; ou o artigo de 06 de junho de 1889, *"República e Propriedade"*, cujo primeiro parágrafo - *"Sob o regime republicano há plena e ampla garantia de propriedade"* – por si só, explicava a intenção do texto.

A questão da propriedade para os republicanos é o ponto que mais nos interessa para as pretensões deste trabalho. Isto devido à estratégia do partido republicano de referir-se à abolição como um ataque direto ao direito sagrado de propriedade, semelhante ao mesmo discurso utilizado pelos conservadores d'*O Arauto de Minas* pouco tempo antes. Esta aproximação pode estar ligada aos chamados *"republicanos de 14 de maio"*, conservadores descontentes com a ação da Monarquia no processo abolicionista, que estavam a instigar medidas radicais.[142]

De acordo com Ângela Alonso, a posição oficial do partido republicano foi sempre contemporizada, começando por assumir a necessidade de indenização da *"propriedade escrava"*.[143] De fato, este foi um dos principais pontos do discurso d'*A Pátria Mineira* contra a monarquia. Em 15 de agosto de 1889, o periódico publicava um artigo de um indivíduo intitulado *Pedro Desenganado* que dizia o seguinte:

> "Há muitos eleitores que, deixando-se ainda iludir, como crianças a quem se mostra banana, vão dar o voto no dia 31 esperando indenização feita pelo governo da monarquia!...
>
> Que grandes patetões!...
>
> São tão inocentes que ignoram que a primeira palavra pronunciada pelo Imperador quando voltou pra cá, depois da Lei de Treze de Maio, foi que *ele era contrário a indenização!...*".[144]

Em 26 de setembro do mesmo ano, comparava o Brasil aos Estados Unidos, onde *"aquele que sofre um dano de qualquer espécie tem os tribunais a seu favor"*.[145] Segundo o impresso, no Brasil seria matéria para zombaria se alguém prejudicado pelo governo, por uma companhia ou por qualquer particularidade falasse em indenização: *"A vítima em nosso país há de sujeitar-se às conseqüências da incúria ou malvadez e perderá o tempo, si quiser obter judicialmente qualquer reparação"*.[146]

Apesar de clamar pela indenização, o periódico republicano dizia não ser nem escravista nem abolicionista: *"O partido republicano não é, pois, como querem fazer crer alguns, um partido de escravistas: não o é também, de abolicionistas: é um partido*

---

[142] CASALECCHI, José Ênio. Op. Cit., p. 44.
[143] ALONSO, Ângela. Op. Cit., p. 112.
[144] *A Pátria Mineira*, 15 de agosto de 1889.
[145] *A Pátria Mineira*, 26 de setembro de 1889.
[146] Idem, ibidem.

nacional!".[147] Nota-se, pois, uma preocupação em não ser rotulado como escravista, principalmente devido às posições tomadas diante da lei de 1888. Para o periódico, a escravidão favorecia o regime monárquico, pois os escravistas, *"reconhecendo que a espoliação do homem pelo homem não poderia subsistir com a república, suportavam a monarquia"*[148]; enquanto os abolicionistas *"também a toleravam, receosos, pelos exemplos da historia, de que com a república na se pudesse conseguir a abolição sem um tremendo choque, e grande efusão de sangue"*.[149]

Deste modo, a escravidão era vinculada à monarquia já que:

> "A única circunstância que de alguma sorte podia justificar a nossa monarquia na América, era a manutenção da escravidão dos africanos, porque uma tirania servia de apoio a outra.
>
> Extinto porém, o cativeiro, que coisa mais poderá significar semelhante monarquia?...
>
> O simples gosto de continuarmos a ter sobre nós, que não somos africanos, um *senhor* hereditário?...".[150]

Portanto, o discurso do órgão republicano utilizava a escravidão de duas maneiras que eram, pode-se dizer, quase contraditórias, mas que se combinavam na crítica à monarquia. De um lado, criticava a abolição, que legou aos fazendeiros a perda de sua principal força de trabalho sem nenhuma indenização, um ataque ao direito de propriedade que deveria ser garantido pela constituição. De outro, utilizava o argumento de que a escravidão era uma tirania, que jamais seria aceita em um Estado republicano, que prezasse pela liberdade, por isso estava diretamente relacionada com a monarquia, que por si só representava a opressão. Com essa fala, o periódico conseguia a proeza de, ao mesmo tempo, questionar o imperador por ter posto fim a escravidão sem indenização, e atingi-lo também por tê-la mantido por tão longo tempo. Interessante maneira de chamar para si tanto os fazendeiros prejudicados com a lei de 13 de Maio, quanto os abolicionistas que haviam lutado por ela.

7- Diante da crise: as soluções

Como podemos perceber até aqui, as posições dos periódicos apresentados com relação à escravidão divergiam de acordo com as posições políticas ou, como no caso dos liberais, com a situação política. Quando a questão era buscar as soluções para o

---

[147] *A Pátria Mineira*, 25 de julho de 1889.
[148] Idem, ibidem.
[149] Idem, ibidem.
[150] *A Pátria Mineira*, 6 de junho de 1889.

problema da mão-de-obra, também podemos perceber diversidades que iam desde as mais específicas, como o aproveitamento do trabalho feminino sugerido pela *A Pátria Mineira*, às mais gerais, como o uso do imigrante europeu, quase uma unanimidade entre os jornais. O certo é que todos tinham a consciência de que algo deveria ser feito diante da crise do trabalho escravo que se configurava diante de seus olhos.

Uma das possibilidades vislumbrada por algumas folhas foi o uso da força de trabalho do liberto. Ainda em 02 de setembro de 1882, *O Arauto de Minas* se perguntava: *"Quais as providências que devem ser tomadas em relação aos escravos alforriados para serem aproveitados como elementos de trabalho?"*.[151] A grande preocupação do periódico era com a vagabundagem na qual estes cairiam após obterem a liberdade, assunto que trataremos com mais atenção no capítulo 3 desta dissertação. A solução para o problema, de acordo com o periódico, estaria na fundação de escolas, *"um dos grandes meios de reter o escravo agregado à habitação do ex-senhor"*.[152]

O jornal preocupa-se com a manutenção dos libertos nas fazendas dos seus ex-senhores como agregados, de modo que fossem educados para funcionarem como mão-de-obra auxiliar ao trabalho imigrante, talvez exercendo os trabalhos recusados por estes. Aliado à introdução de máquinas agrícolas, *"esses braços, assim aproveitados, representarão alto e considerável valor na estatística da riqueza pública"*.[153]

Com relação aos nacionais, *O Arauto de Minas* deixou implícito a possibilidade de se utilizar migrantes do norte do país: *"Precisava aumentar a produção, e o governo deixa que apodreçam na ociosidade dezenas ou antes centenas de milhares de retirantes nas províncias do norte"*.[154] Como os libertos, o impresso também preocupava com a necessidade de se combater os vadios diante de um momento onde toda mão-de-obra disponível seria bem vinda.

---

[151] *O Arauto de Minas*, 02 de setembro de 1882.
[152] Idem, ibidem.
[153] Idem, ibidem.
[154] *O Arauto de Minas*, 28 de agosto de 1879. Tais retirantes seriam provenientes da terrível seca que assolou o interior de algumas províncias nordestinas no final da década de 1870, o que produziu uma avalanche de imigrantes livres para a zona açucareira costeira em busca de emprego. A província do Ceará, fora da zona açucareira, foi uma das mais devastadas pela seca. Houve também uma liquidação nos preços dos escravos das regiões secas, fazendo com que vários cativos fossem enviados para o sul do país (GRAHAM, Richard. *Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil*. In: Afro-Ásia, 27, (2002), pp. 131-132, apud FERREIRA. Lusirene Celestino França. Op. Cit., p. 28-29). Nas palavras de FERREIRA. Lusirene Celestino França. Op. Cit., p. 29, a seca que atingiu algumas províncias do Norte nos anos de 1877-79 foi um aspecto que contribuiu bastante para a diminuição considerável dos cativos no Ceará, já que os senhores aproveitavam a mão-de-obra livre dos retirantes cearenses e intensificavam a venda de escravos para as províncias cafeeiras.

O jornal liberal *A Verdade Política* em 21 de novembro de 1888 publicou um interessante artigo sobre a imigração de europeus onde lamentava o não aproveitamento de nacionais e indígenas. Sobre estes últimos dizia:

> "Será pois Cristão, será humanitário, será decente, será *liberal* que ao passo que gastamos rios de dinheiro para hospedarmos europeus, nos esquecemos desses infelizes e verdadeiros brasileiros?".[155]

Quanto aos nacionais, falava da criação de *"núcleos de colonos nacionais"* pois *"não é justo, não é humano, nem decente que ao passo que gastamos enormes somas para proveito do estrangeiro, deixemos à míngua os nacionais"*.[156] Deve-se destacar, no entanto, que o artigo em questão não estava se manifestando contra a imigração, mas apenas apontava a necessidade de se olhar para a mão-de-obra existente dentro do próprio país.

Foi, no entanto, a *Gazeta Mineira* quem mais se preocupou com a questão da mão-de-obra nacional. O jornal defendia o ensino técnico para disciplinar tanto nacionais quanto libertos. De acordo com Maria Margarete R. Pinheiros[157], a educação constituiu um mecanismo para adequar a população nacional às novas relações de produção, com manutenção da ordem vigente. Segundo a autora, educar os ingênuos e crianças pobres para incorporá-los às regras do trabalho livre fazia parte do projeto gradualista de extinção da escravidão, defendido pela *Gazeta Mineira*.[158]

Pinheiro também mostra que a idéia não era nova, visto que, no Congresso Agrícola de 1878, vários congressistas que acreditavam na possibilidade de aproveitamento dos ingênuos nas novas relações de produção já haviam destacado a necessidade de se fundar escolas agrícolas para formar mão-de-obra.[159] A autora cita uma edição da *Gazeta Mineira*, da qual não tivemos acesso, de 27 de agosto de 1885, onde se publicava um comunicado elaborado por um proprietário de uma chácara que ilustra o tipo e o papel da educação no condicionamento de crianças e adolescentes às duras condições de trabalho da época.

> "Trata-se da proposta de criação da Colônia de Santo Antônio destinada a ensinar menores entre oito e quinze anos a trabalhar. Poderiam ingressar na colônia as crianças órfãos e abandonadas - com permissão do

---

[155] *A Verdade Política*, 21 de novembro de 1888.
[156] Idem, ibidem.
[157] PINHEIRO, Maria Margarete Rodrigues. Op. Cit., p. 47.
[158] Idem, p. 47-48.
[159] Idem, p.48.

> juiz, os filhos – com permissão dos pais e ingênuos – com permissão dos senhores e das mães escravas”.[160]

Segundo a autora, o objetivo da colônia seria empregar todos os meios para evitar o *“cataclisma que ameaça a paz com a diminuição rápida, ou antes extinção do braço escravo”*[161], e certamente, para o autor do comunicado, todos os meios passavam pela “educação” nos moldes militaristas.

Além da educação dos ingênuos e crianças pobres, o periódico também se preocupava com o combate a vadiagem visando o aproveitamento da mão-de-obra *“ociosa”* na lavoura. Em vista disto, o periódico publicou uma série de artigos em 1884 que se perguntava sobre as causas da vadiagem e sobre as principais maneiras de combatê-la.

A Pátria Mineira, por sua vez, publicou, em 10 de outubro de 1889, um artigo intitulado *“Forças Desaproveitadas”*, que tratava, curiosamente, do aproveitamento do trabalho feminino. Sobre o assunto, o periódico se expressava da seguinte maneira:

> “Deve estar na consciência nacional a convicção de ser atualmente uma das necessidades que pedem instantaneamente satisfação, o aproveitamento da atividade da mulher em empregos de vida sedentária que não se incompatibilizarem com a exigüidade de seu poder dinâmico e não destoarem do decoro de seu sexo, sempre que isso se possa conseguir sem desorganização da família”.[162]

Apesar de se preocupar com a não desestruturação da família nuclear, o periódico dava atenção a uma força de trabalho até então não pensada pelos outros órgãos de imprensa.

A folha republicana utilizava como exemplo a experiência da Europa e dos Estados Unidos, onde são *“empregadas em funções públicas as forças e atividades do sexo fraco”*.[163] Segundo o periódico, a razão de não se utilizar tal tipo de trabalho no Brasil *“onde os braços produtores são insuficientes para rotear o imenso solo que nos coube em sorte e onde os pontos habitados são apenas* oásis*”* era *“a força de hábitos e o predomínio de preconceitos herdados de nossos antepassados cujas noções científicas, sociológicas e industriais eram apenas rudimentares”*.[164] Deste modo, o

---

[160] Idem, p. 48-49.
[161] *Gazeta Mineira*, 27 de agosto de 1885, citado por PINHEIRO, Maria Margarete Rodrigues, op. cit., p. 49.
[162] *A Pátria Mineira*, 10 de outubro de 1889.
[163] Idem, ibidem.
[164] Idem, ibidem.

periódico buscava na modernidade a justificativa para se alterar a situação de exclusão da mulher no mercado de trabalho no Brasil.

Sobre os libertos, o impresso não chegou a apresentar propostas, apenas lamentou em 24 de outubro de 1889 que *"os libertos desertavam em grandes bandos, das fazendas, procurando as cidades, e vagueavam pelos campos trabalhando apenas para obter migalhas, que logo após disputavam"*.[165] Se havia a esperança de que os ex-escravos permanecessem com seus senhores nas fazendas, a realidade mostrava o contrário, deixando o jornal apreensivo quanto ao futuro dos fazendeiros.

Vimos, portanto, que, diante da transformação do trabalho em decorrência do fim da escravidão, os periódicos de São João del-Rei buscaram, em diferentes propostas, a solução para a crise. De uma maneira geral, todos intensionavam minimizar os efeitos advindos da abolição do trabalho servil através do aproveitamento dos libertos, nacionais e até das mulheres e dos indígenas. Eram as opções internas que se apresentavam diante dos seus olhos. Foi, entretanto, do outro lado do Atlântico que despontou o que seria a grande unanimidade dos discursos: a utilização de colonos europeus. A necessidade de imigração de estrangeiros para o Brasil foi, principalmente na década de 1880, a solução quase inquestionável dos periódicos da cidade para o problema de mão-de-obra do período, solução esta que aparecia em quase todos os discursos sobre o tema nos principais jornais estudados. É nesse assunto que direcionaremos nossa atenção a seguir.

8- A imposição de um discurso: a imigração nos periódicos de São João del-Rei

Por muito tempo, o Estado de Minas Gerais sofreu com uma carência muito grande de trabalhos sobre a imigração de estrangeiros para a região. A historiografia recente, no entanto, tem reavivado o interesse pelo assunto através de artigos, dissertações e teses que procuram entender o processo imigratório nas diversas regiões de Minas. A obra de Norma de Goés Monteiro, *Imigração e Colonização em Minas (1889-1906)*[166], ainda é , no entanto, o trabalho mais completo quando se procura uma visão geral do fenômeno. Ana Lúcia Duarte Lanna em *A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira (1870-1920)*[167], por outro lado, é uma das mais importantes pesquisas sobre os debates políticos em torno da

---

[165] *A Pátria Mineira*, 24 de outubro de 1889.
[166]MONTEIRO, Norma de Goés. Op.Cit..
[167] LANNA, Ana Lúcia Duarte. Op. Cit..

transformação do trabalho no Estado. A dissertação de Mônica Ribeiro de Oliveira, *Imigração e Industrialização: Alemães e Italianos em Juiz de Fora*[168], pode ser tomada como exemplo do reavivamento recente do interesse pelo tema, buscando delimitar as características específicas de determinadas regiões de Minas Gerais, em oposição à generalização feita por várias obras historiográficas, dos processos ocorridos no Rio de Janeiro e em São Paulo, para as demais partes do Império.

Minas Gerais, no século XIX, foi a província com a maior população escrava do Brasil, o que fez com que, por muito tempo, os proprietários rurais resistissem à introdução do trabalho livre, através da oposição a idéias abolicionistas e da resistência a se discutir o assunto. O problema mais imediato seria a baixa densidade demográfica de algumas regiões da província. De acordo com Monteiro, a partir de meados dos Oitocentos, enquanto São Paulo adota o sistema de parceria, em busca da substituição do braço escravo, Minas voltou-se para o povoamento de seu solo, através da criação de núcleos coloniais.

Com a Lei Imperial n° 514, de 28 de outubro de 1848, que determinava a concessão, a cada província do Império, de seis léguas em quadra de terras devolutas para colonização, o governo provincial iniciou sua política imigrantista. A colaboração dos governos do Império e da Província com particulares fez com que surgissem sociedades ou companhias de colonização para a entrada de imigrantes e criação de núcleos coloniais, de preferência localizados às margens de ferrovias e estradas de rodagem em construção, tendo como objetivo povoar e desenvolver o território. As colônias também poderiam servir como fonte de trabalho disponível, funcionando como repositórios de mão-de-obra, como menciona Holloway para o Estado de São Paulo.[169]

Contudo, é apenas a partir de meados da década de 1880 que se iniciam medidas mais efetivas concernentes à vinda de estrangeiros. É somente nesta década, com a crise da escravidão, que se percebe o encaminhamento de alguns imigrantes para as fazendas de café.

Pretendia-se atrair o trabalhador imigrante como alternativa para a crise de força de trabalho sem, contudo, manifestar resistência à formação de colônias, ao contrário do

---

[168] OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e Industrialização: Alemães e Italianos em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado): Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), 1992.

[169] Para o autor, o eixo determinante do programa de núcleos coloniais, apoiado pelo governo de São Paulo após a metade da década de 1880, foi o conceito de viveiros de trabalhadores, para as grandes fazendas, para mais detalhes ver HOLLOWAY, Thomas H.. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

que acontecia, por exemplo, em São Paulo, onde a colonização era vista com receios. A posição mineira é explicitada na passagem a seguir:

> "Para prevenir males, de que nos arreciamos, com a transformação *[de mão-de-obra]* cumpre volver nossas vistas para a colonização ou introdução de imigrantes, tendo neste intuito dois caminhos a seguir: primeiro, estudar os meios de atrair para a província a imigração; -segundo, atender na conveniente colonização de colonos".[170]

A existência de hospedarias, característica pouco comum em colonizações, ainda segundo Lanna, se justifica pela necessidade de evitar que o trabalhador estabeleça livremente contratos de trabalho, pois, sendo ele colocado no Rio de Janeiro à espera de agricultores mineiros, o resultado seria trazer-se apenas os que não achassem outras colocações, por quaisquer circunstâncias. As hospedarias evitariam maiores gastos na introdução de imigrantes que não permaneceriam em Minas Gerais, por parte do Governo Provincial, e evitaria que o lavrador se endividasse para conseguir a mão-de-obra imigrante, visto que teria custos com o transporte.

Todavia, apesar do interesse dos políticos, da parte dos agricultores havia resistência à introdução de imigrantes. Tinham um grande desinteresse pelo trabalhador estrangeiro, manifestado pelas poucas requisições de imigrantes para as fazendas encaminhadas ao governo.

Assim, o que se viu de concreto foi que:

> "a política imigrantista de Minas Gerais resultou em uma tímida política de colonização - assentamento de estrangeiros na condição de pequenos proprietários - ou alocação de mão-de-obra qualificada basicamente para as cidades e centros fabris".[171]

Ainda segundo Lanna, a ineficiência da imigração como solução para a questão política de braços para a monocultura tem como um dos fatores fundamentais a questão do aproveitamento do trabalhador nacional livre ou liberto como tema recorrente nos debates:

> "Os braços nos devem vir não só dos estrangeiros, como do próprio país; precisamos não só de imigração, como de colonização nacional".[172]

---

[170] *Anais da Assembléia Legislativa,* 12 de agosto de 1887, pags. 177-78, apud LANNA, Ana Lúcia Duarte. Op. Cit., p. 78.

[171] LANNA, Ana Lúcia Duarte. Op. Cit., p. 79.

[172] *A Província de Minas*. Ouro Preto, 28 de junho de 1879, apud LANNA, Ana Lúcia Duarte, Op. Cit. p. 84.

> “Entendo ser do dever desta Assembléia decretar medidas tendentes a chamar os nossos conterrâneos para a vida laboriosa e estável, tirando-se da vida mais ou menos nômade que levam”.[173]

Em um relatório do diretor da colônia de São João Nepomuceno, lemos a seguinte explicação do fracasso da imigração em Minas:

> “(...) e por parte da lavoura não estar preparada ainda para receber a imigração, não acreditando na aptidão do imigrante para o nosso trabalho e ingenuinamente acreditando que o liberto seria elemento com que pudesse contar”.[174]

Portanto, apesar da polêmica em torno do trabalhador nacional, a ele sendo atribuídas características de vadiagem e ócio, existiu na província a possibilidade de introduzi-lo na organização do mercado de trabalho livre. Em Minas, a idéia de branqueamento é deixada em segundo plano nos discursos da Assembléia e nos relatórios dos presidentes da Província. No entanto, o preconceito ao nacional é visível, pois, ainda que este pudesse servir como mão-de-obra, deveriam ser reprimidas as suas características negativas para regularizar o trabalho.

Podemos, pois, concluir que em Minas Gerais, o debate em torno do imigrante, desde seus primórdios, apresenta a questão de ocupação de espaços demográficos como uma de suas prioridades. A idéia de se usar o imigrante como trabalhador para a lavoura ganha força com a proximidade da abolição. Os vários debates em torno do uso do trabalho nacional fizeram com que na prática, *“apesar de tímida, o que se viu foi um predomínio da colonização”*.[175]

Mônica Ribeiro de Oliveira critica a característica de generalização do processo de transição escravista-capitalista ocorrido em São Paulo como modelo clássico de transição a nível nacional, presente na maioria das obras historiográficas. Ao estudar o caso de Juiz de Fora, a autora constata que a cidade está inserida no quadro de diversidades, onde a trajetória de sua evolução econômica inclui um período de auge e crise da produção cafeeira. O reflexo desta crise correspondeu, ao invés de uma decadência e paralisação de seu crescimento, a um grande desenvolvimento de suas funções urbanas, comerciais e industriais. Deste modo, segundo a autora, o processo de

---

[173] *Anais da Assembléia Legislativa*, 24 de agosto de 1887, apud LANNA, Ana Lúcia Duarte, Op. Cit. p. 85.
[174] Imigração – Livro n° 10, 2 v., 1889. *Relatório do Diretor da Colônia de São João Nepomuceno.* Apud MONTEIRO, Norma de Goés. Op. Cit. p. 32.
[175] LANNA, Ana Lúcia Duarte. Op. Cit., p. 87.

imigração para a cidade se inseriu nesse processo de passagem de uma estrutura agrário exportadora para uma estrutura mais dinâmica, urbano industrial.[176]

Por sua vez, Lanna afirma que a perspectiva de generalização do processo paulista sobre as demais regiões cafeicultoras do Império implicaria na existência, nessas regiões, de uma superposição de dois processos - um de fim do trabalho escravo e outro de introdução maciça de imigrantes europeus – que só ocorreu em São Paulo: *"Esses dois processos estão presentes apenas em São Paulo, não podendo ser generalizados para as demais regiões"*.[177] A autora defende a existência de dois projetos políticos claramente distintos no final dos anos 70, um mineiro e um paulista, e que o encaminhamento da transição, ocorrida a nível nacional, significou a vitória do Oeste Paulista e o prevalecimento de suas propostas para o conjunto da nação. Lanna não contempla, no entanto, a política de imigração do sul do país, onde a colonização foi característica marcante do processo. O povoamento desta região buscava, não apenas incrementar a renda nacional, mas também atender expectativas político-militares, pois esta área encontrava-se sujeita às pressões dos países fronteiriços: Uruguai e Argentina.[178]

A autora prossegue dizendo que foi a importância crescente de São Paulo na economia e na política nacionais e a necessidade de legitimar um processo regional com as cores da aspiração nacional ao desenvolvimento e progresso, que levaram outras províncias a insistirem na elaboração de políticas imigrantistas.

> "Minas Gerais traça uma série de políticas públicas de imigração que têm, em geral, como objetivo maior a colonização, entendida entretanto como assentamento de população em núcleos de povoamento, e não como oferta de mão-de-obra para os fazendeiros."[179]

---

[176] OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. Cit..
[177] LANNA, Ana Lúcia Duarte. Op. Cit.,, p. 17.
[178] A colonização do sul do país teve seus primórdios entre 1840-50, período em que prevaleceu a iniciativa privada subsidiada pelo governo central. Os imigrantes chegados nesta época eram, em sua maioria, de origem alemã. No entanto, a imigração particular não apresentou os resultados esperados pelo governo, o que levou a um incentivo ao fluxo imigratório através de uma legislação *ad hoc*. O Estado passou a conceder vários benefícios aos imigrantes como, por exemplo, pagamento de passagens, fornecimento de lotes e outros subsídios que deveriam ser reembolsados em seguida, por meio de prestações definidas pelo governo. O contingente italiano começa a chegar em grande escala na região a partir dos anos 70. A instabilidade política e econômica iniciada com a revolução federalista e a passagem dos serviços de imigração e colonização do governo central para o governo de cada estado, em 1894, iniciaram o declínio do processo imigratório. TRENTO, Ângelo. *Do Outro Lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1988.
[179] Idem, p. 47.

Lanna defende que as iniciativas colonizadoras de São Paulo eram voltadas para o abastecimento de trabalhadores para os proprietários. Como afirma Kátia Cristina Petri, essa alternativa da colonização paulista, intitulada “plano do viveiro”, seguia a mesma lógica adotada com os pés de café, na qual o viveiro fornecia mudas para substituir os cafeeiros que as doenças ou a velhice tornavam improdutivos ou pés para serem plantados nos novos cafezais. *“O viveiro representava uma fonte local de mão-de-obra, a que os fazendeiros locais podiam recorrer quando necessário”.*[180] Ainda segundo Petri, o propósito dos fazendeiros e das autoridades governamentais era o suprimento de mão-de-obra estável e com baixos custos e, ao mesmo tempo, o atendimento das necessidades dos imigrantes europeus, que poderiam fixar-se como trabalhadores independentes.[181]

Segundo Mônica R. Oliveira, a formação de núcleos coloniais provinha da necessidade de construir uma reserva de mão-de-obra para a grande lavoura nas fases de demanda que, ao mesmo tempo, se mantivesse nas fases de estabilização da produção. Em outras palavras, haveria fornecimento de mão-de-obra livre para a lavoura caso houvesse necessidade; do contrário, ficariam como reserva de mercado, vinculadas às suas terras, se auto-sustentando, com uma pequena produção de subsistência. A autora afirma também que um outro objetivo, mais secundário, a ser cumprido pelos núcleos, era o de atender à carestia dos gêneros, através da produção voltada para o mercado interno para o povoamento de vastas regiões ainda esvaziadas.[182]

Estes objetivos estiveram plenamente ligados à imigração para a cidade de São João Del-Rei. Por um lado, a preferência aos núcleos coloniais, parece ter tido maior unanimidade entre os periódicos do que todas as demais propostas de substituição do trabalho escravo. Por outro, se viu uma tentativa de conciliar os interesses de povoamento e desenvolvimento ligados ao colonato com a utilização destes colonos como mão-de-obra nas fazendas. Percebemos que os dois projetos apontados por Lanna estão presentes no município, sendo que o projeto paulista teve ampla credibilidade entre os políticos, com alguns periódicos, inclusive, criticando a administração da

---

[180] PETRI, Kátia Cristina. *Terras e imigração em São Paulo: Política fundiária e trabalho rural*. IN: Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo, edição nº. 2 de junho de 2005, p. 7, Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia01/TerraImigracao.pdf, acessado em 19 de junho de 2010.
[181] Idem, ibidem.
[182] OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. Cit..

província de Minas Gerais, por não proceder como a província vizinha na introdução de colonos e imigrantes.

Este foi o caso da *Gazeta Mineira* que, em 21 de fevereiro de 1884, publicava um artigo com o título sugestivo *"Olhemos para São Paulo"*, no qual tratava os paulistas como *"Yankees do Brasil"*. O jornal elogiava a política de São Paulo onde *"Em breve será lei dessa província o projeto subscrito por seus mais influentes deputados provinciais e o qual cura de meios eficazes conducentes a adquirir ótimos colonos"*.[183] Enquanto isso, a província mineira passava por um processo inverso, com *"milhares de válidos filhos de Minas"* que, em busca de trabalho, migravam para outras províncias. Por outro lado, *"a torrente imigratória estrangeira, que se encaminha para o Brasil, não nos procura e nem sequer vemos que se empreguem para atraí-la medidas na altura do grande desideratum"*.[184]

No entanto, o periódico diferenciava-se do projeto paulista em sua preferência pela colonização, valorizando a divisão das terras em pequenas propriedades para a melhor atração dos imigrantes, característica da imigração em Minas. Isto porque, pensava o impresso que:

> "Se é incontestável carecermos de atrair para o nosso território a população superabundante de outras nações, é também fora de dúvidas que não podemos consegui-los oferecendo-lhes apenas salário em troca de rudes trabalhos".[185]

Segundo o jornal, somente *"O estímulo de tornarem-se proprietários, e a certeza de que vão aplicar suas forças no desenvolvimento de um estabelecimento próprio"* são os incentivos capazes de fazer com que as famílias *"quebrem os laços que ligam providencialmente o homem à pátria"*.[186]

Deste modo, a *Gazeta Mineira* tornou-se defensora da Sociedade Central de Imigração, instituição fundada no Rio de Janeiro. De acordo com Lúcia Lippi Oliveira, esta Sociedade funcionou entre 1883 e 1891 tendo como objetivo trazer imigrantes para a pequena propriedade, visando a transformar um país de latifúndio monocultor em uma sociedade com cultura múltipla e de pequena propriedade.[187] Uma das necessidades da qual essa entidade deveria preocupar-se, segundo o impresso, era o povoamento do solo

---

[183] *Gazeta Mineira*, 21 de fevereiro de 1884.
[184] Idem, ibidem.
[185] *Gazeta Mineira*, 28 de janeiro de 1884.
[186] Idem, ibidem.
[187] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos Imigrantes.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 16.

brasileiro, pois para que o Brasil se tornasse uma nação grande e próspera, *"Falta-nos apenas a população, e é mister que a tenhamos fora das simples condições naturais de nascimentos, ou que nos resignemos a morrer como Nação"*.[188]

O mesmo artigo falava da importância do cultivo em solo brasileiro de cereais europeus devido à familiaridade dos colonos com os mesmos. Dizia ainda que, em São João del-Rei, os imigrantes das províncias setentrionais da Itália encontrariam um clima semelhante ao de seu país e terras disponíveis para cultivo. Terminava afirmando: *"A prosperidade de um núcleo colonial não interessará apenas o local em que ele florescerá, será a mais efetiva propaganda, o atrativo mais poderoso à imigração"*.[189]

O conservador *O Arauto de Minas* defendia, igualmente, a imigração como saída para a transição para o trabalho livre. Enquanto esteve na oposição, criticou a política liberal por não estabelecer medidas efetivas que visassem a introdução de estrangeiros no país. Dos periódicos estudados, foi o pioneiro a manifestar-se sobre o assunto, fazendo-o ainda em 1877, quando falava da importância da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM) para a vinda de imigrantes:

> "Os Europeus, que justamente preferimos para colonização, acostumados à rápida locomoção e ao contato imediato com os grandes mercados, não se resignam a viver no quase isolamento em que se acha a nossa população, exigem tais meios de transporte pelo grande e certo resultado de dar valor a toda sorte de produção ainda a mais insignificante".[190]

Já em 1881, transcrevia uma matéria do jornal *Tempo* do Maranhão onde era mostrada a importância da imigração para o país. Em crítica ao governo liberal, a matéria dizia que, se o Brasil não pudesse imitar os Estados Unidos, que recebia 153207 imigrantes por ano e suas *"riquezas crescem todos os dias como por encanto"*[191], devia ao menos imitar a República da Argentina, com sua cifra de 76332 imigrantes por ano. Deste modo, Argentina e os Estados Unidos eram os exemplos a serem seguidos pelo Brasil no tocante à imigração.

Sobre a nacionalidade do imigrante, o periódico mostrou-se aberto a receber um grupo maior de países. Em 20 de setembro de 1879, por exemplo, criticava os liberais pelo fracasso da colonização russa no Paraná. Em 19 de outubro de 1883, publicava edital da Câmara Municipal de São João del-Rei sobre a possibilidade de se introduzir

[188] Gazeta Mineira, 1 de janeiro de 1884.
[189] Idem, ibidem.
[190] *O Arauto de Minas,* 8 de abril de 1877.
[191] *O Arauto de Minas,* 12 de fevereiro de 1881.

colonos das Ilhas Canárias e dos Açores. Além, é claro da tradicional preferência por Alemães, Italianos e Ingleses. O projeto de imigração chinesa, no entanto, foi duramente criticado pelo periódico por motivos raciais e morais, como veremos no capítulo seguinte.

Sobre a formação do núcleo colonial da cidade, falava dos seus benefícios que eram, além do fornecimento de mão-de-obra, a possibilidade de desenvolver uma região pouco habitada, a Várzea do Marçal, como afirma o impresso ao dizer que a imigração, principalmente de famílias, serviria para um ideal de povoamento, sendo, nesse sentido, uma "*sementeira de homens*".[192]

Entre os liberais, foi *A Verdade Política* o periódico mais favorável à imigração, se exprimindo, em 01 de novembro de 1888, da seguinte maneira: "*É nossa convicção que só a imigração poderá falsear a crise que assoberba o país e poderá fazê-lo caminhar, progredir, engrandecer-se enfim".*[193] Assim, o jornal apontava, diante da conjuntura do país logo após a lei áurea, a imigração como principal solução para a substituição dos cativos.

Para o periódico, o principal fator de crescimento de um país seria a imigração: *"E a imigração é seu principal fator; com ela vem a educação do povo, o desenvolvimento da agricultura, novas indústrias, enfim tudo quanto pode concorrer para o engrandecimento de um país".*[194] No entanto, o impresso criticava o tratamento que era dado aos imigrantes no Brasil, o que podia atrapalhar o importante fluxo de imigração que se sucedia:

> "Iludidos muitas vezes pelos agentes do governo na Europa, vêm na esperança de se enriquecerem de um dia para o outro, colhendo o ouro que se acumula à raiz do vegetais e corre desprezado pelas ruas; mas apenas encontram serviços que não esperavam e maus tratos que só servem para revoltá-los, como está acontecendo atualmente". [195]

A crítica acima tinha um fundo político, já que o órgão do partido liberal queria atingir a política de imigração do partido conservador, que se encontrava no poder naquele momento. Os artigos com o mesmo teor e que falavam sobre os altos gastos do governo com a imigração, sem que grandes efeitos fossem sentidos, apareciam com freqüência.

---

[192] *O Arauto de Minas*, 10 de novembro de 1888.
[193] *A Verdade Política*, 01 de novembro de 1888.
[194] *A Verdade Política*, 06 de dezembro de 1888.
[195] Idem, ibidem.

Diante dos problemas, a maneira ideal de se proceder com a imigração, para *A Verdade Política*, seria através do sistema de parceria:

> "O proprietário dá a sua fazenda aos colonos em contrato de parceria, poupando a província por esta forma enormes despesas de aquisição de terreno, e de construção de casas, que ou já existem ou ele manda construir por conta própria; sustenta-os até a sua colheita, com a qual na parte que lhes toca, pagar-lho-ão; dirige e fiscaliza o serviço por si mesmo e dá todo o desenvolvimento ao núcleo, de que é a um tempo fundador, mantenedor e dirigente, sem outro interesse que os dos imigrantes, que é também o seu".[196]

Com isso, assim como nos jornais já citados, o periódico defendia os núcleos coloniais como forma de incentivar, não apenas o imigrante, mas o fazendeiro que os acolhessem.

O povoamento também era objetivado já que no Brasil a *"população é nula em comparação do seu vasto território"*[197], falta *"população, e principalmente falta em nosso país população que queira e saiba explorar nossas riquezas"*.[198] O elemento que deveria resolver o problema seria o imigrante. Aqui a comparação com os Estados Unidos também é feita para explicar porque neste a imigração deu os resultados pretendidos e no Brasil ela não conseguiu se firmar:

> "Ao passo que Estados Unidos oferece aos imigrantes todos os meios de prosperarem , desenvolverem a sua atividade e estabelecerem-se, no Brasil só se cuida de introduzir imigrantes, porque isso rende, e depois os abandonam a sua sorte".[199]

Novamente, o problema estava não na imigração em si, mas na forma como ela era tratada no Brasil.

A Pátria Mineira, por sua vez, achava que a imigração deveria ser espontânea e por isso, supunha que o Brasil, *"para onde não vem imigração espontânea em grande escala"*[200], deveria seguir o exemplo das Repúblicas latino-americanas da Argentina e do Uruguai, que proporcionavam vantagens que não se encontravam em nosso país: *"Ninguém emigra se não para melhorar de sorte e de fortuna, e um país mal regido, em que predominam o latrocínio e a corrupção dos diretores da sociedade, não poderia oferecer melhoramentos dessa espécie"*.[201] Como *O Arauto de Minas* e *A Verdade*

---

[196] *A Verdade Política*, 12 de janeiro de 1889.
[197] *A Verdade Política*, 23 de janeiro de 1889.
[198] Idem, ibidem.
[199] Idem, ibidem.
[200] *A Pátria Mineira*, 26 de setembro de 1889.
[201] Idem, ibidem.

Política, o periódico também fazia uso do tema imigração para atingir seus adversários, porém, o alvo em questão não eram os partidos, mas a monarquia. A intenção do jornal era mostrar que uma corrente de imigração espontânea só seria possível com um governo republicano, que eliminaria a corrupção inerente ao regime monárquico.

O impresso também falava da necessidade de se estabelecer fábricas em grande número no país para atrair imigrantes:

> "O único meio capaz de atrair o imigrante é a possibilidade de ganhar dinheiro; e essa possibilidade somente pode existir onde existirem empregos para as diversas profissões e onde a produção for maior que o consumo".[202]

O órgão republicano, no entanto, atacou profundamente a fala do trono lida no parlamento em maio de 1889, onde se concedia o direito ao governo de desapropriar os terrenos marginais das estradas de ferro, que não fossem aproveitados pelos proprietários, para a formação de núcleos coloniais. Para a folha, tal atitude não passava de mais um ataque da monarquia ao direito à propriedade. "*Si os núcleos coloniais oferecem vantagens, não serão os atuais donos das terras levados por seu próprio interesse a estabelecê-los?"*.[203] *A Pátria Mineira* defendia que a lei sobre as terras devolutas de 1855 já havia suficientemente firmado o direito público sobre as mesmas, qualquer atitude que fosse além dela seria uma afronta à garantia plena daquilo que foi legalmente adquirido.

Percebemos com o exposto até aqui que a imigração foi usada pela imprensa periódica de São João del-Rei como tema de ataque aos adversários. Os partidos que se encontravam na oposição atacavam a situação ou por não promover e incentivar a imigração ou por fazê-la de forma equivocada. Apesar disto, todos os periódicos apontados acima concordavam que ela era a saída para os problemas de mão-de-obra do país. Dos jornais com um número significativo de edições preservadas na cidade, apenas o *São João del-Rei* e a *Tribuna do Povo* não se manifestaram sobre o assunto. No entanto, como pode ser visto no item anterior, estas mesmas folhas pouco ou nada falaram também sobre as alternativas para a passagem do trabalho escravo para o livre. Os periódicos que mais se interessaram com a transformação do trabalho (*Gazeta Mineira*, *O Arauto de Minas, A Verdade Política* e *A Pátria Mineira*) tenderam a concordar que a imigração seria a principal alternativa para substituição do braço

---

[202] *A Pátria Mineira*, 06 de junho de 1889.
[203] *A Pátria Mineira*, 16 de maio de 1889.

escravo. Combinaram o projeto paulista de introdução do imigrante para servir de mão-de-obra aos fazendeiros com o projeto mineiro de núcleos coloniais para povoar regiões pouco habitadas. Devemos indagar, todavia, sobre quais os motivos que fizeram com que, nos discursos da imprensa de São João del-Rei, os imigrantes fossem preferidos em detrimento da possibilidade de se aproveitar o trabalho dos libertos e dos nacionais. Acreditamos que as respostas estejam no terreno das representações, das quais a questão racial e a busca por uma nacionalidade branca, moderna e civilizada foram fatores determinantes. É sobre esse tema que nos debruçaremos nas páginas que se seguem.

Capítulo 2:

Racismo, modernidade e nacionalidade na imprensa sanjoanense

1- As doutrinas raciais européias e a introdução do pensamento racial no Brasil na segunda metade do século XIX

Antes de entrarmos especificamente nas questões relacionadas ao racismo na cidade de São João del-Rei, achamos conveniente fazer um breve resumo sobre as teorias raciais no século XIX e sua difusão no Brasil. Destacamos, no entanto, que apenas entraremos em alguns aspectos principais sobre o assunto, sem ser nossa intenção nos aprofundar no debate, visto que já existe uma ampla bibliografia sobre o tema, além de que tal atitude nos desviaria dos objetivos primordiais deste trabalho. Assim, alguns nomes importantes acabaram sendo omitidos e outros foram citados somente em notas de rodapé.[204]

O historiador russo Léon Poliakov, ao analisar o mito ariano sob uma ótica de longa duração[205], percebeu que as bases do arianismo já se encontravam na Europa desde a Idade Média. O autor destaca a importância dos *"mitos de origem"* nas sociedades européias, que, no século XIX, combinado com as teorias raciais, ditas científicas, deram a sustentação ideológica para o surgimento do mito ariano, que, mais tarde, estaria no cerne do discurso hitlerista. Esses mitos de fundação das nações traziam em seu interior exclusões que, apesar de não se basearem em diferenças físicas, buscavam segregar determinados grupos de indivíduos. Foi o caso, por exemplo, da Espanha, onde a herança visigótica foi invocada para se opor aos cristãos novos, em grande parte, descendentes de muçulmanos e judeus; ou da França, onde, por muito tempo, a nobreza se auto-intitulava de origem franca, contrapondo-se aos servos, que seriam de origem gaulesa ou romana, por isso, subjugados.

Nos séculos XVII e XVIII, já se pode perceber a existência de algumas taxonomias que buscavam hierarquizar as "raças humanas". Entre elas, podemos

---

[204] Para uma análise um pouco mais detalhada ver GIAROLA, Flávio Raimundo. *Racismo e teorias raciais no século XIX: Principais noções e balanço historiográfico*. IN: Revista História e-História, 2010. Disponível em: http://www.historiaehistoria.com.br/quem_det.cfm?id=40, acessado em 16 de novembro de 2010.

[205] POLIAKOV, Léon.. *O Mito Ariano: Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

destacar as de as François Bernier (1625-1688)[206] e a de Carolus Linnaeus, ou simplesmente Carlos Lineu (1707-1778)[207], que pretendiam dividir cientificamente a humanidade em raças distintas.

Segundo Lílian Schwarcz, é, porém, no início do século XIX que o termo "*raça*" foi amplamente introduzido na literatura especializada por Georges Cuvier (1769-1832), inaugurando a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos.[208] O naturalista francês, através de critérios baseados nas diferenças geográficas e na variação da cor da pele, dividiu a humanidade em três subespécies – caucasiana, etiópica e mongólica – e depois as subdividiu por critérios mistos, físicos e culturais.

Como mostra Giralda Seyferth, também Blumenbach (1752-1840), em 1806, estabeleceu cinco raças – caucásica, mongólica, etiópica, americana e malaia.[209] Para a autora:

> "Estas primeiras classificações não colocaram em dúvida a unidade da espécie humana, porém trabalhos como o de Cuvier abriram caminho para as teorias deterministas que buscaram nas "leis da natureza" a explicação para as diferenças físicas e culturais".[210]

Delineava-se uma reação ao Iluminismo do século XVIII, que, devido aos pressupostos de igualdade das revoluções burguesas, apresentava uma visão unitária da humanidade. Assim, percebe-se o esboço de uma forma de classificação eurocêntrica da humanidade onde as características físiológicas ganhavam cada vez mais importância dentro dos discursos de filósofos e cientistas do período. Padrões de diferenciação que tinham como base a religião e a cultura perdiam terreno para a taxonomia racial, cujos

---

[206] Segundo POLIAKOV, Léon, Op,. Cit., p. 118, Bernier observou a existência de quatro ou cinco raças de homens, constituídas pelos: europeus, aos que se juntavam os egípcios e os hindus morenos, cuja cor é apenas acidental, causada pelo fato de se exporem ao sol; os africanos, cuja negrura é essencial; os chineses e os japoneses, com ombros largos, rosto chato, nariz achatado, e *"pequenos olhos de porcos"*; e os lapões, *"animais infames"*. Já os indígenas, eram considerados por Bernier como próximos dos europeus. Para o autor, essa classificação seria o primeiro escrito em que o termo "raça" aparece em seu sentido atual.

[207] Considerado o pai da taxonomia biológica, sugeriu a divisão do homem em quatro raças, baseada na origem geográfica e na cor da pele: *Americanus*, *Asiaticus*, *Africanus* e *Europeanus*, além do *Homo ferus* (selvagem) e *Homo monstruosus* (anormal).

[208] SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., 1993, p. 47.

[209] SEYFERTH, Giralda. *A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos*, In: Anuário Antropológico /93, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, p. 176.

[210] Idem, ibidem.

critérios de análise se encontravam na cor da pele, forma do cabelo, tamanho dos crânios, entre outros.

Um amplo debate entre os primeiros teóricos racistas, no entanto, dizia respeito à origem da humanidade. De um lado, estava o monogenismo, uma visão que agregava grande número de pensadores na Europa, até meados do século XIX, segundo a qual, conforme as escrituras bíblicas, acreditava-se que a humanidade era una.[211] De outro, encontravam-se os poligenistas que, no século das Luzes, em nome de considerações que se apresentavam como científicas, acreditavam na existência de vários centros de criação, que correspondiam às diferenças raciais. Os poligenistas ganharam maior espaço a partir de meados do século XIX, com a sofisticação das ciências biológicas e a contestação crescente ao dogma monogenista da Igreja. Segundo Schwarcz, a versão poligenista permitiria o fortalecimento de uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos, que passam a ser crescentemente encarados como resultado imediato de leis biológicas e naturais.[212]

A publicação de *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin (1809-1882), em 1859, fez com que um novo e importante paradigma ganhasse as discussões raciais: o evolucionismo. A partir daí, o conceito de raça ultrapassa os problemas estritamente biológicos, adentrando questões de cunho político e cultural. Surge, assim, o Darwinismo Social, bem como o uso de termos Darwinistas como *"competição"*, *"seleção do mais forte"*, *"evolução"* e *"hereditariedade"* em vários ramos do conhecimento como a psicologia, a lingüística, a pedagogia, entre outros. Na política, o Darwinismo serviu para justificar o domínio ocidental sobre os demais povos.

Entretanto, ao contrário do que se pensa, as famosas fórmulas *the survival of the fittest* (sobrevivência do mais adaptado) e *struggle for existence* (luta pela sobrevivência) devem-se não a Darwin, mas a Herbet Spencer (1820-1903). O filósofo

---

[211] SCHWARCZ, Lilia Moritz, Op. Cit. 1993, p. 48. A diferenciação da humanidade dentro do monogenismo encontrava legitimação no mito dos irmãos Jafé, Sem e Cam. Segundo POLIAKOV, Léon. Op. Cit, p. XXII, (Introdução), a fantasia dos autores tinha livre curso, e as variações propostas eram inumeráveis, mas a tendência dominante, de acordo aliás com as sugestões etimológicas já contidas na Bíblia, era a de reservar a Europa aos filhos de Jafé, a Ásia aos de Sem e a África aos de Cam. De acordo com a Bíblia, estes últimos constituíam o objeto de uma misteriosa maldição, sendo condenados a servir de escravos aos demais. Nas palavras de DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 82-83, a palavra hebraica para escravo, *ebed*, era usada, em certo sentido, para se referir a uma justa punição sancionada pelo Senhor. "Maldito seja Canaã", gritou Noé. "Um servo de servos ele será para seus irmãos." A expressão "um servo de servos", sabemos, significa "o escravo mais indigno", e os descendentes de Canaã foram assim condenados à servidão perpétua (Gênesis 9:35).

[212] SCHWARCZ, Lilia Moritz, Op. Cit., 1993, pp. 48-49.

inglês acreditava ter demonstrado que a marcha dos homens para um futuro melhor se desenvolvia em virtude de uma lei universal. Esta marcha prosseguiria sob o comando da raça branca, permanecendo as outras muito atrás dela, num estágio primitivo ou infantil. *"Assim, a relação entre a idéia do progresso e a da hierarquia racial, (...), tornava-se particularmente nítida neste autor típico da era vitoriana"*.[213]

O Darwinismo Social, juntamente com a antropologia e a etnografia do século XIX ajudaram a construir a idéia de *"missão civilizatória"* das potências imperiais. Deste modo, o chamado neo-imperialismo das últimas décadas do século XIX trazia consigo a noção de que havia um *"fardo do homem branco"* de levar o progresso e a civilização aos povos *"primitivos"* e *"atrasados"*.

Os teóricos racistas dos oitocentos também estavam preocupados com o problema da mistura racial. O mestiço era o exemplo da "*degeneração"*[214] surgida com o cruzamento de *"espécies diversas"*. Baseado no fortalecimento da tese poligenista, as raças humanas deveriam ver na hibridação um fenômeno a ser evitado.[215] O principal nome nesse sentido foi o do conde de Gobineau (1816-1882), autor do *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, publicado em 1854 e de enorme repercussão européia. Este acreditava que a desigualdade das raças humanas não era uma questão absoluta, mas um fenômeno ligado à miscigenação.[216]

---

[213] POLIAKOV, Léon. Op. Cit, p. 283.

[214] Buffon (1707-1788), conhecido naturalista francês, pensou, ainda no século XVIII, a idéia de degeneração, que seria amplamente usada em meados do século seguinte para se discutir as misturas raciais. Para o autor, se não existisse o fato de que o negro e o branco podem *"produzir juntamente… haveria duas espécies distintas; o negro estaria para o homem como o asno para o cavalo, ou antes, se o branco fosse homem, o negro não seria mais homem, seria um animal à parte como o macaco…"* (POLIAKOV, Léon. Op. Cit., p. 142).

[215] Essas idéias baseadas na pureza racial inspiraram o surgimento da eugenia, doutrina fundada por Francis Galton (1822-1911) e que teve ampla aceitação principalmente na Alemanha. A *"ciência eugênica"* tinha como pressuposto a idéia de que os caracteres mentais e, sobretudo, a inteligência eram hereditários ao mesmo título que os caracteres físicos (POLIAKOV, Léon. Op. Cit, p. 284). Deste modo, pretendia-se realizar a *"higiene racial"* através da intervenção na reprodução das populações, com a proibição de casamentos inter-raciais e a incidência de severas restrições sobre alcoólatras, epilépticos e alienados (SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., 1993, p. 60).

[216] Em 19 de junho de 1868, Gobineau foi designado como ministro plenipotenciário da França perante a corte do Brasil, na embaixada do Rio de Janeiro. É fácil imaginar a grande resistência exercida por este, visto sua aversão a qualquer tipo de população mestiça. Em seus escritos, tratou o Brasil como um país degenerado, já que não conservou o sangue de seus fundadores, fazendo de sua população um produto de sucessivas misturas. Para maiores informações sobre o assunto ver RAEDERS, George. *O inimigo cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil.* Sao Paulo: Paz e Terra, 1988 e PETRUCCELLI, José Luís. *Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro, 1870-1930*, IN: Estudos Sociedade e Agricultura, n° 7, dezembro de 1996, p.134-149, disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/sete/petruc7.htm, acessado em 05 de maio de 2010.

Com a difusão do cientificismo na Europa, o discurso científico recebeu largo espaço no Brasil, questionando e disputando espaços inclusive com a religião e a Igreja, até então grandes fontes dos discursos "fechados" e "competentes" da época. Nos institutos, nos periódicos, nos romances, era como uma sociedade científica e moderna que o Brasil de finais do século pretendia se auto-representar. Neste sentido, dá-se larga referência às Ciências Naturais e à teoria que parecia representar o avanço científico: *a teoria da evolução.*

> "Para o Brasil essa teoria parecia igualmente oportuna e assimilável, pois dava subsídios a um grupo dirigente confiante e orgulhoso de "sua sabedoria" e que nesses momentos de fim de século definia seus conceitos de nação e cidadania".[217]

De acordo com Schwarcz, Darwin, ao lado de Comte (1789-1857), recebia vários elogios dos jornais brasileiros do período e dividia a atenção dos leitores. No entanto, estas mesmas teorias que agradavam aos brasileiros, serviam para vários viajantes como instrumento para representar o Brasil como exemplo de nação degenerada de raças mistas. Assim, apresentava-se o problema de um país de *"raças miscigenadas"*, um modelo da falta e atraso em função de sua composição étnica e racial.

No entanto, os autores nacionais buscavam adaptar, dos modelos evolucionistas, o que combinava da justificação de uma espécie de hierarquia natural com a inferioridade de largos setores da população e descartar o que soava estranho, principalmente o tema dos "infortúnios da miscigenação".[218] Deste modo, a grande questão que ocupava os intelectuais era: como conviver com o paradoxo da aceitação de uma teoria que levava à inviabilidade futura da nação? Como afirma Thomas Skidmore, no Brasil a miscigenação não despertava a oposição instintiva da elite branca.

> "Pelo contrário, era o processo reconhecido (e tacitamente aprovado) pelo qual uns poucos mestiços (quase invariavelmente mulatos claros) tinham ascendido ao topo da hierarquia social e política".[219]

Porém, as teorias raciais, da forma como eram proferidas no exterior, colocavam a mestiçagem como sinônima de degeneração racial e social. Gobineau, por exemplo,

---

[217] SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., 1989, p. 98.
[218] Idem, ibidem.
[219] SKIDMORE,Thomas. Op. Cit., p. 72.

afirmava que a raça branca era frágil, no sentido que as infusões de sangues inferiores não tardavam a exercer seus efeitos devastadores. Para ele, as leis da "química histórica" pretendem que as sub-raças mistas "ternárias" e "quaternárias" sejam raças degeneradas.[220]

Em busca da negação da idéia de inferioridade inata dos mestiços, a intelectualidade brasileira forjou uma conclusão otimista baseada na afirmação chave de que a miscigenação não produzia inevitavelmente "degenerados", mas uma população branca, tanto cultural quanto fisicamente. A tese do branqueamento se apoiava na hipótese de que a mistura racial, da forma em que ocorria no Brasil, produzia "naturalmente" uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas.[221]

A imigração de europeus aparecia nesse contexto como veículo impulsionador do embranquecimento da nação, pois, constituindo uma *"raça mais forte"*, se imporiam no contexto racial brasileiro. Nas palavras de Célia Maria Marinho de Azevedo, a imigração européia era insubstituível como agente exclusivo de purificação étnica. Mesmo que o país alcançasse algum progresso material, sem brancos e embranquecidos, ele sofreria a falta de avanços morais e intelectuais.[222]

As doutrinas raciais, introduzidas nos discursos da elite intelectual brasileira, ajudaram a forjar representações sociais diante de negros, mestiços, índios e imigrantes, que influenciaram fortemente os debates a respeito da mão-de-obra, sobretudo a partir de 1871. Se mesmo *"as representações coletivas mais elevadas só têm existência a partir do momento em que comandam atos e práticas que tem por objetivo a construção do mundo social"*[223], torna-se pertinente entender como as representações que inferiorizavam alguns indivíduos e supervalorizavam outros se articulavam na produção de determinadas políticas e projetos que visavam à resolução do problema da carência de mão-de-obra em fins do século XIX. Deste modo, buscaremos, a seguir, demonstrar, como foram introduzidas as visões racistas no imaginário da elite política da cidade de São João del-Rei e como elas interagiam na construção da unanimidade diante do projeto imigrantista para substituição do regime de trabalho.

---

[220] POLIAKOV, Léon. Op. Cit, p. 218.
[221] SKIDMORE,Thomas. Op. Cit., p. 81.
[222] AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Op. Cit., 1987, p. 75.
[223] CHARTIER, Roger. Op. Cit., 1990, p. 18.

2- Ciência e religião em São João del-Rei

Como podemos perceber no exposto acima, o racismo do século XIX aspirava ao selo de verdade científica. Não foi à toa que entrou para a história com o nome de "racismo científico", o que expressa a íntima relação existente entre o cientificismo e as teorias raciais. Tendo em vista isto, antes de nos aventurarmos nas representações da mão-de-obra em São João del-Rei que tiveram teor racial, analisaremos como se deu a introdução do discurso científico na cidade.

Num primeiro momento, ao se analisar a imprensa sanjoanense, pode-se pensar que as idéias racistas anteriormente apresentadas pouco ou nada influenciaram nas representações da elite da cidade diante da mão-de-obra. Também se pode pensar que a região rejeitou os argumentos cientificistas e positivistas, característico da chamada *"geração 70"*.[224] Essas pressuposições podem ser feitas com base em dois fatores: a não referência aos autores anteriormente citados nos artigos dos periódicos; e uma tendência, principalmente do jornal conservador *O Arauto de Minas*, a se prender a uma explicação religiosa da realidade devido à forte tradição católica, característica da região desde os tempos coloniais.

Em nenhum instante percebemos a menção nominal aos principais teóricos do racismo brasileiro e europeu. Darwin, Gobineau ou Spencer, figuras de enorme expressão no pensamento social brasileiro, sobretudo a partir da década de 1870, não são citados em nenhum momento pela imprensa de São João del-Rei, independente da vinculação política do periódico.

Por outro lado, podemos notar uma insistência da imprensa em se apegar às repostas da Igreja sobre o mundo ao seu redor. Essa posição é característica principalmente do jornal *O Arauto de Minas* que, além de ser contrário a idéias positivistas como a separação entre a Igreja e o Estado e a secularização dos centros de

---

[224] Segundo ALONSO, Ângela. Op. Cit., p. 35, o movimento intelectual da "geração de 1870", que contava em seu repertório com as idéias do cientificismo europeu, representava uma *manifestação coletiva* que se expressa tanto em escritos quanto em formas de ação. Os membros dessa geração guardavam em comum a experiência de marginalização política: não incorporados pelas instituições políticas, alijados pela longa dominação conservadora. Deste modo, o movimento não recorreu ao repertório intelectual europeu visando a construção de teorias em meio a um debate intelectual abstrato. *"Componentes deste repertório foram assimilados criteriosamente, conforme sua capacidade de elucidar a conjuntura brasileira e oferecer armas para a luta política"* (p. 332). Portanto, para Alonso, o cientificismo e todas as novas teorias raciais expressavam para a "geração 1870" uma forma de expressar seu dissenso e imaginar projetos de reforma em termos novos, distantes da maneira de pensar e das formas de expressão da tradição imperial. Em oposição ao discurso católico hierárquico, um dos pilares da dominação saquarema, os grupos contestadores fizeram destas doutrinas uma expressão de seu anticlericalismo, uma forma de discurso laico para se explicar a realidade.

ensino, combateu abertamente o positivismo em todos os seus aspectos. Em 14 de maio de 1881, a folha conservadora iniciou a publicação de uma série de artigos do padre Antônio José da Costa Machado que iriam se prolongar por quatro edições cujo tema central dizia respeito aos males das idéias positivistas: *"O positivismo materialista tende a destruir as verdades fundamentais que constituem a base e o fundo da filosofia, da religião e da sociedade"*.[225]

Estes artigos foram publicados na seção "Religião" do periódico, fato que por si só mostra a preocupação que o periódico nutria quanto às idéias positivas que buscavam um saber secular e temporal, em detrimento do conhecimento religioso. Deste modo, dizia em 29 de maio de 1881:

> "O positivismo não é um fim é um meio.
>
> O materialismo tem um fim definitivo e supremo, desembaraçar-se de duas coisas, da alma e de Deus.
>
> (...)
>
> Se não há Deus, nem vida futura na qual se restabelece o equilíbrio da justiça, com toda freqüência violado pelos ricos e poderosos da terra; se tudo acaba com a morte: se consciência e virtude nada significam; com que direito alguns poucos passam a vida em delícias, nadam na opulência, são felizes não só eles, mas os seus cães, cavalos, e multidões morrem na miséria, a maioria dos homens curvados sobre o peso do calor e do trabalho, arrastam uma vida trabalhosa e desastrosa? Abaixo a propriedade – a igualdade da fortuna e do trabalho eis o programa da sociedade moderna. Deus é um mal e a propriedade um roubo eis o programa da nova revolução.
>
> (...)
>
> As idéias acham-se sujeitas a uma espécie de gravitação, o tendem a traduzir-se em fatos, sobretudo quando estas afagam as paixões das multidões: o positivismo traduz-se na Internacional."[226] (Grifo nosso).

Esta longa citação é significativa por deixar claro duas importantes posições do periódico diante do positivismo. A primeira refere-se ao suposto ateísmo dos positivistas, cuja finalidade de suas idéias seria destruir a crença em Deus e em uma vida extra-terrena. A segunda diz respeito à aproximação feita pelo artigo entre as idéias positivas e as socialistas. Segundo o periódico, as duas correntes se aproximavam numa lógica onde a inexistência de Deus levaria à revolução e à destruição da propriedade.[227]

---

[225] *O Arauto de Minas*, 14 de maio de 1881.
[226] *O Arauto de Minas*, 29 de maio de 1881.
[227] Como já tivemos oportunidade de demonstrar anteriormente, esta não foi a primeira vez em que apareceu no órgão do partido conservador a utilização do movimento comunista como forma de atacar os inimigos. O uso do comunismo e do socialismo foi utilizado contra os abolicionistas e contra os liberais.

Sobre Comte, *"o sumo sacerdote do positivismo"*, os artigos em questão tratavam-no como um indivíduo perturbado, com claros *"sinais de alienação mental"*.[228] Para dar credibilidade a tal afirmação, citava Thomas Henry Huxley (1825-1895), evolucionista inglês, amigo de Charles Darwin e *"um sábio inimigo do cristianismo"*. Para o cientista britânico, *"Em Conte não há nada que mereça o nome de grandeza de caráter, a não ser a sua arrogância, que é sem dúvida sublime"*.[229] Posteriormente, em artigo de 30 de outubro de 1883, voltava-se a questionar a sanidade de Comte, afirmando que este havia estado em um *"hospício de alienados"*.[230]

A publicação dos textos do padre Antônio José da Costa Machado representou o momento mais radical da crítica d'*O Arauto de Minas* contra o positivismo. O tema, no entanto, foi recorrente no periódico, principalmente quando se criticava as supostas tendências positivistas dos liberais ou dos republicanos.

No entanto, o fato do *O Arauto de Minas* ser anti-positivista não é algo excepcional. Os setores mais conservadores do Brasil tenderam a reforçar um pensamento espiritualista ou um catolicismo ultramontano visceral. Como mostra Ângela Alonso, o positivismo foi constante no repertório dos setores críticos da "geração 1870", constituindo-se em uma alternativa laica, republicana e potencialmente abolicionista, por isso, compreensivelmente combatida pelos conservadores.

> "Neste sentido, o repertório da política científica fez parte do trânsito desses jovens de uma posição de expectativa de assimilação individual à burocracia de Estado e ao sistema político imperial para a crítica e contestação coletiva a ele. Sem a contraparte da dinamização do mercado de trabalho, reforçaram a concentração da população educada do Império e geraram o oposto do esperado: um grupo de demandantes. Este grupo compôs uma das modalidades de contestação político-intelectual ao *status quo* imperial. As instituições monárquicas não chegavam a ter para eles nenhum sentido prospectivo e nenhum valor intrínseco. A política científica os encaminhou paulatinamente para as duas grandes campanhas de contestação ao Império: o abolicionismo e o republicanismo". [231]

Se tratava de uma estratégia discursiva comum do periódico. Esse fato sugere a existência de um temor aparente, entre os conservadores, diante dos movimentos socialistas e comunistas que ocorriam então na Europa. No entanto, trata-se apenas de uma suposição que carece de um pesquisa mais consistente sobre o tema.

[228] *O Arauto de Minas*, 21 de maio de 1881.

[229] Idem, ibidem. O trecho foi extraído da revista Fortnightly Review de 30 de outubro de 1869.

[230] *O Arauto de Minas*, 30 de outubro de 1883.

[231] ALONSO, Ângela. Op. Cit., p. 133.

Entretanto, nos demais periódicos da cidade, apesar de menos radical, o catolicismo também foi característica marcante de seu aparato discursivo. *A Pátria Mineira,* principalmente, órgão que tinha comunhão com determinadas princípios liberais, como a cisão entre Igreja e Estado, característica natural para um periódico filiado ao partido republicano, jamais se mostrou contrária aos dogmas da Igreja. Em 23 de maio de 1889, dizia que *"Fora do cristianismo não existe uma só República. As nações que adotam outros cultos, vivem sobre o mais atroz despotismo"*.[232] Além do mais, festas religiosas, principalmente a Semana Santa, notícias sobre irmandades e outros textos relacionados à fé cristã faziam parte das notícias comuns dos jornais de São João del-Rei do final do século XIX.

No entanto, apesar destas primeiras constatações, a análise mais atenta dos discursos da imprensa sanjoanense, nos permite averiguar que, mesmo com a estreita relação dos periódicos com a Igreja e a oposição dos conservadores aos positivistas, a crença nos benefícios advindos da ciência esteve presente no pensamento destes jornais.

O Arauto de Minas, ainda que criticasse a filosofia positiva, jamais quis se mostrar um inimigo da ciência. Em 1879, o periódico combatia a idéia de cremação dos mortos considerando-a *"tudo quanto de mais repugnante se pode considerar aos sentimentos de piedade cristã"*.[233] Em sua defesa, dizia que, além dos inconvenientes morais e filosóficos, queimar os mortos seria um empecilho às autopsias cadavéricas, assim como as análises químicas feitas nas vísceras*, "que tem prestado os maiores auxílios às autoridades para o descobrimento de crimes, que pareciam envoltos em densos véus*".[234] O impresso afirmava ser tal atividade uma *"forma científica, e sob infalíveis resultados"*.[235]

Em 21 de abril de 1887, em crítica aos liberais, a folha conservadora dizia que seu partido era o único que se empenhava em ilustrar o povo. Seguia afirmando que *"nós* [conservadores]*, com calma reflexão seguimos a marcha das sociedades modernas, desprezando o que tem de pernicioso e abraçando aquilo que tem por base uma sólida ins(?)ção, fundada na ciência e religião"*[236] (grifo nosso). Nota-se que, na concepção d'*O Arauto de Minas*, ciência e religião não se opõem, bastando apenas uma

[232] *A Pátria Mineira*, 23 de maio de 1889.
[233] *O Arauto de Minas* , 08 de fevereiro de 1879.
[234] Idem, ibidem.
[235] Idem, ibidem.
[236] *O Arauto de Minas*. 21 de abril de 1887.

seleção. Deste modo, como no caso da autopsia, a ciência torna-se útil à sociedade sem, com isso, afetar os fundamentos básicos do catolicismo.

O liberal *5 de Janeiro*, também tratou em suas páginas da questão da compatibilidade entre o discurso cientifico e o discurso religioso. No artigo publicado em 04 de fevereiro de 1879 intitulado *"Estudos Históricos"*, que dizia ser extraído de um livro inédito, discutia-se o surgimento da humanidade. Nele, o livro do *Gênesis* aparecia como aquele que possibilita *"um modo racional, corroborado ainda pelos recentes testemunhos da ciência,"*[237] sobre a origem do mundo e do homem. Em todo o texto encontra-se uma interessante tentativa de relacionar o relato bíblico com a ciência, como se percebe no trecho que se segue:

> "Os mamíferos vem na sexta época tomar seu posto na criação (...). Preferimos a hipótese de seis épocas, em lugar de seis dias, por ser esta interpretação mais conforme com as descobertas geológicas, que não se acham em contradição com a narração bíblica, pois que a palavra hebraica – Yom – tanto pode significar dia como época." [238]

A criação do homem era apresentada segundo a tradição monogenista, onde Adão seria o primeiro representante de toda a humanidade. Portanto, o periódico reproduziu o discurso religioso de criação e pecado original, sem, no entanto, questionar a validade das teorias e descobertas científicas.

O também liberal *A Verdade Política*, em 17 de abril de 1889, colocou em suas páginas uma seção científica, de duração efêmera, já que resistiu apenas até a edição seguinte, mas cujo objetivo era:

> "(...) democratizar a ciência mais do que a tem democratizado o ensino livre e a livre lição das academias; vimos baixá-la ao povo para, instruindo-o, preveni-lo contra errôneas práticas e turvas idéias, muitas vezes fatais, sobre as enfermidades que o cercam por todos os lados como um exercício exterminador".[239]

Como pode ser percebido no trecho acima, a intenção do periódico era combater as práticas populares, o senso comum, sobretudo no que tange às práticas medicinais.

[237] *5 de janeiro*, 04 de fevereiro de 1879.
[238] Idem, ibidem.
[239] *A Verdade Política*, 17 de abril de 1889.

Nesta edição, o impresso trazia um texto intitulado *"Varíola e vacina"*, onde expunha várias informações sobre a doença e a importância da vacinação para sua extinção.

Este mesmo jornal, em 13 de dezembro de 1888, publicou um artigo sobre a exposição universal em Paris, que ocorreria no ano seguinte. Considerava que as exposições deste tipo eram oportunidades de se *"aferir do desenvolvimento de um povo"*.[240] Eram também *"campos de estudo, escolas técnicas, onde todos tem ingresso, vêem, estudam e aprendem; são uns como museus, onde satisfaz-se a curiosidade, bebendo-se insensivelmente a ciência do progresso social"*.[241] Como mostra Francisco Foot Hardman, as exposições universais, além de exibirem as maravilhas da indústria moderna, comungavam da febre classificatória de largo espectro herdado do enciclopedismo, que se converteu então no desejo ilimitado de exibir o máximo.[242] *A Verdade Política* parecia concordar que as exposições eram momentos onde a ciência e o progresso se encontravam.

No entanto, se a ciência era importante para o jornal liberal, o cristianismo ainda era visto como o principal condutor rumo ao futuro: *"Se todas as religiões têm pressentido o futuro do homem, o cristianismo só o tem compreendido melhor, porque só ele, sem dúvida, tem a missão de nos conduzir para ali"*.[243]

A *Gazeta Mineira*, por sua vez, acreditava que a ciência contribuiria para o engrandecimento do país, sobretudo se fosse aplicada à agricultura. Em 11 de janeiro de 1884, lê-se a seguinte afirmação:

> "É digno de nota o desenvolvimento de Itabira, que conta já em seu seio fábricas de tecidos, de fundição de ferro, de chapéus e outras, e vê sua agricultura adiantada, abandonando as velhas rotinas para utilizar-se as conquistas da ciência". [244]

O periódico acreditava que a ciência poderia fornecer meios para a substituição dos braços agrícolas por máquinas. Defendia a escola agrícola de Itabira dizendo que:

> "Os benefícios e proveitosos resultados de tão útil ensino não se fizeram esperar: não menos de 50 fazendeiros das cercanias já adotaram em suas

---

[240] *A Verdade Política*, 13 de dezembro de 1888.
[241] Idem, ibidem.
[242] HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: A modernidade na selva*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988, p. 57.
[243] *A Verdade Política*, 13 de fevereiro de 1889.
[244] *Gazeta Mineira*, 11 de janeiro de 1884.

> lavouras máquinas e aparelhos aperfeiçoados, iguais aos empregados nessa escola, os quais, aumentando a produção e o valor do produto, dispensam, entretanto, muitos braços".[245]

Como quase tudo nesta folha, a ciência deveria ter uma função prática, aplicada em melhoramentos que deveriam impulsionar a indústria agrícola no país. O ensino técnico deveria cumprir este papel: *"(...) animemos a adoção de máquinas industriais, criando institutos onde com o ensino profissional possam nossos provincianos conhecer e avaliar a força potente de produtividade dos instrumentos científicos do trabalho".* [246] O periódico defendia, portanto, a racionalização da agricultura e, por isso, produzia vários artigos com o objetivo de levar aos fazendeiros os conhecimentos científicos sobre a terra, a produção, o clima, entre outros.

Essa perspectiva do periódico remete a uma política que já estava presente na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada em 1828 e ativa desde 1830. Segundo Patrícia Regina Corrêa Barreto, longe de ser uma associação de classe, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi criada no espírito da Ilustração e era, como tantas outras sociedades da época, uma comunidade que se propunha ser científica, mas que congregava no mesmo espaço cientistas, letrados, políticos e homens ligados ao mundo dos negócios.

> "A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional esteve voltada, prioritariamente, para transformação de uma agricultura rotineira e esgotadora baseada no machado e na coivara, em uma atividade moderna revigorada por insumos, pelo desenvolvimento e adaptação tecnológica, tropicalização e variedades de culturas, resultando na retomada e expansão agrícola, perfazendo a vocação das terras brasileiras: elemento de grandeza e prosperidade de futuras gerações. Teve como fim a melhoria do processo produtivo através da introdução de inovações técnicas produzidas pelo conhecimento científico."[247]

A partir de outubro de 1884, a *Gazeta Mineira* passou a contar com uma seção intitulada *"Sciencia para o povo"*, que iria fazer parte do jornal até o final da série de números conservados para o período imperial. Entre os assuntos tratados estavam clima, geografia, astronomia, física, química, entre outros, abordados de uma forma que mostrava a intenção de saciar a curiosidade dos leitores sobre determinados assuntos

[245] Idem, ibidem.

[246] *Gazeta Mineira*, 21 de fevereiro de 1884.

[247] BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens*. IN: XIII Encontro de História, Anpuh-Rio, Identidades, 2008, pp. 3-4, disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654_ARQUIVO_ARTIGOREVISADO.pdf, acessado em 21 de junho de 2009.

como se percebe nos títulos: *"De que se compõe o ar"*[248], *"Donde vem a chuva e a neve"*[249], *"Como se forma a crosta terrestre"*[250].

O periódico também considerava que *"mede-se o grau de civilização e progresso de um país pelo estado de adiantamento intelectual de seu povo"*.[251] Deste modo, o impresso defendia a instrução como meio de combater os instintos brutos naturais do ser humano, e que se manifestam quanto maior for a ignorância do indivíduo. Também é meio de se alcançar o progresso e a civilização. Deste modo, *"O adiantamento material de um povo arrasta inevitavelmente após si o seu progresso moral e o desenvolvimento material"*.[252]

O republicano *A Pátria Mineira*, ao contrário, não falou tanto de ciência em suas páginas. Essa ausência pode ser justificada pela preferência do jornal em tratar de assuntos mais diretamente relacionados à política. Como veremos adiante, mesmo quando falava de questões como a raça, fazia-o relacionando a algum assunto de interesse do seu partido, ou a uma crítica aos adversários. Essa tendência prevaleceu mesmo após a proclamação da República, dando pouquíssimo espaço para artigos apolíticos.

Portanto, este item objetivou mostrar que, mesmo com a presença marcante do discurso religioso e com o combate dos conservadores ao positivismo, a ciência encontrou seu espaço entre os periódicos de São João del-Rei. Ainda que alguns tenham dado maior espaço para ela do que outros, ou tenham buscado liga-la ao discurso religioso; o certo é que o discurso científico foi adequado ao ponto de vista de cada jornal, sem, no entanto, ser excluído. "Religião", "progresso" e "utilidade" foram as palavras chaves que estiveram ligados à ciência na cidade. Da mesma maneira, o racismo da imprensa também esteve relacionado a estas três expressões que, juntamente com o pressuposto de inferioridade de determinados grupos sociais, configurou as representações diante de negros, nacionais, *coolies*, indígenas e imigrantes europeus.

3- A *"raça embrutecida"*: a imagem dos negros na imprensa sanjoanense

Quando se tratava de representar o negro, ciência e religião novamente se encontravam em São João del-Rei. Ambas caminhavam no sentido de inferiorizar os

---

[248] *Gazeta Mineira*, 22 de outubro de 1884.
[249] *Gazeta Mineira*, 19 de novembro de 1884.
[250] *Gazeta Mineira*, 15 de dezembro de 1884.
[251] *Gazeta Mineira*, 10 de maio de 1884.
[252] Idem, ibidem.

"homens de cor", deixando a imagem de uma raça que seria perversa por natureza. Por um lado, havia um ponto de vista baseado em concepções místicas e religiosas que aproximava os negros do demônio das atividades malignas; por outro a concepção baseada na idéia de raça, usada para apontá-los como sendo naturalmente maus.

No entanto, parece que apenas o fato de ser identificado como sendo um negro já poderia, por si só, ser bem pejorativo. *O Arauto de Minas* fez bastante uso disto no ataque aos seus adversários. Segundo Alex Lombello Amaral, para os conservadores, o partido liberal era um partido composto de negros, como na descrição, citada pelo autor, de uma cavalgada dos liberais:

> "...tantos eram os tipos grotescos, saído dos barracos das serras de S. José e Prados, havendo em seu número (contestem se são capazes) dois pretos descalços, que foram vítimas de gostosas vaias.
>
> (...)
>
> Arrumam-se a bandeira do Rosário nas mãos de um dos muitos Capitães, nas do Chico Corrêa ou nas do Calambao, e estaríamos em pleno reinado do Rosário".[253]

De acordo com o autor supra-citado, é importante a afirmação de que a cavalgada parecia o *"Reinado do Rosário"*, ou seja, uma festa de negros. *"A maioria dos participantes, que para o Arauto tinham sido exatamente 74, seria, portanto composta por homens de cor"*.[254]

Os ataques não se restringiam ao grupo, eram também direcionados aos chefes liberais. Como mostra Amaral, o advogado liberal Vicente de Paula Teixeira era chamado pelo periódico conservador de *"Beicinho"*; Francisco de Paula Pinheiro, que foi redator de algumas folhas, chegou a ser chamado de *"preto de ganho"*.[255] Apesar disto, o órgão do partido conservador não assumia ser racista e, ao ser acusado pelo próprio Vicente de Paula Teixeira, disse: *"Ninguém mais do que os conservadores é despido desse preconceito tolo de branquidade"*.[256]

No entanto, em abril do mesmo ano, *O Arauto de Minas* publicou um pequeno artigo intitulado *"O Vicente Africano"*. Neste, que se dizia ser extraída de um periódico da cidade de Passos (*Clarim de Passos*), falava-se sobre uma peça dramática intitulada

---

[253] *O Arauto de Minas*, 3 de junho de 1878, apud AMARAL, Alex Lombello.Op. Cit. p. 71.
[254] AMARAL, Alex Lombello. Op. Cit., p. 72.
[255] Idem, p. 72.
[256] *O Arauto de Minas*, 25 de março de 1880, apud AMARAL, Alex Lombello. Op. Cit., pp. 72-73.

Pedro, sobre a qual Vicente de Paula Teixeira havia dito se identificar com o personagem principal. O texto seguia dizendo que Pedro, o protagonista era filho de um mordomo de Portugal: *"porém, em primeiro lugar, é preciso que o inteligente Vicente fique sabendo, que os mordomos daquele Reino, não são os cozinheiros negros do Brasil (...)"*. A afirmação com maior teor racista viria a seguir, quando se colocaria em xeque a inteligência de Vicente:

> "(...) Pedro era mordomo em Portugal e o Vicente, cozinheiro no Caraça ou São João del-Rei; acrescendo, que, aquele era inteligência superior e poeta inspirado, e Vicente, inteligência mesquinha, e como poeta nunca cantou, a menos que não fosse o *urubu*, de canto mavioso, vestido de linda plumagem..." [257]

Fica implícito o pensamento de que Vicente seria menos inteligente que Pedro não apenas pelo tipo de atividade que exerciam, mas também pela suposição de que o primeiro seria negro e o segundo branco. Em todo o artigo, o uso da expressão *"inteligência superior"* para qualificar Pedro é colocado em destaque pelo autor.

Os liberais, por sua vez, também fizeram uso de estratégia parecida nas páginas d'*A Tribuna do Povo* de 13 de agosto de 1881, quando, ao hostilizar *O Arauto de Minas*, dizia que este tinha *"linguagem grosseira, própria de preto mina"*.[258] Porém, a diferença é que o jornal não chega a chamar os conservadores de negros, apenas compara o seu linguajar com o de um grupo que o periódico considera ser medíocre neste aspecto.

Entretanto, como já foi mostrado no capítulo anterior, mesmo o *São João Del-Rei*, órgão que Amaral considera como tendo forte teor abolicionista, foi contra o casamento entre uma viúva e um negro alforriado por ela, fato denominado como o *"cúmulo do abolicionismo"*.[259] Tal atitude era o reflexo de um pensamento comum do período, que esteve presente, inclusive, entre os principais abolicionistas do Império. Deste modo, não se tratava de uma atitude específica da cidade, mas de um comportamento geral do Brasil neste momento histórico.

O negro aparecia como algo ruim também no discurso místico-religioso. Na edição de 26 de setembro de 1889, o periódico republicano *A Pátria Mineira* publicou

---

[257] *O Arauto de Minas*, 02 de abril de 1880.
[258] *Tribuna do Povo*, 13 de agosto de 1881.
[259] *São João Del-Rei*, 30 de setembro de 1886.

um artigo intitulado *“A origem dos negros”* e que, curiosamente, dizia ser baseado em uma lenda que *“tem curso entre os negros do Brasil”*.[260] No texto lia-se:

> “No tempo de Adão, Satanás quis também criar um homem com o auxílio de um punhado de barro, conforme Deus fizera.
>
> Foi bem sucedido em sua obra. Porém, tudo quanto Satanás tocava, tornava-se preto. Por conseguinte, o homem criado por ele era negro como a noite mais tenebrosa. Vendo isto, mestre Satanás quis limpá-lo.
>
> Imediatamente levou-o ao rio Jordão, afim de o lavar; mas as águas deste rio se retiraram logo e a palma das mãos e a planta dos pés somente do primeiro negro mergulharam no lodo, o que explica sua alvura negativa. Furioso, o diabo aplicou um terrível e imenso murro no nariz de sua criatura, que o achatou desapiedadamente.
>
> O desgraçado pediu misericórdia e, como não tinha culpa de sua infelicidade, Satan compreendeu que não tinha andado bem, enfurecendo-se contra ele.
>
> Então, acariciando-o, passou-lhe a mão pelos cabelos; mas sua mão que era muito quente, desempenhou logo as funções de um ferro de frizar cabelos!
>
> Estes Mané-Cuias...”[261]

Não iremos entrar aqui na questão se esta era ou não uma lenda verdadeira entre os negros, ou se teve outra origem. O que nos interessa é que a narração acima carrega consigo todo um arsenal de preconceitos baseados em caracteres físicos sobre os negros, vinculada a uma narrativa religiosa. Se já havia o mito monogenista que colocava os negros como filhos de Cam, com o estigma da servidão; a citação acima vai além, pois nela os negros não são nem mesmo criados por Deus. Pode-se dizer que se trata de uma espécie de versão religiosa poligenista, pois o negro seria de origem e natureza (infernal) diferente do branco (divina). O texto, como se pode notar é elaborado de uma forma cômica, com um tom de humor que coloca os “homens de cor” como invenções mal sucedidas do Diabo. A afirmação final, *“Estes Mané-Cuias”,* reafirma o texto como uma lenda dos próprios negros, os quais o jornal satiriza por isso. Deste modo, o impresso quer demonstrar que não crê na veracidade de tal relato, mas, no entanto, este tipo de imagem que aproximava o negro ao demônio parece ter sido uma visão comum entre os brancos.

É o que nos mostra David Brookshaw ao tratar das lendas sobre a origem das raças:

---

[260] *A Pátria Mineira*, 26 de setembro de 1889.
[261] Idem, ibidem.

> "Algumas apresentavam a suposição de que todas as raças haviam nascido negras, mas uma tinha sido recompensada com brancura e beleza por causa de sua inteligência superior, enquanto que outra permaneceu negra e feia por causa de sua estupidez. Em outras, a raça branca aparece como criação original de Deus, feita á sua perfeição, enquanto que a negra era a tentativa frustrada de imitação feita pelo demônio".[262]

O historiador norte-americano Carl N. Degler, citando trabalho de Maria Stella de Novais sobre a escravidão e a abolição no Espírito Santo, nos mostra uma versão da criação do negro semelhante à exposta pelo jornal republicano de São João del-Rei:

> "(...) Conta ele que Deus, a fim de completar o trabalho da criação do mundo, fez o homem e a mulher e colocou-os no Paraíso. Mas o Diabo, invejoso e ciumento, quando viu a obra concluída sugeriu que era capaz de fazer o mesmo prodígio. A fim de castigá-lo por tal audácia ordenou-lhe Deus que fizesse outro homem.
>
> Orgulhoso, o Diabo começou o trabalho, consciente de seu poder. Egoísta! Amassou o barro, imitando o que Deus fizera e após horas e horas de trabalho completou uma linda estátua, igual à de Adão. Soprou sua obra de arte a fim de dar-lhe movimento, mas ela continuava negra, mais negra que o barro original. Que desilusão! Pediu um prazo para melhorar a situação e resolver lavar seu homem à beira do rio. Tanto esfregou e lavou que o cabelo tornou-se encarapinhado sem, no entanto, sua pele tornar-se mais clara. Horrível!
>
> Deu-lhe um bofetão, um tremendo bofetão que atirou a figura ao chão, engrossando os lábios e achatando o nariz. Mais furioso que nunca, o infeliz artista levou sua figura negra para a praia e tentou afoga-la na água. Tem que ser destruída! Mas a água recusou-se e o preto acabou de quatro, com as solas dos pés e as palmas das mãos na areia molhada.
>
> Surpreso, o Diabo viu então sua criatura erguer-se. Despreocupado, alegre e feliz, com um nariz chato, lábios grossos e cabelo encarapinhado, as solas dos pés e as palmas das mãos muito mais claras que o resto da pele do seu corpo".[263]

Portanto, a afirmação de Brookshaw e o relato transcrito acima comprovam que a identificação do negro com o diabo, mostrando o primeiro como produto da inveja do segundo, eram comuns no século XIX. Assim, *A Pátria Mineira* publicava um discurso sobre a criação dos negros que parece ter sido recorrente na sociedade daquele período. Por outro lado, é importante salientar que, nestas estórias, a aparência do negro que, segundo Degler, é vista como uma deformidade, também é explicada como obra do diabo.

---

[262] BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 15.
[263] DEGLER, Carl N. *Nem Preto Nem Branco: Escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, , 1976, p. 128.

Também no jornal liberal *A Verdade Política* de 06 de junho de 1889, percebemos, em uma afirmação sutil, o mesmo tipo de representação, que leva a crer que a idéia de proximidade entre os "homens de cor" e o diabo era mais do que uma *"lenda de negros"*:

> "A Pele dos Negros
>
> Comunicaram da Alemanha à Academia de Medicina de Paris o resultado de uma experiência curiosíssima.
>
> No Hospital de Leipzig os médicos operaram em um negro; viram-se na necessidade de adaptar aos sítios do corpo, que ficaram em carne viva, pedaços de pele tirados de uma pessoa de raça branca. O enxerto pegou, e a pele foi pouco a pouco mudando de cor, até ficar tão negra como a do resto do corpo do enfermo.
>
> Este fato levou os médicos a tentarem a experiência contrária: a adaptar pele de negro em corpo de branco. No fim de algumas semanas, a pele começou a tornar-se clara, e três meses depois tinha adquirido cor igual a do resto do corpo do paciente.
>
> A vista de tal, já não nos admira que haja pessoas da pele do diabo!"[264](grifo nosso).

O texto acima é interessante por dois aspectos: primeiro, a idéia de que nem mesmo a aplicação da ciência poderia transformar um "homem de cor" em branco ou vice-versa; a segunda encontra-se no final do artigo, onde se volta a perceber a aproximação do negro com Lúcifer. A cor preta relaciona ambos, lembrando que, de acordo com Maurício César Menon, o cristianismo fez estreita relação entre esta cor e a malignidade. O diabo, até o século XIX, ainda era representado como uma figura negra, como pode ser percebido em uma publicação n'*A Pátria Mineira* de um poema de Victor Hugo (1802-1885) intitulado *"Deus e o Demônio"*, onde expressões como *"o negro, o eterno paria"* ou *"E o coxo horrível, que abre a negra asa medonha"*[265] referiam-se ao demônio e indicavam que este era negro.

> "Necessário se faz dizer que, a partir desta postura assumida principalmente pela igreja, as ligações entre o negro e o maligno vão se estreitar cada vez mais – o que constituirá, de certa forma, a base para os comportamentos preconceituosos e excludentes que a sociedade cristã ocidental assumirá na maioria das vezes, em relação aos negros, mulatos, pardos e outros".[266]

---

[264] *A Verdade Política*, 06 de junho de 1889.
[265] *A Pátria Mineira*, 30 de maio de 1889.
[266] MENON, César Maurício. *O diabo: Um personagem multifacetado*. IN: Línguas e Letras. Especial 2008, pp. 217-227, p. 225, disponível em http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras, acessado em 20 de abril de 2010. Por outro lado, MACEDO, José Rivair. *Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval.* IN: Revista da ABREM, Vol. 3, p. 101-132, 2001, p. 17, disponível em http://www.pem.ifcs.ufrj.br/Filhos.pdf, acessado em 05 de maio de 2010, mostra que nos sistemas de

Por outro lado, essa ligação do negro com o mal também aparecia nos relatos sobre feitiçaria. A *Gazeta Mineira* publicou, em 21de fevereiro de 1884, um artigo em forma de prosa onde se relatava a chegada de um feiticeiro a São Tiago, que era um *"preto, grotescamente vestido com chapéu de penachos, laços de fita, e sobraçando uma pequena zabumba"*.[267] No mesmo texto, aparecia a presença de um outro bruxo que haveria dado um *patuá* para que o autor se protegesse de feitiços, era identificado como *"um velho africano, íntimo do já esquecido Juca Rosa"*.[268] O mesmo periódico publicou em 10 de maio de 1884, a notícia de uma preta que se dizia santa em Goiás e que predizia o futuro, mas que, entretanto, dava penitências em dinheiro ou em castigos físicos, quando faltava o primeiro.

Ficava intrínseca a todos estes discursos a idéia de inferioridade do negro. Neste contexto, a palavra raça, à medida que avançava a década de 1880, começou a aparecer cada vez com maior freqüência, seja em artigos produzidos pela própria imprensa de São João del-Rei, seja por transcrições de artigos extraídos de periódicos de outras cidades e províncias. Podem-se perceber, inclusive, alguns sinais que mostram que algumas das teorias raciais anteriormente apresentadas chegaram à cidade e foram apresentadas ao público leitor destes periódicos de maneiras diversas.

A Pátria Mineira costumava fazer comparações entre o Brasil e as repúblicas, principalmente da América, sempre com o objetivo de mostrar a superioridade destas sobre a monarquia brasileira. No entanto, quando a comparação foi feita com a República do Haiti, o título dado ao artigo foi *"Vergonha"*:

> "Haiti, a ilha povoada quase exclusivamente de representantes da raça africana, Haiti, onde prevalece um clima mais ardente do que o nosso, Haiti que suportou ruínas e comoções para se constituir livre e independente, está hoje em maior grau de prosperidade do que o Brasil (...)".[269]

---

valores medievais, a cor negra lembrava o mal. Os teólogos, de Santo Agostinho a Alberto Magno e São Tomás de Aquino, estabeleciam relação do branco com a pureza, perfeição espiritual e a verdade, e do negro com a perdição e falsidade. Quanto aos textos destinados à pregação religiosa - sermões, exempla e a literatura didática em geral -, negra era a cor do diabo. Por isso mesmo, até pelo menos o século XIV o senhor dos infernos era retratado como "etíope negro", com cabelo encarapinhado, baixa estatura e corpo disforme em que se misturavam traços humanos e anfíbios.

[267] *Gazeta Mineira*, 21 de fevereiro de 1884.

[268] Idem, ibidem.

[269] *A Pátria Mineira*, 11 de julho de 1889.

O jornal considerava inadmissível que a *"República dos pretos"* tivesse finanças mais prósperas do que o Brasil. Os negros, "raças inferiores", deveriam estar em um menor grau de prosperidade do que os brasileiros. Por outro lado, a referência a um clima menos favorável do que o nosso por ser mais quente, mostrava também que o impresso acreditava nas idéias do determinismo climático.

Entretanto, fica evidente que o periódico dá um peso muito maior às instituições políticas no destino das sociedades, visto que a *"vergonha"* se encontrava no fato de um país, com clima mais quente e formado por indivíduos da *"raça africana"*, estar em um grau de prosperidade superior ao do Brasil, devido ao regime republicano ali estabelecido.

O Haiti voltou a ser tema n'*A Pátria Mineira* no final de outubro do mesmo ano. A folha republicana defendia a possibilidade de haver uma república no Brasil, ainda que sua raça não fosse perfeita. Para tanto, comparava o país com a pequena república do Caribe:

> "É uma coisa comum entre os adeptos do sistema de governo atual a opinião de que o brasileiro não está a altura de reger-se por si próprio, sob a forma republicana, por causa da raça.
>
> Saibam estes que Haiti é uma ilha, pertencente ao mesmo continente em que vivemos; seu clima é semelhante ao nosso; sua população compõe-se em escala ainda mais alta, de descendentes de cativos, nos tempos coloniais transportados da costa da África, e os brancos e os mulatos que ali existem, procedem como os nossos, da raça latina.
>
> (...)
>
> No Brasil, entretanto, muita gente ainda agarra-se à forma de governo monárquico, com receio de nossa raça não ter aptidão para livremente se governar".[270]

De certo modo, o artigo valorizava a raça brasileira, quando esta era comparada com uma república formada em sua maioria de negros, e uma minoria de mulatos e brancos da raça latina.[271] Em momento algum afirma ser a raça do Brasil perfeita, porém, diante da *"República dos pretos"* ela seria melhor. Em linhas gerais, a questão imposta pelo periódico era: se os negros, juntamente com uma pequena população de brancos e mestiços conseguiram formar uma república nas ilhas do Caribe; porque nós

---

[270] *A Pátria Mineira*, 31 de outubro de 1889.

[271] Como mostraremos no item 4, a idéia de que a raça latina seria uma raça degenerada, que fora perdendo sua grandeza desde os tempos do Império Romano, chegou a estar presente nos discursos da imprensa de São João del-Rei.

que temos menos pretos, e os nossos brancos têm a mesma origem racial do Haiti, não podemos viver sobre o regime republicano?

Já *O Arauto de Minas* considerava que os brancos eram superiores aos negros porque eram mais inteligentes: *"Ou provenha a escravidão de uma usurpação, ou do abuso da força sobre a fraqueza, ou da superioridade das raças mais inteligentes sobre as mais estúpidas (...)"*.[272] Representou por várias vezes os negros como sendo uma raça com instintos selvagens, caracterizado pela expressão *"Raça embrutecida"*.[273] Em vários momentos, o periódico mostrou os "homens de cor" quase como indivíduos incontroláveis, com uma tendência natural ao crime.

Este imaginário estava estritamente associado à mudança do regime de trabalho, pois tomava corpo a percepção de uma sociedade dividida entre senhores indefesos, de um lado, e escravos violentos, de outro. Deste modo, visualizava-se entre a camada letrada a idéia de um "perigo negro", que traria riscos à sobrevivência da civilização no Brasil.[274]

Os conservadores escravistas d'*O Arauto de Minas* empregavam este tipo de representação para mostrar que o fim imediato da escravidão traria naturalmente a desordem e a anarquia:

> "Em um país como o nosso, em que uma terça parte da população é escrava, e em que a lavoura, nossa única riqueza, não pode contar senão com braços escravos, (...) pôr termo à escravidão, é implantar desde já o desânimo e o terror no espírito dos brasileiros verdadeiramente laboriosos, é arruinar completamente nossa principal fonte de riqueza, é imprimir no país inteiro a mais profunda e violenta comoção, é enfim expor milhares de vidas preciosas aos instintos ferozes de uma raça embrutecida".[275]

Pode-se perceber na citação acima, que o discurso do periódico combina temores diante de uma crise econômica inerente a abolição com a segurança dos indivíduos *"verdadeiramente laboriosos"* expostos aos *"instintos ferozes de uma raça embrutecida"*. O fator racial é destacado, a raça negra seria uma raça selvagem e por isso ameaçadora, caso ficassem longe da proteção dos brancos.

---

[272] *O Arauto de Minas*, 05 de dezembro de 1884.
[273] *O Arauto de Minas*, 24 de dezembro de 1880.
[274] VENTURA, Roberto. . *Estilo Tropical: História Cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991, p. 46; AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Op. Cit., 1987.
[275] *O Arauto de Minas*, 24 de dezembro de 1880.

Em uma notificação de assassinato de um senhor pelo seu escravo, em 28 de fevereiro de 1885, no município de Mar de Espanha e cujo caso terminou com a morte do cativo pelos *"cidadãos"* da região, o periódico falava de um ambiente de guerra entre senhores e escravos, e cuja culpa era dos abolicionistas: *"Desde que os trêfegos abolicionistas incitam os escravos à revolta, não será para admirar que os fazendeiros, para ressalvarem sua vida e sua família, matem negros como macacos"*.[276] No artigo acontece o que foi percebido por Célia M. M. de Azevedo ao analisar os debates na Câmara dos Deputados da Província de São Paulo, a preocupação em atribuir ao senhor assassinado todas as qualidades do bom senhor, vítima indefesa de um bárbaro escravo.[277]

Antes disto, em 22 de janeiro de 1881, o impresso publicava a notícia, recebida por carta de Turvo, do assassinato da Senhora Thereza Botelho, *"tia pelo lado materno da esposa do nosso amigo Antônio Rodrigues de Mello"*, enforcada nos varais de um catre por sua escrava de nome Vicência. O impresso dizia que tais atos *"São frutos do abolicionismo"* e frisava, em seguida que *"Segundo a mesma carta essa escrava era extremamente estimada por sua senhora*".[278]

Os abolicionistas novamente aparecem como instigadores dos "instintos ferozes" dos negros em artigo de 05 de dezembro de 1884:

> "Se já hoje os órgãos abolicionistas aconselham aos escravos o assassinato de seus senhores, como meio de ficarem livres; se à mão armada são tirados os escravos do poder de seus senhores pelos abolicionistas, atacando estes as casas daqueles a horas mortas da noite, como sucedeu em São Paulo; que dias tristes e lutuosos não serão os que se seguirem à decretação da providência pedida pelo governo?".[279]

Os projetos abolicionistas são caracterizados como *"comunistas"*, por atacarem o direito à propriedade, e *"insidiosos"*, por ameaçarem a ordem pública. Deste modo, causam a *"anarquia e a desordem"*, ao incitar o assassinato dos senhores pelos cativos e inspirar *"as paixões más dos escravos"*.[280] Segundo o periódico, abolir de imediato a escravidão era acabar com um mal lançando outro mal, era realizar uma idéia

---

[276] *O Arauto de Minas*, 28 de fevereiro de 1885.
[277] AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Op. Cit., 1987, p. 121.
[278] *O Arauto de Minas*, 22 de Janeiro de 1881.
[279] *O Arauto de Minas*, 05 de dezembro de 1884, o projeto ao qual o artigo se refere é o projeto Dantas de libertação dos escravos sexagenários.
[280] *O Arauto de Minas*, 09 de dezembro de 1880.

“filantrópica em benefício de uma classe, à custa do sacrifício de outra classe superior e mais numerosa”.[281]

Apenas uma abolição gradual, através da Lei do Ventre Livre, como já foi dito aqui, possibilitaria com que o escravo libertado se confunda aos poucos e se identifique com a massa da população livre:

> “e nela desaparecendo, nunca podendo formar um corpo à parte e ameaçador, como aconteceria se de um dia para o outro se abrissem as portas de todas as fazendas e se soltassem à liberdade bandos numerosíssimos de escravos, animados pela maior parte dos mais ferozes instintos”.[282]

Assim, o periódico não conseguia imaginar a inserção social imediata de tantos negros na sociedade dos brancos, a convivência entre ex-escravos e livres seria quase impossível:

> “Tudo sofreria: costumes, fortuna pública e particular, moralidade... E o mal que se havia de dar não era singelo, mas sim duplo.
>
> As falanges de infelizes que se teriam de criar, seriam de duas espécies: dos antigos senhores e a dos novos cidadãos.
>
> Aos primeiros, faltariam de repente o trabalho de seus escravos, e aos segundos, escaparia de súbito tudo quanto lhes davam seus senhores.”[283]

Essa tensão diante de uma possível anarquia resultante da liberação imediata de uma multidão de negros no mundo livre apareceu também em outros periódicos da cidade. A *Gazeta Mineira* considerava o tema do fim do regime servil *“envolvido em reservas filhas do pânico terror”*.[284]

O jornal pedia para que as autoridades interviessem em busca de uma solução *“pacífica e feliz”*, caso contrário, a sociedade seria entregue *“às mais aterradoras comoções”*. Falava-se de *“profundas catástrofes”* que poderiam decorrer da negligência dos políticos diante do assunto. A maior de todas as calamidades visualizadas pelo impresso seria a guerra civil entre abolicionistas, senhores e escravos:

> “De um lado avolumam-se extraordinariamente a onda abolicionista; de outra criam-se por toda a parte clubes de lavradores, com o fim de resistirem energicamente à impetuosidade da corrente.
>
> Cenas aterradoras reproduzem-se a todo instante, e já tem regado o solo pátrio o sangue de muitos proprietários de escravos.

---

[281] *O Arauto de Minas*, 24 de dezembro de 1880.
[282] Ibidem.
[283] *O Arauto de Minas*, 17 de dezembro de 1880.
[284] *Gazeta Mineira*, 19 de maio de 1884.

> Os lavradores vivem em contínuo sobressalto, enxergando a toda hora diante de si uma morte bárbara, uma hecatombe tremenda.
>
> Agora é que podemos dizer realmente que estamos sobre um vulcão."[285]

Como *O Arauto de Minas*, a *Gazeta Mineira* enfatiza o assassinato dos senhores pelos seus escravos. Tal atitude demonstra a preocupação que estas ocorrências causavam na elite, principalmente nos proprietários de escravos. Trata-se de uma insegurança das classes proprietárias diante do acirramento dos conflitos entre escravos e senhores, representados pelo aumento da indisciplina e crimes de escravos contra seus senhores, feitores e respectivas famílias.[286]

No período pós-abolição, a imagem de uma desordem decorrente da abolição persistiu no republicano *A Pátria Mineira*, usado como arma discursiva para atacar o regime monárquico. Em 30 de maio de 1889, contestava a fala do trono que dizia haver tranqüilidade pública no Brasil. Segundo o periódico, a monarquia estava utilizando uma guarda negra para combater a propaganda republicana na capital do Império, além de permitir a ocorrência de vários levantes de libertos em algumas cidades de Minas. Terminava dizendo que a coroa estava a provocar a *"guerra de raças"* e abreviando a *"revolução"*. Importante dizer que, na mesma edição, havia um artigo intitulado *"O Estado da Lavoura"*, onde indiretamente se criticava o fim do regime servil.

A referida guarda negra voltou a aparecer no impresso em artigo sobre o gabinete liberal que ascendia naquele momento. Dizia que esta era uma *"diabólica invenção dos auxiliares do senhor João Alfredo"* para calar as vozes republicanas. Deixava, portanto, uma frase dos republicanos direcionada ao ex-gabinete: *"Some-te para as regiões do aniquilamento, tu que libertando os cativos, tentaste em serviço dos senhores monárquicos, comprimir as manifestações dos livres"*.[287]

Tendo em vista que as representações do mundo social, *"embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse de grupo que as forjam"*[288], podemos entender a função política à qual servia essa imagem do negro como ameaça aos brancos. Por um lado, *O Arauto de Minas*, como jornal escravista e contrário a qualquer idéia de abolição que ultrapassasse a proposta da Lei do Ventre Livre, utilizava a possível ameaça negra como um argumento

---

[285] Idem, ibidem.
[286] AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Op. Cit. 1987, p. 117-120.
[287] *A Pátria Mineira*, 13 de junho de 1889.
[288] CHARTIER, Roger. Op. Cit., 1990, p. 17.

a mais no combate ao abolicionismo. Por outro, a *Gazeta Mineira* manifestava tal imagem no momento em que ocorria a dissolução da Câmara dos Deputados pelo poder moderador, em meio ao projeto sobre o elemento servil de Dantas e a abolição no Amazonas:

> "Ora, existia nessa Câmara de dissolução anunciada um deputado do 6º distrito, o sr. Aureliano Mourão, recém eleito pela vaga aberta pelo falecimento do deputado Carvalho Rezende, *"conservador"* de Nazareth. Aureliano era chefe do *"partido conservador"* de São João e considerado pelo próprio Arauto de Minas como redator da Gazeta Mineira, que realmente o apoiava". [289]

Já *A Pátria Mineira*, como já foi dito, utilizava a idéia de *"guerra de raças"* para combater o regime monárquico. Para ela, D. Pedro teria legado ao Brasil um clima de tensão entre brancos e negros ao realizar a abolição da escravidão. Tentava mostrar que no Brasil havia instabilidade social e anarquismo e, principalmente, angariar o apoio de proprietários insatisfeitos com a abolição.

No entanto, não cremos que essas representações eram apenas armas discursivas para defesa de determinadas posturas políticas. Elas eram formuladas a partir de uma série de percepções que apontavam a inferioridade do negro, caracterizado como bárbaro, incivilizado, maligno, ou racialmente ruim. A combinação de tais representações geravam a imagem de uma ameaça constante aos brancos. Deste modo, cremos que, mesmo sendo vinculada a interesses de grupo, essa representação dos negros estava também fortemente inserida no imaginário da elite branca e proprietária, ou seja, os redatores realmente acreditavam naquilo que divulgavam.

Igualmente, devemos ter em mente que estamos diante de um discurso que transpõe os limites da cidade, visto que, a preocupação com a ameaça da desordem que a abolição poderia trazer estava presente entre os políticos do Império, como nos mostra Sidney Chalhoub, ao se referir a uma interpelação dirigida ao Ministro da Justiça por um grupo de deputados liderados por Lacerda Werneck em 1888:

> "que visava exigir medidas do governo para garantir a defesa da propriedade e da segurança individual dos cidadãos, já que estas, de acordo com os interpelantes, estavam seriamente ameaçadas pelas hordas de libertos que supostamente vagavam pelas estradas a furtar e rapinar".[290]

---

[289] AMARAL, Alex Lombello. Op. Cit., p. 207.
[290]CHALHOUB, Sidney. *Vadios e Barões no Ocaso do Império*: *O debate sobre a repressão da ociosidade na câmara dos deputados em 1888*. IN: Estudos Ibero-Americanos. Vol. IX, nº 1 E 2. Julho/ Dezembro de 1983. PUC. RGS, p. 55.

Em São João del-Rei, portanto, apesar da não vinculação nominal aos teóricos do racismo, a idéia de inferioridade do negro esteve presente sob formas diversas às quais podemos sintetizar da seguinte maneira: 1- o uso do negro como um apelido pejorativo revela o estigma dos mesmo nesta sociedade; 2- as imagens que vinculavam os homens de cor ao diabo e à feitiçaria são relevantes dentro de um contexto onde o discurso religioso caminha lado à lado ao discurso científico; 3- à medida que avança a década de 1880, o termo raça torna-se mais presente nos textos da imprensa que supunham o rebaixamento do negro em relação ao branco; 4- essas representações se consolidaram na idéia de ameaça do negro com a abolição, fundamentada no pressuposto de que estes pertenciam a uma raça semi-selvagem, com instintos bárbaros e pouca inteligência.

Assim, os negros fariam sentido dentro do regime escravista, mas, em uma sociedade livre, não eram mais do que uma ameaça, principalmente se a abolição ocorresse bruscamente, sem preparar os libertos para a vida autônoma. O momento de crise da mão-de-obra escrava juntamente com o temor de uma nação composta por ex-escravos, visto que estes eram parte significativa da população do Império, impulsionou o debate sobre a introdução de imigrantes. Em termos raciais, no entanto, o imigrante europeu foi colocado mais em oposição ao nacional do que ao negro, como veremos a seguir.

4- Imigrantes x nacionais: a injeção de *"sangue-novo"*

Nem todos os jornais de São João del-Rei trataram a diferença entre as raças apenas como a oposição entre negros e brancos. *A Pátria Mineira* e a *Tribuna do Povo* chegaram a publicar artigos que difundiam a tese da existência de diferenças raciais entre os povos europeus, o que foi usado para explicar a desigualdade de desenvolvimento entre determinadas nações.

O republicano *A Pátria Mineira*, na mesma edição em que publicou o artigo *"A origem dos negros"*, apresentou um texto de Latino Coelho (1825-1891)[291], extraído da *Província de São Paulo*, em que havia a comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. Segundo o impresso, a diferença entre a monarquia brasileira e a república norte-

[291] Importante republicano português, que teve alguma influência na intelectualidade brasileira.

americana estava na *"distinção das raças dominantes em uma e outra parte do Novo-Mundo"*.[292] O artigo seguia dizendo que:

> "Numa o sangue anglo-normando comunica a sua criadora vivacidade a uma natureza fértil mais agreste. Na outra a linfa portuguesa, contaminada pela monarquia absoluta e pela tirania da inquisição, impregna na sua nativa inércia uma natureza ridente, fecundíssima, que patenteia espontaneamente os seus tesouros à própria indolência dos colonos".[293]

Assim, o artigo em questão concluía que a razão das distinções de condições sociais entre os países, além de estar nas dessemelhanças de suas instituições (o que, deve-se dizer, o jornal considerava como principal fator), estava também na influência da *"casta e da hereditariedade"*.[294] Fica evidente a crença em uma superioridade das raças nórdicas, neste caso representado pelos anglo-saxões.

Já na *Tribuna do Povo* de 16 de junho de 1882, falava-se em *"raça latina"*. O artigo intitulado *"Os centenários"* fazia uma comparação entre as nações provenientes de outras raças, que *"tratam de medidas de melhoramento do trabalho e prosperidade, animando e protegendo as indústrias de reconhecida utilidade pública"*, com as nações de raça latina, considerando que *"essas, nações, descendentes de <u>raças degeneradas</u> dos heróicos dominadores do mundo, só tratam de folias e festejos, a pretexto de honrar a memória dos grandes homens (...)"*[295] (Grifo nosso). Para censurar uma atitude da qual o periódico considera prejudicial, o excesso de festejos comemorativos, prefere utilizar a justificativa racial entre tantas outras possíveis. Emprega a noção de degeneração de Buffon e Gobineau para referir-se a uma possível decadência da raça latina desde o fim do Império Romano. Tal fato mostra mais uma vez que, mesmo sem aparecer a citação nominal dos grandes teóricos racistas, algumas idéias e noções dos mesmos estavam presentes no pensamento da elite de São João del-Rei.

Apesar destes dois artigos que evidenciam a idéia de diferenciação racial dentro da própria "raça branca", prevaleceu, no entanto, a concepção de superioridade dos europeus diante dos negros, dos nacionais e dos "amarelos". Tal fato ficou mais claro a partir das discussões em torno da introdução de braço estrangeiro para substituir o trabalho escravo. Neste momento, os órgãos de imprensa que, como mostramos no

---

[292] *A Pátria Mineira*, 26 de setembro de 1889.
[293] Idem, ibidem.
[294] Idem, ibidem.
[295] *Tribuna do Povo*, 16 de junho de 1882.

capítulo 1, tendiam a concordar nos benefícios de tal medida, passaram a justificá-la através da noção de excelência dos imigrantes provenientes da Europa sobre as demais possibilidades de mão-de-obra.

O Arauto de Minas passa a rejeitar o negro enquanto elemento social a partir do momento em que viabiliza a introdução de brancos. Ao mesmo tempo, os "homens de cor" passam a serem vistos como corruptores da nação e sendo ligados a todos os problemas do Brasil. É exemplar nesse sentido o artigo de 1 de abril de 1886 intitulado *"O trabalho"* do qual extraímos o trecho a seguir:

> "Agora que nosso país vai passar por uma verdadeira metamorfose; agora que o Brasil vai felizmente ficar livre da foice devastadora do negro, essa máquina estúpida que até hoje só tem servido para reduzir às cinzas as preciosidades que a sábia natureza nos legou, devemos, todos em um só pensar, apontarmos àqueles que têm seguido as rotinas coloniais o caminho que devem seguir!"[296]

Trata-se, aí, de um discurso onde, segundo Lilia Schwarcz, o negro é considerado um *"estrangeiro indesejável"* a partir do momento em que se dá a introdução em larga escala do imigrante europeu.[297] A posição do *Arauto de Minas* é semelhante à de Tavares Bastos, alagoano eleito em 1862 para representar sua província como deputado, e que foi um dos principais divulgadores da ideologia de inferioridade do negro no Brasil. Para ele, o fim da escravidão deveria ser entendido como uma forma de afastar os prejuízos adquiridos através do trabalho do negro. Este era responsável pelo atraso da indústria, pela monocultura e pela deficiência das comunicações. Bastos,

> "acreditava firmemente que caso a história do Brasil tivesse sido outra, com brancos ao invés de negros na produção, o país contaria então com riquezas triplicadas, pois o trabalho do primeiro era três vezes mais produtivo do que o dos segundos".[298]

O Arauto de Minas também se preocupou com o tipo de trabalhador que se queria. Ao se referir aos trabalhadores portugueses que operavam na construção da Estrada de Ferro Oeste de Minas, dizia que eles eram *"morigerados e pacíficos"*[299], por isso, bons trabalhadores. Por outro lado, a recusa ao imigrante chinês se dava por serem

---

[296] *O Arauto de Minas*, 1 de abril de 1886.
[297] SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit., 1987, p. 245.
[298] AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Op. Cit. p. 64.
[299] *O Arauto de Minas*, 12 de fevereiro de 1881.

indivíduos *"vindos da nação mais rotineira e atrasada do globo! Homens, cuja indolência é proverbial, e cuja imoralidade tem feito com que tenham sido enxotados de outros países"*.[300] Em 20 de janeiro de 1884, entre as propostas negativas de Sinimbu, o jornal colocava a "Imigração Chinesa". Do mesmo modo, Amaral mostra que, como acontecia com os negros, também se usava a palavra *coolies* como apelido pejorativo:

> "Partida – Lá se foi a caminho de Vila Rica o intrépido e valente delegado de polícia desta cidade Antônio Gonçalves de Assis (...) agregou-se a bagagem do Sr. Raymundo S. Thiago e aqui deixou-nos saudosos e tristes! (...) dois democratas (...) têm eles a vantagem de se parecerem em tudo verdadeiros coolies e assim podem afirmar aos homens de rabicho que a raça não é desconhecida no Brasil". [301]

Jeffrey Lesser fala sobre a Companhia de Comércio e Imigração Chinesa (CCIC), que contava com o apoio do governo e visava trazer para o Brasil 21 mil trabalhadores. Segundo o autor, o primeiro grupo de mil chineses foi enviado a Minas Gerais, para trabalhar na Companhia Mineradora de São João del-Rey, de propriedade britânica, dona da maior mina da América do Sul, a de Morro Velho. *"Esse grupo confirmou os piores temores do governo chinês: mais da metade deles recusou-se a pôr os pés na mina, e os que aceitaram, fugiram pouco depois"*.[302] No entanto, não encontramos qualquer referência a esse fato nos periódicos da cidade para que pudéssemos fazer uma análise mais aprofundada das representações diante destes chineses.

A *Gazeta Mineira* também mostrava sua preferência por um tipo de imigrante: o europeu. Falava-se do clima do Brasil e de São João del-Rei para o cultivo de produtos agrícolas característicos da Europa e da Itália, como amoras, cereais e uvas. Segundo o periódico, a intimidade que os colonos teriam com estes artigos daria *"imediato e remunerador trabalho"*.[303] O jornal lançava olhar nas províncias setentrionais da península itálica, *"ricas de um pessoal morigerado, inteligente e trabalhador"*.[304] Deste modo, configuram-se representações que colocam o imigrante europeu como superior e mais bem preparado para dar prosseguimento ao trabalho no Brasil. Esta imagem é melhor percebida quando se compara o estrangeiro com o nacional.

---

[300] *O Arauto de Minas*, 04 de outubro de 1879.
[301] *O Arauto de Minas*, 04 de abril de 1879, apud AMARAL, Alex Lombello. Op. Cit., p. 72.
[302] LESSER, Jeffrey. Op. Cit., p. 58.
[303] *Gazeta Mineira*, 01 de janeiro de 1884.
[304] Idem, ibidem.

Em 23 de janeiro de 1884, enquanto no periódico clamava pela necessidade de atrair para o Brasil uma população *"laboriosa e viril"*, o povo brasileiro era apresentado como indolente, resultado da escravidão dos negros. Somente a imigração de europeus poderia fazer com que *"Em vez de raquítico e enfezado, ostentaremos ao mundo um povo digno do solo que ocupa, e não mais se dirá que no Brasil tudo é grande e majestoso, exceto o homem que é ridículo e pequeno".*[305] Assim, o nacional é mostrado como fraco e incapaz de dar continuidade ao desenvolvimento do Brasil. Faz-se necessário a introdução de um elemento tido como superior, não apenas por suas qualidades como trabalhador, mas também por sua excelência física: *"Abramos os braços à imigração proveniente de povos másculos e sãos, e ofereçamo-lhes entre nós uma segunda pátria"*[306] (Grifo nosso).

Maria M. R. Pinheiros cita uma edição da *Gazeta Mineira*, da qual não tivemos acesso, em que a superioridade racial do imigrante fica ainda mais evidente:

> "...homens civilizados oriundos de uma raça aperfeiçoada, educados em princípios sãos, de moral privada e social, homens que possam formar conosco uma nacionalidade vital e enérgica pelo amor das grandes conquistas da religião e da razão, nacionalidade capaz de ombrear com as mais pujantes e mais cultas"[307](grifo nosso).

O mesmo tipo de concepção pode ser verificado n'*A Verdade Política*. Em texto cuja autoria é creditada a um cidadão denominado Jaubert, lia-se: *"Fisiologicamente falando, temos necessidade de sangue novo para sermos uma nação forte e robusta (...)".*[308] Tais idéias muito se assemelham à teoria do embranquecimento, visto que se baseiam na noção de que a inserção do elemento proveniente da Europa daria à raça brasileira o *"sangue"* necessário ao seu fortalecimento. O discurso da folha liberal é transpassado por um vocabulário biológico, característico do discurso científico/racial do final século XIX. Estes termos aparecem inclusive no tratamento de assuntos que não se ligam diretamente à raça, como o comércio brasileiro, que na perspectiva do artigo é *"lânguido e anêmico"*.

---

[305] *Gazeta Mineira*, 23 de janeiro de 1884.
[306] Idem, ibidem.
[307] *Gazeta Mineira*, 14 de março de 1889, apud PINHEIRO, Maria Margarete Rodrigues.Op. Cit., p. 43.
[308] *A Verdade Política*, 21 de novembro de 1888.

Em 13 de dezembro de 1888, o periódico do partido liberal novamente representava os imigrantes como fisicamente vigorosos, com o acréscimo de qualidades morais e da facilidade de adaptação ao clima do Brasil:

> "Já está reconhecido quanto vale o trabalho agrícola dos italianos do norte: são trabalhadores fortes, sadios de bons costumes, que facilmente aclimam-se no Brasil, e principalmente na zona do Oeste, onde o clima é igual ao da Itália, igualmente temperado no verão e menos rigoroso no inverno". [309] (Grifo nosso)

As vantagens da imigração foram resumidas pelo periódico em 23 de janeiro de 1889: *"Acreditamos que o sangue, a atividade e civilização do europeu será um dos mais poderosos fatores de nossa grandeza"* .[310] Novamente vemos a idéia de inserção de sangue novo e a noção de superioridade racial do europeu que poderiam levar o Brasil ao desenvolvimento pretendido.

O Arauto de Minas igualmente utilizou o vocabulário de valorização da excelência física dos imigrantes, bem como a metáfora de introdução de sangue novo, apesar de ter feito isso em menor grau se comparado à *Gazeta Mineira* e *A Verdade Política*. O impresso conservador mostrou este ponto de vista em artigo de 04 de dezembro de 1888, intitulado *"Filosofemos sobre a imigração"*:

> "Ainda ontem chegaram homens robustos, mulheres coradas, de cujas faces pareciam querer brotar gotas de sangue.
>
> (...)
>
> Se de um lado a nossa pátria sente o sangue novo correr-lhe nas veias, dando-lhe uma vida de prosperidade; a medalha tem também o seu reverso.
>
> Essa mesma voz do progresso atira-nos o pensamento à miséria e faz-nos ver nessa pobre gente expatriada as vítimas da fome, que fogem à terra natal, em busca do pão negro da desgraça, menos horrível que a morte...".[311] (grifo nosso).

Essa exaltação do imigrante também apareceu no texto de Severiano de Nunes Cardoso de Rezende (redator d'*O Arauto de Minas* e diretor da hospedaria de imigrantes da cidade) para uma espécie de folhetim distribuído aos fazendeiros. Neste

[309] *A Verdade Política*, 13 de dezembro de 1888.
[310] *A Verdade Política*, 23 de janeiro de 1889.
[311] *O Arauto de Minas*, 04 de dezembro de 1888.

falava-se que as famílias que se encontravam na hospedaria foram escolhidas *"do que há de melhor da gente chegada da Europa"*.[312]

Defender a imigração não era, portanto, um ideal antipatriótico. Pelo contrário, a introdução do *sangue-novo* servia a um ideal de construção de uma nova nação, composta por homens brancos, fortes e sadios, de acordo com os padrões prevalecentes na época. O estrangeiro viria, portanto, engrandecer o Brasil através de sua superioridade racial.

Célia Maria Marinho de Azevedo resume bem esta questão ao destacar algumas características que pareciam inerentes aos discursos nacionalistas da época: a exaltação da pátria em frases abstratas, generalizadoras; a depreciação da pátria nos momentos em que uma argumentação racista aponta para a inferioridade da "raça brasileira"; o caráter considerado irrefutável desta inferioridade, responsável por um nacionalismo defensivo, que se omite quanto à questão racial; e por fim, a demonstração de que amar a pátria significa modificar a sua raça, purificando-a mediante a transfusão de sangue de raças superiores.[313] Em São João del-Rei, esse discurso de forjar uma identidade nacional baseada na injeção de sangue europeu, o que confluía diretamente para a questão da purificação racial, esteve presente sobretudo nos discursos da *Gazeta Mineira* e d'*A Verdade Política*. Ambos os jornais louvaram os imigrantes como forma de engrandecer a nação através da inserção de povos fisicamente sadios, mais morigerados e mais inteligentes do que os brasileiros.

Outro argumento importante levantado pelos dois periódicos foi a relação oposta entre um país rico em recursos naturais e um povo fraco que não consegue aproveitar todas as suas potencialidades, discurso bem próximo ao do inglês Thomas Buckle (1831-1862)[314]. Como já foi mostrado, a *Gazeta Mineira* achava que o brasileiro não era digno do solo que ocupa. Por outro lado, *A Verdade Política*, em 23 de janeiro de 1889, dizia que no Brasil falta gente que *"queira e saiba explorar nossas riquezas"*.[315] Em

---

[312] Propaganda de Severiano Nunes Cardoso de Rezende sobre a hospedaria de imigrantes de São João del-Rei direcionada aos fazendeiros, São João Del Rei, 30 de dezembro de 1888, Acervo particular do fazendeiro Geraldo José Rodrigues.
[313] AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Op. Cit., 1987, pp. 143-144.
[314] Thomas Buckle acreditava que, diante da magnitude da vegetação e da fauna brasileira, o homem era reduzido à insignificância. O meio físico tropical não era favorável para a produção de uma civilização notadamente evoluída e, sem a ajuda estrangeira, o Brasil teria regredido. O autor ainda dizia que, mesmo no presente, com todos os aperfeiçoamentos originários da Europa, não havia sinais de progresso real (SKIDMORE, Thomas. Op. Cit., p. 45). No entanto, todas estas conclusões foram feitas sem que o inglês jamais tivesse pisado em solo brasileiro.
[315] *A Verdade Política*, 23 de janeiro de 1889.

vista disso, necessitava-se de uma renovação da população brasileira: *"Esses elementos novos e vivificantes encontraremos na imigração européia"*[316]. Os imigrantes europeus seriam, portanto, os portadores da *"inteligência e trabalho"* necessários para *"aperfeiçoar os inúmeros recursos naturais do nosso abençoado país"*.[317]

Este tipo de discurso em torno da imigração mostra que, mesmo que as idéias raciais não tenham entrado em São João del-Rei com a força que teve em outras regiões, algumas de suas noções básicas estiveram presentes nas representações de negros, nacionais, imigrantes e "amarelos". Todo um vocabulário comum ao "racismo científico" apareceu com mais clareza no contraste nacional/imigrante. Na comparação entre os dois, o nacional aparece como fraco e incapaz de aproveitar todos os recursos dados pela natureza ao Brasil, enquanto o imigrante é o *"sangue novo"* necessário para o fortalecimento de nosso povo. Os imigrantes provenientes da Europa são, para os periódicos, fisicamente superiores; tornando-se evidente, em seus discursos, uma valorização destas características, o que fica patente pelo uso constante de adjetivos como *"sãos"*, *"fortes"*, *"robustos"*, entre outros. Desde modo, percebe-se uma interferência das noções de purificação da raça nos periódicos, mesmo que houvesse também a tendência a inferiorizar as raças latinas, como também demonstramos neste item.

Entretanto, se a idéia de introduzir *"sangue novo"* esteve mais forte na *Gazeta Mineira* e n'*A Verdade Política*, havia um outro modo de valorização do imigrante e inferiorização dos demais povos que esteve presente na imprensa sanjoanense. Era a crença de que o progresso e a civilização eram inerentes ao europeu e que a introdução dos mesmos traria a modernidade e a prosperidade ao Brasil, bem ao estilo de Spencer e do darwinismo social.

5- Modernidade, progresso e civilização nas representações da mão-de-obra.

Nas últimas décadas do século XIX, São João del-Rei passava por importantes transformações que visavam modernizar a cidade através das noções de progresso e civilização. A primeira dizia respeito às inovações materiais pela qual a cidade deveria passar; a segunda a um conjunto de características diversas consideradas inerentes às sociedades "adiantadas". Neste contexto, o imigrante europeu apareceu como portador

[316] Idem, ibidem.
[317] *A Verdade Política*, 21 de novembro de 1888.

destas duas propriedades, sendo considerado a expressão da modernidade pelos periódicos.

Minas Gerais no final do século XIX e início do XX se abriu para uma perspectiva modernizadora que passava pela imigração de europeus, pela chegada da eletricidade, pela instalação de fábricas, pela racionalização do espaço urbano e pela expansão das ferrovias. Esta última merece destaque, pois buscava modificar as condições de transporte e atingir a economia, dando impulso a lavoura cafeeira. De acordo com Norma de Góes Monteiro[318], o surto ferroviário de Minas ocorre a partir da década de 1870, sendo que em 1889 a rede ferroviária da província alçava 1.803 km e 210 m, número expressivo, quando comparado com o da extensão da rede imperial, que em fins de 1888 possuía 9.200 km em exploração. As ferrovias carregavam uma aura quase mística da modernidade, sendo que sua velocidade combinava facilmente com os ideais de um tempo moderno veloz e dinâmico.

Na cidade de São João del-Rei, a construção da Estrada de Ferro Oeste Minas (EFOM), inaugurada em 1881, constituiu o grande símbolo do desenvolvimento e progresso para a cidade. Para *O Arauto de Minas*, somente a estrada de ferro poderia tirar a cidade da *"retrogação"* em que se encontrava. Deste modo, afirmava que:

> "Secundando os bons desejos do Governo Provincial na consecução do melhoramento de que se trata, cada um cidadão na razão de suas forças deve prestar sincero e devoto apoio a este grande cometimento, do qual depende o progresso, a vida desta Cidade e circunvizinhos municípios".[319]

A *Tribuna do Povo*, por sua vez, considerava a EFOM um gigante que *"alquebrando os grilhões do atraso e da decadência, veio arrancar o marco estéril da inércia, substituindo pela baliza fecunda do progresso"*.[320] As palavras do periódico mostravam a crença na idéia de que as ferrovias eram sinônimas de progresso, e sua inserção na cidade representava um avanço rumo à modernidade: *"Estamos verdadeiramente em pleno século dezenove, porque desapareceu hoje a solução de continuidade que separava a vida de nós todos do movimento geral"*. Deste modo, o século XIX é considerado o século do progresso e a estrada de ferro o meio pelo qual São João del-Rei pôde se aproximar das sociedades "mais avançadas". Como afirma

---

[318] MONTEIRO, Norma de Goés. Op. Cit., p. 15.
[319] *O Arauto de Minas*, 18 de novembro de 1877.
[320] *Tribuna do Povo*, 18 de setembro de 1881.

Eric Hobsbawm, os produtos característicos desta era vieram a ser o ferro e o carvão, *"e seu símbolo mais espetacular, a estrada de ferro, que os combinava"*.[321] Dento desta concepção, o impresso redigido por Alberto Besouchet usava a metáfora da serpente e do polvo para definir a expansão das ferrovias: *"É a serpente enorme, é o polvo imenso, que, fabricado de carvão e ferro, sábio completo das oficinas do progresso moderno com o decidido propósito de percorrer os plainos e percintar o globo"*.[322]

Assim, percebe-se, com a introdução da EFOM em São João del-Rei, o que Hobsbawm chamou de *"drama do progresso"*: *"maciço, iluminado, seguro de si, satisfeito, mas acima de tudo, inevitável"*.[323] Segundo o autor, quase nenhum dos homens de poder e influência, em todos os acontecimentos do mundo ocidental desejou pôr-lhe um freio. Apenas alguns pensadores e talvez um maior número de críticos intuitivos previram que esse avanço inevitável iria produzir um mundo bem diferente daquele para o qual parecia levar.[324]

Estes críticos, no entanto, não se encontravam entre os redatores dos periódicos de São João del-Rei, que confiavam no avanço progressista rumo à uma cidade moderna. Esse debate foi relacionado à questão da mão-de-obra desde o momento em que começou a se discutir a imigração para a cidade. Em transcrição de discurso proferido na Câmara da cidade em 1° de abril de 1877 pelo Sr. Fernando Evaristo Machado de Magalhães n'*O Arauto de Minas* lia-se que: *"Esses poderosos agentes de trabalho* [imigrantes] *não se poderão obter, sem os meios de fácil e cômoda importação"*.[325] Em 18 de novembro do mesmo ano a folha conservadora falava da necessidade das estradas de ferro para a colonização já que os Europeus, preferidos para este propósito, estavam acostumados à rápida locomoção e ao contato imediato com os grandes mercados.

Para a *Gazeta Mineira*, era na viação férrea, *"poderoso meio de progresso"*, que se encerrava *"a chave da colonização, a esta a da transformação do trabalho entre nós, pela substituição natural dos seus atuais agentes"*.[326] Ferrovias e imigração, portanto, eram tidas como processos interligados. As locomotivas representavam um avanço rumo ao desenvolvimento e os imigrantes pretendidos provinham de sociedades cujo

---

[321]HOBSBAWN, Eric J. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 69.
[322] *Tribuna do Povo*, 18 de setembro de 1881.
[323] HOBSBAWN, Eric J. Op. Cit., p. 23.
[324] Idem, ibidem.
[325] *O Arauto de Minas*, 05 de maio de 1877.
[326] *Gazeta Mineira*, 06 de janeiro de 1884.

nível de progresso era superior ao brasileiro. Assim, pensava os periódicos que para estimular a colonização, dever-se-ia primeiro modernizar a região.

No entanto, os imigrantes representavam por si só um processo modernizador, portadores não apenas do progresso, mas também de civilização. Este conceito aparecia representado na cidade como uma série de características que iam desde o material até o moral. Nas palavras de Nobert Elias:

> "O conceito de "civilização" refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível de tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitação ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feita de forma "civilizada" ou "incivilizada". Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização". [327]

Em São João del-Rei percebe-se igualmente esta elasticidade do termo civilização, visto que, ele poderia ser usado para definir avanços como a ferrovia (neste caso fica próximo à idéia de progresso), o nível de educação e conhecimento de um indivíduo ou sociedade, valores morais centrados na tradição judaico-cristã, a própria religião, entre outros. Em definição exposta pela *A Pátria Mineira* podemos perceber tal flexibilidade do termo:

> "A civilização é "o conjunto do saber, da moralidade e do bem estar material que a sociedade possui em um momento dado." Esta, pois, depende do progresso que consiste "no crescimento gradual do saber, da moralidade e do bem-estar material que a evolução traz aos seios das sociedades e no melhoramento das faculdades intelectuais, estéticas e morais que opera nos indivíduos."".[328]

A citação acima é exemplar sobre várias questões tratadas por nós neste capítulo. Primeiro, uma estreita relação entre a noção de civilização e progresso, mostrando que estas poderiam se confundir nos discursos. Segundo, uma amplitude da noção de civilização, abarcando a moralidade, o saber e o avanço material. Por fim, a implícita

---

[327] ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 23.
[328] *A Pátria Mineira*, 26 de setembro de 1889.

crença no darwinismo social, através da idéia de evolução necessária dos povos rumo ao seu aperfeiçoamento.[329]

Nesta perspectiva, a Europa é vista pela imprensa como a portadora de todos os valores da civilização. Entretanto, alguns países poderiam ser considerados melhores do que os outros. É o caso, por exemplo, d*'A Pátria Mineira*, que considerava as repúblicas europeias melhores do que as monarquias. Já *O Arauto de Minas* considerava os países não cristãos fora da civilização, por isso, ao anunciar as tensões entre a Rússia e a Turquia, fazia-o da seguinte forma: *"Não se desvanecem contudo as possibilidades de guerra entre a Turquia e a Rússia, procurando esta impedir que continuem os <u>bárbaros muçulmanos</u> a divertir-se assassinando aos milhares cristãos, súbditos da Porta"*[330](grifo nosso).

No entanto, os imigrantes europeus desejados pela cidade recebiam uma infinidade de elogios que buscavam demonstrar sua superioridade sobre as demais possibilidades de mão-de-obra. Assim, além do fator raça, conceitos como o de progresso e civilização definiam os estrangeiros provenientes da Europa como superiores.

A Verdade Política foi um dos periódicos que mais atribuiu este tipo de característica positiva aos imigrantes. Sobre os italianos do núcleo colonial da cidade dizia que tinham *"índole ordeira e pacífica, como não a tem os nossos próprios patrícios"*.[331] Afirmava também que o imigrante vem *"colaborar no nosso desenvolvimento moral e material com a força do seu espírito e do seu braço"*.[332] Tal citação atesta o fato de que a escolha da imigração não se fez apenas com base em uma necessidade de mão-de-obra decorrente do fim do regime servil, mas também pela crença de que a introdução dos mesmos representava a injeção de um povo "mais avançado" do que o que se encontrava no Brasil.

Essa confiança era tamanha que se pensava inclusive que a imigração traria consigo a industrialização característica dos países da Europa ocidental:

---

[329] A definição do termo civilização exposta n'*A Pátria Mineira* foi extraída de alguma outra fonte, provavelmente um dicionário do período. Porém, a origem da mesma não é identificada pelo periódico.
[330] *O Arauto de Minas*, 08 de março de 1877.
[331] *A Verdade Política*, 30 de abril de 1889.
[332] Idem, ibidem.

> "E não é senão para isto, para engrandecer, povoando e lavrando ou industrializando a nossa pátria, que o governo o manda vir a custa do tesouro e procura estabelecê-lo em núcleos coloniais ou fazendas particulares".[333]

Sobre os italianos, a folha liberal dizia: *"O Italiano, por exemplo, e do norte principalmente, é homem honesto, morigerado, respeitador da família, submisso à lei, fiel e laborioso, tanto ou mais do que qualquer outro povo".*[334] Portanto, o imigrante proveniente da Itália era representado como portador de uma gama de qualidades consideradas civilizadas.

Também no já mencionado folheto propagandístico da hospedaria de imigrantes percebe-se esta imagem positiva dos italianos do norte da península. Valorizava as famílias provenientes desta região, *"cuja índole, atividade e costumes já tem a experiência demonstrado serem irrepreensíveis".*[335] No texto citam-se palavras que seriam do fazendeiro Joaquim Dias Ferraz, onde se expõe outra qualidade valorizada no imigrante, a passividade: *"Julguei que teria dificuldade em satisfazê-los na alimentação. Felizmente não são exigentes, e a esse respeito também não se pode dizer deles senão que se contentam com pouco".*[336] Mesma imagem aparecia n*'A Verdade Política* de 22 de março de 1889, quando o jornal afirmava que os imigrantes da colônia eram *"pacíficos e ordeiros"*.

Para *O Arauto de Minas*, dever-se-ia *"colonizar a província para engrandecê-la".*[337] O periódico fazia uma correspondência entre a injeção de imigrantes na população nacional e o desenvolvimento que seria alcançado com tal ato. Deste modo, o jornal pensava que imigração era sinônimo de progresso.[338]

Nessa perspectiva, a imigração serve a um objetivo patriótico: engrandecer a nação pela introdução de novos elementos. Por isso, a *Gazeta Mineira* referia-se aos trabalhos da Sociedade Central de Imigração da seguinte maneira: *"importantes serviços que esta patriótica sociedade está prestando ao país".*[339] Para o periódico, São João del-Rei, com um clima semelhante ao do Norte da Itália, deveria incentivar a produção de artigos característicos desta região, como a criação do bicho da seda:

---

[333] Idem, ibidem.
[334] Idem, ibidem,
[335] Propaganda de Severiano Nunes Cardoso de Rezende sobre a hospedaria de imigrantes de São João del-Rei direcionada aos fazendeiros, São João Del Rei, 30 de dezembro de 1888, Acervo particular do fazendeiro Geraldo José Rodrigues.
[336] Idem, ibidem.
[337] *O Arauto de Minas*, 19 de janeiro de 1889.
[338] *O Arauto de Minas*, 04 de dezembro de 1888.
[339] *Gazeta Mineira*, 17 de janeiro de 1884.

“Oferecendo a estes imigrantes terrenos próprios para a rendosa indústria, a que estão afeitos, veremos em breve impulsionado nosso progresso”[340](Grifo nosso).

No entanto, se os imigrantes representavam o progresso e a civilização; negros, índios, chineses e os nacionais representavam o inverso, atraso e barbárie. Os pretos, como foi amplamente discutido no item 3 deste capítulo, tinham costumes bárbaros, como a feitiçaria, eram instáveis e poderiam constituir uma ameaça à sociedade, caso fossem afastados de seus senhores que os civilizavam. A esta idéia do senhor como elemento civilizador do escravo se ligava a noção paternalista de que o elemento servil era parte da comunidade-família do senhor. Segundo Afonso de Campos Maia, o objetivo deste tipo de discurso era dobrar a resistência dos cativos.[341] Assim, buscava-se fortalecer a idéia de um elemento servil patriarcal onde *“o proprietário das terras é o chefe geral das famílias, e todos os cativos fazem parte dessa pequena comunidade, em que donos e servos mutuamente se auxiliam”*.[342]

A própria instituição da escravidão não ficou incólume aos ideais de civilização. Mesmo um periódico escravista como *O Arauto de Minas* considerava que o uso do trabalho servil estava longe das pretensões de um Brasil civilizado, por isso, ao falar da Lei do Ventre Livre como o marco do fim do escravismo no país dizia ser *“gloriosa vitória, que o universo civilizado aplaudiu com frenesi”*.[343] O jornal tinha consciência da “má impressão” que o trabalho escravo causava diante do olhar estrangeiro, apesar de defender a necessidade de sua permanência. O liberal *A Verdade Política*, após a lei de 13 de maio, dizia: *“A época é de reação; o Brasil uma vez entrado no grande congresso das nações civilizadas, não pode retardar-se, precisa seguir e seguir sempre a passos firmes e agigantados”*[344](grifo nosso). Portanto, apesar do elemento servil ter feito parte da história brasileira por um longo período, a escravidão era vista como incompatível aos parâmetros modernos de civilização, idéia que ganhou força com a constante crítica por parte dos países europeus contra esta forma de trabalho, após o advento do iluminismo do século XVIII.

Já os índios, pouco apareceram nos debates da imprensa sanjoanense. Houve referência a eles n’*O Arauto de Minas* em uma transcrição do discurso de Severiano de Rezende na Assembléia Legislativa Provincial em 1883, sobre o projeto nº 72 que

---

[340] *Gazeta Mineira*, 21 de março de 1884.
[341] MAIA, Afonso de Campos. Op. Cit., p.27.
[342] *O Arauto de Minas*, 04 de março de 1888, apud, MAIA, Afonso de Campos, Op. Cit., p. 27.
[343] *O Arauto de Minas*, 03 de dezembro de 1880.
[344] *A Verdade Política*, 16 de novembro de 1888.

fixava a força policial para o ano de 1884 a 1885. Neste, dizia-se que *"As leis que possuímos, são títulos demonstrativos de nossa civilização"*, porém *"no tocante a policiamento, podemos dizer que nos achamos reduzidos à triste condição dos indígenas, que ainda habitam nossas matas"*[345]. Os nativos são, portanto, utilizados como exemplo de barbárie, sem lei e sem ordem, logo, sem civilização.

Também estiveram presentes no já citado artigo d'*A Verdade Política* de 21 de novembro de 1888, onde clamava pelo não abandono da catequese dos índios em prol da introdução de colonos europeus: *"Não será revoltante egoísmo querermos só auferir vantagens da imigração e não ambicionarmos a glória de levar a civilização a inúmeros selvagens que povoam nossas matas como se foram animais bravios?"*.[346] Como no caso do negro, aparece aqui a noção de elemento civilizador branco, que deve levar aos nativos as vantagens da civilização ocidental, tirando-os da selvageria em que se encontravam.

Os *coolies*, por sua vez, além de trazerem consigo o perigo da mongolização do país, vinham de uma nação atrasada do globo e possuíam uma imoralidade nata. O tema foi debatido pelo *O Arauto de Minas* após o congresso agrícola de 1878, onde o assunto teve destaque.[347] Diante da proposta de um crédito de duzentos contos para o envio de uma missão à China com o fim de arrematar trabalhadores, o periódico mostrava sua decepção com a exclamação: *"Santo Deus!"*.[348]

Já a *Gazeta Mineira* percebeu o nacional como indolente por natureza, considerado ridículo e pequeno diante da grandeza das belezas naturais do Brasil. Sobre o caboclo, em um artigo sobre a vadiagem (assunto do próximo capítulo), o periódico

---

[345] *O Arauto de Minas*, 19 de outubro de 1883.
[346] *A Verdade Política*, 21 de novembro de 1888.
[347] Entretanto, de acordo com MOMESSO, Beatriz Piva. *Em defesa do Trabalhador Asiático: o projeto do Barão de Mauá para a imigração de coolies*. IN: Anais do XIII encontro de História Anpuh-Rio, disponível em http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212804090_ARQUIVO_Anpuh2008BeatrizPMomesso.pdf, acessado em 28 de abril de 2010, pp. 1-2; em 1876, o Visconde de Mauá ofereceu ao Estado Imperial um projeto de imigração de coolies, trabalhadores asiáticos provenientes de Calcutá, Madras e Bombain. Dois anos antes do histórico Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro, o então empresário aponta para a falta de braços na lavoura associada ao fim do tráfico de escravos e à lei de 1871, discussão que já se fazia presente em artigos assinados por cafeicultores no *Jornal do Commercio*, desde os primeiros anos da década de sessenta. Ao Estado brasileiro caberia subvencionar as passagens de dois mil coolies importados durante o primeiro ano de existência da companhia, bem como obter o beneplácito do governo inglês. Ao diretor do empreendimento, caberia negociar diretamente com os plantadores contratos de agenciamento dos trabalhadores coolies. O Barão de Mauá não se deteve em explicitar as vantagens raciais dos coolies, preferindo nomear países civilizados – França ou Inglaterra, onde a experiência com esses trabalhadores deu certo. Não deixou, por sua vez, de explicar que o trabalho asiático é mais eficaz se comparado ao do negro que tende a indolência.
[348] *O Arauto de Minas*, 04 de outubro de 1879.

dizia que, antes de atitudes repressivas, deveria ser direcionada a estes *"os elementos civilizadores"*[349]. Deste modo, fica clara a concepção de que *"o homem livre e de vida independente de nosso interior"* estava ausente do que era considerado civilização e, por isso, deveria ser assimilado através de um processo civilizatório.

O conservador *O Arauto de Minas*, que interligava imigração e progresso, comparou o desenvolvimento intrínseco ao imigrante europeu com a inércia inerente a população nacional:

> "Era belo o espetáculo que se desenhava aos olhos de nós outros, acostumados ao meio quase inerte de uma estagnação, com aparência de movimento.
>
> Parece que em cada imigrante víamos uma molécula do progresso a desprender-se do grande corpo do futuro". [350]

O imigrante representa, portanto, o futuro, que restabeleceria o movimento da nação rumo ao progresso, opondo-se a estagnação característica do brasileiro.

No entanto, *A Pátria Mineira* viu no mineiro várias qualidades, que se opunham a perspectiva do elemento nacional como pouco civilizado e inerte diante do progresso das demais nações:

> "O mineiro é sóbrio, ativo, econômico e trabalhador; é leal nas relações sociais e na luta pela vida; observa religiosamente a fé dos contratos; tem a necessária aptidão para as indústrias, como atesta muitos produtos de sua confecção; é enfim pacífico, ordeiro, cheio ao mesmo tempo de ânimo para empresas, conforme se vê nos antigos trabalhos de confecção e outros".[351]

Mesmo que tenha restringido seu ponto de vista ao mineiro, percebe-se uma valorização singular do nacional. Para o jornal, não se poderia imputar "*nem á natureza que se mostra tão pródiga nem ao caráter de nosso povo"*[352] o estado de pobreza pelo qual o periódico dizia passar a Província de Minas Gerais. Porém, como quase todo artigo deste impresso, estas afirmações não estavam isentas de interesses políticos, já que a causa para este atraso estaria *"no sistema de governo monárquico centralizador a que estamos submetidos"*.[353]

---

[349] *Gazeta Mineira*, 14 de agosto de 1884.
[350] *O Arauto de Minas*, 04 de dezembro de 1888.
[351] *A Pátria Mineira*, 25 de julho de 1889.
[352] Idem, ibidem.
[353] Idem, ibidem.

As noções de progresso e de civilização, baseadas em ideais de modernidade, ajudaram a nortear o processo de substituição da mão-de-obra em São João del-Rei. Através delas, pôde-se construir representações que identificavam o imigrante europeu como expoente da civilização e portador do progresso necessário ao desenvolvimento nacional. Por outro lado, os negros por si só representavam o atraso e a barbárie, sobretudo ao se afastarem da tutela de seu senhor. O regime escravista tornava-se incompatível com a perspectiva de um Brasil moderno. Índios e asiáticos eram atrasados e incivilizados demais para dar prosseguimento ao regime de trabalho. O mesmo acontecia com os nacionais, que deveriam seguir o exemplo do imigrante redentor para que fosse útil à nação.

7- Algumas considerações

Pretendemos mostrar neste capítulo que, através de pensamentos baseados no racismo científico, formou-se representações em São João del-Rei que inferiorizavam determinados grupos em prol de outros. Estas concepções não eram exclusivas da cidade, como mostramos no primeiro item. As doutrinas raciais - que ganharam força na Europa no século XIX, através de autores como Darwin, Spencer, Gobineau e tantos outros - foram bem recebidas entre os intelectuais brasileiros, que buscaram explicar os problemas nacionais e suas soluções através do fator raça.

Em São João del-Rei, no entanto, o discurso científico, ao qual se apoiava as teorias racistas, teve de conviver com o discurso religioso. Este era tão impregnado na sociedade que levou um jornal republicano como *A Pátria Mineira* a se afirmar como católico e dar pouco, ou quase nenhum espaço, ao cientificismo em suas páginas, num momento em que tais idéias, juntamente com o positivismo, estavam firmemente inseridas nas camadas contestadoras, sobretudo entre abolicionistas e republicanos, como bem mostrou Ângela Alonso ao longo de sua obra.[354] No entanto, a ciência era bem vista pela imprensa, desde que não contradissesse os dogmas da igreja e servisse a um ideal de progresso e praticidade.

As representações do negro também estiveram transpassadas pelos critérios místico-religiosos e científicos. A imprensa da cidade aproximava os "homens de cor" ao maligno, às práticas pagãs e até mesmo ao demônio. Também era inferior

[354] ALONSO, Ângela. Op. Cit.

racialmente, menos inteligente do que os brancos e, acima de tudo, perigoso. A imagem do negro como possível ameaça à sociedade branca foi bem sintetizada pela expressão d'*O Arauto de Minas*: *"uma raça embrutecida"*. Incivilizado, bárbaro, perigoso ou, simplesmente, pejorativo; o certo é que as representações caminhavam para a idéia básica de que os negros eram inferiores aos brancos.

Mesma sorte teve o nacional, visto como racialmente fraco e raquítico, precisaria ser fortalecido, através da introdução de imigrantes. Este viria das nações européias, berço dos povos mais fortes. Periódicos como a *Gazeta Mineira* e *A Verdade Política* e *O Arauto de Minas* propagaram a idéia de injeção de sangue novo, em busca do fortalecimento da raça nacional, tese que muito se aproximava da ideologia do branqueamento popularizada por Silvio Romero (1851-1914) e João Batista de Lacerda (1846-1915), ainda que essa não tenha sido apresentada de forma explícita. Nesta perspectiva, a imigração de *coolies* deveria ser barrada, sob o risco de mongolização do país.

A superioridade do imigrante branco europeu também foi dada pelas noções de civilização e progresso. Provavelmente sobre a influência do darwinismo social, os periódicos difundiam a concepção de que os países da Europa estariam em um patamar evolutivo mais avançado do que o Brasil. Deste modo, bastaria introduzir os imigrantes deste continente para que o país alcançasse o progresso e a civilização necessários para se chegar à modernidade. Também aí encontramos a inferiorização das demais possibilidades de mão-de-obra. O negro era bárbaro e só seria útil dentro do sistema escravista, regime mal visto aos olhos estrangeiros. Os chineses provinham de nações atrasadas, os índios estavam em estado de selvageria e os nacionais necessitavam se aperfeiçoar com os brancos.

Portanto, mesmo que os nomes dos principais teóricos do racismo não tenham sido citados pela imprensa sanjoanense e que o discurso da ciência tivesse que caminhar ao lado do discurso religioso, podemos perceber que as principais idéias do racismo científico foram introduzidas na cidade. Divisão da sociedade em raças, inferioridade do negro e superioridade do branco, aperfeiçoamento racial e darwinismo social foram teorias que estiveram presentes nos discursos da imprensa de São João del-Rei, sendo que todas elas caminharam para o prevalecimento de um projeto que valorizou o imigrante em detrimento das demais possibilidades de mão-de-obra.

Todo esse debate girou em torno da questão de substituição da mão-de-obra no Brasil. Foi no momento de crise do escravismo que se tornou explícito diversas representações que apontavam para a crença em diversos fundamentos do racismo científico, sendo que estas ajudaram na construção da imagem do imigrante ideal, solucionador de todos os problemas e males do Brasil. Deste modo, São João del-Rei, cidade do interior mineiro e relativamente afastada da Corte e de São Paulo, tomou para si as idéias e teorias ligadas à raça e à civilização encaixando-as no debate prático sobre a passagem do trabalho escravo para o livre.

No entanto, a valorização do imigrante branco se apoiou em outra dicotomia: de um lado o imigrante trabalhador, do outro o nacional e o negro vadio. Estas representações estiveram amplamente presentes no combate à vadiagem e na defesa da imigração. O capítulo que se segue busca entender como se deram essas representações na cidade, as alternativas para estancar o "mal da vagabundagem", os dilemas diante do fim da escravidão e o caminhar em direção a uma solução imigrantista.

Capítulo 3:
Trabalho e combate à vadiagem nos discursos dos periódicos

1- Repressão à ociosidade e a visão do trabalho no ocaso do Império

De acordo com Sidney Chalhoub, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil colocou as classes dominantes da época diante da necessidade premente de realizar reajustes no seu universo mental, de adequar sua visão de mundo às transformações sócio-econômicas que estavam em andamento.[355] Como mostramos no capítulo anterior, um destes reajustes foi dado pela introdução do racismo científico no Brasil, que permitiu a formação de representações que colocaram negros e nacionais abaixo na escala evolutiva em relação aos brancos, principalmente aos europeus. Entretanto, intimamente relacionada às idéias raciais e às visões sobre o progresso e a civilização do Brasil, estavam as representações que elegiam o trabalhador ideal e seu oposto, os trabalhadores indesejados ou inaptos, para darem prosseguimento ao trabalho organizado em um regime livre.

Márcia Regina C. Naxara chama a atenção para a relação entre trabalho, progresso e civilização que se torna patente em fins do século XIX, aparecendo o primeiro como condição para que houvesse os outros dois. Com isso, o Brasil, visto pelos olhos das elites e dos estrangeiros que aqui estiveram, foi interpretado como um lugar onde o potencial de trabalho e o conseqüente aproveitamento dos recursos naturais mantinham-se à margem do processo produtivo, entravando o desenvolvimento material da sociedade e, portanto, dificultando a marcha para o progresso e a civilização.[356]

A autora afirma também que, no período de crise do sistema escravista, ocorreu uma desqualificação do brasileiro pobre que serviu para que houvesse a valorização do imigrante e para a justificação de uma determinada política de imigração impregnada de preconceitos, definida ou resultante de uma tensão permanente, provocada não só pelo processo que levou à escolha do branco europeu, mas também pela preocupação de como controlar e submeter a um trabalho árduo, contínuo e disciplinado, amplas parcelas da população, fosse ela imigrante, nacional, branca, mestiça ou negra.[357]

---

[355] CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., 1983, p. 53.
[356] NAXARA, Márcia Regina Capelari. Op. Cit., p. 48.
[357] Idem, p. 49.

Apesar da preferência pelo imigrante europeu como substituto do trabalho escravo, os políticos e intelectuais do Império defendiam o estabelecimento de medidas que obrigassem os egressos do cativeiro ao trabalho. Esta perspectiva era tida como uma forma de evitar que os libertos comprometessem a ordem, já que estavam, segundo a visão das elites, despreparados para a vida em sociedade. Deste modo, pretendia-se reprimir os seus vícios, trazidos de seu estado anterior, que seriam vencidos através da educação, que buscaria criar o hábito do trabalho por meio da repressão e da obrigatoriedade.[358]

Por outro lado, de acordo com Peter Eisenberg, os entusiastas do trabalhador livre nacional no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro em 1878 consideravam que ele poderia ser um importante fornecedor de mão-de-obra. Afirmavam que estes viviam na ociosidade, estando desempregados ou subempregados, e por isso podiam ser melhor aproveitados pela grande lavoura.[359] Apesar da concordância a respeito da ociosidade do trabalhador livre nacional, os congressistas discordaram quanto as causas e curas dessa inatividade:

> "As causas foram encaradas como falta de repressão, politicagem e ausência de incentivos positivos. Quem identificava a ociosidade como resultado da falta de repressão apelou para a "correção e polícia que moralize e sujeite ao trabalho a classe jornaleira". Muita gente pediu uma maior repressão da vagabundagem, "uma boa lei de locação de serviços" e "sumaríssimo processo" (...)".[360]

Com o intuito de controle e "direção previdente" da força de trabalho, a Câmara de Deputados, em dezembro de 1878, aprovou uma nova lei de locação de serviços. Maria Lúcia Lamounier afirma que o texto era extenso e minucioso, regulamentando os contratos efetivados especificamente na agricultura, com trabalhadores nacionais, libertos e estrangeiros, nas mais distintas condições dos sistemas de parceria agrícola e pecuária e locação dos serviços:[361]

> "Cuidando principalmente das garantias necessárias para o cumprimento dos contratos, a nova lei de locação de serviços previa com acuidade as faltas e

---

[358] CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., 1983, p. 56.
[359] EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos: Escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p. 144.
[360] Idem, p. 145.
[361] LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre (A lei de locação de serviços de 1879)*. Campinas: Papirus, 1988, p. 09.

> negligências dos contratantes e dispunha detalhadamente do processo e das penalidades competentes".[362]

Com relação aos trabalhadores nacionais livres, costumeiramente taxados de indolentes e vadios, a lei tinha o intuito de restringir a limites definidos e previsíveis as relações de trabalho, oferecendo aos fazendeiros de café e proprietários de engenhos as garantias necessárias para o uso de seus serviços e o cumprimento dos contratos.

> "A diferença dos prazos dos contratos para os nacionais e para os estrangeiros e os artigos referentes à renovação dos contratos, também diferentes para uns e outros, indicam as condições que eram reservadas para o trabalhador nacional: a obrigação de contratar os seus serviços por seis anos – período mínimo, já que a renovação poderia ser requerida sem a expressa vontade do contratado – e penas de prisão para aqueles que não cumprissem as obrigações ajustadas".[363]

Ao analisar os debates no parlamento com relação à repressão à ociosidade, Sidney Chalhoub percebe a procura por uma justificativa ideológica para o trabalho, ou seja, de razões que pudessem justificar a sua obrigatoriedade para as classes menos favorecidas da estrutura social. Com isso, nota-se uma mudança de perspectiva com relação à imagem do trabalho na mentalidade da elite imperial, pelo menos ao nível dos discursos. Se antes o trabalho braçal era indigno, por se relacionar ao escravo, agora ele era representado como o elemento ordenador da sociedade: *"O cidadão, portanto, está permanentemente endividado com a sociedade e deve retribuir o que dela recebe com o seu trabalho"*.[364]

Outro ponto fundamental, para Chalhoub, é a relação que se estabelece entre trabalho e moralidade. Segundo o autor, uma das justificativas ideológicas do projeto de repressão à vadiagem de 1888 - elaborado pelo Ministro da Justiça, Ferreira Viana, e apreciado pela Câmara dos Deputados em julho – era a intenção de moralizar o indivíduo pelo trabalho. Seria preciso incutir nos cidadãos o hábito do trabalho, única forma de regenerar a sociedade, protegendo-a dos efeitos nocivos trazidos por centenas de milhares de libertos.[365]

Assim sendo, o trabalho ganha aspectos positivos a partir do momento em que a abolição torna-se iminente e a introdução de imigrantes passa a ser viável:

---

[362] Idem, ibidem.
[363] Idem, p. 127.
[364] CHALHOUB, Sidney. Op. Cit, 1983, p. 58.
[365] Idem, ibidem.

> "Por um lado, esse problema tinha seu aspecto prático que se traduzia na tentativa de propor medidas que obrigassem o indivíduo ao trabalho. Por outro lado, era preciso também um esforço de revisão de conceitos, de construção de valores que iriam constituir uma nova ética do trabalho. (...) o conceito de trabalho precisava se despir do seu caráter aviltante e degradador característico de uma sociedade escravista, assumindo uma roupagem nova que lhe desse um valor positivo, tornando-se então o elemento fundamental para a implantação de uma ordem burguesa no Brasil".[366]

Nesse contexto, o imigrante passa, portanto, a representar o símbolo do trabalho ordeiro e pacífico, disciplinado pelas transformações sofridas na Europa após a Revolução Industrial.

Dito isto, investigaremos nos parágrafos que se seguem como se deu esse debate na cidade de São João del-Rei. Nossa intenção é identificar a introdução dessas idéias de positividade do trabalho e combate à vadiagem na cidade e a forma como elas contribuíram para a formação de diferentes representações em torno de negros, imigrantes e nacionais livres, principalmente a partir da década de 1880. Acreditamos que a análise em particular deste município pode ser esclarecedora da popularização e penetração destas idéias pelo interior de Minas Gerais. Desta forma, representações externas a esta sociedade, forjadas, sobretudo, em São Paulo e na Corte, eram interiorizadas pela elite sanjoanense e divulgadas pela imprensa na forma de constatação óbvia.

2- Dos males da "vagabundagem": a representação do nacional vadio

A imagem do trabalhador nacional - indivíduos pobres, em sua maioria, de origem mestiça e que, quando não eram agregados nas fazendas, exerciam trabalhos com vista à sua subsistência – era constantemente relacionada, na imprensa de São João del-Rei, à vagabundagem. No entanto, nenhum periódico preocupou-se tanto com a repressão aos ociosos como a *Gazeta Mineira*. O tema tinha tanta importância para o impresso que, em 1884, publicou uma série de artigos que apresentavam os males da vadiagem, buscava suas origens e, por fim, expunha soluções.

O periódico justificava a sua insistência na crítica à vadiagem dizendo que seria direito dos que trabalham exigirem que não hajam vagabundos, visto que estes, não podendo deixar de consumir, participavam dos capitais e benefícios sociais, sem para ele contribuírem com recursos morais, intelectuais, de capital ou de trabalho.

---

[366] CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da* Belle Époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 65.

> "Há pois na parte da sociedade que trabalha o *direito* de exigência à entrada no caminho do labor da outra parte parasitária. É em virtude desse indestrutível direito, resultando ainda da solidariedade social, que solicitamos da sociedade e dos indivíduos laboriosos, assim como dos poderes públicos, as mais severas medidas para a cessação da vagabundagem em nosso país".[367]

Na edição de 07 de agosto de 1884, a *Gazeta Mineira* dava início à publicação de diversos escritos com o título sugestivo: *"Organização Moral e Econômica do Trabalho".* O primeiro tema a ser tratado era a vadiagem e logo no primeiro parágrafo já se lia o seguinte:

> "A vagabundagem é sempre um fenômeno geral e característico dos países mal constituídos. Ao contrário, numa sociedade bem organizada, ela é um fato bastante anormal: é como um espinho num organismo são, trazendo supurações locais e mal-estar geral. Por isso os povos laboriosos, sóbrios e econômicos não a podem tolerar em seu seio. Entre nós, porém, a vagabundagem é doença crônica que tem penetrado fundo no organismo imperfeito e enfermo do país, ora identificando-se com sua economia, ora provocando nesta, singulares atrofias ou ameaçando-a com desastrosas congestões".[368]

O impresso vê, portanto, o Brasil como uma sociedade mal organizada e, por isso, sujeita aos males da vagabundagem. Por outro lado, os povos laboriosos, aos quais o jornal se refere, devem ser os países europeus com a inclusão, talvez, dos Estados Unidos. Nestes últimos, as ações correcionais da polícia local ou leis severas dirigidas contra os vadios seriam suficientes para acabar com essa *"doença social"*. No Brasil, no entanto, a questão era mais complexa, já que nele a vadiagem é *"uma lepra que tem, como o escravismo, donde em grande parte deriva, contaminado o organismo nacional inteiro"*.[369] Assim, dever-se-ia inquirir a respeito das manifestações da vagabundagem, de sua natureza e de suas verdadeiras causas e efeitos, para que se pudesse aplicar os remédios adequados à realidade do país.

A *Gazeta Mineira* explicava também que havia duas causas principais para a vagabundagem: uma social ou do meio, outra individual ou íntima. A primeira era a que ocorria com os países europeus naquele período, onde o número excessivo da população não permitia a total inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. *"É óbvio que,*

---

[367] *Gazeta Mineira*, 01 de setembro de 1884.
[368] *Gazeta Mineira*, 07 de agosto de 1884.
[369] Idem, ibidem.

faltando trabalho não poderá o indivíduo trabalhar... Isso é um fato social que acarreta o pauperismo e a vagabundagem”.[370] Seria, de acordo com o impresso, o grande impulsionador da imigração em massa de países como a Irlanda.

Fica evidente que o autor do artigo pretende amenizar as possíveis ocorrências de vadiagem nos países europeus e nas populações imigrantes. O imigrante migra porque quer trabalhar, não porque é vadio. Devemos lembrar que a *Gazeta Mineira* foi umas das maiores defensoras da causa imigrantista na cidade. Voltaremos a este assunto ainda neste capítulo, quando trataremos da idealização dos imigrantes enquanto trabalhador nato.

Já no Brasil, a vagabundagem seria um fato individual, *“pois não há neste país, do mesmo modo que na Europa, falta de trabalho”*.[371] Apesar disso, o periódico faz referência à má constituição agrária e econômica do país, à exigüidade de sua indústria, às desastrosas condições políticas, à lassidão dos costumes, à fraqueza das leis e à imprestabilidade da maioria de seus executores, como fatores fundamentais para a persistência da vadiagem.

Segundo o impresso, a vadiagem apresentava-se por dois aspectos diferentes: um inofensivo e outro ofensivo. O primeiro aparecia na forma do caboclo de vida livre e independente do interior: *“O indivíduo habita numa choça de palha, à beira de um rio, em roda da qual planta umas bananeiras e uns pés de mandioca e vive disso e da pesca”*.[372] Interessante notar que, ainda que seja considerado inofensivo, o nacional livre é tido pelo jornal como um vadio e, por isso, a ele deveriam ser direcionadas medidas que o levassem ao trabalho digno e produtivo. O problema destes indivíduos é que não contribuíam para o desenvolvimento social, *“pouco da sociedade auferem também e pouco consomem do capital social”*.[373]

Deveriam ser antes chamados de *“ociosos”*, pois eram mais inúteis do que *“prejudiciosos”*. Necessitava-se, portanto, que lhes dirigissem ações civilizatórias, criando-lhes novas necessidades, “*para cuja satisfação terão eles de empregar maiores esforços, ou desperta-lhes* novos interesses”.[374] A presença de um engenho central, a doação de um lote de terra ou a vizinhança de núcleos coloniais seriam interessantes escolas práticas para sua transformação social. *“Como meio de repressão achamos ser*

---

[370] Idem, ibidem.
[371] *Gazeta Mineira*, 10 de agosto de 1884.
[372] *Gazeta Mineira*, 14 de agosto de 1884.
[373] Idem, ibidem.
[374] Idem, ibidem.

suficiente a obrigação do pagamento do imposto pessoal *ou de* profissão, *sob pena de* colonização *em núcleos civis"*.[375]

Já a vagabundagem com aspecto ofensivo, quando os indivíduos não são apenas *"inúteis"* não produzindo, mas prejudiciais, consumindo o que outros produzem, era o caso dos *"capangas do interior e da cidade"*. Nestes o jornal não prolongou muito em sua descrição, apenas afirmava que era contra eles que deviam *"ser dirigidas as severidades das medidas que propomos no correr deste trabalho"*.[376]

Também a tentativa de colonizar o Brasil com nacionais, segundo o impresso, tornava-se problemática na medida em que o colono brasileiro é, *"por si só, dado ao descanso e descuidoso do futuro"*.[377] Por outro lado, dever-se-ia dar cabo dos agregados que *"são uma das causas principais da falta de braços à lavoura, e mesmo o seu maior atraso"*.[378] A *Gazeta Mineira* considerava que estes eram verdadeiros parasitas, e, somente com sua exclusão, a lavoura poderia prosperar, pois *"essa imensidade de pessoas, no caso de prestarem serviços, e que no entanto vive na mais completa ociosidade, procuraria um meio qualquer de subsistência"*.[379]

Fica evidente a presença no impresso de um imaginário comum à elite do período diante da população livre nacional. Como afirma Naxara, no Congresso Agrícola de 1878 já se colocava a questão da necessidade da educação e, eventualmente, da repressão, como forma de encaminhar ao mundo do trabalho a maioria dos brasileiros livres pobres que, de acordo com a imagem que deles faziam as elites, não o fariam por vontade própria.[380] Sobre Minas Gerais, Fábio F. de Almeida Castilho mostra que, em 1870, o então presidente da província, José Maria de Sá Benevides, ponderava que a colonização e o aproveitamento dos braços nacionais, que "vivem ociosos", eram necessidades administrativas da província, que atendidas dariam enorme impulso à prosperidade "material e moral" de Minas.[381]

Ana Lúcia Duarte Lanna, por seu turno, percebe nos discursos dos proprietários de fazendas em Minas Gerais a insistência na necessidade de controle e repressão aos trabalhadores taxados de ociosos e vagabundos:

---

[375] Idem, ibidem.
[376] Idem, ibidem.
[377] *Gazeta Mineira*, 23 de setembro de 1884.
[378] Idem, ibidem.
[379] Idem, ibidem.
[380] NAXARA, Márcia Regina Capelari, Op. Cit., p. 47.
[381] CASTLHO, Fábio Francisco de Almeida. *Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870-1918).* Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009, p. 62.

> "A questão não é uma ausência quantitativa de braços para a lavoura. É antes de tudo uma questão política de transformação desses trabalhadores em mão-de-obra adequada para a exploração da terra".[382]

Assim, a *Gazeta Mineira* reiterava, em São João del-Rei, uma série de discursos mais amplos que interpretavam o nacional livre como ocioso e vagabundo. O caboclo independente, principalmente, era visto como vadio por não contribuir, segundo o periódico, para o desenvolvimento do Brasil, que só seria alcançado através do trabalho.

O conservador *O Arauto de Minas*, menos explicativo e detalhista que a *Gazeta Mineira*, acreditava que a indolência no Brasil tinha uma causa bem específica, a escravidão. Explicava seu ponto de vista da seguinte forma:

> "Desenganam-se os estadistas, não se desarraigam de um dia para outro hábitos inveterados, efeitos de uma viciosa organização social; não se altera, não se muda facilmente o estado de uma nação. Nos países onde dominou por muito tempo a instituição da escravatura, a indolência substituiu o amor ao trabalho, e toda a profissão manual, considerada como vil e degradante, por ser exclusiva do escravo, foi deixada em abandono".[383]

O artigo seguia dizendo que a escravidão teria acomodado os proprietários, que não procuravam meios para substituir a *"máquina de trabalho"* que era o negro. Também apresentava um projeto de educação dos libertos pela lei de 1871, que trataremos com mais atenção no item 4 deste mesmo capítulo.

O jornal conservador expunha sua preocupação com relação à vadiagem em artigo de 10 de novembro de 1883. O impresso afirmava que nas ruas da cidade e pelos subúrbios *"a vagabundagem audaciosa entrega-se aos vícios e para alimentá-los consequentemente atira-se ao roubo"*.[384] Nota-se a intrínseca relação feita pelo periódico entre o não trabalhar e a imoralidade. Desta maneira, seguia criticando as autoridades pela ineficiência no combate aos crimes efetuados por tais indivíduos.

Mesmo clamor era feito pelo liberal *Tribuna do Povo* ao falar sobre as obrigações da câmara municipal:

> "É da atribuição da câmara municipal providenciar de modo que se evite a divagação de loucos pelas ruas; que homens embriagados se ponham a fazer corridas a cavalo no centro da cidade; que vadios façam vozerias em

---

[382] LANNA, Ana Lúcia Duarte. Op. Cit., p. 90.
[383] *O Arauto de Minas*, 02 de setembro de 1882.
[384] *O Arauto de Minas*, 10 de novembro de 1883.

> horas de silêncio, mormente proferindo injúrias e obscenidades contra a moral pública".[385]

As afirmações d'*O Arauto de Minas* e da *Tribuna do Povo* demonstram que, para além de uma simples reabilitação da imagem do trabalho, a vadiagem passou a ser tomada como algo perigoso, que feria os princípios morais e potencializaria a possibilidade de sujeição dos indivíduos ao crime. Obviamente, aqueles que estariam mais expostos aos "vícios" inerentes à vagabundagem seriam os membros das classes baixas, vistos, pelos olhos da elite, como delinqüentes e arruaceiros.

Em estudo sobre a cidade de Campinas, Denise A. Soares de Moura explica que esta visão da elite provinha, em parte, da estranheza diante das práticas de trabalho, lazer e convívio social das camadas mais baixas, que ensejavam comportamentos muitas vezes vistos como exóticos, mas que nada mais era do que uma maneira muito própria de organizar o teor de suas vidas.[386] Deste modo, a autora argumenta que a noção de vadiagem, componente desqualificador e definidor das camadas pobres da época, nomeava aspectos da pobreza: comportamentos, hábitos, escolhas, formas de divertir-se, morar, vestir e trabalhar.

Deste modo, no ano de 1887, segundo descrição de Liana Maria Reis[387], a Postura de São João del-Rei, no Título XI, artigo 24, definia em seus quatro primeiros parágrafos, como *"ofensas aos bons costumes"*, respectivamente: *"negar-se absolutamente ao trabalho"*, *"vagar pelas ruas e estradas"*, *"viver vida desenvolta"* e *"deixar de dar educação moral e intelectual aos filhos e pupilos"*.[388] Segunda a autora, percebe-se que a ideologia do trabalho, o combate à vadiagem e o incentivo à instrução aparecem, no discurso oficial, como indispensáveis na formação do cidadão que se desejava criar: civilizado, disciplinado e amante do trabalho, pois não trabalhar constituía ofensa aos *"bons costumes"*.

Liana M. Reis diz, ainda, que na visão dos dirigentes imperiais havia uma nítida distinção entre as classes que compunham a sociedade: a dos brancos ("boa sociedade") que possuíam propriedade e liberdade; e a do povo, ao lado dos escravos. Com base no

---

[385] *Tribuna do Povo*, 09 de outubro de 1881.
[386] MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das Sombras: Homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de publicações CMU/ Unicamp, 1998, p. 159.
[387] REIS, Liana Maria. Poder, *Vadiagem e Marginalização Social em Minas Gerais (1850/1888)*. Trabalho apresentado no II Colóquio Brasil-Portugal, Porto, 1995, p. 14.
[388] Postura da Câmara Municipal de São João del-Rei. Resolução nº 3413 de 30/07/1887. In: *Livro das Leis Mineiras*. Ouro Preto: Tup. De J. F. de Paulo Castro, 1887, p. 483, apud REIS, Liana Maria. Op. Cit., p. 14.

trabalho de Ilmar Rohloff de Mattos[389], a autora segue dizendo que a *“boa sociedade”* constituía o *“mundo do governo”*, ou seja, era incumbida de ordenar o conjunto da sociedade, sendo composta pelos cidadãos ativos, proprietários de si e de outrem, representantes da sociedade política. Por outro lado, a plebe compunha-se de agregados ou moradores que viviam na posse de pequenos lotes de terras concedidas pelos grandes proprietários, de vadios, de pobres que viviam de caridade; enfim, indivíduos que constituíam potencialmente o mundo da desordem.[390]

Segundo Ilmar Rohloff, essa população livre e pobre, que não pertencia nem ao *“mundo do governo”* nem ao *“mundo do trabalho”* (escravos), ocupavam as ruas da Corte e de outros núcleos urbanos do Império:

> “No entender de muitos dos componentes do mundo do governo, a desordem das ruas contrastava vivamente com a ordem da casa. Por meio dos vadios, indolentes e desordeiros, as ruas pareciam desforrar-se do menosprezo que as casas sempre lhes haviam votado, nelas escoando as águas de que se serviam e lançando os dejetos e restos de comidas, fazendo das calçadas picadeiros de lenha, as janelas servindo para os homens escarrarem na rua”.[391]

Nesse sentido, a *Gazeta Mineira* falava, em artigo de 05 de setembro de 1884, da importância de se combater as habitações insalubres, *“antro de preguiça e de devassidão”*:

> “Basta lançar-se um golpe de vista para nossas ruas, e ver-se como se acham sempre ocupadas as janelas de quanta casinha há por aí, para ver-se que a ociosidade e a prostituição ocupam os lugares que só devem ser acessíveis à economia doméstica”.[392]

Segundo o impresso, os grandes inimigos da economia doméstica, da moral e do trabalho acham-se nesses receptáculos constantes da ociosidade e prostituição feminina, asilo de vagabundos, bêbados e gatunos. *“A uma polícia séria e severa não escapariam por certo os meios de pôr cabo a um semelhante estado de coisas”*.[393]

---

[389] MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A formação do Estadi Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.
[390] REIS, Liana Maria. Op. Cit., pp. 09-10. Os escravos, por outro lado, compunham o *“mundo do trabalho”*. Para mais detalhes desta divisão *“mundo do governo”*, *“mundo da desordem”* e *“mundo do trabalho”* ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit..
[391] MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. Cit.. pp. 115-116.
[392] *Gazeta Mineira*, 05 de setembro de 1884.
[393] Idem, ibidem.

A Verdade Política, no entanto, ao falar do uso do recrutamento militar como forma de enfrentar o problema da ociosidade, criticou as injustiças que poderiam fazer por tais meios:

> "Nem se diga, (e dizem os falhos de bom senso, de sentimento de justiça e de coração) que o recrutamento é medida necessária para compelir o vadio ao trabalho e expurgar a sociedade de vagabundos.
>
> Para isso façam-se leis que punam os verdadeiros ociosos e vagabundos, sem excetuar os que usam gravatas e calçam botinas: leis que perseguindo a vadiação, garantam ao mesmo tempo ao cidadão por fraco, por pobre, por descalço que seja das prepotências dos *mandões*".[394]

Para a folha liberal, a vadiagem não estava apenas entre os pobres, por isso, apenas uma legislação rigorosa poderia punir os ociosos sem que se cometessem injustiças. Devemos destacar, no entanto, que o artigo em questão era uma crítica ao *"gabinete 10 de Março"*. O jornal se perguntava como, após terem aprovado uma lei tão gloriosa como a de 13 de maio, poderia o referido Ministério querer desenterrar uma lei como a do recrutamento, contrária a liberdade individual, *"uma das mais belas garantias do cidadão"*.[395] Assim, o texto acima deve ser entendido mais como uma tentativa d'*A Verdade Política* de atacar a imagem de libertador atribuída ao *"gabinete 10 de março"*, após a abolição, do que como uma iniciativa de protesto do impresso contra as iniqüidades cometidas no combate à ociosidade.

Todos os impressos concordavam, portanto, que a vadiagem era um mal inerente ao nacional e que esta deveria ser combatida pelas autoridades através da legislação ou de incentivos que levassem os vadios ao trabalho. A abolição da escravidão, todavia, dilatou os temores das elites, apontando os negros libertos, longe de seus senhores, como vadios em potenciais, e consequentemente, ameaças para a sociedade.

3- A abolição da escravidão e a ameaça negra

No capítulo anterior, demonstramos que o temor da elite diante dos negros provinha, em parte, do fato destes pertencerem a uma *"raça inferior"* e, por isso, entregues aos seus instintos selvagens e primitivos. Somente a presença do senhor garantia a estabilidade destes indivíduos. Deste modo, a abolição exporia a elite aos perigos de uma *"raça embrutecida"*. Entretanto, o fim da escravidão traria outro problema, não necessariamente desligado da questão racial, que era a inserção de um

---

[394] *A Verdade Política*, 01 de novembro de 1888.
[395] Idem, ibidem.

grande número de desocupados na sociedade livre. A alta sociedade do Império acreditava que, após a abolição, os ex-escravos não se importariam em procurar trabalho, aumentariam o número de ociosos do país e, consequentemente, proveriam suas necessidades através de assaltos e rapinagens às propriedades privadas.

Como afirma Chalhoub, com a libertação dos cativos, as classes possuidoras não mais poderiam garantir o suprimento de força de trabalho aos seus empreendimentos econômicos por meio da propriedade de trabalhadores escravos. O problema que se apresenta, então, é de que o liberto, dono de sua força de trabalho, torne-se um trabalhador, isto é, disponha-se a vender sua capacidade de trabalho ao capitalista empreendedor. Tomava-se como ponto de partida o suposto de que todos os libertos eram ociosos, o que visava garantir, de início, o direito da sociedade civilizada em emendá-los.[396] O autor mostra que, no parlamento, a lei de 13 de maio era percebida como uma ameaça à ordem porque nivelava todas as classes de um dia para o outro, provocando um deslocamento de profissões e de hábitos de conseqüências imprevisíveis.[397]

Por outro lado, Naxara diz que a superação da escravidão implicava a substituição completa do trabalhador. Isto porque o escravo, da forma como era visto e na situação em que se encontrava, não correspondia ao ideal do trabalhador livre e não tinha condições para preencher o espaço que viria a se abrir com a abolição – faltavam-no requisitos básicos: mentalidade e preparo para o exercício do trabalho livre e da cidadania.[398]

Tal imagem pode ser percebida nas idéias do viajante francês Louis Couty, em seu relato sobre o Império do Brasil em 1884, onde afirmava que o negro era incapaz de produzir em um regime de trabalho livre:

> "(...) o africano liberto poderá tornar-se empreiteiro, carregador ou artesão razoável; mas, em nenhuma parte, em nenhum tempo, em nenhum lugar, ele foi um trabalhador agrícola sério, persistente, útil, capaz de se dirigir, de produzir e de economizar".[399]

O grande problema tanto dos negros libertos como dos caboclos, segundo Couty, era que eles não tinham necessidades. Sobre os nacionais, dizia que milhares ocupam os

---

[396] CHALHOUB, Sidney. Op. Cit. 2001, p. 69.
[397] Idem, 67.
[398] NAXARA, Márcia Regina Capelari. Op. Cit., p. 50.
[399] COUTY, Louis. *O Brasil em 1884: Esboços sociológicos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1984, p. 195.

campos de São Paulo, de Minas, do Rio de Janeiro e, no entanto, todas as exportações úteis são fornecidas por bandos de escravos, menos numerosos, obrigados a trabalhar: *"os melhores camponeses, os mestiços índios, não se sujeitam aos trabalhos prolongados. Trabalham 15 a 20 dias, depois desaparecem"*.[400] Com relação aos negros, dizia que o contato com a civilização causava efeitos inversos aos que se esperavam: *"Todos os grandes proprietários sabem que as revoltas são quase sempre provocadas pelos escravos mais bem tratados; e uma vez libertos, os negros tornam-se os patrões ou os vizinhos mais cruéis para os seus irmãos servos ainda"*.[401]

Em escrito anterior (*A Escravidão no Brasil*, de 1881), Couty falava que o negro cativo era, quase sempre, um grande preguiçoso *"e esta indolência é a base de todas as suas relações individuais e sociais"*[402]. Segundo o autor, a população negra teria adquirido a característica de pensar qualquer trabalho como um castigo ou punição, considerando, por isso, o bem supremo como a ausência de qualquer atividade. *"Esta ausência de trabalho se verifica em tudo. Na baixa capacidade de produção do escravo e na necessidade de uma vigilância constante, bem como na má qualidade de sua mão-de-obra e de seus produtos"*[403].A descrição do autor seguia afirmando que entre os negros não existiam as noções de propriedade, de família e de religião e que, na maior de seus indivíduos adultos, apresentava-se muitas das características das crianças das "sociedade civilizadas"[404].

Portanto, para o viajante, apenas a substituição do trabalhador escravo pelo imigrante estrangeiro poderia mudar a situação do país, visto que este era *"melhor e mais econômico"* que os negros. Deste modo, defendia o fim da escravidão, por considerá-la prejudicial, mas recusava qualquer proposta de inserção dos nacionais e dos negros libertos no mercado de trabalho livre, pois estes não conseguiriam seguir um regime de trabalho diário sem a coerção.

---

[400] Idem, p. 201.
[401] Idem, ibidem.
[402] COUTY, Louis. *A Escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 93.
[403] Idem, ibidem.
[404] Na análise que o autor faz da sociedade brasileira, a miscigenação continuada deveria reduzir, em pouco tempo, o número de negros puros no Brasil, de tal sorte que os mestiços, já numerosos, tornar-se-iam predominantes. Couty afirmava não crer que existissem exemplos de mistura que acarretasse um aprimoramento racial mais brusco e mais completo, visto que haveria diversos pontos comuns entre os negros e os mestiços. No entanto, dizia não se poder negar que, do ponto de vista cerebral e intelectual, os mestiços fizessem parte de um tipo mais elevado. *"As mais das vezes, mantém-se apático e indolente, mas frequentemente também sabe trabalhar e lutar, e, graças a esta luta, já conquistou um lugar muito importante na sociedade"* (Idem, p.103).

A citação da obra de Louis Couty é interessante, na medida em que ela pode ser tomada como um exemplo, dentre os vários possíveis, das representações que colocavam negros e trabalho livre como dois elementos irreconciliáveis. A incapacidade dos libertos em se adequar derivavam de seus vícios, de seu ócio, e de sua propensão ao crime, inerentes à própria raça. Tal imagem foi comum entre os impressos de São João del-Rei, constituindo uma das grandes preocupações da elite com relação ao fim da escravidão.

Como já demonstramos no capítulo anterior, *O Arauto de Minas* constantemente fez uso da idéia de ameaça dos negros, argumentando que os abolicionistas eram os instigadores dos instintos ferozes de uma *"raça embrutecida"*. De fato, é na década de 1880 que aparecem com maior freqüência nos periódicos as notícias de crimes de escravos, apresentando a população negra como propensa a transgressões como assassinatos e roubos.

Tais crimes cometidos por escravos eram expostos nos periódicos de forma a parecerem ridículos, mostrando os negros como indivíduos que poderiam praticar os atos mais hediondos, pelos motivos mais insignificantes. É o caso de uma notificação de homicídio, onde um escravo aprisionado teria matado o seu companheiro de cela para se tornar galé e não ter que voltar a servir ao seu senhor. O texto era concluído com a frase: *"O nhônhô Nabuco, chefe dos abolicionistas, não nos dirá que pena deve o júri aplicar a este galé espontâneo?"*.[405]

Assim, uma das preocupações do periódico conservador era com os resultados catastróficos que a abolição imediata poderia trazer. Falava-se n'*O Arauto de Minas* que *"nas estradas bandos de libertos pela lei liberal assaltarão o viandante e levarão a desolação e o luto ao seio das famílias"*.[406] Na edição de 27 de setembro de 1884, o jornal transcreveu um artigo do *Diário do Brazil*, órgão liberal na Corte, intitulado *"Abolição contra abolição"*. Neste, ficava evidente a preocupação com as forças policiais após a abolição, resumida pela interrogação: *"Onde há força que possa conter um milhão de escravos entregues ao roubo e ao assalto em plena estrada?"*.[407]

Apesar da relação entre escravos e perigo de desordem também ter sido mobilizada pelos abolicionistas, como demonstra Célia Maria Marinho de Azevedo ao afirmar que vários discursos em defesa do fim do trabalho servil estavam ligados à idéia

---

[405] *O Arauto de Minas*, 14 de julho de 1881.
[406] *O Arauto de Minas*, 22 de outubro de 1881.
[407] *O Arauto de Minas*, 27 de setembro de 1884.

de que a escravidão transformava os negros em ameaças potenciais[408], nos impressos de São João del-Rei esse tipo de argumento foi constantemente utilizado para questionar a abolição e criticar o abolicionismo.

Nesse sentido, a *Gazeta Mineira*, em 10 de dezembro de 1884, dizia que: *"O Governo quer abolir a instituição servil por ódio a esta e não por amor do escravo, a quem irão condenar à fome ou à cadeia"*.[409] O impresso, portanto, reproduz a idéia de que o liberto, longe da tutela do seu senhor, não trabalharia e, por isso, seria condenado à miséria ou se entregaria ao crime. Assim, o jornal emancipacionista expunha o seu temor diante de uma abolição do trabalho forçado *"sem transição nem preparo"*.

O republicano *A Pátria Mineira*, por sua vez, publicou em 30 de maio de 1889 a descrição feita pelo fazendeiro Sr. Silvio Paiva ao seu irmão fazendeiro sobre o estado da lavoura em Cachoeira do Funil, local onde residia o primeiro. Em uma longa lamentação sobre a crise que tomara a lavoura após a libertação dos escravos pelo Império, o fazendeiro dizia: *"O governo faz festas, os libertos bebem e dançam, e viva o folia! Se a velhice não me tolhesse, fazia como eles, dançava e cantava"*.[410] Para além da clara ironia presente na citação, o texto em pauta constituía um protesto onde os fazendeiros eram representados como verdadeiros trabalhadores, enquanto os libertos, indivíduos sem interesse pelo trabalho honesto e digno e, por isso, injustamente tirados de seus senhores. Desta maneira, o escrito era finalizado da seguinte forma:

> "Os tempos estão para isso. De que serve trabalhar, amotinar-se, sofrer privações, se o governo de repente nos tira tudo por um decreto!... Toca a folgar que a vida é curta, e quando a fome vier, tanto sofre quem folga como quem trabalha".[411]

---

[408] AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003, pp. 45-51. A autora analisa as diferenças entre os tons do discurso abolicionista nos Estados Unidos e no Brasil. Para Azevedo, a linguagem do abolicionismo americano assume o tom de quem fala de fora e de longe sobre uma realidade vergonhosa. *"Lá longe havia o sul, onde os escravos carregavam uma cruz insuportável por imposição de senhores cruéis, os maiores dentre todos os pecadores"* (p. 50). Os escravos, as vítimas, eram os irmãos a serem redimidos. No Brasil, o tom era bem distinto, pois se tratava de uma voz de dentro, onde não só se via, mas sentia o espetáculo diário da escravidão, os escravos sendo vitimados pelos senhores, os quais, por culpa de sua própria imprevidência, terminaram sendo as maiores vítimas. *"Os pobres escravos, as vítimas, têm também o poder de contaminar e destruir a sociedade como um todo. O tom discursivo é um misto de medo e compaixão; a palavra "irmão" não sai tão facilmente quando se fala de dentro da escravidão"* (p. 51).

[409] *Gazeta Mineira*, 10 de dezembro de 1884.

[410] *A Pátria Mineira*, 30 de maio de 1889.

[411] Idem, ibidem.

Fica evidente que os homens considerados verdadeiramente laboriosos eram os proprietários, que, no entanto, sofriam com um Império que não valorizava os princípios virtuosos do trabalho, ao contrário, incentivava a ociosidade. Assim, o texto representava o desalento dos fazendeiros, que, ao sentirem-se prejudicados, se entregariam ao desânimo, manifestado pela expressão *"toca a folgar"*.

O cenário de desordem e inversão de papéis do pós-escravidão continuava na mesma edição do periódico, logo em seguida ao texto supracitado, onde o jornal dizia que o Império fazia uso de libertos para atacar aos republicanos. O artigo expunha diversas ocorrências de desordens, que, para *A Pátria Mineira*, teriam o apoio do próprio governo:

> "O país sabe bem dos meios que o governo de sua majestade tem se servido para impedir a propaganda republicana lançando mão de uma guarda negra na capital do Império; a atitude que tem tomado os libertos em Santo Antônio de (ilegível), os conflitos em São José de Além Paraíba e Valença, as ocorrências que se deram em Laje de Muriaé, provocadas pela polícia apoiando os libertos, as fanfarronadas de JOÃO DE CALAES, no Jaquary, com o da (ilegível), e ultimamente o espetáculo em São João del-Rei, representado pelas influências conservadoras, estão patentes, e entretanto a fala do trono diz – o País goza da tranqüilidade!".[412]

O jornal seguia dizendo, como já apontamos no capítulo anterior, que o regime monárquico, servindo destas armas, *"provoca a guerra das raças e abrevia a revolução"*.[413]

Os dois textos d'*A Pátria Mineira*, além de deixarem claras as representações que a elite fazia dos negros, evidenciam a estratégia discursiva do impresso republicano no combate à monarquia. A intenção é mostrar uma inversão de situações que teria sido patrocinada pelo regime monárquico. Por um lado, a já supracitada idéia de que a libertação dos escravos seria um incentivo aos negros ociosos contra os homens verdadeiramente laboriosos. Por outro, a imagem de uma instabilidade pública, expressa por ocorrências de insubordinações de libertos, apoiadas pelas autoridades, colocando em risco a segurança da elite e da liberdade de expressão, no caso, dos republicanos. Ambas, no entanto, transparecem a idéia que a alta sociedade fazia dos negros: vadios, insubordinados, entregues à farra e festas, não se preocupando com o trabalho honesto.

Apesar destas visões negativas, *A Verdade Política*, que, como comentamos acima, já havia criticado as injustiças cometidas no combate à vadiagem, questionou os

[412] Idem, ibidem.
[413] Idem, ibidem.

argumentos dos *“descontentes, outrora escravocratas,”* com a lei de 13 de maio. Segundo o impresso liberal, acusavam *“a desorganização da lavoura pela carência de braços, porquanto os que nela até então se empregavam, diziam eles, abandonavam e iam servir a causa da vagabundagem, do roubo e do assassínio pelas estradas”*.[414] No entanto, o jornal afirmava que:

> “Cerca de sete meses, porém, são passados e não é isso o que se tem observado; os ex-escravizados mantêm-se no serviço, muito embora não seja nas mesmas fazendas, onde não se podiam conservar, porque ou os maus tratos de outro tempo ou os hábitos de respeito para com os seus antigos senhores, eram empecilho a sua liberdade e contrariavam-nos”.[415]

O órgão do partido liberal prosseguia afirmando os benefícios do fim da escravidão como uma medida de *“alto alcance econômico, que deu sempre aos países civilizados os melhores resultados”*. Devemos nos lembrar, entretanto, que até novembro daquele mesmo ano, o impresso fez críticas à abolição realizada pelos conservadores, chegando a falar do abandono dos fazendeiros pelo Estado.

Se nesse momento, *A Verdade Política* fugia à regra demonstrando uma situação inversa ao que se pensava, é certo, porém, que o impresso confirmava a tendência à descaracterização do negro em um regime livre, ao citar as preocupações que tinham os proprietários diante da possibilidade dos negros libertos se entregarem a vadiagem e ao banditismo. Percebemos, portanto, que nacionais e negros apareciam nos discursos da imprensa, quase sempre, como incapazes de serem inseridos em um mercado de trabalho remunerado, chegando, no caso dos negros, a representarem uma preocupação para a segurança das camadas mais altas da sociedade. Todavia, isto não significa dizer que não houvessem propostas para mudar a pressuposta índole dos trabalhadores nacionais e dos libertos. Dentre tais projetos, a educação técnica destes trabalhadores pode ser considerada a mais importante, sobretudo nas páginas da *Gazeta Mineira*, e é sobre tal assunto que nos ateremos a seguir.

4- Educar para moralizar: educação e trabalho nas páginas da imprensa

Liana M. Reis, ao analisar os Relatórios dos Presidentes das Províncias e as Posturas Municipais de Minas Gerais, afirma que fica evidente a preocupação das autoridades provinciais e municipais em garantir a tranqüilidade pública. *“Significava dizer que era preciso disciplinar a malta urbana, criando mecanismos capazes de*

---

[414] *A Verdade Política*, 06 de dezembro de 1888.
[415] Idem, ibidem.

integrar os vadios ao "mundo do trabalho", tais como a educação, a religião e o respeito e obediência às leis".[416] A autora destaca ainda que, na visão das elites, o progresso econômico só seria possível com uma mão-de-obra preparada e enquadrada aos ditames do trabalho livre, e educada moral, religiosa e intelectualmente. Essa ideologia, intimamente ligada ao poder público, visava romper com a identificação do trabalho como coisa de escravo, criando uma nova mentalidade, na qual o trabalho seria percebido como virtude, sinal de bons costumes, de civilidade e de progresso.

Também Fábio Castilho, estudando a transição para o trabalho livre no sul de Minas, percebeu a importância da educação, sobretudo no que tange ao aproveitamento do nacional. Segundo o autor, duas questões que preocupavam a elite desta região eram as necessidades de educar a população, a fim de formar cidadãos regrados, e de realizar uma reforma criminal para impedir a ociosidade e punir os vadios, vagabundos e turbulentos.[417]

Sidney Chalhoub, igualmente, fala da importância que a educação adquire nos discursos dos parlamentares da Câmara dos Deputados do Império. Considerava-se que a transformação do liberto em trabalhador não podia se dar apenas através da repressão, da violência explícita. Assim, apresentava-se a necessidade de educar os libertos, o que significava incutir nos indivíduos as qualidades que o tornam um *"cidadão útil"* e o fazem compreender os seus deveres e os seus direitos. *"Para o liberto, tornar-se cidadão deve significar, acima de tudo, amar o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que possam daí advir"*.[418] Portanto, educar o liberto significava transmitir a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida civilizada.

Na cidade de São João del-Rei, as elites também se preocuparam com a educação tanto do liberto como do nacional livre. A imprensa da cidade, principalmente a *Gazeta Mineira*, colocava em suas páginas projetos que apontavam a educação como principal alternativa no combate à vadiagem, ao lado de um legislação que reprimisse, através de punições, os hábitos da parcela da sociedade considerada ociosa.

Essa preocupação com a educação aparecia também na Postura Municipal de São João del-Rei de 30 de julho de 1887, conforme cita Liana M. Reis. Ficava estabelecida a obrigatoriedade de os pais de família e tutores matricularem os filhos e

---

[416] REIS, Liana Maria. Op. Cit., p. 11.
[417] CASTLHO, Fábio Francisco de Almeida. Op. Cit.. p. 139.
[418] CHALHOUB, Sidney. Op. Cti., 2001, p. 69.

tutelados nas escolas públicas ou subvencionadas do município, cabendo às câmaras ordenar os ficais a fazer listagens anuais de meninos de ambos os sexos, órfãos de pais e mães pobres que não estivessem aprendendo a ler. Segundo a autora, o objetivo era profissionalizar a mão-de-obra dos menores, como reivindicavam os agricultores mineiros da Zona da Mata, e prepará-la para suprir as demandas do mercado de trabalho livre. *"Entretanto, ao que tudo indica, essas tentativas, em grande parte, foram frustradas devido à falta de verbas públicas"*.[419]

O Arauto de Minas, em 02 de setembro de 1882, preocupado com os efeitos da Lei do Ventre Livre, proclamava que o Brasil deveria cuidar tanto em manter os libertos no trabalho, quanto em melhorar a sorte dos emancipados. Prosseguia afirmando que a fundação de escolas seria um dos grandes meios para manter o liberto agregado à habitação do ex-senhor:

> "Elevando-lhe o nível intelectual e moral pela educação civil, religiosa e profissional; esclarecendo-o sobre a consciência de sua dignidade e sobre o seu valor moral no grêmio da família e da sociedade, tereis no liberto, transformado pela instrução, um inapreciável auxiliar ao braço do emigrante para o trabalho de arroteação, cultura agrícola e das oficinas industriais".[420]

O órgão do partido conservador, apesar de manter sua preferência pelo braço imigrante, viabiliza a utilização do trabalho do liberto, desde que este se transforme através da educação. Tal perspectiva pode ser entendida a partir das representações do negro como indolente, vadio e imoral. Somente a inculcação de princípios valorizados pela elite poderia eliminar estas características negativas, transformando o liberto em um trabalhador passível de ser aproveitado pelo proprietário, mesmo que como auxiliar da força de trabalho imigrante.

O impresso também expunha a imagem de uma escravidão paternalista no Brasil. Depois de educados, os libertos não resistiriam ao trabalho de seu antigo senhor, pois, no país, o trato do proprietário aos seus escravos era brando, se comparado a outros países, e o liberto se afeiçoara ao lar onde encontrara *"paternal trabalho"*:

> "Há, pois, aqui como razão de menos para o absenteísmo e para sua fixação nos estabelecimentos agrícolas, a amenidade de trato do brasileiro e o afeto que, por haver experimentado os efeitos dele, lhe consagrara o liberto".[421]

---

[419] REIS, Liana Maria. Op. Cit., p. 15.
[420] *O Arauto de Minas*, 02 de setembro de 1882.
[421] Idem, ibidem.

Do lado liberal, Alex L. Amaral cita uma afirmação da *Tribuna do Povo*, onde o periódico elogiava os Estados Unidos pela educação conferida aos negros libertos. O artigo, segundo Amaral, intitulava-se *"Educação dos Negros"* e dizia o seguinte:

> "Nos EUA, quando rebentou a guerra, que pôs termo à escravidão, somente 9.000 negros sabiam ler, no entanto que hoje, diz Hippeao, cerca de 300.000 tem recebido educação.
> (...)
> Um paralelo com as coisas de cá, fica agente pensando na .... Beócia!
> (...)
> Contanto que os deputados recebam o subsídio, os senadores usem fardas bordadas, os ministros andem com ordenanças, tudo vai bem!".[422]

A citação acima sugere que também o impresso liberal acreditava na importância da educação dos negros libertos. Ainda que a imagem apresentada da escravidão nos EUA seja idílica, como afirma Amaral, é importante notar que a questão da educação dos alforriados foi elemento de discussão entre os redatores deste jornal.

No entanto, nenhum dos jornais estudados nesta pesquisa preocupou-se tanto com a questão da educação, principalmente com a educação técnica, como a *Gazeta Mineira*. Para o periódico, *"Mede-se o grau de civilização e progresso de um país pelo estado de adiantamento intelectual de seu povo"*.[423] Segundo o impresso, o homem em geral seria dotado de *"maus instintos"* e, se considerado em seu *"estado bruto"*, mais difícil de ser domado do que *"as próprias feras bravias".* Somente através da instrução seria possível corrigir essa *"tendência pronunciadíssima ao mal"*. Deste modo, o jornal acreditava que na instrução popular se encontrava a base primordial para o engrandecimento do Brasil:

> "Além de elevar-se o senso moral dos indivíduos, dando-lhes noção exata do justo e do injusto, tornar-se-os-há aptos para bem compreenderem os direitos e deveres que lhes assistem, como membros de uma comunidade social civilizada".[424]

Portanto, a *Gazeta Mineira* defendia que o desenvolvimento material e o progresso seriam conseqüências lógicas da educação e, por isso, chamava a atenção para a difusão do ensino através de escolas públicas e da obrigatoriedade do ensino primário.

---

[422] *Tribuna do Povo*, 16 de junho de 1882, apud AMARAL. Alex Lombello. Op. Cit.. p. 114.
[423] *Gazeta Mineira*, 10 de maio de 1884.
[424] Idem, ibidem.

Tal perspectiva estava de acordo com a *"Falla"* do então presidente da Província de Minas Gerais, Antonio Gonçalves Chaves (1840-1911), em 02 de agosto de 1883, onde se tratava da importância da educação pública:

> "À instrução popular está preso indissoluvelmente o futuro político e econômico do país.
>
> É condição fundamental da liberdade, uma garantia social, o mais poderoso agente sociológico.
>
> Nenhuma reforma, porém, entre nós, será profícua sem que se atenda, principalmente, à constituição do magistério e ao alargamento do ensino obrigatório".[425]

Em 14 de fevereiro de 1884, a *Gazeta Mineira* publicou um artigo intitulado *"Educação dos ingênuos"*, onde falava da necessidade de transformar essas *"máquinas automáticas"* em cidadãos conscientes de seus deveres e direitos, dando-lhes, pela instrução, *"a consciência do seu eu"*, e através dela *"despertando-lhes o amor ao trabalho e o respeito às leis"*.[426]

"Amor ao trabalho" e *"respeito às leis"* contrastam com as representações que a elite tinha dos negros libertos, como já apresentamos anteriormente. Deste modo, educar os libertos significava evitar que estes caíssem na ociosidade ou se entregassem ao banditismo, ou seja, funcionaria como uma forma de controle social. Segundo o impresso, caso não se procedesse da forma apresentada por ele, o Brasil passaria por horrorosas convulsões e seria inundado por *"sangue e calamidades"*. Curiosamente, umas destas calamidades seria o país ser absorvido pelo *"socialismo, que, na velha Europa, corroi o organismo social"*.[427]

Para a *Gazeta Mineira*, a educação também poderia contribuir para o desenvolvimento da indústria no Brasil. O jornal criticava o fato de que havia no país academias e institutos superiores para várias carreiras científicas que, no entanto, eram muito dispendiosas e só serviam àqueles que se dedicassem à magistratura, medicina, engenharia, etc. O periódico sugeria, portanto, a criação de escolas superiores voltadas para o ensino industrial. Deste modo, afirmava:

> "Se tivéssemos industriais habilitados pelos preceitos da ciência, a indústria agrícola e manufatureira teria já dado resultados brilhantes para o país, rico

---

[425] Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2.a sessão da 24.a legislatura em 2 de agosto de 1883. Ouro Preto, Tipographia do Liberal Mineiro, 1883, p. 10.
[426] *Gazeta Mineira*, 14 de fevereiro de 1884.
[427] Idem, ibidem.

> de elementos naturais que avantajadamente superam os da Europa e das demais nações nossas vizinhas".[428]

O jornal considerava que o ensino técnico seria uma importante arma de combate à vadiagem, pois significava o *"mais eficaz dos instrumentos da produção, trazendo pelo trabalho o progresso das profissões, o aumento da produção e o conforto material, essas bases do progresso intelectual e da elevação moral de um povo"* .[429] O trabalho é, portanto, mais do que instrumento de ganhos materiais, é moralizador e civilizador, na medida em que torna os indivíduos em *"úteis a si mesmos e à sociedade"*. Por conta disto, o periódico insistia na reprodução de instituições voltadas para este tipo de ensino, e clamava para que estas pudessem ser oferecidas para toda a população, que devolveriam o dinheiro gasto pelo Estado nos estabelecimentos de educação com *"seu trabalho de aprendizes"*.

Assim, o problema de mão-de-obra e do desenvolvimento industrial no Brasil, segundo a *Gazeta Mineira*, passava diretamente pela questão da educação da população, incluindo os pobres e libertos. Deste modo, o periódico concluía que: *"Para o bom aproveitamento, em bem próprio e da sociedade, da grande força popular mal dirigida e mal aproveitada, entre nós achamos que há muito ainda que fazer nesse sentido"*.[430]

Portanto, ainda que as representações expostas nos periódicos analisados caminhavam para a tendência geral de imputar aos nacionais livres e pobres e aos negros os atributos de ociosidade e criminalidade, havia a possibilidade de moralizá-los através da educação e com isso torná-los bons trabalhadores. Entretanto, a perspectiva de inserção dos imigrantes de origem européia no Brasil deixou transparecer, nos discursos sobre a mão-de-obra nos jornais, um tipo de representação que contrastava com aquela que se tinha da população pobre, dos negros e libertos: a imagem do imigrante como trabalhador ideal e símbolo de disciplina e labor.

5- O modelo de imigrante desejado

Segundo Márcia Regina Capelari Naxara, no pensamento da elite de finais do século XIX, o progresso deveria estar em primeiro plano nas iniciativas de substituição da mão-de-obra e, supostamente, o imigrante estava mais próximo deste progresso, na medida em que, de acordo com o imaginário existente a seu respeito, ele já viria

[428] *Gazeta Mineira*, 28 de junho de 1884.
[429] *Gazeta Mineira*, 01 de setembro de 1884.
[430] Idem, ibidem.

disciplinado. *"A população nacional só a muito custo, através da educação, que introjetaria os princípios da disciplina; e da repressão até que a disciplina fosse alcançada, poderia, um dia, talvez caminhar a seu lado"*.[431]

Naxara afirma também que havia todo um imaginário que transformava o imigrante no trabalhador ideal. Deste modo, a importação de europeus tornou-se pauta importante nas discussões a partir da construção mítica de um determinado trabalhador imigrante que reunia em si, enquanto agente coletivo, de forma acabada, todas as qualidades do bom trabalhador – sóbrio e morigerado. *"Elemento capaz de, por si só, promover a recuperação da decadente raça brasileira nos mais diversos aspectos: sangue novo, raça superior (branca), civilizado, disciplinado, trabalhador, poupador, ambicioso..."*.[432] No extremo oposto desse imaginário estava o brasileiro: vadio, indisciplinado, mestiço, racialmente inferior. *"Foi, portanto, da depreciação do brasileiro como tipo social que emergiu a valorização do imigrante"*.[433]

O imigrante europeu também foi representado como trabalhador ideal nos discursos da imprensa da cidade de São João del-Rei. No entanto, havia a preferência por trabalhadores rurais, e, como era divulgado no *Extrato do Relatório do Sr. Hugo A. Gruber* à diretoria da Sociedade Central de Imigração e publicado na *Gazeta Mineira* em 05 de novembro de 1884, deveriam ser transportados e admitidos *"somente indivíduos que se recomendem por sua moralidade e amor ao trabalho e que se achem em boas condições de saúde"*.[434] O relatório também falava que dever-se-ia preferir os que possuíssem algum capital, *"mas também ao remediado e até ao pobre (não* Pauper*) deve a sociedade facultar os meios para a vinda e o estabelecimento no Brasil"*.[435]

Antes disso, em 28 de janeiro de 1884, a *Gazeta Mineira* já havia chamado a atenção para a importância de oferecer propriedades aos imigrantes, visto que *"Conseguir fazer emigrar, em busca de simples salário, para alugar o braço e a inteligência é difícil, a menos que contentemo-nos apenas com alguns pouco milhares de homens, gota insignificante no mar de nossas necessidades"*.[436] Também existia a preocupação de que, caso se oferecessem apenas salários irrisórios, os imigrantes não seriam retirados das *"classes educadas no trabalho"*, mas proveriam da *"vagabundagem das cidades"*, onde eram recrutados por agentes pouco escrupulosos.

---

[431] NAXARA, Márcia Regina Capelari, Op. Cit., p. 60.
[432] Idem, p. 63.
[433] Idem, ibidem.
[434] *Gazeta Mineira*, 05 de novembro de 1884.
[435] Idem, ibidem.
[436] *Gazeta Mineira*. 28 de janeiro de 1884.

"São do número dos que se acostumaram a viver aos dias, e que constituem um elemento deletério da ordem e da propriedade".[437]

Segundo Giralda Seyferth, esse tipo de preferência demonstra que existia também uma espécie de hierarquização do europeu que, no entanto, não obedecia a critérios de natureza racial, já que todos eram brancos. Assim, empenhados na imigração destinada a projetos agrícolas, interessavam-se principalmente pelos camponeses e artesãos. *"De modo geral, sendo todos brancos europeus, a forma de desqualificação opera com critérios que remetem à posição de classe, como pode ser visto também em relatórios de diretores de colônias".*[438] Com isso, o termo usado para desqualificar era *"escória"* e os agenciadores eram acusados de trazer da Europa aventureiros, lumpen e comunistas, ao invés de camponeses morigerados.[439]

Entretanto, pelo menos até maio de 1889, quando os imigrantes da cidade ameaçaram se levantarem contra as autoridades (assunto que abordaremos no capítulo seguinte), a tendência predominante era de apontar as vantagens e qualidades do europeu, principalmente se comparado com o nacional. *A Verdade Política*, por exemplo, em 30 de abril de 1889, ao falar dos imigrantes da colônia de São João del-Rei, referia-se a sua índole ordeira e pacífica, *"como não a tem os nossos próprios patrícios".*[440]

O periódico liberal também valorizava os atributos obreiros dos imigrantes, retomando a idéia de progresso que seria inerente aos europeus:

> "Obras de arte, oficinas de ferreiro e de marceneiro e ultimamente a construção das casas, que parecem se erguer do solo por mágico poder e que entretanto só se levantam por <u>esforço inteligente e ativo de braço humano</u>, são belos atestados do <u>seu amor ao trabalho</u> e os antesegnanos do vasto progresso que há de se apresentar em pouco a colônia Bologna-Ferrara".[441] (grifo nosso)

No entanto, o mesmo artigo comprova que havia certos receios com relação ao imigrante, já que o periódico fazia um apelo para que se *"esqueçam todos os preconceitos contra o estrangeiro e não o queira julgar toda uma nacionalidade por um*

---

[437] Idem, ibidem.
[438] SEYFERTH, Giralda. *Construindo a Nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*. IN: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996, p. 47.
[439] Idem, ibidem.
[440] *A Verdade Política*, 30 de abril de 1889.
[441] Idem, ibidem.

ou alguns indivíduos”.[442] Buscando justificar o seu argumento, o impresso dizia que os imigrantes italianos afixados na cidade, apesar de sofrerem diversas privações, tendo de viver em um ambiente de promiscuidade e miséria, longe da polícia, regendo-se pela própria vontade, não causavam nem um tipo de tumulto. Significativo é a afirmação que se segue: *“De brasileiros obter-se-ia esse resultado? Confessemos que não”*.

A oposição imigrante x nacional é, portanto, evidente no discurso do impresso. Mesmo que se tenha em mente um tipo ideal de imigrante, camponês e artesão, a sua superioridade moral em relação ao brasileiro é incontestável. Por isso, para que o Brasil desfrutasse dos benefícios que provinham da imigração, era necessário que a população nacional se unisse aos estrangeiros *“como irmãos, como fatores comuns de progredimento nacional mutilando totalmente qualquer força de repulsão que de um lado ou de outro sem razão cabal os separe”*.[443]

Ainda em 18 de novembro de 1880, o periódico conservador *O Arauto de Minas*, falando sobre a índole dos trabalhadores portugueses da EFOM, dizia que, nos dois meses em que havia se iniciado os trabalhos da estrada de ferro, não houve uma rixa entre os trabalhadores, nem sequer por embriaguez: *“Isto muito abona aos trabalhadores portugueses, que primam especialmente pelo amor ao trabalho, que os engrandece (...)”*.[444] Na seqüência do artigo, o impresso falava que tais estrangeiros traziam, *“com seus braços de ferro”*, este *“grande melhoramento”*. Por outro lado, falava que os *“chins”*, em ato de vandalismo, *“arrancaram os trilhos da sua primeira estrada”.* Assim, o impresso concluía dizendo que *“só tivemos em vista pugnar em prol dos estrangeiros que tem por maior defeito o amor ao trabalho e por inimigos homens a quem o ócio torna entes inúteis na sociedade”*.[445]

Mesmo que o artigo acima tivesse um lado político, já que o impresso conservador acusava os liberais de perseguirem injustificadamente os trabalhadores portugueses, podemos perceber uma representação comum nos discursos relacionados ao europeu: a idéia de disciplina e amor ao trabalho inerente a este tipo de estrangeiro. No entanto, ainda que discretamente, fica evidente a imagem dos chineses como vândalos e atrasados, avessos ao progresso que tanto se buscava para o país em fins do século XIX.

---

[442] Idem, ibidem.
[443] Idem, ibidem.
[444] *O Arauto de Minas*, 18 de novembro de 1880. Destacamos que o artigo em questão era uma defesa feita pelo O Arauto de Minas aos trabalhadores portugueses, em virtude da acusação de insubordinação dos mesmos pela polícia da cidade. Trataremos melhor deste assunto no capítulo seguinte.
[445] Idem, ibidem.

Segundo Fábio Nelson Guimarães, *O Arauto de Minas*, em 31 de janeiro de 1889, relatava que Giuseppe Fantoni e José Antônio (sic), estabelecidos na fazenda do Brumado, distrito sanjoanense de Caburu, distinguiam-se *"por serem muito trabalhadores, como muito morigerados e religiosos, o que é muito bom"*.[446]

A superioridade do trabalho do imigrante em relação ao do nacional também aparece no folhetim de propaganda da hospedaria de imigrantes, escrito por Severiano de Rezende. O texto cita as palavras do fazendeiro Sr. Joaquim Dias Ferraz publicadas no Liberal Mineiro, periódico de Ouro Preto:

> "Trouxe de Juiz de Fora para minha fazenda 24 imigrantes do norte da Itália, os quais trabalham de modo admirável e satisfatório. Estou contentíssimo com eles. São homens que trabalham por três dos nossos. (...) É tal o meu entusiasmo pelo serviço desses homens, que ainda desejo mais cem deles!! Os nossos colegas da lavoura façam aquisição de tais trabalhadores, e assim terão experimentalmente a prova do que afirmo".[447] (grifo nosso)

Portanto, a imagem que se tinha e se divulgava nos periódicos com relação ao imigrante europeu era a de redentor do trabalho no país. Havia, obviamente, alguns receios e dúvidas, expressos pela preferência em um determinado tipo de imigrante e até mesmo, em alguns casos, por conta de crimes cometidos por estrangeiros, presentes na região antes da grande leva de imigrantes de 1888, como veremos no capítulo seguinte. Entretanto, estas desconfianças não foram suficientes para se sobreporem ao grande otimismo com relação à imigração, prevalecendo as imagens dos imigrantes como laboriosos, disciplinados, ordeiros e pacíficos.

6 – Breves conclusões

O que já foi dito até o momento nos permite formular algumas conclusões. Ao analisarmos as representações dos negros, nacionais e imigrantes, percebemos que, antes da chegada dos imigrantes, em 1888, havia determinados consensos entre os periódicos da cidade.

Os negros, após a abolição, não mais poderiam compor o processo de trabalho. Como demonstramos no capítulo anterior, eram tidos como uma *"raça embrutecida"*,

---

[446] *O Arauto de Minas*, 31 de janeiro de 1889, apud GUIMARÂES, Fábio Nelson. *Imigração de colonos italianos em São João del-Rei*, Vertentes: (Série 1). São João del-Rei: Assunção, 1989, p. 59.

[447] Propaganda de Severiano Nunes Cardoso de Rezende sobre a hospedaria de imigrantes de São João del-Rei direcionada aos fazendeiros, São João Del Rei, 30 de dezembro de 1888, Acervo particular do fazendeiro Geraldo José Rodrigues.

além de serem incivilizados e propícios ao crime e à vadiagem. Acreditava-se que sem a supervisão do branco, tais elementos constituiriam uma ameaça à sociedade, o que exigia que se tomassem algumas providências, como a repressão policial e a educação, que lhes ensinassem o amor ao trabalho e os moralizassem.

Quanto ao nacional pobre, as representações não foram tão diferentes. Também necessitavam receber um processo civilizatório, que passava pela *"injeção de sangue novo"* e pela educação. Não poderiam substituir o trabalho escravo enquanto não lhes fosse direcionado uma forma de ensino específica que reprimisse a sua propensão à vadiagem.

Com isso, formou-se todo um imaginários positivo ligado ao imigrante europeu, que aparecia nos discursos como a principal solução para a crise do trabalho. Racialmente superior, proveniente de um continente civilizado e inspirado pelo amor ao trabalho, viria para o Brasil somente para engrandecê-lo, trazendo consigo o progresso e o exemplo para a população.

Deste modo, criou-se uma unanimidade nos discursos que apontavam os imigrantes como substitutos ideais para o trabalho escravo. Até a chegada dos imigrantes, os periódicos concordavam que a solução para o problema da mão-de-obra se encontrava nos trabalhadores provenientes da Europa. Mesmo que se visualizassem o aproveitamento do nacional ou do negro liberto, hora ou outra tais projetos esbarravam em representações que indicavam possíveis dificuldades em levá-los adiante, seja por sua inferioridade racial, seja pela sua resistência ao trabalho. Isto não acontecia com o trabalhador estrangeiro, que, desde que se fizesse uma seleção buscando camponeses e artesãos, só poderiam contribuir para o fortalecimento da raça nacional, para o progresso do país e o prosseguimento do trabalho.

Esta unanimidade quanto á imigração seguiu até 1888, quando os imigrantes desejados chegaram à cidade. A partir daí, a falta de organização e planejamento da política imigrantista da cidade tiveram importantes efeitos sobre as representações dos periódicos, que passaram a ser influenciadas pelos conflitos políticos da cidade. Tal assunto é o tema do próximo capítulo.

Capítulo 4:
Imigração, representações e conflitos políticos em São João del-Rei

1- A presença de estrangeiros em São João del-Rei e região antes de 1888

Em novembro de 1888, os principais jornais de São João del-Rei noticiaram com entusiasmo a chegada de cerca de pouco mais de 200 imigrantes que seriam direcionados para as fazendas do Oeste, sul e centro da Província, além do núcleo colonial da cidade. Entretanto, antes desta data, a imprensa da cidade já havia publicado notícias que constatam a presença ou passagem de estrangeiros na região pelo menos desde o começo da década de 1880.

No dia 02 de abril de 1880, por exemplo, em artigo intitulado *"Viraram bicho!"*, *O Arauto de Minas* noticiava a passagem de três italianos na cidade que se hospedaram no Hotel do Comércio. Segundo o impresso, apresentaram-se como vendedores ambulantes, e, em ocasião de uma festa em São José del-Rei (atual Tiradentes), pediram ao dono do hotel que lhes equipassem para viajarem àquela cidade, onde ficariam por poucos dias. Partiram levando um animal com canastrinhas, deixando no hotel, em poder do estalajadeiro, uma mala como prenda, em que diziam deixar tudo quanto tinham de importância: *"São passados muitos dias e soube-se que de S. José tomaram largo vôo; indo o estalajadeiro abrir a mala, achou-a cheia de pedras, calculando-se seu prejuízo em mais de 300$000!"*.[448] O impresso dizia que também havia sido vítima dos golpistas, quem *"fintaram-nos na importância de 6 kilos de tipos"*.[449]

Italianos voltaram a ser caso de polícia em 22 de janeiro de 1881. Em texto com o sugestivo título *"Cuidado com esses italianos"*, o periódico conservador dizia que apareceram na cidade vários italianos procurando obras de metais para galvanizar, dourar, etc.:

> "Depois de alguns dias, feita boa colheita, um deles, talvez o *gerente da Companhia*, por nome Genarino Concílio, safou-se levando vários objetos que lhes foram confiados, tais como: uma boceta de prata, uma corrente de plaquét fino e um par de botões de punhos com a letra S, etc. etc.".[450]

---

[448] *O Arauto de Minas*, 02 de abril de 1880.
[449] Idem, ibidem.
[450] *O Arauto de Minas*, 22 de janeiro de 1881.

O jornal chamava a atenção da polícia de Juiz de Fora, *"para onde segundo consta, dirigiu-se o* cavalheiro de indústria*"*.[451]

Na edição seguinte, outra publicação falando sobre crimes de italianos com o título *"Os Salteadores Italianos"*, a qual não parece ter nenhuma ligação com os fatos narrados no número precedente. *O Arauto de Minas* falava que os audaciosos salteadores que assaltaram a fazenda do Capitão Vital Antônio de Campos, onde roubaram a *"quantia de doze contos e tanto"*, já se achavam em poder da polícia de Barbacena. O relato que se seguia revela a existência de um grupo organizado e extenso de assaltantes:

> "Em João Gomes foram presos quatro italianos, reconhecidos como pertencentes à famosa quadrilha, encontrando-se com eles além da quantia de quatro contos e trinta mil reis, vários revólveres, grande porção de balas, dois canivetes e dois bilhetes de passagem.
>
> De João Gomes expediu o delegado de polícia um telegrama para Juiz de Fora à autoridade policial, recebendo logo participação de que ali foram presos mais dois italianos em poder dos quais foi encontrada a quantia de dois contos trezentos e sete mil réis".[452]

Em 13 de abril de 1881, nova ocorrência envolvendo estrangeiros narrada pelo periódico conservador, dessa vez em Barbacena. O texto dizia que o súdito alemão Hermann admitira como hóspede em sua casa, um austríaco que fora implorar proteção para obter um emprego qualquer, dizendo que não tinha casa para abrigar-se das intempéries, nem dispunha de recurso algum para obter os meios de sua manutenção. O alemão ofereceu-lhe casa, comida e roupa lavada em troca da prestação de alguns serviços leves:

> "Às 8 horas da noite, o austríaco dirigiu-se ao leito onde repousava a moça que vivia em companhia de Hermann, e tentou saciar os seus desejos sensuais; a mulher, bem comportada como era, reagiu com toda a força contra a vontade do selvagem. Seguiu-se luta horrível! O austríaco vendo frustrados os seus projetos, armou-se de uma espada bem amolada e descarregou vários golpes sobre a infeliz moça, como um possesso, um doido, um ente brutal destituído da razão, de todos os sentimentos humanos.
>
> (...)
>
> Um português que havia saído da Casa de Misericórdia nesse dia, a que fora pedir a Hermann agasalho por aquela noite, acordou aos gritos da vítima e quando procurava-se informar-se do ocorrido, recebeu uma (ilegível) no pescoço, tão terrível que (ilegível) separou a cabeça do corpo.

[451] Idem, ibidem.
[452] *O Arauto de Minas*, 29 de janeiro de 1881.

> Uma criança de 6 anos de idade, afilhada de Hermann, por quem era estimada como filha, ouvindo gritos levantou-se, e antes que tivesse tempo de perguntar o que se passava, foi perseguida pelo assassino que lhe enterrou a espada ao peito oito vezes, afora outros ferimentos gravíssimos que recebeu. (...)
>
> (...)
>
> Hermann estava fora e só voltou à casa ás 10 horas da noite. Foi recebido pelo austríaco que lhe dissera em alemão: 'Como hoje vem tarde!' Hermann não respondeu e perguntou onde estavam a madame e a menina. 'Descansam!' disse tranquilamente o assassino; e no momento em que Hermann apeava-se entregando-lhe as rédeas do animal, recebeu um golpe de espada na testa. (...)
>
> Defendia-se este com o cabo do chicote, mas não pôde livra-se de uma cutilada na perna que por meio milímetro não lhe cortava a artéria – que no fundo da ferida via-se pulsar.
>
> Recuou até o quarto onde apanhou um revolver e fez-lhe fogo; o revolver negou três vezes; na quarta vez a bala partiu e foi ferir o assassino que deu um gemido e fugiu".[453]

O artigo seguia dizendo que o assassino fora preso em "Chapen d'Uvas", onde ficou retido, já que não podia ser transferido para Barbacena devido à indignação da população local.

O *São João Del-Rei*, em edição de 23 de junho de 1886, mostra que a presença de imigrantes estrangeiros na cidade fora freqüente antes de 1888. Mais uma vez, no entanto, tais elementos apareceram na imprensa como caso de polícia. A notícia falava do assassinato de um Espanhol, no dia 16 daquele mês. Porém a parte mais significativa do artigo vinha em seguida, quando o periódico mostrava certo receio quanto a permanência de imigrantes na cidade:

> "Com o prolongamento da estrada de ferro de Oeste têm-se aglomerado nesta cidade uma enormidade de trabalhadores, que na maior sorte italianos, estão à espera de serviço e a polícia é muito diminuta para a garantia da ordem pública.
>
> Estamos sob o peso dos *cacetes* e punhais, assassinos e sem garantia".[454]

O impresso esperava que o governo enviasse para a cidade um destacamento de quarenta praças, no mínimo, para *"assim a ordem pública ter segurança"*.

Aparentemente, a instalação da estrada de ferro em São João del-Rei contribuiu enormemente para o aumento do número da presença de estrangeiros na região durante este período. Por um lado, a EFOM permitia uma rápida locomoção, o que deve ter

[453] *O Arauto de Minas*, 13 de abril de 1881.
[454] *São João del-Rei*, 23 de junho de 1886.

facilitado o deslocamento tanto dos bandos de criminosos italianos citados acima como de diversos outros tipos de imigrantes ou viajantes.

Por outro, a necessidade de trabalhadores para sua construção e extensão atraiu diversos elementos de origem estrangeira[455]. Na verdade, foi com trabalhadores portugueses da ferrovia que houve o acontecimento de maior repercussão na imprensa relacionado a imigrantes na cidade, antes de 1888.

Segundo Alex L. Amaral, na década de 1880, os operários da Estrada de Ferro Oeste de Minas, em sua maioria imigrantes lusos, atuaram nas eleições ao lado dos chefes dessa empresa, conservadores.[456] De acordo com o autor, nas eleições de 1880, o partido conservador colocou as tropas de portugueses nas ruas, enquanto o partido liberal estava proibido pelo seu próprio governo de usar a força. *"A Câmara Municipal continuou completamente controlada pelos* "cascudos" *e o anti-lusitanismo grassou"*.[457]

Um ano depois, segundo Amaral, quando o trem chegou pela primeira vez em São João del-Rei, deu-se um grande conflito entre a polícia e os trabalhadores da estrada de ferro. Segundo a folha liberal *"Tribuna do Povo"*, *"Alguns portugueses audaciosos gritavam: Morra os brasileiros, morra os cabritos, ao estampido de diversos tiros que disparavam"*.[458] O autor destaca, no entanto, que o anti-lusitanismo que imperou neste momento foi muito mais partidário que nacionalista ou nativista, tanto que passou a se manifestar depois das eleições de 1880, quando os incidentes se multiplicaram e, com as tropas constantemente agredindo portugueses, que moveram reclamações ao consulado de seu país.[459]

---

[455] De acordo com LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Entre a Escravidão e o Trabalho Livre: Escravos e Imigrantes nas Obras de Construção das Ferrovias no Brasil no Século XIX*. Revista ANPEC, vol. 9, p. 231, disponível em http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n4p215_245.pdf, não há dúvida de que os imigrantes tiveram destaque tanto nas obras de construção, quanto na operação e manutenção das estradas de ferro e nas oficinas. No entanto, havia dois grupos diferentes de trabalhadores estrangeiros engajados nas obras de construção. Um grupo era constituído pelo pessoal técnico qualificado, contratado diretamente pelas companhias ou como membros do corpo técnico dos empreiteiros. Estes trabalhadores foram muito importantes nos anos iniciais de implantação das ferrovias; mas de maneira alguma representavam o maior número. O contingente mais numeroso dos trabalhadores estrangeiros não possuía qualificação, eram importados, transportados e contratados (por empreiteiros e subempreiteiros) em condições bastante precárias, com restrições de mobilidade espacial e sujeitos a medidas coercitivas. Dentro deste grupo encontravam-se também trabalhadores imigrantes, importados por particulares ou subsidiados pelo governo, que procuraram prioritariamente engajar-se nos serviços na agricultura, mas sem oportunidade ou recusando-se a submeter à disciplina das propriedades, acabaram encontrando nas obras de construção das estradas de ferro uma forma de ganhar a vida.

[456] AMARAL, Alex Lombello. Op. Cit., p. 56.

[457] Idem, p. 123.

[458] *Tribuna do Povo*, 07 de agosto de 1881, apud AMARAL, Alex Lombello. Op. Cit., pp. 123-124.

[459] AMARAL, Alex Lombello. Op. Cit., p. 57.

Para Amaral, a população portuguesa era uma parcela razoável do partido conservador, o que levava *O Arauto de Minas* a sair em seu apoio.[460] Deste modo, foram freqüentes os artigos do periódico em defesa dos portugueses da EFOM. Na edição de 30 de julho de 1880, por exemplo, o periódico publicava uma carta dos trabalhadores portugueses onde estes protestavam contra o impresso liberal *Situação* que havia acusado-os de terem participado como capangas no pleito eleitoral dos dias 1, 2 e 3 daquele mês:

> "É mentira revoltante, e apelamos, para a população inteira de São João del-Rei. É certo que coincidiu a ida de alguns companheiros nossos; de passeio, à essa cidade nesses dias, porém como curiosos que há muito desejavam ver uma terra de que se contavam tantas belezas; não tivemos de que arrepender-nos, pois não fomos iludidos: é essa cidade um paraíso onde desejáramos poder habitar. Agora diga esse brioso povo, se durante a nossa estada aí, insultamos alguma pessoa, si provocamos alguém, e se fomos vistos nos dias da eleição se quer nas imediações da igreja onde se pleiteava; temos consciência de haver guardado todas as conveniências do estrangeiro na terra alheia".[461]

Posteriormente, em 18 de novembro de 1880, o jornal conservador dizia que os *"liberangas"*, buscando pretexto para tumulto e conflito, faziam correr boatos de que os operários da estrada de ferro iam à cidade atacar a força pública. Após a chegada do tenente Manoel da Paixão Lopes, sob a impressão de aterradoras notícias que a *"liberalanga"* fizera chegar à capital, proibiram que se andassem armados e que se formassem aglomerados de indivíduos na cidade. Dizia o periódico que, em frente à cadeia e à ponte, postavam-se as tropas, formadas pelos capangas liberais: *"Por ali não podem passar as famílias dos conservadores; pois são estes acometidos pela canalha que os insulta e ameaça, chegando ao desaforo de até revistarem os bolsos de quem lhes apraz"*[462]. Em vista disto, *O Arauto de Minas* aconselhava aos operários para que continuassem dando exemplo de moderação, respeito à lei e à ordem, que não andassem armados para evitarem pretextos à perseguição e vingança, e se perguntava: *"é tolerável o que se está dando atualmente contra esses pacíficos operários, proibidos de virem à cidade prover-se do que lhes é mister?"*.[463]

Buscando mostrar os liberais como inimigos dos imigrantes, o que fazia dos trabalhadores portugueses apenas vítimas dos mesmos, o periódico publicava, na

---

[460] Idem, ibidem.
[461] *O Arauto de Minas*, 30 de julho de 1880.
[462] *O Arauto de Minas*, 18 de novembro de 1880.
[463] Idem, ibidem.

mesma edição, uma nota onde falava que a polícia liberal havia prendido um pobre espanhol na rua *"unicamente por andar passeando com um tosco bordão"*. Segundo o impresso, ao entrarem os praças na cadeia, começaram a espancar o espanhol, fato que apenas cessou após a intervenção do cidadão Juvêncio Neves, que morava em frente ao local, que mostrou aos soldados que não era necessária tanta pancadaria. Concluía o jornal com a frase: *"Quem nos há de valer do furor bélico destes janizaros?"*.[464]

Deste modo, *O Arauto de Minas* pretendia mostrar à população que os trabalhadores portugueses da Estrada de Ferro Oeste de Minas eram homens laboriosos, pacíficos e disciplinados, sendo vitimados pelo ódio dos liberais aos imigrantes. Assim, o caso do espanhol espancado aparecia como atitude comum de uma polícia tomada pela *"ralé liberanga chamados* - auxiliares da polícia, *armados de clarinas, garruchas, revolveres, foices e machados!"*.[465] Entretanto, na edição seguinte, dizia o impresso que o citado senhor Juvêncio Neves retraíra-se e dizia que nada presenciara, fato que o impresso atribuía ao cerco exercido pelos *"liberalangas"* ao mesmo.

Os trabalhadores portugueses ainda voltaram a ser notícia em 09 de dezembro de 1880, quando o órgão do partido conservador falava que tropas foram enviadas para a cidade, a pedido dos liberais, visando conter os operários insubordinados. Entretanto,

> "chegou o Sr. Capitão Vicente, como delegado e nada encontra do que diziam em Ouro Preto, não tendo inquérito à fazer e nem tão pouco revolta à sufocar – atarefado unicamente em reprimir a insubordinação das praças do destacamento que encontrou no mais deplorável estado de indisciplina e imoralidade".[466]

O artigo prosseguia expondo vários casos de tumultos envolvendo a força policial da cidade.

Em 17 de dezembro, o jornal publicou um manifesto assinado por Bonifácio Cardozo Pinto Malheiros, relojoeiro e ourives, e por Luiz Rios Creo, empreiteiro de obras municipais, direcionado ao Presidente da Província de Minas Gerais, ao Chefe de Polícia, e aos Cônsules de Portugal e Espanha. Dizia o texto que em São João del-Rei o estrangeiro vive coagido, ameaçado em sua segurança individual e *"cortado à espada pelos agentes do governo"*. Em vista disto, se perguntava:

---

[464] Idem, ibidem.
[465] Idem, ibidem.
[466] *O Arauto de Minas*, 09 de dezembro de 1880.

> "Serão estas as promessas de bom acolhimento, franca e leal hospitalidade, quando os poderes do estado procuram encaminhar para o Império a corrente de emigração, que se espera vir regenerar o país, fazendo desaparecer o elemento escravo?".[467]

O manifesto falava também de um ataque da polícia a dois portugueses, levados à cadeia a tapas e empurrões, como se fossem bandidos. Na tentativa de impedir tal ato, um dos redatores do texto, Bonifácio Cardozo Pinto Malheiros, cidadão português já há anos estabelecido na cidade, também fora levado pelos policiais. O mesmo aconteceu com Luiz Rios Creo, espanhol que questionara a violência que fora usada na prisão. Os quatro ficaram retidos até o dia seguinte e só foram liberados após pagarem ao carcereiro, cada um, 3$000. Dizia ainda que:

> "Os operários estrangeiros tem procedido nesta cidade de modo irrepreensível, nenhum deles provocando ainda conflitos e nem se implicou em processo; e, respeitadores da lei, não buscam a vindicta particular, confiam nas autoridades superiores a quem recorrem certos de os seus reclamos serão atendidos".[468]

Os acontecimentos em torno dos trabalhadores portugueses da EFOM foi o momento de maior tensão entre imigrantes e autoridades antes de 1888, visto que se chegou a questionar, inclusive a política de imigração do país, mais particularmente o trato aos imigrantes. Interessante também foi a inserção dos imigrantes nos jogos partidários das elites, sendo tratados como vítimas pelos conservadores e como algozes pelos liberais.

Todos os casos expostos acima nos chamam a atenção para dois fatos diferentes com relação à imigração em São João del-Rei antes da grande leva de italianos vinda em 1888.

Primeiramente, podemos constatar uma presença significativa de estrangeiros e imigrantes em São João del-Rei e regiões vizinhas. Os artigos publicados na imprensa nos fazem pensar que, mesmo ainda não havendo uma corrente de imigração em massa direcionada para essa área de Minas Gerais, havia a presença de imigrantes individuais, em alguns casos andarilhos e em outros sedentários. Assim, italianos, portugueses, espanhóis, alemães, austríacos, entre outros, não eram elementos estranhos àquela sociedade. Os portugueses, sobretudo, exerceram papel importante como mão-de-obra na construção da estrada de ferro da cidade. Apesar dos relatos não apresentarem um

---

[467] *O Arauto de Minas*, 17 de dezembro de 1880.
[468] Idem, ibidem.

número exato de trabalhadores, parece que estes contavam mais de uma centena, um número considerável.

Por outro lado, percebemos também que a presença de estrangeiros na imprensa aparece, quase sempre, ligada a crimes e tumultos. Isto é curioso na medida em que tais acontecimentos não abalaram as representações positivas com relação aos imigrantes, como demonstramos nos capítulos anteriores. Mesmo o caso dos portugueses, que gerou tanto debate na cidade, não impediu que em 1883 a Câmara Municipal expedisse edital sobre uma circular proveniente do Presidente da Província com o pedido de que se esforçasse perante os fazendeiros do município para que fossem introduzidos *"em suas indústrias colonos procedentes das Ilhas Canárias e da dos Açores"*.[469] Também não se percebe um anti-lusitanismo duradouro na imprensa da cidade, ficando os casos restritos ao momento de exaltação política citado acima, como já bem demonstrou Amaral.

Portanto, os periódicos da cidade mantiveram uma visão otimista com relação à imigração de europeus e, ao contrário do que acontecia com os negros, os crimes dos imigrantes não foram suficientes para alterarem esta perspectiva. A imprensa continuou exaltando o imigrante, mostrando-o como redentor da economia e da sociedade imperial. Em conseqüência disto, os políticos de São João del-Rei conseguiram atrair a tão sonhada corrente imigratória para a cidade. No entanto, o que parecia solução, começou a se mostrar como um problema para a elite, atingindo diretamente as representações. Este é o tema das páginas seguintes.

2- A chegada dos imigrantes em 1888 e os debates partidários

Em 5 de outubro de 1888, *O Arauto de Minas* comunicou a compra de terras em São João Del-Rei para o estabelecimento de núcleos coloniais. Uma comissão, nomeada pelo ministro da agricultura, seria encarregada da demarcação do território. Esta comissão era composta por Armênio de Figueiredo (engenheiro-chefe), Jerônimo Francisco Coelho (auxiliar), Jerônimo Euclides da Silva (secretário), Pedro Samith (agrimensor) e José Lopes Pereira de Carvalho Sobrinho (engenheiro ajudante).[470] As terras ficavam na antiga Fazenda do Marçal (Várzea do Marçal), na margem direita do Rio das Mortes e distante 5 km da cidade. Segundo José da Paz Lopes, a idéia era de uma colônia agrícola, dividida em lotes entregues aos grupos recém-chegados. A

[469] *O Arauto de Minas*, 19 de outubro de 1883.
[470] GIAROLA, Regina Célia Gonçalves. *O Imigrante Italiano em São João Del-Rei*. São João Del-Rei: Monografia de Pós-Graduação, FUNREI, 1996, p. 11.

Gazeta Mineira já defendia, desde sua criação, a transformação da zona rural da cidade em campos de produção agrícola.[471]

De acordo com Fábio Nelson Guimarães, a instalação do núcleo colonial na Várzea do Marçal deveu-se a uma soma de fatores: o interesse do ministério da agricultura, a presença da Estrada de Ferro Oeste de Minas ligada à Estrada de Ferro Dom Pedro II, o apoio do governo provincial, o prestígio dos políticos e a atuação da imprensa sanjoanense.[472] No entanto, podemos resumir esses fatores na conjunção entre uma política favorável à imigração por parte do Governo Provincial e por parte da elite sanjoanense. Se por um lado, a província passou a empenhar-se em desenvolver a imigração e a colonização, a partir da segunda metade da década de 1880, sancionando algumas leis que sistematizavam a introdução e localização do imigrante; por outro, coincidia em São João Del-Rei a existência de um ambiente benevolente à imigração entre a elite política da cidade, conforme foi apresentado nos capítulos anteriores.

A Estrada de Ferro Oeste de Minas também favorecia a implantação da colônia, pois interessava à companhia que se habitassem as localidades dispostas em sua área de atuação, garantindo, assim, maior uso dos seus serviços. Segundo Bruno Campos[473], pode-se afirmar que a implantação do núcleo colonial na região se concretizou pela existência da ferrovia. A importância da estrada de ferro também se devia à sua capacidade de transportar os produtos que seriam oferecidos pelos futuros colonos às localidades próximas, servidas pelas linhas da empresa.[474] Dito isto, não se deve encarar como uma simples coincidência a participação do dr. Aureliano Martins de Carvalho Mourão, primeiro presidente da Oeste de Minas, além de deputado provincial pelo 6° distrito e chefe local do partido conservador, na comissão encarregada de escolher e ajustar a aquisição das terras para o núcleo.

No entanto, o pouco espaço de tempo, somado a morosidade das decisões, aos entraves burocráticos e à falta de recursos, levaram a soluções imediatistas, muitas vezes inadequadas.[475] Assim, em 13 de outubro de 1888, o órgão do partido liberal, *A*

---

[471] LOPES, José da Paz. Op. Cit., p. 233.
[472]GUIMARÂES, Fábio Nelson. Op. Cit., p. 54.
[473] CAMPOS, Bruno Nascimento. *Os Ventos da Modernidade: A Oeste de Minas e suas marcas em São João Del-Rei.* São João Del-Rei:Universidade Federal de São João Del-Rei, monografia de final de curso, 2005.
[474]As estradas de ferro foram igualmente importantes na Zona da Mata mineira e Campo das Vertentes no tocante à distribuição dos imigrantes pelas cidades. Nesse aspecto, Juiz de Fora teve um papel central pois, além de constituir o principal centro urbano da região, a cidade era também um importante entroncamento ferroviário, o que facilitava repartição dos colonos pelos vários municípios da região. MONTEIRO, Norma de Goés. Op. Cit. pág. 26.
[475] BUZATTI, Dauro José. *Raízes Italianas em São João del-Rei*. Belo Horizonte: Copyright, 1988, p. 44.

Verdade Política, em artigo intitulado *"A Nossa Colônia"*, lamentava a criação do núcleo dizendo que a iniciativa havia sido fruto de um *"momento de entusiasmo infeliz"*.[476] O periódico criticava os trabalhos na Várzea do Marçal dizendo que:

> "O governo comprou terras, mandou dividi-las, e, não considerando as grandes despesas do Estado com o retardamento da conclusão dos trabalhos, nem manda sustá-los nem providencia o modo de realizar-se o que sempre julgamos uma mentira".[477]

Os discursos do partido liberal tornaram-se, nesse momento, inflamados, atacando as autoridades responsáveis pelos trabalhos relacionados ao processo de introdução dos colonos, em sua maioria membros do partido conservador. No entanto, cabe ressaltar que esses discursos não eram contrários à imigração, pois *A Verdade Política* continuava vendo-a como meio de progresso e engrandecimento para o país. Assim, as críticas eram direcionadas para a forma como a imigração havia sido tratada na cidade e no Império. Em artigo de 23 de janeiro de 1889, o jornal citou a imigração nos Estados Unidos como um exemplo de política imigrantista competente, ao mesmo tempo em que mostrou a imigração no Brasil como uma porta para a corrupção, afirmando que só se introduzia imigrantes no país porque tal atitude gerava lucro entre os envolvidos no processo.[478]

Em novembro de 1888, pouco antes da chegada dos imigrantes, o impresso liberal chamava a atenção para os problemas da colônia *"que já apresentava o triste aspecto de projeto abandonado, que um só dia teve existência na ordem dos fatos para fazer direito a verbas"*.[479] O jornal dizia que o ministério da agricultura havia ordenado ao Dr. Armênio de Figueiredo que realizasse os trabalhos precisos para a fundação do núcleo colonial, mandando que se construísse um galpão para abrigar os imigrantes, cuja chegada se anunciava para breve; isto porque poucas casas ainda haviam sido construídas e nem todos os lotes estavam divididos. Em vista das circunstâncias, o periódico concordava com a construção do galpão, desde que se abrisse *"concorrências e depois de bem analisadas todas as propostas, aceitar a que for mais garantida e vantajosa para o Estado"*.

Após a chegada dos primeiros colonos, em 29 de dezembro de 1888, *A Verdade Política* voltava a fazer acusações contra a Comissão de Imigração dizendo que esta

---

[476] *A Verdade Política*. 13 de outubro de 1888.
[477] Ibidem.
[478] *A Verdade Política*, 23 de janeiro de 1889.
[479] *A Verdade Política*, 16 de novembro de 1888.

sugava verbas públicas através de contratações exageradas de técnicos e do fechamento de contratos de fornecimento de gêneros estragados e deficientes. Para o periódico, o núcleo colonial de São João del-Rei era uma cópia de todos os outros que haviam no Império, e que custavam ao país centenas de contos.

Curiosamente, *O Arauto de Minas*, apesar de conservador, não deixou de fazer suas denúncias. Em 17 de novembro de 1888, como já vinha fazendo *A Verdade Política*, falou dos vários gastos desnecessários na medição das terras e da ineficiência dos engenheiros encarregados deste trabalho. Dizia o seguinte:

> "Agora, dizem-nos que, em vez de casas para habitação de colonos, vivendo em separado com suas famílias, ordenou-se a construção de um galpão no qual vai gastar 21 contos para abrigar promiscuamente os imigrantes! Um despropósito!".[480]

Além de o periódico reconhecer as deficiências da Comissão de Imigração, critica duramente a idéia de construção de um galpão apresentada pelo Ministério da Agricultura, através de um ofício de 05 de novembro de 1888, e que fora apoiada pelo impresso opositor *A Verdade Política*, devido às circunstâncias.

Apesar de todos os problemas com a medição das terras, os primeiros imigrantes chegaram em 21 de novembro de 1888, mesmo sem concluídas as obras na colônia. Eram 110 italianos, segundo a *Gazeta Mineira*, que seguiriam para as fazendas da região. No dia 03 de dezembro de 1888, chegaram os primeiros imigrantes destinados ao núcleo colonial. A imprensa conservadora da cidade narrou a chegada dizendo que os imigrantes foram recebidos e entusiasticamente saudados na estação de trem da Estrada de Ferro Oeste de Minas, por uma grande multidão à frente de uma banda de música. Na recepção estavam presentes as pessoas distintas da cidade, o pessoal técnico da Comissão de Imigração e grande massa do povo.[481] Acompanhados pela banda e por fogos de artifício, os imigrantes chegaram à hospedaria do Largo do Carmo.[482]

A hospedaria de São João del-Rei foi instalada em 28 de novembro de 1888, como filial da hospedaria de Juiz de Fora, pela Inspetoria Regional de Imigração em Minas. Ela deveria acomodar os imigrantes destinados às fazendas do oeste, sul e centro

---

[480] *O Arauto de Minas,* 17 de novembro de 1888.
[481] LOPES, José da Paz. Op. Cit. P. 229.
[482] Atual Solar da Baronesa.

da província.[483] Depois de constatados casos de tifo, foi transferida para o bairro do Matozinhos, onde ficou até seu fechamento definitivo em maio de 1889.

Sobre a hospedaria, *A Verdade Política* também fazia acusações. Em edição de 15 de fevereiro de 1889 o periódico dizia o seguinte: *"O Largo do Carmo está transformado em despojo da hospedaria de imigrantes"*.[484] O jornal se referia às más condições da hospedaria, que sofria com os efeitos da improvisação. Os ataques se dirigiam à administração conservadora da hospedaria, que contava, por exemplo, com Severiano de Rezende, proprietário do *O Arauto de Minas*, e que era o encarregado de superintender o serviço de alojamento dos imigrantes.

Era lenta a transferência para o núcleo colonial e a demanda de imigrantes encaminhados para as fazendas era pequena. *O Arauto de Minas* de 22 de dezembro de 1888 fornecia o movimento de entrada e saída na hospedaria:

Entrada		**Saída**	
Novembro 28	**63 italianos**	**Dezembro 02**	**02 italianos**
Novembro 29	**13 italianos**	**Dezembro 03**	**21 italianos**
Dezembro 01	**05 italianos**	**Dezembro 04**	**15 italianos**
Dezembro 03	**104 italianos**	**Dezembro 05**	**97 italianos**
Dezembro 05	**115 italianos**	**Dezembro 06**	**01 italiano**
Dezembro 07	**142 italianos**	**Dezembro 07**	**126 italianos**
Dezembro 09	**18 italianos**	**Dezembro 08**	**98 italianos**
Dezembro 10	**167 italianos**	**Dezembro 09**	**05 italianos**
Dezembro 17	**11 italianos**	**Dezembro 11**	**168 italianos**
Dezembro 19	**117 italianos**	**Dezembro 14**	**04 italianos**
		Dezembro 15	**18 italianos**
		Dezembro 17	**07 italianos**
		Dezembro 18	**31 italianos**
		Dezembro 19	**28 italianos**
		Dezembro 20	**15 italianos**
Total	***755 italianos***	***Total***	***636 italianos***

[483]A decisão para se criar a hospedaria foi tida para que os fazendeiros da região não tivessem despesas com as viagens até Juiz de Fora para arregimentar trabalhadores. GUIMARÂES, Fábio Nelson. Op. Cit. P. 57.
[484] *A Verdade Política*, 15 de fevereiro de 1889.

Tabela 1: Entrada e saída de imigrantes da hospedaria de São João del-Rei, segundo dados do *O Arauto de Minas*, 22 de dezembro de 1888.

Dos que saíram, nem todos foram diretamente encaminhados para fazendas ou para casas na colônia. 168 imigrantes saídos em 11 de dezembro foram em decorrência de uma ameaça de surto de epidemia, tendo sido encaminhados pela Estrada de Ferro Oeste de Minas para um dos galpões situados na antiga fazenda de José Teodoro de Carvalho Resende, à margem esquerda do Rio das Mortes. *"Posteriormente, novos imigrantes seguiram para a fazenda do Recondengo, do outro lado do Rio das Mortes, acompanhados de suas bagagens, até em local em que a EFOM pudesse levá-los"*.[485]

As acusações de corrupção e desvio de recursos no núcleo Bolonha-Ferrara prosseguiram n'*A Verdade Política.* O jornal acusava o projeto de criminoso e em artigo publicado em 29 de dezembro de 1888 lia-se:

> "centenas de pessoas, sujeitas aos caprichos de uma comissão de engenheiros sem consciência e que entendem cumprir os seus deveres, protelando sua missão, matando o tempo com passeios à cidade, palestras e regalotes".[486]

Sobre o assentamento dos colonos nas terras, dizia: *"Vieram os colonos e foram atirados ali como selvagens ou irracionais, criados à solta e a mercê da natureza"*.[487] Na mesma edição também são denunciadas a falta de ferramentas para o trabalho e de abrigo para dormir, ausência de higiene e problemas no fornecimento de alimentos.

Apesar do claro interesse político do impresso liberal, as denúncias não eram totalmente infundadas. Os temores de surto epidêmico levaram a administração a alojar os colonos em galpões improvisados, com péssimas condições higiênicas. No entanto, segundo Fábio Nelson Guimarães, o governo forneceu alimentos durante quase um ano e meio, além de instrumentos agrícolas, acomodações (mesmo que inadequadas a princípio), assistência médica e farmacêutica.[488]

Seja como for, o periódico liberal não cessou com suas acusações à política de imigração da cidade. Em artigo intitulado *"Imigrantes Pedintes"*, de 07 de fevereiro de 1889, falava que vários imigrantes iam à cidade para esmolarem. Prosseguia dizendo: *"Para virem aumentar o já crescido número dos esmolantes aqui existentes, não era*

---

[485] GUIMARÃES, Fábio Nelson. Op. Cit., p. 60.
[486]*A Verdade Política*, 29 de dezembro de 1888.
[487]Ibidem.
[488]GUIMARÂES, Fábio Nelson. Op. Cit. p. 62.

preciso que o Estado mandasse buscá-los em suas terras".[489] O jornal chamava à responsabilidade as autoridades competentes, em síntese, o partido conservador.

Fábio Nelson Guimarães mostra-se um pouco descrente quanto às críticas à administração do núcleo. O autor fala que o caso dos imigrantes que esmolavam era pura *"exploração política"*, para ele *"a administração nacional jamais desamparou os colonos".*[490] Concordamos que em alguns momentos houve exageros por parte do imprenso liberal, exageros estes explicados por objetivos políticos, no entanto, não podemos negar as deficiências existentes no atendimento aos imigrantes, comprovada pelas reclamações enviadas por italianos às redações do *A Verdade Política* e do *O Arauto de Minas.*

Por outro lado, a *Gazeta Mineira*, que desde suas primeiras publicações fazia apologias à imigração e, como já dissemos, apesar de dizer-se neutra nos conflitos partidários, tinha como redatores membros do partido conservador, defendia a política de imigração do município.[491] No dia 09 de janeiro de 1889, a *Gazeta Mineira* tentava dar outra imagem aos fatos:

> "No dia 6 de janeiro, os italianos de São João Del-Rei, precedidos por uma banda de música, dirigiram-se à residência do Dr. Armênio de Figueiredo a fim de manifestarem o seu contentamento pelo procedimento daquele cavalheiro na direção dos trabalhos do aludido núcleo".[492]

A notícia, no entanto, foi desmentida pelo *O Arauto de Minas*, em artigo publicado em 19 de janeiro com o título de *"Manifestações"*. De acordo com a matéria, diversos amigos queriam mostrar apreço, estima e consideração ao Dr. Armênio de Figueiredo, entre os quais estavam inseridas as redações da *Gazeta Mineira* e da *Opinião Liberal.* Na manifestação organizada por estes, pretenderam se juntar a gente da colônia, porém, no meio do caminho *"pessoa sensata que bem inspirada aconselhou-lhe* contra-marcha, *circunscrevendo-se pois a festa às pessoas que da cidade seguiram com a música".*[493]

---

[489] *A Verdade Política*, 07 de fevereiro de 1889.
[490]GUIMARÂES, Fábio Nelson. Op. Cit. p. 62..
[491] Devemos destacar que todas as citações que fizermos neste capítulo referente à *Gazeta Mineira* foram retiradas de citações de outros autores. Como já foi dito, só tivemos acesso às edições de 1884 do periódico, sendo que não conseguimos tomar conhecimento dos locais onde se encontram as edições de 1888 e 1889 citadas pelos autores utilizados.
[492]*Gazeta Mineira*, 09 de janeiro de 1889, apud LOPES, José da Paz. Op. Cit. p. 235.
[493]*O Arauto de Minas*, 19 de janeiro de 1889.

O artigo prossegue falando de uma outra manifestação que ocorrera no dia 09 de janeiro, dessa vez em homenagem ao Sr. Carlos Sanzio, redator d'*A Verdade Política. O Arauto de Minas* dizia que não fora uma simples manifestação, mas uma *"oração ruidosa, à música, foguetes, vivas e discursos"*.[494] O acontecimento teria sido promovido por importantes comerciantes e amigos políticos do homenageado e, através de emissários ativos, havia conseguido arrebanhar a colônia de italianos, somando cerca de 800 pessoas, chegando a mais de mil com a junção dos curiosos, segundo o jornal conservador.

> "Partindo a multidão da ponte municipal foram durante o percurso até a casa do manifestante em delirante entusiasmo confundindo-se os vivas a D. Pedro II, Humberto I, ao Brasil, a Itália, a Veritá Política com os sons marciais da música e o estourar dos foguetes.
>
> Chegando à residência do redator da Verdade Política, foram pronunciados diversos discursos por cidadãos da Itália, respondendo aquele comovido em extremo.
>
> Depois voltaram ao ponto donde partiram, em boa ordem dispensando-se todos".[495]

Interessante notar que as representações diante dos imigrantes na cidade começavam a dar sinais de mudança a partir deste momento. Isto porque *O Arauto de Minas* via com temor este tipo de manifestação, pois os imigrantes poderiam tomar gosto às passeatas, transformando-se em um perigo à ordem e à segurança pública. Os imigrantes passavam, mesmo que ainda sutilmente, a serem visto como ameaças em potenciais, em oposição à imagem de pacífico e disciplinado que tanto lhe fora imputada pelo próprio jornal em questão. O periódico prosseguia dizendo que tais manifestações poderiam ser sementes para graves e temerosas perturbações futuras.

Fato curioso é que *A Verdade Política* não fez menção ao acontecido. No entanto, publicou no dia 12 de janeiro um protesto assinado por cinco representantes dos colonos, no qual era negada a participação dos colonos nas homenagens ao engenheiro chefe do núcleo:

> "Sig. Directtore della Verdade Política - Marçal li 10 – 1889.
>
> La commissione del nucleo coloniale di S. João d'El- Rey, elleta d'agli stessi connazionali componenti la colonia, protesta essere falso l' articolo d'ella Gazeta Mineira del n. 258, che com l'epigrafo Manifestação, dichiara essere stata l'acompagnamento degl'Italiani d'alla cittá a Matosinhos; sebbene

[494]Ibidem.
[495]Ibidem.

> bastanti numeri veniti in S. João d'eEl-Rey, dopo celebrato la messa, attestiamo non aver acompagnato tale manifestazione nella retirata.
>
> Com distinta stima dichiaramo della S. V. Obbligatissimi devotissimi.
>
> La commissione.
>
> Sartini Carlo – Dezzani Gaetano – Brighenti Cesare – Bassi Pietro – Cavaletti Giovanni".[496]

Porém, enquanto *A Verdade Política* esforçava por se mostrar como protetora dos imigrantes, a *Gazeta Mineira* continuava defendendo a Comissão de Imigração, dizendo que os trabalhos corriam perfeitamente bem. Com o objetivo de desacreditar o jornal opositor, o impresso dizia não ter fundamentos as acusações que se levantavam contra os trabalhos na colônia e contra o serviço na hospedaria.

Se o embate entre *A Verdade Política* e a *Gazeta Mineira* foi intenso, *O Arauto de Minas*, apesar de conservador e de ter seu redator e proprietário diretamente envolvido com a administração da hospedaria, adotou uma postura interessante. Não negava a existência dos erros na política de imigração da cidade, mas também não apoiava o jornal liberal. O impresso de Severiano de Rezende considerava as acusações de Carlos Sanzio exageradas e inúteis na medida em que não apresentavam nenhuma alternativa para os problemas. No entanto, não aprovou as atitudes da *Gazeta Mineira* que, segundo os dizeres do próprio *O Arauto de Minas*, via as coisas *"cor-de-rosa"* demais.

Assim, percebemos no debate acima que a chegada dos imigrantes e a política imigrantista da cidade dividiram, de uma maneira inédita em São João del-Rei, as opiniões da imprensa no tocante à imigração. É certo que os periódicos ainda confiavam plenamente nos benefícios futuros da introdução de estrangeiros no Brasil, entretanto, agora havia um embate claro entre *A Verdade Política*, liberal, e a *Gazeta Mineira* que, pelo menos nesse assunto, tendia cada vez mais para o lado saquarema. *O Arauto de Minas*, conservador que deveria se esperar uma posição idêntica a da *Gazeta Mineira*, preferiu uma posição neutra, curiosamente a postura tantas vezes adotada pelo jornal dos irmãos Mourão. Fica evidente também no artigo *"Manifestações"* d'*O Arauto de Minas*, a já mencionada rivalidade entre os jornais liberais da cidade, visto que a *Opinião Liberal* mostrou-se, ao que parece, favorável à *Gazeta Mineira*. Podemos, então, considerar este momento como o auge das discussões políticas acerca do tema, onde o assunto imigração passou a ser matéria de intensos conflitos entre as redações dos jornais do município.

---

[496] *A Verdade Política*, 12 de janeiro de 1889.

3- A “Revolta” de 1889

No dia 21 de dezembro de 1888, *A Verdade Política* já se manifestava temerosa diante da possibilidade de ocorrer rebeliões por parte dos italianos. O jornal falava da intervenção da polícia na colônia para prevenir conseqüências mais graves que poderiam advir das reclamações dos colonos. Para o periódico liberal, a má gestão da política imigrantista na cidade havia incutido sentimentos de decepção e revolta nos italianos que poderiam desencadear um levante, pondo em risco os cidadãos de São João del-Rei.

Como já foi apresentado, a mesma preocupação era tida pelo *O Arauto de Minas* quando este criticava a manifestação em prol de Carlos Sanzio. A temeridade também era com a possibilidade de os italianos adquirirem um espírito de contestação e rebeldia contra as autoridades da cidade.

Em 17 de abril, o presidente da Província de Minas Gerais, Dr. Antônio Gonçalves Ferreira, havia visitado tanto a colônia quanto a hospedaria. Segundo *A Verdade Política,* o presidente ficara indignado com a má ordem que encontrou. Como atendimento às diversas reclamações dos imigrantes, foi feito o encaminhamento do pedido de expatriamento de alguns colonos e outros foram enviados para outros núcleos. Também fora autorizado o fechamento o mais rápido possível da hospedaria.

No final de abril de 1889, *A Verdade Política* atentava para as reclamações advindas dos imigrantes da hospedaria:

> “Os imigrantes que se acham na hospedaria desta cidade, depois de se recusarem seguir para o núcleo de Cachoeira do Campo, exigem do governo uma destas duas medidas: ou fundar para eles aqui um núcleo, com certas e determinadas disposições que impõe ou repatriá-los, indenizando-os de danos e prejuízos que dizem haver sofrido”.[497]

Podemos perceber um tom de alerta nas palavras do jornal liberal, onde o imigrante é visto como um possível perigo à cidade.

Em maio de 1889, segundo os relatos dos jornais, um grupo de imigrantes da hospedaria fazia ameaças às autoridades. Apesar de José da Paz Lopez ter caracterizado o acontecido como uma revolta, as fontes não indicam exatamente nesta direção. Mesmo tendo vindo uma força policial para São João del-Rei, acreditamos que ela tenha

[497]*A Verdade Política.* 30 de abril de 1889.

sido uma forma de prevenção de uma possível revolta, trazida para tranqüilizar a população e tomar as medidas necessárias para que as ameaças não se concretizassem.

Os três principais jornais usados por nós até aqui narraram o fato à sua maneira. *A Verdade Política*, em 09 de maio de 1889, dizia que os imigrantes da hospedaria:

> "insubordinados por má administração, ultimamente já não respeitavam os seus superiores, e nem a autoridade, chegando a prometerem mão armada contra a cidade. (Grifo nosso)
>
> Em vista disto, foram reclamadas do governo providências imediatas afim de que sossegue a população alarmada pelo terror, conforme noticiamos".[498]

O Arauto de Minas, por sua vez, em 05 de maio, em notícia intitulada *"Colonos Turbulentos"* dizia que:

> "a tal estado chegou a insubordinação de imigrantes italianos alojados na hospedaria desta cidade, que se receiava de um momento para outro tristícemas ocorrências. Tornaram-se eles por demais exigentes não só quanto a alimentação, como em relação a reclamações todos os dias novas e extravagantes. Vinham à cidade em magotes, davam morras à autoridade, ameaçavam arrombar a cadeia e soltar os presos e a conflagar tudo. S. Excia., o delegado de polícia, trata agora de remover também do núcleo elementos que ali vão aparecendo de insubordinação".[499] (Grifos nosso)

Já a *Gazeta Mineira*, de acordo com a citação do próprio José da Paz Lopes, fazia a seguinte descrição:

> "Tendo os imigrantes, alojados na hospedaria, sita nos subúrbios desta cidade, praticado algumas imprudências, e entre elas, a de reunidos virem à cidade ameaçar já aos cidadãos incumbidos de manter a disciplina na referida hospedaria e já aos seus habitantes, tornou-se necessário o pedido urgente ao governo de medidas enérgicas, no sentido de restabelecer-se a ordem pública alterada por semelhante fato. Neste intuito, o digno delegado de polícia e fiscal da imigração, capitão Carlos Campos dirigiu-se ao governo, solicitando essas providências, que foram dadas de pronto. De fato, aqui chegaram os Exmos. Srs. Chefe de polícia, Dr. Levindo Ferreira Lopes, comendador Accioli de Vasconcelos, inspetor geral de terras e colonização do Império e seu ajudante, Dr. Lopo Neto, comendador José Carlos Carvalho, Inspetor especial desta província, capitão Cândido Tassara de Pádua, inspetor da imigração provincial, acompanhados por um contingente de 150 praças do 23 de Infantaria e do 9° Regimento de Cavalaria, sob o comando do capitão Nery. Foram tomadas providências enérgicas, de sorte que foram embarcados todos os imigrantes para a Corte a fim de serem completamente localizados. Não tivemos, felizmente, de lamentar nenhum fato que por ventura tivesse se

[498]Ibidem. 09 de maio de 1889.
[499]*Arauto de Minas*, 05 de maio de 1889.

> realizado, por qualquer imprudência. Felicitamos à cidade, e a nós mesmos, por este desenlace, que foi agradável a todos."[500] (Grifo nosso)

As partes grifadas nas citações mostram que os imigrantes estavam fazendo ameaças, mas em nenhum dos jornais fala-se de uma concretização destas ameaças que poderíamos considerar uma revolta. Expressam uma temeridade muito grande, por parte das elites da cidade, quanto ao desenrolar dos fatos, deixando evidente uma mudança de imagem dos imigrantes, agora vistos como ameaçadores. Porém, os imigrantes não chegaram a levar adiante um protesto armado contra as autoridades, o que não significa que não poderiam fazê-lo caso as forças policiais não interviessem. Nesse sentido, consideramos a designação de José da Paz Lopes equivocada.

Os imigrantes acusados de participarem das ameaças foram embarcados em trem especial da Estrada de Ferro Oeste de Minas, em 3 de maio de 1889, conduzidos para a Corte, onde foram dispersos ou expatriados. Como já foi mostrado na citação da *Gazeta Mineira*, em 04 de maio, o capitão Carlos Ribeiro Campos, delegado de polícia e fiscal da hospedaria, pediu a vinda do chefe de Polícia da Província, Dr. Levindo Ferreira Lopes, com 150 praças da 23ª Companhia de Infantaria e do 9° Regimento de Cavalaria, para a manutenção da ordem. Era uma forma de garantir o não surgimento de outras manifestações.

Portanto, podemos perceber que se instaurou na cidade uma espécie de medo do imigrante. Havia na cidade um estranhamento diante daqueles acontecimentos, lembrando que uma revolta que abrangesse todos os imigrantes do núcleo e da hospedaria poderia causar sérios danos. No entanto, tais ameaças foram a forma que os imigrantes encontraram para manifestarem seu descontentamento com as condições a eles oferecidas.

Maio de 1889 foi de fundamental importância para a redefinição dos discursos políticos. Se, anteriormente, a elite política de São João del-Rei via o imigrante como elemento de progresso, prosperidade e desenvolvimento para a cidade, as tensões de maio significaram um choque com esses ideais. Segundo Maria Margarete Pinheiro, esperava-se um imigrante disciplinado pela Revolução Industrial, que trabalhasse a baixos custos, sem reivindicar e sem protestar, adaptando-se à realidade brasileira.[501] No

---

[500]Gazeta Mineira, apud LOPES, José da Paz. Op. Cit. pp. 236-237, data não mencionada pelo autor.
[501] PINHEIRO, Maria Margarete Rodrigues. Op. Cit., 59.

entanto, as ameaças dos italianos provaram que nem todos estavam dispostos à essa adaptação.

O Arauto de Minas e a *Gazeta Mineira* aplaudiram as medidas tomadas contra os descontentes. *A Verdade Polític*a, contudo, no artigo que se referia às ameaças, considerava as medidas exageradas, dizendo que na revista que se fizera à hospedaria foram encontrados apenas *"algumas espingardas velhas, 16 ou 17, uma pistola, facas usadas e canivetes de lavrador"*.[502] O jornal liberal via como fantasiosa a idéia de um novo ataque.

> "Este fato desmentiu por si só a atitude hostil dos imigrantes; e a população uma vez ciente da verdade, conheceu que nada mais havia de realmente perigoso do que a não obediência desses homens aos seus superiores".[503]

Novamente, vemos este periódico se mostrando como um defensor dos imigrantes. *A Verdade Política* esforçava-se por manter a imagem de boa conduta dos imigrantes e, obviamente, aproveitava para atacar as medidas de repressão tomadas pelo partido opositor.

4- As novas preocupações dos políticos

O período posterior aos acontecimentos de maio foi marcado por uma redução no número de imigrantes na cidade. Muitas famílias de italianos deixaram o núcleo com o intuito de seguirem para outras regiões em busca de novas condições. Além destas, várias famílias, perfazendo um total de 237 imigrantes[504], foram retiradas da hospedaria e remanejadas para outros pontos da província por ocasião de seu fechamento.

Somado a isto, outros italianos começaram a abandonar as atividades rurais do núcleo para exercerem atividades urbanas.[505] De acordo com Giarola, as condições de vida inferiores às expectativas, a má qualidade dos lotes, o desinteresse do governo e a pouca prática na agricultura de muitos colonos foram fortes estímulos para sua inserção

---

[502]*A Verdade Política,* 09 de maio de 1889.
[503] Ibidem.
[504]Falla que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes dirigio por occasião da installação da 2.a sessão da 27.a legislatura em 4 de junho de 1889 o 1.o vice-presidente, p. 16.
[505]Entre as atividades não ligadas à lavoura praticadas pelos italianos em São João Del-Rei podemos citar como principais as olarias, o comércio, a venda de lenha, cal, carvão, além do beneficiamento de produtos como moinhos de fubá e garimpo. GIAROLA, Regina Célia Gonçalves. Op. Cit. p. 26.

na vida urbana. As atividades na cidade foram de fundamental importância para que o imigrante assimilasse a cultura e a língua da sociedade ao qual foram inseridos.[506]

Também cresceu, a partir da segunda metade do ano de 1889, o número de pedidos de terrenos devolutos na área urbana por italianos, para a construção de casas e estabelecimentos comerciais. Para Giarola, a solicitação destes terrenos leva a crer que *"a vida profissional do imigrante estivesse ligada às atividades urbanas"*.[507]

Esses desvios dos trabalhos agrícolas por parte dos imigrantes foram alvo de preocupação do liberal *A Verdade Política*. O periódico pedia a rápida demarcação dos lotes e a construção das casas para que os imigrantes se dedicassem à lavoura e não se vissem *"na dura necessidade de procurarem a vida onde melhor ela antolhe, abandonando o núcleo"*.[508]

Preocupação semelhante pode ser vista no órgão do partido republicano, *A Pátria Mineira*. O impresso, dedicado à causa republicana, foi mostrar interesse pelo núcleo apenas em 01 de agosto de 1889. Em matéria intitulada *"Núcleo Colonial"*, mostrava inquietação com o atraso no pagamento da construção de mais de 140 casas pelos colonos[509] e de 50 milheiros de telhas compradas pela administração, pois *"poderia acarretar desanimo aos colonos"*.[510]

As atividades alienígenas à agricultura também eram mal vistas pela imprensa por desviarem de um dos objetivos fundamentais pelos quais se instalara o núcleo, o fornecimento de gêneros agrícolas para a cidade. Em ofício do ministério da agricultura dirigido ao inspetor de terras e colonização, publicado n'*A Verdade Política* de 26 de maio de 1889, pode-se perceber o repúdio por tais atividades. No documento pedia-se a fiscalização do corte de madeira para exportação e lenha, pois *"pelo lucro que oferece, pode influir para que continuem os lotes incultos, preferindo os imigrantes o trabalho mais fácil e mais prontamente remunerado"*.[511]

Lopes diz que, após os acontecimentos de maio, a imprensa de São João del-Rei não apenas aplaude as medidas governamentais de repressão, *"como o assunto imigração deixa de ser matéria de publicação"*.[512] Concordamos que realmente passa a

---

[506] GIAROLA, Regina Célia Gonçalves. Op. Cit.
[507] Idem. p. 18.
[508] *A Verdade Política,* 31 de agosto de 1889.
[509] A partir da nova administração de Agostinho Oliveira, os imigrantes passaram a trabalhar na construção de suas casas, abriram caminhos e cercaram o núcleo através de um contrato feito com o governo, segundo o qual os colonos deveriam ser reembolsados pelos seus gastos.
[510] *A Pátria Mineira,* 01 de agosto de 1889.
[511] *A Verdade Política*, 26 de maio de 1889.
[512] LOPES, José da Paz, Op. Cit. p. 237.

haver uma certa rejeição por parte da imprensa conservadora com relação aos assuntos referentes à imigração e aos imigrantes, porém não existiu um silêncio total. *O Arauto de Minas,* no período que vai de maio a dezembro de 1889, ainda publica alguns artigos, falando principalmente sobre o fornecimento de gêneros para o núcleo. Para o periódico, ao invés de se prover os colonos com víveres, devia se preferir dar aos colonos, *"em dinheiro, no princípio ou fim de cada semana, a importância das rações estipuladas para cada família".*[513] Pretendia-se com isso evitar as reclamações sobre preço e qualidades dos gêneros e também impedir que os italianos fossem ao mercado de São João del-Rei venderem os produtos considerados inúteis para sua alimentação.

A *Gazeta Mineira* parece ter passado a mostrar as queixas dos colonos como exageradas. O jornal também se preocupou com o desvio das atividades agrícolas pelos italianos, identificando a causa na não vocação dos imigrantes para este tipo de trabalho.

> "Apesar de admitir que algumas queixas dos imigrantes tinham fundamentos, justificadas pelas condições em que ocorreram a imigração, o jornal afirma que alguns imigrantes , por serem artistas e não agricultores, e não terem hábito nem conhecimento próprio, tiveram dificuldades em tirar proveito da agricultura".[514]

Houve, nos discursos conservadores, uma espécie de reconhecimento do fracasso da administração encabeçada por Armênio de Figueiredo. Percebe-se nesse momento um sentimento de derrotismo ao se referir à antiga administração. Figueiredo havia se exonerado do cargo de chefe da comissão de terras de São João del-Rei e de diretor do núcleo colonial em maio de 1889 e fora substituído pelo engenheiro Agostinho da Silva Oliveira, que iniciou suas atividades em 22 de abril do mesmo ano. Também o escriturário Jeronymo Euclides da Silva fora dispensado pelo Ministério da Agricultura e substituído por Manoel Paranhos da Silva Velloso.

Se houve um reconhecimento da derrota, por parte da imprensa conservadora, a imprensa liberal e republicana viram a causa do fracasso da imigração na cidade na má administração que geriu o núcleo até maio. Em artigo de 31 de dezembro, *A Verdade Política* elencou os vários erros cometidos pela gerência do núcleo e pela política de imigração, destacando entre eles a má qualidade do solo da colônia, os desvios de dinheiro nas compras dos terrenos, a chegada dos imigrantes antes da conclusão dos trabalhos, entre outros. Em edição anterior, de 20 de dezembro, ao falar do

[513]*O Arauto de Minas,* 23 de maio de 1889.
[514]PINHEIRO, Maria Margarete Rodrigues. Op. Cit. p. 58.

prolongamento de favores ao núcleo por parte do governo provisório da República, o jornal se manifestava da seguinte forma: *"Ato de patriotismo e louvável é sem dúvida este que vem de algum modo corrigir erros da má administração nos princípios deste núcleo"*.[515]

A Pátria Mineira de 01 de agosto de 1889 falava dos enormes gastos feitos pela primeira administração do núcleo, *"conforme nos consta, a mais de 160 contos"*[516], e que poucos resultados havia obtido, segundo a avaliação do impresso.

Os novos indivíduos incumbidos de administrar o núcleo passaram a ser elogiados por ambos os periódicos. Percebe-se uma maior cautela da imprensa ao fazer suas críticas, *A Verdade Política*, por exemplo, que sempre fazia discursos apimentados, passou a preferir uma política de não conflito, mesmo porque seu partido tomara as rédeas do governo imperial em 07 de junho de 1889.[517] A nova postura do jornal liberal pode ser melhor exemplificada na citação à seguir:

> "Não é, pois, como censura que trazemos hoje à publicidade coisas do núcleo colonial: temos mais de um motivo para nos interessarmos por ele, ainda mais agora que, sob a zelosa e hábil administração do Sr. Dr. Agostinho Oliveira, tudo ali é ordem e prosperidade".[518]

Interessante notar que o jornal liberal continuou tentando se passar por protetor dos imigrantes. Apesar da cautela, continua havendo uma preocupação do periódico com as questões dos italianos sempre sugerindo aos responsáveis pelo núcleo maneiras de melhor atenderem aos mesmos. O impresso também se preocupou com o possível abandono da colônia pelo governo provincial. A principal questão nesse sentido foi o atraso no pagamento dos colonos pelos trabalhos feitos no núcleo.

Apesar da imprensa não abandonar os debates em torno da imigração e do imigrante, ao contrário do que afirma Lopes, é nítido nesse momento um esfriamento das questões referentes à colonização como espaço de embates políticos. Mesmo ainda havendo os ataques aos conservadores através das críticas aos primeiros administradores, isso acontece de forma mais sutil sem o calor das discussões do período anterior.

---

[515]*A Verdade Política*, 20 de dezembro de 1889.
[516]*Pátria Mineira*, 01 de agosto de 1889.
[517] Afonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912), o Visconde de Ouro Preto, assumiu o que seria o último gabinete do Império em 07 de junho de 1889, que duraria somente até 15 de novembro daquele ano, quando se instauraria o regime republicano no país.
[518]*A Verdade Política*, 11 de agosto de 1889.

Portanto, podemos concluir que as manifestações de maio tiveram impacto profundo nos discursos referentes à imigração e ao imigrante do período subseqüente, na medida em que passou a haver um consenso do fracasso da política de imigração conforme conduzida até então. O partido liberal e o partido republicano insistiram nos erros cometidos pela antiga gerência e apoiaram os novos incumbidos da função como forma de salvar o que restou. Ênfase maior se deu à questão da fixação do imigrante nas atividades rurais. Os conservadores, incluído aí a *Gazeta Mineira*, devido a sua postura até maio, diminuíram os artigos sobre o tema em suas páginas, provavelmente, a nosso ver, pelo reconhecimento do fracasso de seu partido na gerência da política de imigração da cidade. Houve um relativo esfriamento dos debates políticos, mas discordamos de Lopes quando ele diz ter havido um silêncio da imprensa após a sua mencionada *"revolta"*, pois o tema continuou sendo tratado, mesmo que com menor intensidade.

5- Considerações finais do capítulo

O otimismo diante do imigrante, que tanto falamos nos capítulos anteriores, foi, portanto, abalado após maio de 1889. Tanto que, a proposta de imigração defendida pela *A Pátria Mineira*, periódico que entra em cena nesse ano, é de incentivo a uma corrente imigratória espontânea, sem ônus para o Estado.

As representações diante do imigrante tiveram, portanto, um primeiro momento, onde houve uma concordância nos discursos, fazendo do imigrante uma solução para os problemas de mão-de-obra advindos da iminente abolição da escravidão e um agente do progresso e da modernidade, que iria trazer o desenvolvimento necessário para a construção de uma nação branca e civilizada. Mesmo que houvesse casos de imigrantes ligados a ações criminosas, antes de 1888, a crença nos benefícios da imigração prevalecia. No entanto, com a chegada dos italianos em 1888 e a visível ausência na cidade de um projeto político de imigração organizado e coeso, a imprensa política da cidade se dividiu em opiniões divergentes, sendo que os maiores embates ficaram por conta da *Gazeta Mineira* e d'*A Verdade Política*, que viram nessa ocasião uma oportunidade de usar a imigração para se atacarem mutuamente. E, por fim, em maio de 1889, com as ameaças dos imigrantes, os debates se intensificaram ainda mais e culminaram no esfriamento das discussões nos meses que se seguiram.

Portanto, o contato com os imigrantes levou a percepção de que eles protestavam e questionavam como qualquer tipo de trabalhador. A má gerência administrativa do

núcleo criou na cidade um ambiente favorável para as manifestações de revolta dos imigrantes, o que quase levou a um confronto direto com as autoridades. Estes acontecimentos foram de encontro a todo um repertório de características positivas que se tinha com relação aos trabalhadores estrangeiros. A crença nos benefícios da imigração não cessou por completo, no entanto, não se viu mais na imprensa toda a exaltação do período anterior.

Conclusão:

Analisamos, ao longo desta dissertação, as representações que permeavam as alternativas de mão-de-obra em São João del-Rei, nos momentos finais do escravismo no Brasil. Podemos perceber que tais representações se ligavam a questões práticas, visto que, estavam entrelaçadas com os vários debates em torno da substituição da força de trabalho cativa no período.

Foi a partir do momento que o regime escravista passou a ser duramente ameaçado e a introdução de imigrantes despontou como alternativa mais viável; que negros, nacionais, indígenas e *"coollies"* passaram a ser rejeitados como força de trabalho a ser aproveitada no regime livre. Essa rejeição se fez através de uma série de imagens que inferiorizavam tais indivíduos, ao mesmo tempo em que hiper-valorizavam o imigrante de origem européia.

Deste modo, os negros, que até então constituíam os principais braços da produção nacional, passaram a serem vistos como inaptos para atuarem no trabalho livre e organizado. Para a imprensa sanjoanense, ao serem libertados, representariam um perigo para os proprietários, pois se entregariam ao ócio e aos mais diversos tipos de crimes. Estas visões eram justificadas pela idéia de inferioridade da raça negra, ou seja, a elite acreditava que, pertencentes a uma *"raça embrutecida"*, não conseguiriam produzir longe da tutela do senhor. Despontava-se, assim, a imagem do homem branco enquanto elemento civilizador, que teria reprimido todos os instintos selvagens da população negra, durante o período em que perdurou a escravidão no Brasil.

Por outro lado, a inferiorização dos negros era reforçada por representações que o ligavam ao demônio e à magia negra, bem como pela sua identificação como algo pejorativo. É certo, porém, que essas representações não eram novas (com exceção das que tinham caráter racial, que eram bem mais recentes), algumas podendo ser encontradas ainda no período colonial.[519] No entanto, a crise do regime escravista parece ter dado um impulso maior às mesmas, colocando, cada vez mais, o negro abaixo do branco.

As representações do negro na imprensa de São João del-Rei nos chamam a atenção para a forma específica da elite local incorporar os racismo característico do século XIX, utilizando um misto de cientificismo e religião. Mesmo havendo a

[519] Como mostramos no primeiro item do capítulo 2, na Europa, a identificação do negro com o demônio data desde a Idade Média.

influência da religiosidade nos discursos dos periódicos e uma oposição aberta dos conservadores ao positivismo, a ciência encontrou seu espaço entre os periódicos da cidade, tendo um peso importante nas representações diante da mão-de-obra. Deste modo, a elite de São João del-Rei se apropriava de determinadas representações externas e as adequavam ao discurso político local, carregado de influências do catolicismo e do conservadorismo. Com isso, podemos perceber que na articulação entre as representações externas à cidade e sua divulgação na imprensa sanjoanense encontram-se diversas apropriações de discursos, ou, nas palavras de Roger Chartier, *"a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo"*[520].

Os nacionais não tiveram uma melhor sorte que os negros. Mesmo que, como afirma Lanna, Minas Gerais tenha sido mais aberta para o aproveitamento da força de trabalho interna, em São João del-Rei, ao menos no período estudado, encontramos diversas representações que, pelo contrário, dificultavam o uso do nacional. Fraco, indolente, parasita e vadio foram designações frequentemente atribuídas aos mesmos. Os caboclos, que viviam uma vida voltada para sua subsistência, foram considerados incivilizados, enquanto a população pobre urbana foi tida como arruaceira e entregue a atos imorais, como furtos e prostituição, como vimos no capítulo 3.

A idéia de *"inserção de sangue novo"*, por seu turno, parece ter ajudado a propagar esta imagem, pois afirmava a fraqueza racial do nacional, ao mesmo tempo em que proclamava a necessidade de se introduzir novos elementos na sociedade, provenientes de *"uma raça aperfeiçoada"*, conforme trecho anteriormente citado da *Gazeta Mineira.*[521] Com isso, ficava evidente a idéia de formação de uma nação que fosse branca e civilizada, que passava, necessariamente, pelo fortalecimento da raça, através da introdução de imigrantes.

Todavia, como demonstramos, libertos e nacionais poderiam ser utilizados desde que fossem transformados pela educação. O ensino proposto pelos periódicos da cidade pretendia inculcar idéias como o *"amor ao trabalho"* e o respeito às leis. Buscava-se, portanto, incorporar, nestes indivíduos, os atributos considerados civilizados e que permitiriam a manutenção do controle da força de trabalho pelos proprietários, após a abolição.

---

[520] CHARTIER, Roger. Op. Cit., 1990, p. 24.
[521] *Gazeta Mineira*, 14 de março de 1889, apud PINHEIRO, Maria Margarete Rodrigues. Op. Cit. p. 43.

Nesse processo, a imprensa de São João del-Rei deu pouca atenção a índios e aos imigrantes não europeus, neste caso, os chineses. Do pouco que se falou dos primeiros, fica a impressão de que predominou a opinião de que estes eram bárbaros que se refugiavam nas matas brasileiras. *A Verdade Política*, que chegou a vislumbrar a utilização dos mesmos como mão-de-obra, falava na necessidade de civilizá-los nos princípios cristãos. Já os *"coollies"*, não escapavam do repertório racial característico do período, que alertava para o risco de mongolização do Brasil. Eram, igualmente, taxados como incivilizados e, por isso, contrários ao progresso que se pretendia ter no país.

Assim, o projeto imigrantista ganhou a unanimidade da imprensa sanjoanense, na medida que representava a solução mais viável para a transição que se operava. Por uma lado, vinham da Europa, símbolo da modernidade e do progresso; por outro, civilizariam o país através de sua raça superior. Havia também a imagem de que eles eram trabalhadores ideais, prontos a se submeterem aos ditames do processo de produção no Brasil. Existia, é verdade, o temor de que a ganância dos aliciadores de imigrantes trouxesse artistas, vadios e bandidos, que não se sujeitariam ao trabalho oferecido. No entanto, esse medo era facilmente resolvido se houvesse a seleção de camponeses e artesãos, força de trabalho perfeita para as pretensões dos fazendeiros e produtores.

A crença nos benefícios da imigração foi tamanha que, mesmo havendo casos de tumultos e crimes envolvendo imigrantes que transitavam na região antes de 1888, não foi suficiente para que se alterasse o otimismo e a expectativa diante dos mesmos.

Logo, a necessidade de se encontrar soluções para o fim do regime escravista fez com que despontasse, em São João del-Rei, uma série de representações que inferiorizavam negros, nacionais, índios e chineses, enquanto valorizavam imigrantes de origem européia. Como procuramos demonstrar, estas representações não foram específicas da cidade, ao contrário, estavam em voga por todo o Império e foram introduzidas na região no momento em que a crise do escravismo se tornou evidente, sobretudo, após a Lei do Ventre-Livre.

O estudo dos discursos da imprensa sanjoanense com relação à mão-de-obra, nos permitiu, portanto, perceber os interesses dos grupos envolvidos, ou seja, da elite, que se preocupou com a organização da produção após a libertação dos cativos. Voltando à Roger Chartier, podemos perceber que as representações da mão-de-obra em São João del-Rei, entre 1871 e 1889, comandavam atos e práticas, visto que, as imagens que se

tinham de determinados grupos sociais definiram aqueles indivíduos que deveriam ser aproveitados e aqueles que deveriam ser excluídos do processo produtivo. A imigração que foi direcionada para a cidade foi o exemplo mais claro de como a elite do município transitou "entre práticas e representações", no período de crise do escravismo.

As representações positivas diante dos imigrantes permitiram o prevalecimento de um projeto imigrantista na cidade, que culminou com a chegada dos mesmos em 1888. Entretanto, a visível ausência de uma política de imigração coesa e organizada fez com que a imprensa política do município se dividisse em opiniões divergentes. Com as manifestações dos imigrantes em 1889, houve um choque com as imagens que se tinham anteriormente, já que o europeu não era submisso e passivo como se esperava. Até o fim de 1889, não percebemos mais as apologias aos imigrantes, comuns até então, sendo que os discursos se voltaram para a tentativa de salvar o que já havia sido feito, havendo certo reconhecimento do fracasso da colonização na cidade. Enquanto em regiões como Rio de Janeiro e São Paulo, a desilusão com relação ao imigrante ocorrerá entre as décadas de 1910-1930, por conta dos diversos conflitos sociais trabalhistas; em São João del-Rei isso parace ter sido antecipado, apesar de nossa análise não ultrapassar a década de 1890.

As representações da mão-de-obra em São João del-Rei foram, portanto, direcionadas por uma lógica externa e outra interna. Até 1888, prevaleceu a primeira, visto que a elite da cidade absorvia diversas representações provenientes da Corte, de São Paulo, de Recife, entre outros, e as inseria no contexto da região. Com a chegada dos imigrantes, no entanto, os discursos, ao menos com relação a estes, ganham ares mais locais, prevalecendo as disputas e os conflitos políticos.

Até 1889, não percebemos nenhuma alteração nas imagens diante dos negros e dos nacionais, nem mesmo após maio deste ano, quando ocorre o incidente com os imigrantes. Entretanto, o estudo dos jornais do período imediatamente posterior ao analisado nesta dissertação pode nos revelar aspectos significativos da organização do trabalho em São João del-Rei. Após o fracasso da colonização na cidade, houve uma rearticulação das representações para que se permitisse a inserção da força de trabalho interna no processo produtivo? Ou as imagens aqui expostas perduraram ainda nas décadas posteriores? As respostas para estas perguntas, no entanto, competem a uma pesquisa futura.

Anexo I:

Propaganda de Severiano Nunes Cardoso de Rezende sobre a hospedaria de imigrantes de São João del-Rei direcionada aos fazendeiros:

Devido à ausência nos arquivos da cidade, transcrevemos abaixo o folhetim sobre a hospedaria de imigrantes, citado por nós no capítulo 2. Ele foi encontrado em meio aos pertences de um grande fazendeiro da região, o senhor Geraldo José Rodrigues e gentilmente chegou até nós por intermédio da aluna do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, Mariana Eliane Teixeira.

São João Del Rei, 30 de dezembro de 1888

Prezado amigo e senhor

O governo provincial procurando atender aos interesses desta zona, para aqui encaminhou a corrente da imigração.

Fez mais, solicito em disseminar de pronto os colonos por estes municípios, criou uma hospedaria nesta cidade, onde com facilidade possa o fazendeiro sem despesas e viagem a outros pontos mais distantes contratar a seu gosto auxiliares para a sua lavoura.

Já se acham na hospedaria de São João Del Rei grande número de famílias escolhidas do que há de melhor na gente chegada da Europa.

São famílias do Norte da Itália, tiradas do meio da lavoura e cuja índole, atividade e costumes já tem a experiência demonstrado serem irrepreensíveis.

A imigração européia, os italianos do Norte, constitui a solução da lavoura, como ela está constituída, até que se dê a salutar e necessária transformação.

Todos proclamarão a verdade, como o importante fazendeiro Sr. Joaquim Dias Ferraz. Eis o que refere, neste ponto, o Liberal Mineiro:

"Vimos ontem uma carta do nosso amigo senhor Joaquim Dias Ferraz, fazendeiro em Angustura, termo de Leopoldina, da qual extraímos os seguintes tópicos: "Trouxe de Juiz de Fora para minha fazenda 24 imigrantes do norte da Itália, os quais trabalham de modo admirável e satisfatório. Estou contentíssimo com eles. São homens que trabalham por três dos nossos. Julguei que teria dificuldade em satisfazê-los na alimentação. Felizmente não são exigentes, e a esse respeito também não se pode dizer deles senão que se contentam com pouco. E tal o meu entusiasmo pelo serviço desses homens, que ainda desejo mais cem deles!! Os nossos colegas da lavoura façam aquisição de tais trabalhadores, e assim terão experimentalmente a prova do que afirmo".

Ora, em vista de quanto venho expor, se conclui que o espírito lúcido e refletido de VV.S. sugerirá, avolumando as vantagens, que advirão aos agricultores com a aquisição de imigrantes, venho pedir-lhe que interponha o prestígio de que merecidamente goza entre seus colegas da lavoura, afim de que concorram a visitar a

hospedaria desta cidade, sob minha direção e contratar as famílias que lhes convier e com as cláusulas que a cada qual pareça melhor e mais razoável.

Aproveito a oportunidade para retirar a V. S. os protestos de amizade, estima e consideração com que sou de V. S. Severiano Nunes Cardoso de Rezende.

(Acervo particular do fazendeiro Geraldo José Rodrigues).

Anexo II:

Colonos de acordo com as regiões de origem:

Região (província):	***Número de imigrantes:***
Bolonha	*203*
Ferrara	*200*
Verona	*126*
Treviso	*40*
Rovigo	*16*
Ravena	*12*
Mântua	*12*
Vicência	*8*
Veneza	*7*
Pavia	*5*
Cosença	*5*

Tabela 2: Origem dos colonos segundo informação d'*A Verdade Política* de 13 de dezembro de 1888.

Arquivos e Fontes Primárias:

- Micro-filmes do Arquivo da Biblioteca do Campus Dom Bosco da UFSJ (Universidade Federal de São João Del-Rei): [522] *O Arauto de Minas* (1877-1889), *A Verdade Política* (1888-1889), *A Pátria Mineira* (1889).

- Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), São João Del-Rei: *O Arauto de Minas* (1876-1884), *Sãojoanense* (1876), *5 de Janeiro* (1879), *Tribuna da Povo* (1881-1882), *Gazeta Mineira* (1884), *O São João Del-Rei* (1885-1886), *A Verdade Política* (1888-1889) *A Pátria Mineira (1889).*

➢ **Internet:**

- Lei do Ventre Livre (lei n o 2040), de 28 de setembro de 1871, disponível em: http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/biblioteca/brasil/hb_imperio/hb_imperio.htm, acessado em 03 de setembro de 2009.

- Falla que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2.a sessão da 24.a legislatura em 2 de agosto de 1883. Ouro Preto, Tipographia do Liberal Mineiro, 1883, disponível em http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/490/.

[522] O acervo original dos micro-filmes pertence ao Arquivo Nacional.

Bibliografia:

ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento: A geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVIM, Zuleika. *Brava Gente! Os Italianos em São Paulo (1870-1920)*. São Paulo: Brasiliense. 1986.

AMARAL, Alex Lombello. *Cascudos e Chimangos: Imprensa e política pelas páginas dos periódicos de São João del-Rei (1876-1884)*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2008.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

________________________________. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.

________________________________. *Quem Precisa de São Nabuco?: IN: Idem. Anti-Racismo e seus paradoxos: Reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Annablume, 2004.

BARBOSA, Muryatan Santana. *Identidade Nacional e ideologia racialista*. Temporaes. Departamento de História/FFLCH/USP. São Paulo: Humanitas, ano 9, no. 8, 2001, p. 17. Disponível em http://sites.google.com/site/neacpusp/artigos, acessado em 13 de abril de 2010.

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens*. IN: XIII Encontro de História, Anpuh-Rio, Identidades, 2008, disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654_ARQUIVO_ARTIGOREVISADO.pdf, acessado em 21 de junho de 2009.

BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Pioneira, 1977.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade.* São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

BUZATTI, Dauro José. *Raízes Italianas em São João del-Rei*. Belo Horizonte: Copyright, 1988.

CAMPOS, Bruno Nascimento. *Os Ventos da Modernidade: A Oeste de Minas e suas marcas em São João Del-Rei.* São João Del-Rei:Universidade Federal de São João Del-Rei, monografia de final de curso, 2005.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Escravidão e Abolição no Brasil:* Novas Perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926).* São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTLHO, Fábio Francisco de Almeida. *Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870-1918).* Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Vadios e Barões no Ocaso do Império*: *O debate sobre a repressão da ociosidade na câmara dos deputados em 1888*. IN: Estudos Ibero-Americanos. Vol. IX, nº 1 E 2. Julho/ Dezembro de 1983. PUC. RGS.

__________________. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da* Belle Époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

__________________. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.* São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

________________. *À Beira da Falésia: A História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

COSTA, Ângela Marques da; Schwarcz, Lilia Moritz. *1890-1914: No tempo das certezas*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

____________________. *A Abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COUTY, Louis. *A Escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

_____________. *O Brasil em 1884: Esboços sociológicos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: Senado Federal, 1984.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* (I). Rio de Janeiro: Editora Três, 1973.

DARWIN, Charles. *A luta pela sobrevivência*. Rio de Janeiro: Pocket Ouro, 2009.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DEGLER, Carl N. *Nem Preto Nem Branco: Escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

DE LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

DIAS, Marcelo Rodrigues. *Repressão ao curandorismo nas Minas Gerais na segunda metade do oitocentos.* Dissertação (Mestrado): São João del-Rei, Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), 2010.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e Culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos: Escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América: A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp. 1999.

____________________. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1991.

FERREIRA. Lusirene Celestino França. *Nas Asas da Imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885).* Dissertação (Mestrado). São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), 2010.

FERREIRA, Tania Maria Bessone da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos P.. *Apresentação.* IN: FERREIRA, Tania Maria Bessone da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos P.. (Orgs.). História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: Faperj/DP&A Editora, 2006.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/ USP, 1969.

GEBARA, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

GIAROLA, Flávio Raimundo. *Racismo e teorias raciais no século XIX: Principais noções e balanço historiográfico*. IN: Revista História e-História, 2010. Disponível em: http://www.historiaehistoria.com.br/quem_det.cfm?id=40, acessado em 16 de novembro de 2010.

GIAROLA, Regina Célia Gonçalves. *O Imigrante Italiano em São João Del-Rei*. São João del-Rei: Monografia de Pós-Graduação, FUNREI, 1996.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. *A economia do Império brasileiro*. São Paulo: Atual, 2004.

GUIMARÂES, Fábio Nelson. *Imigração de colonos italianos em São João del-Rei*, Vertentes: (Série 1). São João del-Rei: Assunção, 1989.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: A modernidade na selva*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

HOBSBAWM, Eric J.. *A Era do Capital (1848-1875).* São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOLLOWAY, Thomas H.. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934). Rio* de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, Octavio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____________. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IGLÉSIAS, Francisco. *O Brasil Monárquico, v. 3: Reações e Transações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002 (História Geral da Civilização Brasileira).

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre (A lei de locação de serviços de 1879).* Campinas: Papirus, 1988.

____________________________. *Entre a Escravidão e o Trabalho Livre: Escravos e Imigrantes nas Obras de Construção das Ferrovias no Brasil no Século XIX*. Revista ANPEC, vol. 9, disponível em http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n4p215_245.pdf,

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira (1870-1920).* Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

LAZZARI, Beatriz Maria. *Imigração e Ideologia: Reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875).* Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço, 1980.

LE GOFF, Jacques (Org). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LOPES, José da Paz. *Imigrantes Italianos em São João Del-Rei: Passeata, polícia e dispersão: 1888-1889*. In: BONI, Luiz A. de (org.). A presença Italiana no Brasil – vol. II. Porto Alegre: Torino: Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

MACEDO, José Rivair. *Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval.* IN: Revista da ABREM, Vol. 3, p. 101-132, 2001, disponível em http://www.pem.ifcs.ufrj.br/Filhos.pdf, acessado em 05 de maio de 2010.

MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de Sangue: História do Pensamento Racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

MAIA, Afonso de Campos. *O Silêncio Abolicionista e a resistência negra em São João del-Rei (1871-1888)*. Monografia de Pós-Graduação apresentada ao Curso de Especialização em História de Minas no Século de XIX da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI): São João del-Rei, 2001.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição.* IN: MOREL, Marco; NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). História e imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: Faperj/DP&A Editora, 2006.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

MARCONDES, Renato Leite. *Diverso e Desigual: O Brasil escravista na década de 1870*. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2009.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1993.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MEDEIROS, Carlos Alberto. *Na lei e na raça: Legislação e relações raciais, Brasil - Estados-Unidos*. Rio de janeiro: DP&A, 2004.

MENON, César Maurício. *O diabo: Um personagem multifacetado*. IN: Línguas e Letras. Especial, 2008, disponível em http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras, acessado em 20 de abril de 2010.

MOMESSO, Beatriz Piva. *Em defesa do Trabalhador Asiático: o projeto do Barão de Mauá para a imigração de coolies*. IN: Anais do XIII encontro de História Anpuh-Rio, disponível em http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212804090_ARQUIVO_Anpuh2008BeatrizPMomesso.pdf.

MONTEIRO, Norma de Goés. *Imigração e Colonização em Minas (1889-1906)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Fundamentos, 1988.

MOURA, Denise A. Soares de. *Saindo das Sombras: Homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: Área de publicações CMU/ Unicamp, 1998.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: Representações do brasileiro (1870/1920)*. São Paulo: Annablume, 1998.

_______________________________. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica: Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. *Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico*. IN: Rev. Bras. Psiquiatr. vol.22 n.4 São Paulo Dec. 2000, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000400007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos Imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e Industrialização: Alemães e Italianos em Juiz de Fora*. Dissertação (Mestrado): Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), 1992.

PETRI, Kátia Cristina. *Terras e imigração em São Paulo: Política fundiária e trabalho rural*. IN: Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo, edição nº. 2

de junho de 2005, Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia01/TerraImigracao.pdf, acessado em 19 de junho de 2010.

PETRUCCELLI, José Luís. *Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro, 1870-1930*, IN: Estudos Sociedade e Agricultura, n° 7, dezembro de 1996, disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/sete/petruc7.htm, acessado em 05 de maio de 2010.

PINHEIRO, Maria Margarete Rodrigues. *A Transição para o Trabalho Livre em São João Del-Rei: Aspectos econômicos, políticos e ideológicos.* São João Del-Rei: Monografia de Pós-Graduação, FUNREI, 1998.

POLIAKOV, Léon.. *O Mito Ariano: Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

RAEDERS, George. *O inimigo cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil.* Sao Paulo: Paz e Terra, 1988.

REIS, Liana Maria. Poder, *Vadiagem e Marginalização Social em Minas Gerais (1850/1888).* Trabalho apresentado no II Colóquio Brasil-Portugal, Porto, 1995.

RIBEIRO, Raphael Rajão. *Em busca de um campo: o futebol belo-horizontino e a transformação dos espaços da cidade (1904-1921).* In: BORGES, M. E. L.. (Org.). Campo e cidade na modernidade brasileira: literatura, vilas operárias, cultura alimentar, futebol, correspondência privada e cultura visual. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

ROMERO, Sílvio. *Cantos Populares do Brasil*, Tomo I. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora, 1954.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870- 1930)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

_______________________. *Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

SEYFERTH, Giralda. *A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos*, In: Anuário Antropológico /93, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

__________________. *Construindo a Nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*. IN: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

SKIDMORE, Thomas E.. *Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Ideologia do Colonialismo: Seus reflexos no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, João Mendonça de. *Sílvio Romero, o crítico e o polemista*. Rio de Janeiro: EMEBÉ, 1976.

SOUZA, Wlaumir Doniseti de. *Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante*: Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o Caso Idalina. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

TEIXEIRA, Maria Cristina. *Imigração em São João del-Rei: A Visão do Fracasso*. Monografia de pós-graduação latu sensus, São João Del Rei: 1994.

TRENTO, Ângelo. *Do Outro Lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1988.

UNESCO (org.). *Raça e ciência*, 1. São Paulo, Editora Perspectiva.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.